



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 069 - TERÇA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)

1º VICE-PRESIDENTE

Tião Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Alvaro Dias - (PSDB-PR)

1º SECRETÁRIO

Efraim Morais - (DEM-PB)

2º SECRETÁRIO

Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO

César Borges - (PR-BA) (1)

4º SECRETÁRIO

Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)

2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p align="center">Maioria (PMDB) - 20</p> <p align="center">Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder</p> <p align="center">Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</p> <p align="center">Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles</p> <p align="center">Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p align="center">Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p align="center">Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares</p> <p align="center">Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p> <p align="center">Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p> <p align="center">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25</p> <p align="center">Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes</p> <p align="center">Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo</p> <p align="center">Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano</p>
<p align="center">PTB - 8</p> <p align="center">Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p> <p align="center">PDT - 5</p> <p align="center">Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias</p>	<p align="center">PSOL - 1</p> <p align="center">Líder José Nery - PSOL Vice-Líder</p>	<p align="center">Governo</p> <p align="center">Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>

EXPEDIENTE

<p align="center">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center">Claúdia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 80ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE MAIO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – A preocupação da humanidade com a crise dos alimentos. Defesa de investimentos em escolas técnicas. Referências ao discurso do Presidente Lula proferido na 30ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe. Registro da matéria “Sul de todos os santos”, publicada pela revista **Época**..... 14932

SENADORA IDELI SALVATTI – Comentários a anúncio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de que a população negra se iguala à branca em 2008. Registro de um ano do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE)..... 14937

SENADOR TIÃO VIANA – Comentários a matéria publicada no jornal **O Globo**, sobre matéria do jornal **The New York Times**, intitulada “De quem é a Amazônia?”. Proposta de estabelecimento de um fórum permanente de defesa e discussão de uma política sustentável para a Amazônia. 14940

SENADOR PAPALÉO PAES – Reflexões sobre o excesso na edição de medidas provisórias pelo Presidente da República..... 14942

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 605, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Acadêmica Zélia Gattai*. 14947

Nº 606, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da escritora Zélia Gattai*. 14947

Nº 607, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos atletas Sandro Viana, Zenaide Vieira, Anselmo Gomes da Silva, Fabiano Peçanha, Rosângela Cristina Santos, Eivaldo Vieira, Jadel Gregório e Mauren Maggi*. . 14949

Nº 608, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores*. 14949

Nº 609, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Fausto Silva*. . 14951

Nº 610, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Fernando Hippolyto*. 14952

Nº 611, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Marcelo Vicente Martins de Macena*. 14953

Nº 612, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando informações ao Ministro da Justiça*. 14954

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MARCO MACIEL – Justificação pela apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento da Acadêmica Zélia Gattai. Registro da aprovação, em Portugal, do Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa..... 14955

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – A questão da edição de medidas provisórias para concessão de crédito extraordinário. Defesa da regulamentação da Emenda nº 29. 14957

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Reflexão sobre a reforma no sistema tributário nacional. 14961

SENADOR GIM ARGELLO – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Defensor Público. Considerações sobre a proposta de emenda à Constituição que versa sobre a organização e manutenção da Defensoria Pública do Distrito Federal..... 14968

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Defensor Público. O estado em que se encontra a Defensoria Pública em Roraima. 14969

SENADOR MÃO SANTA – A situação de calamidade pública por que passa o Hospital do Fundão, no Rio de Janeiro. Preocupação com a situação do setor de saúde no Estado do Piauí..... 14985

SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Considerações sobre projeto de autoria de S. Ex^a, apresentado na Subcomissão de Reforma Tributária do Senado, que visa reduzir o número de

impostos, diminuir as obrigações acessórias e reduzir todos os procedimentos que encarecem a arrecadação.	14991	<i>cumulativamente, o de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam, desde que obtido o agrément do governo desse país.....</i>	15009
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Pesar pelo falecimento de Marcelo Vicente Martins de Macena. Registro de apresentação de vários requerimentos de voto de aplauso. Preocupação com a notícia de que o Governo cogita refazer a CPMF. Considerações sobre o lançamento do Fundo Soberano pelo Governo Federal. Registro da apresentação de requerimento de informações ao Ministro da Justiça e de voto de pesar pelo falecimento da escritora Zélia Gattai.	14993	Nº 95, de 2008 (nº 271/2008, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.....	15028
1.2.4 – Ofícios do Ministro de Estado da Defesa		Nº 96, de 2008 (nº 272/2008, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Roberto Carvalho de Azevêdo , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.....	15057
Nºs 4.694 e 4.696/2008, de 8 do corrente, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos nºs 1.327, de 2007; e 76, de 2008, respectivamente, do Senador Arthur Virgílio.	15002	Nº 97, de 2008 (nº 283/2008, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Eduardo dos Santos , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.....	15102
1.2.5 – Avisos do Ministro de Estado da Fazenda		Nº 98, de 2008 (nº 284/2008, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Flávio Helmold Macieira , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.....	15150
Nº 138 e 139/2008, de 8 do corrente, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos nºs 206 e 84, de 2008, respectivamente dos Senadores Valdir Raupp e Arthur Virgílio.	15002	1.2.9 – Leitura de projeto de Lei do Congresso Nacional	
1.2.6 – Parecer		Nº 4, de 2008-CN, que amplia os limites de despesas no exercício de 2008 e anualizada a que se refere o item II.4.1 do Anexo V, da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008. (Mensagem nº 33, de 2008-CN – nº 285/2008, na origem). <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.</i>	15174
Nº 457, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.....	15003	1.2.10 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados	
1.2.7 – Comunicações da Presidência		Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2008 (nº 1.300/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Desafio.	15180
Abertura do prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente.	15009	Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2008 (nº 2.956/2004, na Casa de origem), que altera o inciso VI do caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre especificidades dos veículos de duas rodas.	15183
Recebimento da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde de Natal – UNICRED e da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB, manifestação sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008.	15009	Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2008 (nº 5.909/2005, na Casa de origem), que denomina Aeroporto de Marabá/Pará – João Correa da Rocha – o Aeroporto de Marabá/Pará.	15185
Recebimento do Aviso nº 29, de 2008 (nº 137/2008, na origem), do Ministro da Fazenda, informando que não houve emissões de Títulos da República no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2008.	15009		
1.2.8 – Mensagens do Presidente da República			
Nº 94, de 2008 (nº 270/2008, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Sérgio de Souza Fontes Arruda , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, e,			

Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2008 (nº 5.949/2005, na Casa de origem), que *denomina Campus Universitário Professor Celso Muller do Amaral o Campus Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul*..... 15188

Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2008 (nº 7.606/2006, na Casa de origem), que *estabelece o dia 3 de maio como o Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias*. 15192

Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2008 (nº 708/2007, na Casa de origem), que *estende os incentivos especiais de que trata o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária*. 15195

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2008 (nº 1.003/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Cultura Hip-hop*. 15198

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2008 (nº 1.080/2007, na Casa de origem), que *institui a Semana Nacional da Família*. 15201

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão especial, amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar os duzentos anos de criação dos Dragões da Independência, de acordo com o Requerimento nº 329, de 2008, do Senador Gim Argello e outros Senhores Senadores. ... 15202

1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do artigo intitulado “A miopia do verde”, de autoria do jornalista André Petry, publicada na revista **Veja**, edição de 21 de maio corrente. 15202

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do recebimento da publicação do Ibama, denominada Revista Ibama – Uma janela para a Informação Ambiental, tendo como chamada de capa os dizeres “Aumenta o foco em fiscalização, licenciamento e autorizações”. 15204

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Aplausos à iniciativa da Vereadora Andréa Gouvêa Vieira, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, de promover Sessão Especial para registrar o 15º aniversário do Plano Real. 15205

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 15206

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.017, de 2008 15220

3 – ATO DO DIRETOR-GERAL ADJUNTO

Nº 1.014, de 2008 15220

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata 80ª Sessão Não Deliberativa, em 19 de maio de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Papaléo Paes,
Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti*

(Inicia-se a Sessão às 14 horas, e encerra-se às 18 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim, fará uso da palavra por vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, hoje, vou falar um pouco sobre a preocupação de grande parte, eu diria, da humanidade: a crise dos alimentos.

Sr. Presidente, a crise mundial vivida em relação ao preço dos alimentos traz uma série de questionamentos e demanda medidas sérias e efetivas para seu combate.

Podemos dizer que o aumento no preço dos alimentos é uma combinação de fatores. Entre eles, temos: a disparada do preço do barril de petróleo; as quedas que vários países sofreram em suas safras, e aí temos que considerar as mudanças climáticas que afetaram a produtividade; mudanças cambiais; especulação no mercado financeiro, pois, devido à falta de confiança no dólar, os fundos de investimentos passaram a buscar lucros mais altos nas *commodities*; e o considerável aumento do consumo de alimentos, principalmente por parte dos países emergentes.

Temos que considerar que a questão da fome está ligada ao acesso aos alimentos. E, como diz o Presidente Lula:

A novidade, que é muito bem-vinda, é o fato de mais pessoas estarem comendo, e comendo melhor. Isso mostra avanços no combate à fome, à pobreza e à desigualdade.

Precisamos de soluções emergenciais para mitigar a crise atual. Mas precisamos, sobretudo, de alternativas de longo prazo para reduzir a vulnerabilidade de muitos países frente ao agravamento desses problemas.

A Subcomissão Permanente de Biocombustíveis e as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Relações Exteriores e Defesa Nacional têm feito um debate qualificado em relação ao assunto, do qual tive a satisfação de participar.

Em um de seus debates, o Ministro Reinhold Stephanes afirmou: “*A demanda por alimentos tem crescido em média 5% nos últimos cinco anos. No mesmo período, os estoques de trigo, milho e arroz caíram quase pela metade.*”

Ele salientou que: “*O Brasil continua conseguindo produzir para alimentar sua gente, está atendendo este crescimento da demanda, produzindo biocombustível, e pode aumentar as exportações.*”

Numa demonstração de que, aqui no Brasil, uma coisa não prejudica a outra.

Isso reforça o que eu dizia em pronunciamento anterior sobre a possibilidade de o Brasil se tornar o celeiro do mundo.

É fato que, nos últimos anos, a produtividade cresceu fortemente, mas houve certo travamento no processo de produção devido aos altos custos, provocados principalmente pelos preços dos insumos.

Sr. Presidente, tenho dialogado muito com os pequenos, médios e grandes produtores rurais, e todos reclamam do preço dos insumos, que disparou, praticamente duplicando de valor. Muitos falam também do crédito, do transporte e de outros fatores, além da carga tributária que temos enfrentado. Com certeza, vejo que há disposição tanto do Governo quanto do Congresso de fazer a reforma tributária. Lembro-me de que, há questão de uma semana, vi o ex-Ministro Antonio Palocci dizendo que teria de ser prioridade fazer a reforma tributária ainda neste ano.

Estamos diante de um problema global e, com o aumento de consumo, precisamos aumentar a produção e a produtividade de grãos e demais alimentos.

Felizmente, o Brasil, com sua produção de grãos, tem batido recordes, e a previsão para 2008 é produzir 140 milhões de toneladas.

Recentemente, em uma reunião, tanto o Senador Aloizio Mercadante quanto a Senadora Ideli Salvatti

disseram que o Brasil deve reconhecer que há uma grave crise de alimentos e que pode gerar excedentes para exportação. Ainda nessa reunião, foi dito que deveríamos adotar uma política agressiva para ampliar a produção.

O Índice Geral de Preços, IGP-10, triplicou, passando de 0,45% em abril para 1,52% em maio. O arroz em casca e o minério de ferro, junto com o trigo, foram itens, sem sombra de dúvidas, impactantes nesse sentido.

Os produtos agrícolas ficaram 1,64% mais caros neste mês em relação à produção de trigo, por exemplo, que, nesta semana, pegou o Governo de surpresa, em função do aumento de mais de 25% da tonelada no País.

Temos que considerar que, do trigo que o Brasil consome, 70% são importados. Nós consumimos 10,2 milhões de toneladas de trigo por ano. Foi registrado o mais baixo índice de estoque mundial de trigo nos últimos vinte anos: 112 milhões de toneladas. Nosso trigo subiu em torno de 40%, em 2008. Somente em 2008, em praticamente cinco meses, o trigo aumentou 40%.

A alta do trigo puxa o aumento de seus derivados. O pão francês, por exemplo, não subiu 40%, mas ficou entre 10% e 12%, o que faz com que parte da alimentação diária de praticamente todo brasileiro sofra o impacto da inflação, segundo dados do IPCA.

Sr. Presidente, o Governo tem boas expectativas de que a oferta do trigo irá aumentar no final do ano, e tem tomado medidas para tanto. Foram liberados recursos para reforçar o plantio. E o Governo pretende, com isso, aumentar em 25% – aí, sim – a produção deste ano.

Esse problema surgiu, em parte, porque a Argentina não está cumprindo com seu compromisso de vender um adicional de 800 mil toneladas de trigo. Mas estão sendo tomadas providências no sentido de verificar se efetivamente vale a pena importar tanto trigo de outros lugares.

Outra medida do Governo foi criar o Plano Nacional de Trigo, com o intuito de estimular o plantio do produto e fazer com que tenhamos, de fato, auto-suficiência em trigo num prazo de cinco a sete anos.

Temos também a questão que envolve a produção de milho – sobre a qual já fiz pronunciamento outro dia. Os Estados Unidos, principal produtor desse grão, deixou de atender, total ou parcialmente, grande parte do mercado – como, por exemplo, a União Européia –, gerando impactos preocupantes nos países produtores de milho e que dependem da produção de milho para seu agronegócio.

O agronegócio brasileiro, por exemplo, está sentindo os efeitos dessa mudança, pois a exportação descontrolada de milho, sem regramento e monitoramento, está se revertendo em ações especulativas no mercado brasileiro de grãos.

Atividades como a avicultura e a suinocultura já buscam alternativas para reverter o alto custo para a aquisição do milho. Porém, a alta produção de aves e suínos não assimila, em tempo, a mudança de suprimento para sua produção. Atualmente, no meu Rio Grande do Sul, a saca de 60 quilos de milho está em torno de R\$27,00, impactando drasticamente o custo da produção da avicultura, em que o milho equivale a 70% da ração do frango.

Informações de especialistas do mercado mundial de grãos apontam para uma diminuição na área do plantio de milho nos Estados Unidos, que poderá impactar ainda mais o preço praticado do grão.

A avicultura brasileira, Sr. Presidente, produz anualmente 4,8 bilhões de aves e também, aproximadamente, 68 milhões de caixas de ovos com 30 dúzias cada uma. Somente no Rio Grande do Sul, o setor gera cerca de 45 mil empregos diretos e 860 mil empregos indiretos. Trabalham, ainda, no sistema de integração de produção de frangos, principalmente na área de corte, aproximadamente 9.500 famílias.

A responsabilidade socioeconômica desse setor é uma fatia considerável da economia brasileira, que merece atenção especial neste momento crítico que atravessa a produção de alimentos no mundo.

Sr. Presidente, por outro lado, é importante salientar também que a imprensa divulgou dados da última pesquisa mensal do comércio, que mostram que o mês de março de 2008, comparado a março de 2007, apresentou alta de 9,7% no volume de vendas de produtos alimentícios, bebidas e fumo.

As vendas no trimestre acumulam alta de 12%, a maior da série iniciada em 2001. O jornal credita as boas vendas dos mercados, apesar da alta dos preços, “ao fato de a classe média ainda estar bancando os aumentos e que as classes mais baixas estão substituindo produtos e uma parcela fazendo estoque de itens com receio de novos aumentos”.

O aumento da inflação – hoje, assistia, ou ouvia, ao chamado “Café com o Presidente”, em que ele falava para a imprensa – preocupa a todos, pois, com a inflação decolando, novamente a população mais pobre é a mais atingida. Entre esses estão os que ganham salário mínimo, os aposentados e pensionistas e os próprios desempregados.

Sr. Presidente, sabemos que 95% dos assalariados brasileiros, aposentados e pensionistas ficam na

faixa de até três salários mínimos. Eles serão, sem sombra de dúvida, os que mais sofrerão, se não pudermos conter a alta inflacionária, o que acho possível. Essa é a razão que me faz persistir nessa luta permanente para termos uma política que efetivamente garanta o poder de compra dos mais pobres.

Hoje, temos 47 milhões hectares usados para produzir alimentos. Temos também cerca de 50 milhões de hectares de pastagens subaproveitadas e com características favoráveis à agricultura. Tudo isso temos de rever. Para termos aumento de produtividade, precisamos de tecnologia e mão-de-obra qualificada. Precisamos de investimentos na educação e na pesquisa.

Sabemos que, na grande maioria das pequenas e médias propriedades rurais, as atividades e a lidas com o plantio acontecem graças ao aprendizado rotineiro de pai para filho.

Sr. Presidente, sou um incentivador e um apaixonado pelo ensino técnico profissionalizante. Entendo que é fundamental, se queremos ser efetivamente o celeiro do mundo, investirmos, cada vez mais, em escolas técnicas, entre elas as escolas técnicas agrícolas, potencializando as regiões e as microrregiões produtoras de alimentos.

Lembro a todos que sou o autor da PEC nº 24, de 2005 – da qual já falei diversas vezes –, que cria o Fundep, Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante. Se hoje o Fundep já estivesse aprovado, em plena vigência, teríamos algo em torno de R\$5,6 bilhões para investir ainda mais no ensino técnico.

Destaco o trabalho do MEC, do Ministro Paulo Haddad, do Secretário dessa área, Eliezer Pacheco, que mais do que duplicaram o número de escolas técnicas que existiam no País, até quatro anos atrás.

O Fundep tem por base algumas fontes de recursos, entre as quais o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados. Seu objetivo é gerar emprego e renda, capacitar nossa juventude para enfrentar o mercado de trabalho. O Fundep busca também a descentralização regional, a elevação da produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo.

Num mundo cada vez mais globalizado, em que as fronteiras comerciais se tornam cada vez mais tênues, temos de buscar a eficácia mediante a redução da relação custo–benefício, a fim de que possamos cada vez mais competir.

A agricultura está tomando proporções grandiosas. Isso é bom. Por isso, reafirmo a necessidade de criarmos também políticas públicas para a pesquisa na área de inovação, de tecnologia de produção, do

transporte, do processamento, da distribuição e comercialização da produção e da melhoria das próprias estradas, para que o nosso agricultor possa deslocar-se lá da sua propriedade para a área urbana, onde expõe, vende e comercializa seu produto.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO faz um alerta para o fato de que os recursos naturais do mundo são finitos e que, à medida que muitas pessoas na Ásia e em outras regiões sofrem com a pobreza, os consumidores ocidentais têm de compartilhar, principalmente pensando na produção de alimentos. Ela diz que o desprestigiado programa dos Estados Unidos de fornecer subsídios aos biocombustíveis é muito falho, e que a administração Bush tem instituído enormes subsídios para os agricultores norte-americanos com o objetivo de que cultivem cereais para a produção de biocombustíveis, não considerando que isso seja imensamente ineficiente em termos do uso da água e das terras.

Aqui, temos de fazer uma importante ponderação em relação ao biocombustível utilizado pelo Brasil e àquele que os Estados Unidos utilizam. Precisamos ponderar, por exemplo, que os biocombustíveis são instrumentos de transformação econômica e social em países mais pobres e geram emprego e renda, sobretudo no campo. Eles produzem energia limpa e renovável.

No caso dos Estados Unidos, o etanol é produzido à base de milho, alimento humano e animal; no Brasil, a produção do etanol é à base de cana-de-açúcar. Então, há uma grande diferença entre a forma de eles produzirem o etanol e a nossa; a nossa não traz nenhum prejuízo na área da alimentação.

A cana-de-açúcar ocupa menos de 0,8% da área agricultável, não reduz em nada a área de produção de alimentos, nem a utiliza para sua produção. Ela rende cerca de oito vezes mais energia do que consome e rende seis vezes mais que o milho, usado nos Estados Unidos.

É preciso destacar também que a fome diminuiu no período em que o uso de biocombustível cresceu; que, desde 1995, a produção de alimentos triplicou e a área plantada aumentou só 19%; e que sua utilização reduz significativamente a importação de petróleo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, vou encerrar minha fala nestes quatro minutos, citando trechos do discurso proferido pelo Presidente Lula na abertura da 30ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe.

Diz o Presidente:

Estamos avançando. A América Latina e o Caribe poderão vir a ser a única região a ter cumprido, em 2015, os compromissos da Cúpula Mundial da Alimentação e a primeira Meta do Milênio, de redução do número de pessoas com fome.

Mas queremos mais: queremos erradicar a fome em nosso continente. A iniciativa “América Latina e Caribe Sem Fome”, que Brasil e Guatemala lançaram em 2006, traduz esse compromisso político...

...O Brasil também tem insistido no enorme potencial dos biocombustíveis, como instrumento de transformação econômica e social nos países mais pobres.

...É com crescente espanto [diz ele] que vejo, portanto, tentativas de criar uma relação de causa e efeito entre o desenvolvimento dos biocombustíveis e a escassez de alimento ou o aumento de seus preços.

Meu espanto é maior quando constato que são poucos os que mencionam o impacto negativo do aumento dos preços do petróleo sobre os custos de produção e transporte dos alimentos, sobre os custos de produção de fertilizantes.

Termina o Presidente, dizendo: “Os biocombustíveis não são o vilão que ameaça a segurança alimentar das nações mais pobres. ...estamos cercado a produção de biocombustíveis de garantias ambientais, trabalhistas e relacionadas também à segurança alimentar.”

Sr. Presidente, antes de finalizar lembro que o Congresso americano aprovou a “Lei Agrícola”. Setenta e quatro por cento dos recursos, ou seja, a maior parte vai para o auxílio-alimentação e 16% para subsídios agrícolas. De acordo com a lei, fica prorrogada também a tarifa sobre importação de etanol até 2012, o que inclui o Brasil. E o limite de rendimento para que agricultores recebam subsídios subiu para U\$750 mil anuais. Ou seja, a economia americana é que está subsidiando de forma indevida essa questão, que acaba preocupando todo mundo em matéria de alimentação e a própria concorrência inapropriada.

Segundo informações que recebi, o Governo Bush pretende vetar o projeto que excede os gastos, que distorce o comércio e subsidia os agricultores num momento de preços recordes de grãos.

Enfim, Sr. Presidente, estamos diante de um problema gravíssimo para vários países, e os debates não param. No próximo mês, acontecerá, em Roma, a

“Conferência de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar Mundial e os Desafios Climáticos e a Bioenergia”.

Em novembro terá vez a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, em São Paulo, e o Conselho da União Européia já discute a utilização de 10% de etanol até 2020.

Espero que o mundo uma suas forças, Sr. Presidente, para encontrar soluções que viabilizem cada vez mais que o alimento esteja ao alcance de todos e que a sua produção seja suficiente para atender à crescente demanda.

Sr. Presidente, fiz rápida reflexão sobre a situação do Brasil, que comparei com a realidade dos Estados Unidos, mas também tentei mostrar uma expectativa de todo o mundo em relação à crise do alimento.

Sr. Presidente, se me permitir, nesse um minuto que me resta, quero apenas registrar – não vou lê-la – matéria produzida pela revista *Época*, de nome “Sul de todos os santos”. Trata-se de uma matéria muito interessante, de três páginas, que solicito fique registrada nos Anais da Casa. Lerei apenas o preâmbulo:

Não é Bahia. Nem o Rio de Janeiro. É o Rio Grande do Sul – das modelos de olhos azuis e dos sobrenomes cheios de consoantes – o Estado mais afro-religioso do Brasil. A fotógrafa Mirian Fichtner mergulhou por três anos nessa realidade surpreendente e testemunhou rituais nunca antes alcançados por uma câmera. *Época* apresenta com exclusividade as imagens de uma África de bombachas.

É bem interessante a matéria, Sr. Presidente, que surpreendeu até a mim. Diz que é efetivamente no Rio Grande do Sul onde as religiões de matriz africana são mais cultivadas. Só para se ter uma idéia, se compararmos com a Bahia, é três vezes maior do que na Bahia o culto à história do povo africano feito pelo meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Peço esse registro, numa verdadeira homenagem ao meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde a população negra não chega a 11%, mas já elegeu o primeiro deputado federal negro, o primeiro governador negro e o primeiro senador negro, que é este humilde Senador que está na tribuna neste momento.

Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Sul de todos os santos

NÃO É A BAHIA. NEM O RIO DE JANEIRO. É O RIO GRANDE DO SUL – DAS MODELOS DE OLHOS AZUIS E DOS SOBRENOMES CHEIOS DE CONSOANTES – O ESTADO MAIS AFRO-RELIGIOSO DO BRASIL. A FOTÓGRAFA MIRIAN FICHTNER MERGULHOU POR TRÊS ANOS NESTA REALIDADE SURPREENDENTE E TESTEMUNHOU RITUAIS NUNCA ANTES ALCANÇADOS POR UMA CÂMERA. ÉPOCA APRESENTA COM EXCLUSIVIDADE AS IMAGENS DE UMA ÁFRICA DE BOMBACHAS

OS CAVALEIROS DO RIO GRANDE

À beira do Guaíba, em Porto Alegre, a representação dos orixás do batuque, a mais tradicional das religiões afro-gaúchas, cultuada desde o século XIX. Sentado, de branco, Cleon de Oxalá, um dos mais antigos pais-de-santo do Estado, com casas em várias cidades brasileiras, além de Argentina, México, Estados Unidos e Portugal

ELIJANE BRUM

SIM, É OFICIAL. OGUM, O ORIXÁ guerreiro, prefere churrasco. A informação não é nova, mas sempre causa espanto. O Censo de 2000 mostrou que é o Rio Grande do Sul o maior enclave afro-religioso do Brasil: 1,6% da população. Na Bahia, onde tanta gente importante marca ponto em terreiros, apenas 0,08% identifica-se como adeptos de religiões de origem africana. No Brasil todo, 0,3%. Enquanto no país o número de afro-religiosos diminuiu, no Rio Grande aumentou. Que mistério é esse que faz com que exista uma África de bombachas justamente no Estado que adora enaltecer sua colonização européia e costuma esquecer a participação de negros e índios em sua história? Por que se fala tão pouco sobre isso?

Essas foram as perguntas que lançaram a fotógrafa gaúcha Mirian Fichtner num caminho cheio de encruzilhadas ▶

SOCIEDADE RELIGIÃO

fascinantes. Com a ajuda do jornalista Carlos Eduardo Caramez e do antropólogo Ari Pedro Oro, um dos maiores

especialistas em religião do país, Mirian mergulhou por três anos em um mundo regido por leis desconhecidas. Gaúcha descendente de italianos e alemães, batizada no catolicismo, mas sem religião definida, seguiu o som dos tambores silenciosos do Rio Grande. Com respeito, pedindo licença, entrou pela porta da frente de muitos dos 30 mil terreiros do Estado, divididos em três vertentes: batuque, a mais tradicional, umbanda e linha cruzada. E foi autorizada a registrar rituais até então fechados às câmeras. As entidades, incorporadas em pais e mães-de-santo, passaram a chamá-la de “Moça-Luz”, por causa dos flashes.

Em geral, o texto é o elemento que conduz uma reportagem. Mirian Fichtner inverteu o foco: fez uma reportagem em que as fotos contam uma história inédita, que estava ali, diante do olhar de todos, nos números do IBGE, mas quase ninguém via.

@ www.epoca.com.br

Confira mais fotos exclusivas de Mirian Fichtner sobre os rituais afro-gaúchos

Mais de 5 mil retratos iluminam uma zona de sombras do cotidia-

no dos gaúchos – e do Brasil. Deu ao trabalho o nome de *Cavalo de Santo*: assim são chamados aqueles cujo corpo é cavalgado pelas entidades espirituais durante a possessão.

A partir da terça-feira, os afro-gaúchos de Mirian serão exibidos em exposição. São 40 painéis e cem fotos projetadas em monitores e telão no Centro Cultural Justiça Federal, no Rio de Janeiro. No segundo semestre, um livro e um DVD serão lançados em edição bilíngüe. A cada uma das 160 páginas do livro aumenta o volume da pergunta: como foi possível ignorar uma realidade tão grandiosa por tanto tempo? *Cavalo de Santo* prova que há muito Ogum prefere churrasco, Oxum não dispensa uma polenta italiana e os Exus são doidos por batatas assadas ao modo alemão. ◆

PRETO VELHO DE BOMBACHA

No livro (acima) Mirian mostra que a culinária dos imigrantes europeus, a bombacha da tradição gaúcha e até a erva-mate do chimarrão foram incorporadas aos rituais religiosos de origem africana. Acima, Mãe leda de Ogum possuída pela entidade Preto Velho Pai Antonio da Banda de Lá. À direita, crianças e adultos preparam uma festa em homenagem aos orixás

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria um minutinho de atenção do Senador Paulo Paim, porque, na semana passada, não tive a oportunidade de participar de inúmeras atividades aqui no Senado, relacionadas ao 13 de maio, e audiências que o Senador realizou na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Não sei se o Senador prestou atenção em matérias que saíram, na semana passada, a respeito do anúncio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo o qual a população negra se iguala à branca em 2008. Trata-se de igualdade numérica, porque a igualdade de oportunidades ainda está efetivamente muito longe. Por exemplo, o equilíbrio salarial, na melhor das hipóteses, só aconteceria daqui a 30 anos, mais ou menos, se a gente continuar nesse ritmo e não houver políticas que possam efetivamente enfrentar essa desigualdade salarial.

As reportagens que saíram sobre a igualdade numérica são muito interessantes, Senador Paulo Paim. É claro que há um fator ligado à questão da fertilidade, da diferença do número de filhos ainda que da população afrodescendente comparativamente à população branca, mas é impressionante como todas as matérias colocaram a questão da valorização maior da cultura afro e da visibilidade que os afrodescendentes passaram a ter no último período.

Acho muito importante podermos fazer esse realce efetivamente, porque não foram poucas as políticas adotadas para dar essa visibilidade e a oportunidade de as pessoas saírem do armário. Ou seja, as pessoas estão se reconhecendo como afrodescendentes, estão se declarando, no censo, negros ou pardos, e, portanto, esse número, que agora chega ao equilíbrio. A igualdade entre brancos e afrodescendentes deve-se muito a essa política de visibilidade que, indiscutivelmente, no Governo Lula, acabou tendo uma série, inúmeras iniciativas. A primeira delas é a criação da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial. É a primeira vez que o nosso Governo Federal assume publicamente que há desigualdades e que precisa haver ação de governo para produzir a igualdade racial. Aquela história de país sem preconceito, todos nós sabemos que era história para boi dormir, porque basta ser mulher, basta ser pobre e basta ser negro para sentir na pele o que é a discriminação, o que é o preconceito existente nas diversas facetas; às vezes disfarçado, obviamente, mas presente, infelizmente, em muito do nosso cotidiano.

Além da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) – há agora celeuma no Supremo Tribunal Federal a respeito das cotas – foi implantada a política de cotas, o ProUni que reservou vagas. E estão aí os primeiros lugares do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) para demonstrar, de forma inequívoca, que quem acessa faz de tudo para aproveitar a oportunidade de ter a bolsa. Há a questão da demarcação dos territórios de quilombos em relação às quais tivemos polêmicas: o PFL, agora Democratas, entrou no Supremo para derrubar o Decreto da demarcação das áreas de quilombos, mas, indiscutivelmente, esta situação de visibilidade, de colocar as questões a público, de ter políticas para fazer o enfrentamento, deu coragem para uma parcela significativa da população afrodescendente se auto-reconhecer como tal. É por isso que no estudo do Ipea aparece não apenas a questão da diferença, mas também a questão de as pessoas terem mais coragem de assumir, de estarem agora mais animadas, de se perceberem acolhidas na sociedade brasileira para se autodenominarem afrodescendentes, negros ou pardos.

Por isso eu queria fazer este registro. Eu até havia separado o material para poder fazê-lo em uma das atividades que tivemos aqui, na comemoração, inclusive, dos 120 anos da Lei Áurea, mas não tive a oportunidade. Eu não gostaria, no entanto, de deixar passar sem fazer um comentário dessa importante constatação que o Ipea fez. E o estudo mostra a educação como uma das formas de superação das desigualdades: o ProUni e a política de quotas têm desempenhado um papel fundamental.

Por outro lado, venho também à tribuna, Senador Papaléo, para fazer o registro de que hoje estamos comemorando um ano do Programa de Desenvolvimento da Educação – PDE. Hoje, a partir das 15 horas, o Presidente Lula vai estar no evento que reúne Prefeitos, alguns milhares de Prefeitos de todo o País, para a assinatura de inúmeros convênios e liberação de recursos na área da educação.

Um ano após o lançamento do Programa de Desenvolvimento da Educação, apenas 118 Municípios, dos mais de 5.500 existentes no Brasil, ainda não aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Desse total de 118 Municípios, em torno de 20 estão sendo aguardados para participar do evento, quando assinarão esse compromisso. Nessa importante reunião, é justo realçar que a grande maioria, quase a totalidade dos Prefeitos em todo o Brasil, já assinou o Compromisso Todos pela Educação, que é de fundamental importância, porque, a partir do compromisso, o Ministério da Educação e a Secretaria de

Educação no Município, a Prefeitura, estabelecem um conjunto de metas e compromissos a serem desenvolvidos com a participação técnica e financeira do Ministério da Educação.

Esse Plano de Ação Articulada, que é o PAR, esse conjunto de compromissos que o Ministério da Educação e as Prefeituras municipais estão assumindo, é muito importante porque há inúmeros compromissos prioritários. Entre eles está a diminuição da evasão escolar; a alfabetização, com o compromisso de que as crianças sejam alfabetizadas até os oito anos de idade – e não aquela situação que infelizmente temos, em que detectamos que o adolescente, já na 7ª ou 8ª série, ainda não está devidamente alfabetizado; a definição de regras claras, baseadas em mérito e representação para a nomeação dos diretores e dos gestores escolares. Portanto, é um conjunto de medidas com metas, recursos e assistência técnica do Ministério, feito com os Prefeitos e com as secretarias municipais de educação que compõem esse Plano de Ação Articulada.

Dois mil, oitocentos e vinte e um Municípios já elaboraram o seu Plano de Ação Articulada. E é por isso que só agora o volume maior de recursos passa a ser liberado do Plano de Desenvolvimento da Educação. Inclusive jornais do dia de hoje e do final de semana dão conta de que muito pouco aconteceu ainda do PDE, muito pouco recurso foi liberado. E não foi liberado porque ninguém mais vai continuar liberando recursos sem que as Prefeituras, principalmente aquelas que têm o menor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, aquelas que mais precisam ter essa assistência, assumam compromissos também.

Do contrário, o recurso vai e, infelizmente, acaba indo sem ter o compromisso amarrado e, portanto, o retorno em termos de recuperação de diminuição de evasão, de aumento do nível de alfabetização, de uma gestão mais democrática, não é cumprido no Município. Por isso, a elaboração do Plano de Ação Articulada, com todos esses compromissos estabelecidos é condição *sine qua non* para a liberação dos recursos extraordinários que estão contidos no PDL, mas 2.821 Municípios já elaboraram o seu Plano de Ação Articulada. Portanto, esses Municípios já estarão contemplados.

Hoje serão assinados 2.080 termos de cooperação técnica, sendo que, desses 2.080, 1.242 serão com os Municípios prioritários, exatamente aqueles que têm o menor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; 448 são do programa Caminho da Escola, com um investimento de nada mais, nada menos de R\$72 milhões para aquisição de 513 veículos para o transporte escolar.

Todos nós sabemos, Senador Papaléo, da dificuldade das nossas Prefeituras para dar conta do transporte escolar, principalmente os nossos Municípios de base agrícola, que têm um volume significativo de quilometragem de estradas para fazer manutenção e também transportar os alunos para as unidades escolares.

Além desses compromissos, serão anunciadas também ações de desenvolvimento que representam investimentos da ordem de R\$1,3 bilhão, que vão desde a formação inicial de professores; formação continuada; formação de gestores e funcionários da escola; laboratórios de informática; a conexão banda larga para escolas – aquele programa tão importante feito de comum acordo com as empresas de telefonia –; ferramentas de planejamento para escolas e secretarias; ações de melhoria das práticas pedagógicas; recursos pedagógicos e materiais didáticos.

Serão assinadas também diversas autorizações que beneficiam muitos Municípios:

- 496 convênios do Pró-Infância, sendo 515 unidades escolares de creches e pré-escolas, num montante de R\$363 milhões;
- aquisição de sete mil laboratórios para escolas rurais – R\$29 milhões;
- aquisição de 22 mil laboratórios e pontos de acesso em escolas urbanas – R\$189 milhões;
- aquisição de 4.300 salas de recursos multifuncionais, 4.300 escolas públicas – R\$39 milhões;
- aquisição de 1.100 computadores portáteis para alunos cegos – R\$1,65 milhão;
- aquisição de materiais e equipamentos médicos para o Programa Saúde na Escola – R\$47 milhões; e
- aquisição de material gráfico para o Programa Saúde na Escola – R\$1,81 milhões.

É por isso que, ao término do meu pronunciamento, irei para a solenidade onde esses convênios e esses recursos estarão sendo assinados e repassados para esses Municípios, essas Prefeituras, que já assinaram os convênios e, principalmente, já elaboraram o seu Plano de Ação Articulada, o PAR, com o MEC. O compromisso dessas Prefeituras, de melhorar a qualidade da educação será efetivamente consagrado.

Espero, Senador Tião Viana, que, nós aqui do Senado também façamos o nosso PAR, o nosso Programa de Ação Articulada com a Educação para aprovarmos matérias importantíssimas que estão na pauta e nas comissões.

Quanto às matérias da pauta, quero me referir à DRU. Há uma PEC aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que a educação, em dois anos, seja retirada definitivamente da Desvinculação das Receitas da União; ou seja, para que aquela garfada de um quinto dos recursos da educação que a DRU faz deixe de acontecer em, no máximo, dois anos. Assim, a partir de 2008, que os 18% da famosa emenda Calmon passem a vigorar na íntegra: de tudo o que arrecada o Governo Federal, 18% obrigatoriamente serão integralmente aplicados no desenvolvimento do ensino. Esse projeto está na pauta, e espero que a gente consiga fazer a janela e aprovar essa PEC antes que sejam lidas novas medidas provisórias. Espero que tenhamos capacidade de fazer essa janela e aprovar essa importante matéria.

Espero também que, na próxima semana – nesta semana não será possível, porque não haverá reunião deliberativa a Comissão de Educação –, aproveemos dois projetos de minha autoria que são fundamentais. Um deles é para estabelecer preferencialmente a eleição direta para diretores de escola. O projeto já está prontinho, está na pauta, assim como o projeto que reserva no mínimo 50% das vagas no processo seletivo das nossas escolas técnicas federais para os alunos oriundos das escolas públicas.

As escolas técnicas federais estão em grande expansão. O Presidente Lula vai colocar em funcionamento 214 novas escolas técnicas até terminar o seu segundo mandato.

Muitas já foram inauguradas, outras estão em construção – até 2010 teremos 214 novas escolas técnicas –, mas é muito importante que, prioritariamente, essas vagas sejam disponibilizadas para alunos das escolas públicas, que normalmente são os alunos de menor faixa de renda, aqueles que mais necessitam ter sua profissionalização.

Espero também que o Senado da República aprove, muito rapidamente, os dois projetos que tratam da contratação de novos professores, tanto para as universidades federais quanto para a expansão das nossas escolas públicas, dos nossos Cefets. Esses dois projetos já foram votados na Câmara e estão chegando ao Senado. Também acho muito importante que nos dediquemos à aprovação desses dois projetos.

Por último, o projeto dos projetos. Refiro-me à uma reivindicação antiga, que vem desde a minha época de professora, de sindicalista – muita greve eu fiz, muita mobilização –, que é o piso nacional dos professores. Projeto contemplando essa reivindicação já foi aprovado na Câmara: serão R\$950,00 para o início de carreira – professores com nível médio, 40 horas –, extensivos aos aposentados. Foi isso o que a

Câmara aprovou e está chegando ao Senado. Espero que, efetivamente, tenhamos capacidade de votá-lo muito rapidamente, porque é impossível continuarmos tendo professores com essa disparidade de salário de estado para estado, de município para município. Como diz o Senador Cristovam Buarque – S. Ex^a dá um exemplo maravilhoso –, se o Banco do Brasil tem agência padrão, tem funcionários padronizados em termos salariais e de carreira, por que não podemos ter na Educação brasileira um padrão nacional, válido para todas as escolas?

O piso nacional é fundamental para buscarmos esse padrão.

É por isso que, da mesma forma que os municípios estão fazendo o seu programa de metas, o seu programa de compromissos com o Ministério da Educação, eu gostaria muito, Senador Valadares, que o Senado também tivesse esta ousadia: vamos fazer o nosso programa de metas, de projetos na área da Educação. São muitos, são todos importantíssimos, são todos imprescindíveis, e eu tenho certeza absoluta de que população nos avaliará muito melhor se assim fizermos.

Nós estamos tendo uma avaliação muito ruim por parte da população, mas se tivermos a capacidade de fazer um programa de metas, de aprovação de matérias em áreas que repercutem no cotidiano da população, como é a questão da Educação – aprovando a retirada da educação da DRU; aprovando a contratação de novos professores para as universidades federais e para as nossas escolas técnicas; aprovando a eleição para diretores de escola; aprovando a questão da reserva de vagas de alunos oriundos de escolas públicas para as nossas escolas técnicas e aprovando o piso nacional para os professores –, eu tenho certeza absoluta de que receberemos a aprovação da população de todo o nosso País.

Agradeço-lhe, Senador Valadares, é peço desculpas por ter me estendido um pouco mais.

Agora, como anunciei, vou participar da solenidade na qual o Presidente Lula e o Ministro da Educação Fernando Haddad estarão com alguns milhares de prefeitos do nosso País para assinar o repasse, as ordens de serviço e os convênios para importantes programas na área da educação municipal em todo o País.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana para uma comunicação inadiável.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Senadores Mão Santa e Papaléo Paes, o jornal *O Globo* de hoje traz uma consideração destacada sobre um comentário publicado no jornal **The New York Times** que diz o seguinte: “De quem é a Amazônia?”

Essa é a pergunta que faz o jornal **The New York Times**, ao dizer:

(...) que a preservação da Amazônia envolve uma disputa internacional. “De quem é esta Floresta Amazônica, afinal?”, pergunta a reportagem do correspondente do jornal no Rio, Alexei Barrionuevo. O “NYT” afirma que “um coro de líderes internacionais declara mais abertamente a Amazônia como parte de um patrimônio maior do que apenas das nações que dividem seu território”. O jornal lembra que o ex-vice-presidente americano Al Gore, em 1989, disse que, “ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, pertence a todos nós”. “Esses comentários não são bem-aceitos no Brasil e reacenderam velhas atitudes de protecionismo territorial e observação de invasores estrangeiros escondidos”, diz o jornal. O “NYT” afirma que o governo Lula tenta aprovar lei para restringir o acesso à floresta, exigindo licenças para estrangeiros e brasileiros.

Esse é o debate que está posto, um debate que teve repercussão em diversos jornais. Hoje, o jornal *O Estado de S. Paulo* faz ampla consideração sobre o tema; o jornal **The Independent**, há poucos dias, fez a mesma coisa; **El Clarín** tratou de questões dessa natureza; jornais franceses e outros jornais americanos fizeram o mesmo.

Então, o debate está posto. Tem sido recorrente a ocupação do espaço jornalístico com esse tipo de consideração, dando como questionável a soberania da sociedade brasileira sobre a região amazônica ou a soberania do Estado brasileiro perante a Amazônia.

Esse debate não é de hoje. O Senador Marco Maciel lembra muito bem que, em 1994, tivemos a implantação, no governo Fernando Henrique, da chamada Política Nacional Integrada para a Amazônia, que tinha como órgão de coordenação o Conselho Nacional da Amazônia Legal, chamado Conamaz.

Em 1999, o Senador Jefferson Péres subiu àquela tribuna do Senado para lamentar que não havíamos

tido mais do que uma reunião do Conamaz, que envolve os Governadores dos Estados amazônicos e os Ministros de Estado ligados à área na tentativa de implantar um fórum permanente que criasse uma interface entre as políticas da Amazônia para o chamado desenvolvimento regional correto.

Disse o então Presidente Fernando Henrique, ainda àquela época, em julho de 1995, quando da implantação do chamado Plano Nacional da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal: “Os objetivos e diretrizes traçadas no presente documento passam a ser, por minha determinação explícita, um marco fundamental para que todos os órgãos da Administração Federal ajam de forma concertada na região”. E diz mais o ex-Presidente Fernando Henrique: “A Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal constitui a base para um ousado projeto amazônico que meu governo levará a cabo nos próximos anos”.

O que tivemos como consequência? Uma disputa setorial de Governadores, uma disputa de Senadores, uma disputa de Deputados Federais e de Prefeitos pelo atendimento das chamadas verbas apresentadas nas agências estatais, nos órgãos estatais, no Banco da Amazônia, na Suframa, via Sudam de então, mas nunca tivemos uma ação integrada, articulada e definitiva entre os Governadores para criar um fórum permanente.

Esse fórum, para ser instalado, precisa da decisão do Presidente da República, precisa de uma determinação do Chefe de Estado para que os Governadores amazônicos estejam reunidos e estabeleçam as diretrizes de uma ação permanente, articulada e bem definida sobre o chamado desenvolvimento regional.

Então, parece-me que a ausência desse Conselho Nacional da Amazônia Legal está refletida muito nesse tipo de especulação que estamos observando, entra mês, sai mês, nos jornais internacionais, questionando a soberania do Brasil perante a Amazônia.

Não tem sido fácil. O Brasil afirma que dá um belo exemplo histórico quando nós temos mais da metade da Floresta Amazônica preservada em razão de políticas de áreas de conservação, de reservas indígenas, de áreas de proteção legal como um todo. Contudo, infelizmente, a opinião que prevalece, possivelmente sustentada por muitos melancólicos ativistas da chamada defesa da Amazônia como santuário, é que nós temos uma derrota única, crescente e progressiva, não considerando o avanço na área de monitoramento, o avanço nas políticas de transversalidade – como tão bem fez a Ministra Marina nos anos em que esteve à frente da pasta do Meio Ambiente –, os avanços e os contrapesos que nós tivemos exatamente na política de defesa da Amazônia brasileira.

Então, esse debate está posto. Ele exige de nós uma ação mais consistente, um confronto com essa atitude pretenciosa dos países ricos em querer questionar a soberania do Brasil perante nós mesmos, como representantes das políticas públicas, e perante nossa responsabilidade com o desenvolvimento regional.

Acho que o desafio está posto, Sr. Presidente. Acredito que o Presidente Lula pode dar um passo à frente muito consistente para nos garantir segurança e estabilidade na condução política da questão amazônica, que é exatamente convocar o Conamaz para que os Governadores dos Estados amazônicos, os Ministros que estão ligados à Região Amazônica, possam participar de um fórum permanente, para que entendam o que outros países ricos querem hoje, que é menos especulação sobre o questionamento da autonomia e da autoridade da soberania brasileira, e mais um novo parâmetro de cooperação, de relação interativa, de política que possa permitir novas práticas de desenvolvimento sustentável definitivo para a Região Amazônica.

Então, isso que está no jornal **O Globo** de hoje deve servir como um alerta e como uma chamada à responsabilidade para todos os Governadores da Região Amazônica, para os 24 Senadores que compõem os oito Estados que representamos na Amazônia Legal, para quase uma centena de Deputados Federais e para os Prefeitos da região, a fim de que possamos, de modo articulado, estabelecer um fórum permanente de defesa e discussão de uma política verdadeiramente sustentável para a Amazônia.

A melhor resposta para a especulação é a ação. Esse tipo de atitude equivocada e inconveniente, para nós, brasileiros, deve ser respondida exatamente com ações fruto da autoridade de um Estado que está organizado, que tem fórum permanente e que discute, à altura do seu tempo, o que é o Brasil ter hoje a maior floresta tropical do Planeta, a maior reserva de recursos hídricos, em termos de água doce, do Planeta, a maior área de concentração da biodiversidade do Planeta e, seguramente, a maior reserva mineral do Planeta.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, uma complementação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, nossa Amazônia é o maior tesouro da humanidade hoje. Não podemos desperdiçar isso com um debate fragmentado: ora são os militares externando suas preocupações em relação à democracia...

(Interrupção do som.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – (...) ora os militares numa posição isolada, preocupando-se com demarcação de terras indígenas; em outro momento,

ONGs, muitas vezes fazendo alarmismo, rompendo com o respeito às políticas públicas que o Governo brasileiro implanta, exagerando, portanto, nas suas preocupações, passando apenas um ar infausto, um ar de melancolia, um ar de tragédia sobre o que ocorre na Amazônia. Não é bem assim o debate que deve ser travado. De outro lado, há a falta de reunião efetiva dos Estados amazônicos, dos Ministros ligados à área e do Presidente da República, coordenando esse fórum.

Então, faço um apelo para que possamos ficar atentos...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – (...) em relação a esse tipo de especulação.

Concedo, encerrando meu pronunciamento, aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Atentamente, o Senador Papaléo e eu ouvimos as suas palavras – e o Brasil todo também. V. Ex^a tem de fazer um apelo para nosso Jorge Viana assumir, porque S. Ex^a tem um currículo puro, livre e tem experiência administrativa. Quer dizer, com tudo isso, nasceu a confiança. Com esse que vem aí, não. Tenho um bocado de *e-mails* aqui que não sei se são verdadeiros, não. Nem vou comentar, porque, desse negócio de bandidagem, não entendo! Mas eles existem e são pesados. Estão aqui para eu ler. O irmão de V. Ex^a preencheria muito bem. E não é uma esperança, mas a certeza da grandeza da Amazônia, pela pureza que ele representou, pela experiência administrativa que ele tem, como Prefeito, Governador. Por uma visão empresarial, que é necessária, acho que nós – V. Ex^a e nós – temos de fazer um apelo para o Jorge Viana ajudar nosso Presidente da República. Tenho um bocado de *e-mail* metendo o pau no que vai entrar – não vou ler os *e-mails*, não conheço quem os enviou. Não gostei nem da fotografia dele, com aquele jeitinho! Estou com Jorge Viana. O Luiz Inácio não atende a um apelo nosso, meu e do Papaléo, que é da Amazônia! Seu irmão é qualificado para substituir a Marina, que representa bem a Amazônia, é um ícone. O Jorge Viana também, com mais essa certeza da experiência administrativa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concluo, reafirmando, Sr. Presidente, a necessidade de haver um fórum amazônico permanente, que discuta o tema e que não deixe espaços vazios para afirmação da política correta para nossa região.

Hoje, a equação vai ser resolvida entre racionalizar a velocidade da expansão econômica na região e a política de desenvolvimento sustentável, que tão bem nossa Ministra Marina Silva defendeu.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Tião, permita-me: quero, primeiramente, reconhecer em V. Ex^a um homem realmente digno e conhecedor do assunto e dizer que a Amazônia é uma instituição extremamente séria deste País, que precisa ser olhada com muita responsabilidade. E, aqui, quero registrar a passagem da Ministra Marina Silva pelo Ministério e reconhecer nela uma pessoa de conhecimento, capaz e que, infelizmente, encontrou muitos obstáculos. E, com o gesto de deixar o Ministério, provocou, sim, uma maior atenção do Governo para o assunto, maior responsabilidade. Quanto ao novo Ministro, dei uma entrevista a respeito. Não o conheço, não sei quais as atuações dele. Porém, quero dizer que, na minha entrevista, eu contestava o fato de ele não conhecer a Amazônia, inclusive declaradamente. Isso não o impede de assumir o Ministério, mas precisávamos de um homem, como o Senador Mão Santa disse, como o ex-Prefeito, o ex-Governador do Estado do Acre, seu irmão, Governador Jorge Viana. Conhecemos a capacidade dele. Ele tem uma folha corrida de serviços prestados ao País e tem registrado seu nome como homem sério, como homem competente. Por isso, queríamos questionar esse lado para trazer para esse Ministério pessoas que realmente conheçam a Amazônia, conheçam aqueles meandros, as manhas que existem ali, por trás daquelas ONGs, principalmente.

(Interrupção do som.)

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Logicamente, não estou generalizando as ONGs; são específicas e envolvem nossa desconfiança em relação a elas. Então, quero parabenizar V. Ex^a e reconhecer no seu irmão, hoje, o nome mais indicado para substituir a Ministra Marina Silva. Tenho certeza de que ela compreenderia que ele, assumindo esse Ministério, não estaria, de forma alguma, entrando em confronto com ela.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a e a tolerância do Presidente Antonio Carlos Valadares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Felicito o Senador Tião Viana pelo oportuno pronunciamento sobre a Amazônia. A Amazônia é, efetivamente, um patrimônio da Terra, mas, antes de tudo, dos países daqui, da América Latina, que integram a Amazônia, assim como, no passado, o Oeste americano foi um patrimônio da humanidade, invadido pelos brancos. E todo o território foi degradado, os índios foram assassinados e, hoje, os americanos voltam suas vistas para a Amazônia, quando deveriam ter preservado grande parte do território do Oeste americano.

Portanto, é um pronunciamento da mais alta magnitude este que foi feito pelo Senador Tião Viana, valorizando, sem dúvida alguma, esse patrimônio nacional.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes como orador inscrito.

O SR. PAPANÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não quero, aqui, ser repetitivo, mas vou ser.

Uma das funções precípuas do Poder Legislativo é legislar – isso é óbvio –, e o Poder que não souber defender suas prerrogativas, seguramente não estará bem representando a sociedade. Tende a se apequinar, a se tornar quase inócuo, irrelevante.

Por certo, essa não será a situação presente do Senado brasileiro, que consegue ainda manter viva, graças, sobretudo, ao empenho da Oposição, a consagrada separação dos Poderes, como, aliás, preconiza a nossa Constituição.

Fazer-se presente no cotidiano da sociedade é uma obrigação dos representantes populares, é parte intrínseca da função pública; logo, não temos o direito de titubear ou abdicar dessa posição. Mas essa presença, que se materializa por várias vias, como a gestão e o encaminhamento político das causas sociais mais relevantes, positiva-se, sobremaneira, na lei da qual devemos ser, incontestavelmente, os principais artífices. No entanto, não é exatamente o que se vê na atualidade, embora esta Casa e a Câmara dos Deputados disponham de um portfólio de altíssimo valor em termos de produção legislativa – e sobre isso falarei adiante.

Depois que o Constituinte de 1988 enterrou os mal-afamados decretos-leis e, buscando inspiração no Direito italiano, deu vida institucional, entre nós, às medidas provisórias, pensávamos todos, há exatas duas décadas, que se veria mitigada a voracidade legiferante do Poder Executivo.

Qual nada! O que se vem observando é uma escalada sem limites na edição de medidas provisórias, que se substituíram despudorada e impunemente ao processo legislativo tradicional. E o fazem cotidianamente, sem ao menos observar os requisitos constitucionais de relevância e urgência.

Ironia das ironias: hoje, o outrora crítico feroz das medidas provisórias, confortavelmente instalado no Palácio do Planalto, diz que é impossível governar sem elas.

Na tentativa de barrar essa marcha equivocada, até mesmo o Presidente de nossa mais alta Corte,

Ministro Gilmar Mendes, defendeu com veemência e coragem as prerrogativas do Poder Legislativo. Em seu discurso de posse, o novo Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao lado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criticou o excesso na edição de medidas provisórias pelo Presidente da República. *“O já desgastado modelo de edição de medidas provisórias afeta a construção de um processo democrático livre e dinâmico”*, asseverou Gilmar Mendes.

Por seu turno, não tem sido menos incisivo o Senador Garibaldi Alves Filho, que, com muita compostura e independência, dirige esta Casa. Em intervenções públicas freqüentes, e junto ao próprio Presidente da República, o Senador Garibaldi tem criticado o excesso de medidas provisórias editadas pelo Executivo. Inclusive, alertou o Chefe do Governo para o fato de que ele (Lula) *“não poderia entrar para a História como o Presidente que editou medidas provisórias da forma absurda como tem feito.”*

Nos últimos meses, tem ficado explícita a preocupação do Presidente Garibaldi Alves Filho de levar o Senado Federal à retomada do diálogo com a sociedade brasileira. Muitas das intervenções e dos movimentos que executa têm relação com essa nobre e indispensável missão.

Mas, vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: não basta dispormos de um dos mais sofisticados e profissionalizados complexos de comunicação institucional pública do País e, possivelmente, da América Latina. Todos esses canais devem ser utilizados para incrementar o entendimento dos legisladores com a sociedade, para que consigamos melhor ouvi-la e interpretar com fidelidade suas verdadeiras necessidades e seus interesses.

Não compete a um Legislativo minimamente independente fazer o proselitismo ou repercutir e apenas defender – muitas vezes contra a ética e contra o senso comum – os interesses e as vontades que partem do outro lado da Praça dos Três Poderes. É preciso olhar para o eleitor, estar atento à sociedade. É desse olhar que o Brasil precisa agora. O Parlamento não pode viver como um apêndice do Poder Executivo.

Todas essas reflexões, Sr. Presidente, parecem extremamente necessárias para que, sob sua liderança, consigamos recuperar nossa capacidade de iniciativa e produção legislativa, e de bem representar todos os brasileiros. Méritos certamente detemos, mas, ao longo dos anos, tornamo-nos muito vulneráveis às invectivas do Palácio do Planalto.

Se bem abraçamos o modelo tripartite na divisão de poderes, é necessário mantermo-nos fiéis à con-

cepção de Montesquieu, enriquecida pela experiência de tantas gerações que nos precederam e pelo aporte crítico-teórico que vimos recebendo regularmente.

Na verdade, hoje chegamos a uma situação de quase inexistência do tradicional sistema de freios e contrapesos, essencial para o equilíbrio dos poderes do Estado. Ainda assim, o Senado Federa desponta – insisto, graças à Oposição – como o último baluarte desse sistema entre nós.

Não quero, absolutamente, deixar um registro amargo nesta minha intervenção. Entretanto, entendendo que me competia verbalizar essa preocupação, essa indignação que se abate sobre o Congresso Nacional quanto à nossa prerrogativa constitucional de legislar.

Para concluir, Sr. Presidente, quero recordar algumas das mais relevantes normas ordinárias. São leis com forte impacto e repercussão social, aprovadas nas últimas duas décadas. E vou mencionar apenas algumas, visto que entre 1990 e o corrente ano o Congresso votou mais de 3.650 leis ordinárias.

Refiro-me, por exemplo, ao Código de Defesa do Consumidor, que provocou uma verdadeira revolução nas relações de consumo no Brasil e cujo impacto se faz sentir cotidianamente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, aprovado também em 1990, foi um verdadeiro marco para as mudanças no tratamento que a sociedade deve dispensar a todos os jovens, além de abrir perspectivas inéditas e promissoras para milhões de crianças brasileiras.

Em 1996, aprovamos a Lei nº 9.313, dispondo sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do vírus HIV. Essa norma, Sr. Presidente, foi essencial para amenizar o sofrimento de tantos brasileiros atingidos pela Aids e auxiliou o Brasil a tornar-se referência internacional no combate à moléstia.

Concedo o aparte ao nobre Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Papaléo Paes, desejo cumprimentar V. Ex^a pelo discurso que produz nesta tarde, ferindo questão que preocupa não somente o Senado Federal, mas também a Câmara dos Deputados. Desde o Império, optamos pelo sistema bicameral; a Constituição de 1824, instituiu um Senado – sem as características atuais, posto que vitalício – e uma Câmara de Deputados. Então, o Senado cumpriu um papel muito importante durante o Império, embora com certas limitações. A mesma coisa podemos reportar à outra Casa, que então se denominava Câmara de

Deputados A partir da proclamação da República e, de modo especial, com a Carta de 1891, começamos a ter um Congresso na plenitude da tríplice função que vem de herança da revolução inglesa de 1215, de legislar, de fiscalizar a Administração Pública e de ser foro de debates das grandes questões nacionais. Aliás, essa frase não é minha, é do ex-Presidente dos Estados Unidos da América do Norte Woodrow Wilson, por duas oportunidades e em momentos críticos do seu país durante a Primeira Guerra Mundial. As medidas provisórias, como V. Ex^a salienta, são que estão sendo baixadas pelo Presidente da República sem respeitar sequer os pressupostos de urgência e relevância, causando a total incapacidade de o Congresso ter sua agenda. V. Ex^a leu alguns dos muitos projetos de lei aprovados pelo Congresso ao longo desses últimos anos e destacou alguns deles, mas muitos outros poderíamos levantar. Hoje não podemos dizer a mesma coisa. Estamos praticamente circunscritos à tarefa de apreciar medidas provisórias que trancam a pauta; mais do que isso, nos impedem de apreciar os vetos. Estávamos, há bem pouco tempo, com 1.070 vetos pendentes de apreciação, vetos que vieram da administração do Presidente Itamar Franco, atravessaram o octoênio do Presidente Fernando Henrique Cardoso e chegaram aos nossos dias. É certo que o Congresso, por iniciativa que quero louvar também do Presidente Garibaldi Alves Filho, já fez duas sessões para apreciação de vetos. Já foi um avanço, mas ainda é muito pouco. O que nos cabe fazer agora é repensar esse instituto da medida provisória. A Constituição vai fazer 20 anos em outubro, e o País vive uma situação de estabilidade política. Aliás, a grande conquista da Constituição de 1988 foi termos construído instituições capazes de responder às demandas da sociedade. Nesse sentido, podemos dispensar as medidas provisórias por duas razões pelo menos. Primeiramente, porque o Presidente já tem assegurada, pelo § 1º do art. 64, a possibilidade de enviar ao Congresso Nacional, em casos de urgência, projetos de lei que considere importantes para o País. Nunca o Congresso deixou de atender essas urgências quando invocadas pelo Presidente da República. Em segundo lugar, porque as medidas provisórias são, como V. Ex^a lembrou, um instituto que nasceu na Itália, no parlamentarismo. O Brasil é presidencialista. Aliás, em toda a nossa história, no período imperial, no Primeiro e no Segundo Reinados, durante todo o período republicano, praticamos o presidencialismo, salvo aquele pequeno hiato entre 1961 e 1963, quando tivemos um parlamentarismo meio *sui generis*, em função do qual voltamos

ao presidencialismo. A medida provisória não se compatibiliza com o regime presidencialista, tem um viés autocrático. Então, devemos pensar essa questão e tentar recuperar o papel do Congresso que está, de alguma forma, com suas atividades extremamente reduzidas por causa das medidas provisórias. Precisamos gerar uma consciência nesta Casa e também na Câmara dos Deputados, para que retiremos do texto da Constituição esse instituto que não guarda nenhuma compatibilidade com o sistema presidencialista nem com a sociedade verdadeiramente democrática. Por isso, quero renovar cumprimentos a V. Ex^a. Espero que V. Ex^a seja ouvido e possamos dar ao País novos tempos, libertando-nos deste guante, deste jugo que representam as medidas provisórias.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel. Realmente, fico muito feliz em ouvir V. Ex^a, que é conhecedor da matéria e que tem a experiência de ter comandado este País em diversas oportunidades.

Realmente, a Constituição já garante ações de governo, e a medida provisória em nada faria falta. Por isso, até lembro que fui autor de um projeto para a extinção das medidas provisórias. Nesse projeto, eu justificava que o regime de governo do Brasil é o presidencialista e que a medida provisória praticamente é cópia de um dos artigos da Constituição da Itália, cujo governo é parlamentarista. Então, fico satisfeito por ouvir isso de V. Ex^a e por saber que há um grande baluarte nesta Casa que é a favor da extinção da medida provisória.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a hoje é um Parlamentar que merece muito respeito. O País todo deve a V. Ex^a. Aqui, estamos salvaguardando a maior conquista da civilização: a democracia. Ali está Marco Maciel, que representa a pureza democrática. Foi ex-Vice-Presidente da República; assumiu como Vice 87 vezes. Quando essa história for bem contada, sem dúvida alguma, S. Ex^a vai ser tido como o melhor Vice-Presidente do Brasil e do mundo, pelo seu comportamento ético. Mas eu queria dizer algo a V. Ex^a. Ô Antônio Carlos Valadares, desculpe-me, V. Ex^a está me olhando, mas V. Ex^a é muito importante neste momento. Tenho admiração, respeito por V. Ex^a. Veja bem, estão ali V. Ex^a e Rui Barbosa. V. Ex^a é amante do direito e da justiça. Rui, que está ali, disse que só há um caminho e uma salvação: o direito e a justiça. Olha, V. Ex^a é de um Partido puro, o PSB, do nosso Miguel Arraes. V. Ex^a tem o dever moral – V. Ex^a está aí, na Presidência deste Se-

nado – de aconselhar Luiz Inácio Lula da Silva, nosso Presidente. Que o Luiz Inácio é simpático é verdade! Que tem empatia é verdade! É carismático, tem muitos votos, ganhou as eleições e é nosso Presidente. Votei nele em 1994. Mas atentai bem: V. Ex^a é o culpado, Antônio Carlos Valadares, porque V. Ex^a sabe. A ignorância é audaciosa. V. Ex^a não simboliza a ignorância, não; V. Ex^a simboliza o saber, o saber jurídico. Sócrates já dizia que só há um grande bem, o saber, e que só há um grande mal, a ignorância. Sei que há muito alopado e ignorante, mas V. Ex^a é responsável. Olha, está aqui a Constituição. Papaléo, eu andava com a sua, que desapareceu: está no meu gabinete. Eu risco a sua. Fui procurar o que quero nesta aqui e vi que está toda riscada. Ô José Agripino, quem não se lembra de Ulysses Guimarães, em 5 de outubro de 1988, beijando a Constituição e dizendo “desobedecer à Constituição é rasgar a Bandeira brasileira”? Quanto a Luiz Inácio, não sei, acredito que, até na bondade dele, são os alopados que estão fazendo o Luiz Inácio. Eu quero, todos nós queremos que ele seja um grande Presidente. Mas Ulysses, que está encantado no fundo do mar, disse que isso não dá certo. Ele desobedeceu à Constituição. Primeiro, vamos botar cinco logo. Dei uma palestra, Papaléo, para estudantes universitários de Direito, no Piauí, na Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas de Piauí (Novafapi). É juventude pura! Aí eu ia pensando como devia começar a palestra e eu me lembrava de uma música. Para mim, o melhor cantor é este: Ricardo Chaves, do trio elétrico da Bahia. Ele é sobrinho do Antonio Carlos Magalhães. Ele termina o *show* dele assim: “Acabou, acabou...”. Vou começar a palestra assim: acabou, acabou a democracia no Brasil. Acabou a democracia. V. Ex^a vem de Montesquieu. Não é só o Legislativo, não; ele está ferindo tudo. Primeiro, há a questão da medida provisória. Há mais de cinco anos, estamos denunciando, fazendo pensar quanto à urgência e à relevância, mas chegou o abuso. Padre Antônio Vieira, Papaléo, disse que “um bem é seguido de outro bem”. Antonio Carlos Valadares, eu digo, por analogia: um mal é seguido de outro mal. Então, há o critério da urgência e da relevância. Quase quatrocentas já vieram aí. Aqui, há 250 artigos. Há mais medida provisória do que a Constituição. Em segundo lugar, diz aqui o livro que medida provisória para crédito orçamentário só em caso de calamidade publica: terremoto, maremoto, *tsunami*, guerra. A justiça é para isso. Na democracia, os Poderes são equipotentes, um serve para frear o outro; os Poderes são iguais, são harmônicos. Pedindo aqui uma participação do mundo político, dos partidos

de Oposição, eles decretaram lá... Eu já dizia isso, porque fui Prefeitinho e fui Governador de Estado – Antonio Carlos também o foi. Ele está omissivo. Ele deveria dizer para o Luiz Inácio que não foi nem “Prefeitinho” nem Governador. E aí há essa atenuante. Eu dizia: “Pedi”. Não vou dizer que não pedi crédito na minha prefeitura e no meu governo, mas a gente o pedia em outubro, em novembro, porque faltava dinheiro. Mas pedir crédito em fevereiro é descaramento, é ignorância, é bandidagem, é ladroagem. Como é que não há planejamento? V. Ex^a deve ter pedido crédito, mas em novembro ou em dezembro, como eu. Isso é razoável, pois pode ter faltado dinheiro para educação, para saúde. Mas pedir crédito em fevereiro ou em março? Luiz Inácio, isso é safadeza, isso não existe! Vossa Excelência tem dois Ministros do Planejamento: um alopado e um que já estava aí. É verdade. E nós, aqui, denunciemos, Antonio Carlos. V. Ex^a sabe tudo, sabe a verdade. O Luiz Inácio devia levá-lo para lá, para o Palácio. Está aqui meu Richelieu: Antonio Carlos Valadares. Todos nós acreditaríamos nele. Eu acreditaria nele se ele o levasse para lá. Aqui está o novo Richelieu da democracia! Eu ia dizer, Papaléo: “Agora vai, porque ele sabe”. Mas aí foi para a Justiça. E o que a Corte Suprema disse? O que disse o Supremo Tribunal? O que dizíamos, que não podia. No dia seguinte, quero crer que não tenha sido o Luiz Inácio, mas um alopado que mandou ele meter uma seguinte, para dar medo em funcionário público, para botar aqui. De uma cajadada só, um alopado fez o Luiz Inácio desmoralizar a Corte Suprema. Aqui, nós já estávamos avacalhados. Até que não sentimos muito. Mas, no dia seguinte, veio isso. Aí é que vamos ver a reação do Garibaldi. Eu votei no nosso... Digo que é nosso, porque eles diziam que iam combater, mas já caíram. Está aí o Garibaldi, e, se S. Ex^a também não combater isso... É uma desmoralização! Mas, Antonio Carlos Valadares, atentai bem! V. Ex^a é o Richelieu. Pelo menos, só quero isso. O PMDB de moral, o PMDB de vergonha, o PMDB de dignidade está pedindo! Só quero isso do Presidente! Eu é que represento o PMDB, não pilantras que pensam que o representam! Estou pedindo que V. Ex^a seja o Richelieu. Luiz Inácio, no Ceará, no sol quente, Marco Maciel – V. Ex^a é do Nordeste –, diante do nosso homem trabalhador, disse: “Esse juizinho não meta o bico aqui na política, não! Se ele quiser, largue sua toga e venha se candidatar a vereador, que perde!”. O “juizinho” é o Ministro Marco Aurélio, da Corte Suprema, do STF. Ele saiu antes do tempo do TRE, porque estava advertindo que não devia ser feita propaganda política antes de 6 de julho,

como diz a Constituição. E mais, Senador Pedro Simon, ô Richelieu, pelo menos estou fazendo um pedido sério, de um PMDB sério. Arrumo um abaixo-assinado dos homens sérios do PMDB deste Brasil, e V. Ex^a vai ser o novo Richelieu, para mostrar a Luiz Inácio o que é a lei. A lei é divina. Deus a entregou a Moisés. O Filho de Deus, na montanha, disse: “Bem aventurados os que têm fome e sede de justiça!”. Lei é para ser obedecida, Luiz Inácio! Então, Senador Pedro Simon, de quem consigo também assinatura, entre uma campanha que se sabe... Fui governador e dei muitas terras, muitas. Acho que a terra é de quem nela nasce, nela mora e nela trabalha. Mas terra com área acima de 2,5 mil hectares nunca dei, porque, na Constituição, está escrito que concessão de terra com área superior a 2,5 mil hectares deve vir para o Senado, para que se saiba para quem é, o que se vai fazer. Uma mulher, na Justiça, brecou, conseguiram uma liminar, e Luiz Inácio está dando 96 mil hectares no Amazonas. Aí vem uma justificativa, e pensam que a gente é idiota. Idiotas são os aloprados! Eu sou é professor de Biologia. Aí eles disseram que deram só a floresta, não deram a terra. Olha aí, Papaléo, olha aí! Então, vem o índio. Olha que aquilo é malandragem, aquilo não existe. Tu sabes quantos Piauí cabem lá? Doze Sergipes, Estado de V. Ex^a, cabem dentro do Piauí. Oito Piauí cabem nas terras do índio. Quarenta Suíças, aonde vamos, para representar bem este País num congresso de Direito, cabem nas terras dos índios. O Luiz Inácio não poderia demarcar isso sem mandar aqui para o Senado, para sabermos o que vai fazer e o que está por trás disso. Marco Aurélio – o “juizinho”, como ele disse, mas que é o Rei Salomão, uma dádiva da Justiça – saiu antes do tempo do TRE, para não ser desmoralizado, pois ainda tinha tempo. V. Ex^a e todo mundo estão vendo que isso é propaganda política. Então, Papaléo, isto aqui é para se respeitar. Antonio Carlos Valadares, salve! Junte seu Partido ao meu Partido e se apresente: “Vou orientar Luiz Inácio. Serei o Richelieu”. Aí esta democracia estará salva.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Quero reconhecer em V. Ex^a um dos que denunciam aqui, com muita frequência, a exorbitância que é governar por meio das medidas provisórias.

Sr. Presidente, depois de décadas de debates, de polêmicas e de muitas idas e vindas, em 2002, o Congresso votou o novo Código Civil e trouxe à contemporaneidade as normas que regulam as relações entre os cidadãos. Não foi tarefa fácil! Substituí-a-se ali o Código de 1916, nascido do gênio de Clóvis Be-

vilácqua. No ano seguinte, em 2003, foi a vez da Lei do Desarmamento. Certamente, não terá sido o texto definitivo e não acabou com a violência entre nós, mas demos um passo importante para coibir o uso indiscriminado de armas e para garantir mais segurança a todos os cidadãos.

Há dois anos, o Congresso encaminhou à sanção presidencial a Lei nº 11.340, a chamada Lei Maria da Penha, estabelecendo mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, uma norma que chegou tardiamente, é certo, mas que carrega uma força impositiva e um simbolismo que já está alterando as relações familiares de todo o País.

Enfim, Sr. Presidente, essas são apenas algumas das contribuições maiúsculas do Parlamento ao ordenamento jurídico, em constante processo de aperfeiçoamento, e às interações sociais em nosso País.

O Poder Legislativo, como se vê, a despeito dos revezes, está presente no dia-a-dia de todos os brasileiros. Ao reconhecê-lo, no entanto, não devemos deixar de continuar trabalhando na recuperação integral de nossas prerrogativas, especialmente na condução do processo legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Papaléo Paes, estamos inteiramente de acordo em que as medidas provisórias prejudicam o funcionamento normal do Legislativo e devem ser objeto de apreciação – como já estão sendo – pela Câmara dos Deputados. Sua regulamentação já passou pelo Senado, faltando uma última palavra da Casa vizinha, que é a Câmara dos Deputados. Creio que toda e qualquer modificação, inclusive sua exclusão do mundo jurídico do Brasil, depende do Congresso Nacional, porque, dificilmente, o Presidente da República abre mão do poder que tem. Se não legislarmos para reconquistar nossos direitos, nossas atribuições e nossas competências legiferantes, não será o Executivo que tomará essa iniciativa. Cabe a todos nós, no cumprimento de nosso dever constitucional, fazer uma regulamentação, a mais urgente possível, das medidas provisórias, quem sabe até extingui-las, porque há medidas alternativas em que o Poder Executivo poderá assumir e adquirir a governabilidade do País sem a necessidade das medidas provisórias.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Marco Maciel, vou ler um requerimento que está sobre a mesa.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

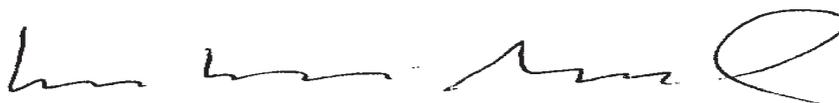
São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 605 , DE 2008

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento da Acadêmica Zélia Gattai, ocorrido no dia 17 de maio, na cidade de Salvador:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências:
 - a seus familiares;
 - à Academia Brasileira de Letras;
 - ao Governo do Estado Bahia.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 2008.



Senador Marco Maciel

REQUERIMENTO Nº 606, de 2008

*Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento da escritora **ZÉLIA GATTAI**, ocorrido no último dia 17 de maio deste ano.*

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, **VOTO DE PESAR** pelo falecimento, ocorrido no último dia 17 de maio, da escritora e acadêmica **ZÉLIA GATTAI**.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

JUSTIFICATIVA

Zélia Gattai foi, antes de tudo uma grande brasileira. Era filha de imigrantes italianos e nasceu no dia 2 de julho de 1916, na capital paulista, onde passou toda a infância e a adolescência. A família da escritora foi bastante atuante no movimento político-operário. Em 1938, o pai de Zélia chegou a ser preso pela polícia política do Estado Novo. Essa convivência inspirou o primeiro livro da escritora: "Anarquistas, graças a Deus".

Durante 8 anos foi casada com Aldo Veiga, intelectual e militante do Partido Comunista. Dessa união nasceu o primeiro filho

da escritora, Luiz Carlos, hoje com 66 anos. Em 1945 conheceu o escritor Jorge Amado. Com diversos interesses em comum, os dois passaram a trabalhar no movimento pela anistia dos presos políticos. Pouco tempo depois se apaixonaram e passaram a viver juntos. Depois de alguns anos no exílio, o casal retornou ao Brasil em 1952 e viveu no Rio de Janeiro, na casa dos pais de Zélia, durante 11 anos. Em 1978, após 33 anos de companheirismo, Jorge e Zélia oficializaram a união. Dessa união nasceram os dois filhos do casal, Paloma e João Jorge.

Em 1963, o casal resolveu fixar residência em Salvador. E foi lá que Zélia passou a se dedicar mais à literatura. Além de “Anarquistas, graças a Deus”, escreveu os livros de memórias “Um chapéu para viagem” (1982), “Senhora do baile” (1984), “Jardim de inverno” (1988) e “A casa do rio Vermelho” (1999). Também é escreveu os livros infantis “Pipistrela das mil cores” (1989) e “O segredo da rua 18” (1991), em um total de 15 obras. Baiana de coração, Zélia recebeu em 1984 o título de “Cidadã Soteropolitana”. Mas esta não foi a única honraria recebida pela escritora. Zélia também foi agraciada na França com os títulos de “Cidadã de Honra da Comunidade de Mirabeau” (1985) e a de “Comendadora das Artes e das Letras” (1998).

O casamento de Zélia Gattai e Jorge Amado durou 56 anos, até a morte do escritor, em 2001.

No dia 21 de maio de 2002, a escritora passou a integrar a Academia Brasileira de Letras (ABL), ocupando a mesma cadeira que pertencia ao marido: a de número 23.

Além dos três filhos, Zélia Gattai também deixa nove netos e cinco bisnetos.

Enfim, o Voto de Pesar que ora proponho se justifica pela inquestionável importância da escritora e acadêmica Zélia Gattai para a literatura do Brasil.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2008.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Os votos de pesar serão encaminhados à família, como também à Academia Brasileira de Letras (ABL) e ao Governo do Estado da Bahia.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 607 de 2008

Requer VOTO DE APLAUSO aos atletas SANDRO VIANA, ZENAIDE VIEIRA, ANSELMO GOMES DA SILVA, FABIANO PEÇANHA, ROSÂNGELA CRISTINA SANTOS, ERIVALDO VIEIRA, JADEL GREGÓRIO E MAURREN MAGGI, por terem alcançado, no Grande Prêmio Rio de Atletismo, os índices de qualificação para as Olimpíadas de Pequim, em agosto.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO aos atletas SANDRO VIANA, ZENAIDE VIEIRA, ANSELMO GOMES DA SILVA, FABIANO PEÇANHA, ROSÂNGELA CRISTINA SANTOS, ERIVALDO VIEIRA, JADEL GREGÓRIO E MAURREN MAGGI por terem alcançado, no Grande Prêmio Rio de Atletismo, os índices de qualificação para as Olimpíadas de Pequim, em agosto.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à Confederação Brasileira de Atletismo.

JUSTIFICATIVA

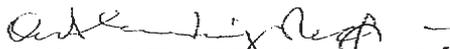
O Voto de Aplauso ora apresentado justifica-se pelos excelentes resultados obtidos por esses atletas na 4ª edição do GP, que teve a participação de mais de 130 atletas de 26 países.

Jadel Gregório terminou na vice-liderança no salto triplo, marcando 17,27m. Destaque também para a paulista Zenaide Vieira, que terminou a prova dos 3.000m com obstáculos em 3º lugar, quebrando seu próprio recorde sul-americano. Nos 110m com barreiras o vencedor foi Anselmo Gomes da Silva, com 13.67. Rosângela Santos foi a melhor do Brasil na prova dos 100m, com a 2ª colocação e o tempo de 11.41, seu recorde pessoal.

O amazonense Sandro Viana também foi destaque, sagrando-se campeão nos 200m, com o tempo de 20.55. O paulista Erivaldo Vieira foi o 2º colocado no salto em distância, com a marca de 8,05m. Nos 800m rasos masculino, Fabiano Peçanha, com 1m46s88 terminou a prova na quarta colocação.

Outro grande resultado foi o de Maurren Maggi, 1ª colocada no salto em distância com 6,91m, novo recorde do GP. Essa foi a 2ª melhor marca da temporada e a melhor de Maurren.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2008.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares.
Bloco/PSB – SE) – A Presidência encaminhará o voto
de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao
Arquivo.
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 608 de 2008

*Requer ao Senhor MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, informações
sobre PROSTITUIÇÃO E TRÁFICO DE
MULHERES para o exterior.*

REQUEIRO, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Senhor MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, respostas as seguintes perguntas:

- 1) O Ministério das Relações Exteriores, por intermédio das Embaixadas brasileiras, tem conhecimento do número de prostitutas brasileiras no exterior, especialmente em países europeus?
- 2) A quantidade de prostitutas, bastante expressiva, segundo noticiário da imprensa, caracteriza tráfico de mulheres?
- 3) Na hipótese positiva, que providências o Ministério das Relações Exteriores tem tomado?
- 4) As Embaixadas dão assistência a essas mulheres? Na hipótese afirmativa, de que forma?

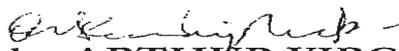
JUSTIFICATIVA

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 18 de maio, publicou matéria de seu correspondente em Genebra, Suíça, Jamil Chade, dizendo que nas ruas de prostituição, naquela cidade, o português virou até língua corrente. Nos classificados de jornais são freqüentes os anúncios de prostitutas brasileiras. Acrescenta que a

Organização Internacional de Migrações (IOM), ligada à ONU, estima em 75 mil o número de prostitutas brasileiras, hoje, na Europa, principalmente nos seguintes países: Holanda, Alemanha, Áustria, Itália e Espanha, além da Suíça. As mulheres brasileiras representariam 15% do total de mulheres submetidas à exploração sexual na União Européia. Diz ainda o jornalista que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o tráfico de pessoas para exploração sexual transformou-se num dos negócios mais rentáveis do mundo, movimentando em torno de US\$ 28 bilhões por ano.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pelo jornal, para que esta Casa fique inteirada da procedência ou não desses dados e das providências que o Governo está tomando para coibir o que claramente configuraria tráfico de mulheres.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2008


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 609 de 2008

Requer VOTO DE APLAUSO a FAUSTO SILVA, o vitorioso apresentador de televisão, ao registrar mil edições de seu programa semanal “Domingão do Faustão”, na Rede Globo.

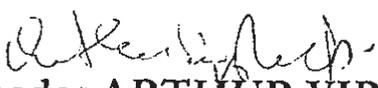
REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE APLAUSO a FAUSTO SILVA, o “Faustão” das tardes dominicais da Rede Globo, ao registrar mil edições de seu popular programa “Domingão do Faustão”.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à direção da Rede Globo.

JUSTIFICATIVA

Fausto Silva, o popular “Faustão”, anima os domingos na televisão brasileira, com o seu famoso “Domingão do Faustão”, que, no dia 18 de maio de 2004, veiculou sua milionésima edição. Ao longo de 20 anos, Faustão apresentou 5 mil nomes nesse seu programa, ao qual compareceram famosos figurantes da música, do humorismo, de variedades e de informação. É merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2008


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 610 de 2008

Requer VOTO DE APLAUSO a FERNANDO HIPÓLYTO, tetraveto de Hippolyto José da Costa, fundador do Correio Braziliense (de Londres), pelo lançamento, em breve, de livro sobre a vida de seu tetravô.

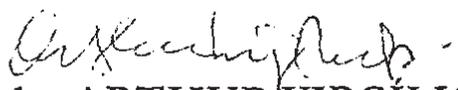
REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE APLAUSO a FERNANDO HIPÓLYTO, que ultima, para breve lançamento, livro sobre a vida de seu tetravô e, especialmente, em torno da criação do antigo “Correio Braziliense”, que era editado em Português, em Londres.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado, por intermédio do “Correio Braziliense”, de Brasília.

JUSTIFICATIVA

A vida de Hippolyto José da Costa esta intimamente ligada a sua realização maior, que foi a criação, em Londres, do antigo “Correio Braziliense”, jornal que acabou dando nome ao jornal, anos após, em 1960, lançado em Brasília. Agora, seu neto de 5ª geração, Fernando Hippolyto, de 81 anos de idade, prepara-se para lançar livro sobre a vida do tetravô e de sua realização maior, o jornal brasileiro editado em Londres. É merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2008


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

REQUERIMENTO 611 de 2008

REQUEREM Voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 16 de maio de 2008, em Brasília, do jovem, Marcelo Vicente Martins de Macena, filho adotivo do Governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal.

REQUEREMOS, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de **VOTO DE PESAR** pelo falecimento ocorrido em Brasília, do jovem Marcelo Vicente Martins de Macena, filho adotivo do Governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal.

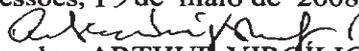
Requeremos, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento do Governador José Roberto Arruda e, seu intermédio, aos demais familiares

JUSTIFICATIVA

Fomos, ontem, surpreendidos pela triste notícia do falecimento, em Brasília, do jovem Marcelo Vicente Martins de Macena, filho adotivo do Governador José Roberto Arruda. Ele conhece Marcelo em 1996, quando Arruda compareceu a um evento político no Caic do Paranoá. Na ocasião, o Governador emocionou-se ao ouvir da tia de Marcelo um relato sobre as dificuldades para criar alguns sobrinhos, órfãos, entre eles Marcelo. A história contada pela tia do rapaz comoveu o então senador Arruda, que decidiu se responsabilizar pelo futuro do jovem, como filho adotivo.

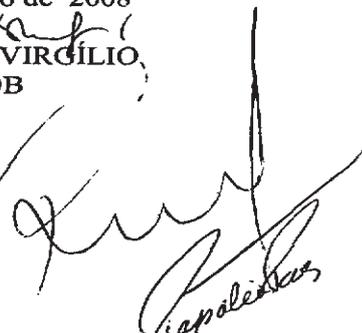
Pelo doloroso transe, requireiro este Voto de Pesar como homenagem do Senado da República à memória de Marcelo.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2008


Senador ARTHUR VIRGÍLIO,
Líder do PSDB







O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares.

Bloco/PSB – SE) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 612, DE 2008

*Requer ao Senhor MINISTRO DA JUSTIÇA,
informações sobre PROSTITUIÇÃO E
TRÁFICO DE MULHERES para o exterior.*

REQUEIRO, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Senhor MINISTRO DA JUSTIÇA, respostas as seguintes perguntas:

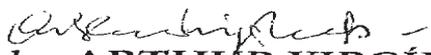
- 1) O Ministério das Relações Exteriores, por intermédio das Embaixadas brasileiras, tem conhecimento do número de prostitutas brasileiras no exterior, especialmente em países europeus?
- 2) A quantidade de prostitutas, bastante expressiva, segundo noticiário da imprensa, caracteriza tráfico de mulheres?
- 3) Na hipótese positiva, que providências o Ministério das Relações Exteriores tem tomado?
- 4) As Embaixadas dão assistência a essas mulheres? Na hipótese afirmativa, de que forma?

JUSTIFICATIVA

O jornal *O Estado de S.Paulo*, em sua edição de 18 de maio, publicou matéria de seu correspondente em Genebra, Suíça, Jamil Chade, dizendo que nas ruas de prostituição, naquela cidade, o português virou até língua corrente. Nos classificados de jornais são freqüentes os anúncios de prostitutas brasileiras. Acrescenta que a Organização Internacional de Migrações (IOM), ligada à ONU, estima em 75 mil o número de prostitutas brasileiras, hoje, na Europa, principalmente nos seguintes países: Holanda, Alemanha, Áustria, Itália e Espanha, além da Suíça. As mulheres brasileiras representariam 15% do total de mulheres submetidas à exploração sexual na União Européia. Diz ainda o jornalista que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o tráfico de pessoas para exploração sexual transformou-se num dos negócios mais rentáveis do mundo, movimentando em torno de US\$ 28 bilhões por ano.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pelo jornal, para que esta Casa fique inteirada da procedência ou não desses dados e das providências que o Governo está tomando para coibir o que claramente configuraria tráfico de mulheres.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2008


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Antonio Carlos Valadares, Senador José Agripino Maia, Senador Mão Santa, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Bahia, o Nordeste e o Brasil estão de luto, pois, como sabemos, faleceu Zélia Gattai, viúva de Jorge Amado, escritora e acadêmica de *motu proprio* e de mérito próprio.

Zélia Gattai era paulista de nascimento, filha de pai e mãe italianos, porém, brasileiríssima de Salvador, da Bahia de Todos os Santos e de quase todos os pecados, como Gilberto Freyre disse, em um de seus raros poemas. Aliás, atribui-se a um baiano o papel de cupido ao casal Zélia e Jorge Amado.

Segundo registra o **Jornal do Brasil**, a pedido do escritor baiano, ele cantara uma música de Dorival Caymmi, intitulada *Acontece Que Eu Sou Baiano*:

Há tanta mulher no mundo,
só não casa quem não quer.
Por que é que eu vim de longe
pra gostar dessa mulher?

Na realidade, Jorge e Zélia Amado viveram juntos 56 anos, e sua morte ocorreu sete anos após o desaparecimento de Jorge Amado. O casal teve dois filhos: João Jorge Amado e Paloma. Tanto Jorge quanto Zélia viram os pais enfrentarem a dura vida de imigrantes, chegando despossuídos de tudo, sobretudo ela, exceto no amor à família e aos seus ideais.

Eles tinham opiniões políticas muito fortes, mas sem nunca perder a ternura. Daí o primeiro livro de Zélia Gattai, intitulado *Anarquistas, Graças a Deus*, com indignação social e carinho humano.

Zélia Gattai começara a vida intelectual como jornalista em São Paulo. Foi quando conheceu pessoalmente Jorge Amado, então também se iniciando nas letras, porém nos romances que logo o tornaram famoso dentro e fora do Brasil.

Casaram-se e juntos enfrentaram longos exílios; Jorge Amado, recebendo muitos prêmios internacionais, e Zélia Gattai, fiel companheira, guardando o talento de escritora para livros futuros. Tanto ela quanto ele, depois reconheceram, em entrevistas à imprensa e à televisão, que foi necessária a insistência de Jorge para Zélia, enfim, assumir sua própria vocação de escritora.

O êxito foi imediato, com a estréia, como já disse, do livro *Anarquistas, Graças a Deus*, traduzido em muitas línguas, tanto quanto os livros de seu marido, Jorge Amado. Os triunfos literários nunca tornaram orgulhosos os Amado, tanto Zélia quanto Jorge. As memórias que Jorge não quis fazer, Zélia as realizou, na sucessão de livros sobre a residência do casal, no Rio Vermelho, bairro de Salvador. A casa recebeu o prestígio dos ocupantes e tornou-se ponto obrigatório da admiração de turistas vindos do mundo inteiro.

Após o falecimento de Jorge Amado, Zélia Gattai foi praticamente aclamada para sucedê-lo na mesma cadeira na Academia Brasileira de Letras.

Aliás, um fato extremamente raro. Todo o Brasil acompanhou a decisão. Zélia tinha se tornado escritora de pleno direito, sua obra ingressara nas letras maiúsculas da literatura do Brasil, ela passou a receber convites pessoais para conferências e homenagens de muitos países.

Sr. Presidente, a literatura brasileira não costuma cultivar muito o memorialismo. Somente agora, parece que esse tem sido um gênero que vem sendo cada vez mais ressuscitado, o que é muito positivo, porque, de alguma forma, ajuda a definir nossa identidade num País marcado por enorme diversidade. A extensa obra de Zélia Gattai nesse gênero é uma de nossas brilhantes exceções. Somente no século XX, foi que Gilberto Amado e Pedro Nava tentaram-no, e conseguiram, cada qual a sua maneira.

Zélia Gattai empreendeu um círculo memorialista cosmopolita pelas inúmeras viagens do casal Amado; porém, sempre permaneceu fiel à Bahia adotiva, calorosamente acrescentada ao seu São Paulo natal. Nisso se assemelha às recordações intelectuais sergipanas e recifenses de Gilberto Amado, diplomata de carreira. Embora radicado no Rio de Janeiro, ele, sergipano, produziu algumas de suas obras no Recife.

Convivi com Zélia Gattai na Academia Brasileira de Letras. Já a conhecia antes, como tive oportunidade de conhecer antes Jorge Amado.

Residente em Salvador, ela vinha ao Rio sempre que podia, cada vez menos, pelo fato de estar com a saúde cada vez mais comprometida. Mesmo com a idade e com a enfermidade, que aumentavam, ela nunca perdia o tranqüilo senso de humor, em nada diminuindo a firmeza afirmativa do seu caráter.

Zélia Gattai lega a todos nós uma mensagem de humanismo, confraternização das regiões do Brasil e dos povos de todo o mundo, acima de nossas fronteiras. Muito do memorialismo que escreveu foi

em nações distantes, tornadas próximas pelo calor do coração com a luz da inteligência.

Zélia Gattai tinha sentimentos, porém não ressentimentos. Nunca escreveu uma palavra amarga, apesar das agruras que passou nos exílios, em companhia de Jorge Amado. É essa mulher forte que comemoramos não na morte, e sim na vida de exemplo que nos transmitiu para sempre. Enfim, como diz um provérbio latino, *eheu! fugaces labuntur anni*, ou seja, “Aí de nós, fugazes escorrem, passam os anos”.

Sr. Presidente, queria aproveitar a ocasião, também para referir-me a outra questão que considero importante, que foi justamente a aprovação, na sexta-feira passada, por parte do Parlamento português, do Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. A moção foi praticamente aprovada por unanimidade. Apenas, pelo que li nos jornais, três Deputados se recusaram a dar assentimento à proposição.

Agora, o projeto deve ser sancionado pelo Presidente Cavaco Silva, que já antecipou essa sua disposição, o que garante, conseqüentemente, que em breve possamos ver, devidamente em vigor, o Acordo Ortográfico, que tanto vai ajudar a promover, na minha opinião, a difusão do Português em todo o mundo.

Segundo a Assembléia da República portuguesa, as mudanças deverão entrar em vigor dentro de seis anos. No Brasil, 2010 é o prazo para os livros didáticos estarem adaptados ao acordo.

Em Portugal, as alterações chegarão a algo em torno de 1,42% de suas palavras modificadas; no Brasil, apenas 0,43% das palavras vão sofrer mudanças. Desaparece o trema, como sabemos, salvo para nomes próprios, e regras vão dispor sobre o uso do hífen.

Não vou comentar todo o acordo, porque isso tomaria muito tempo, mas não gostaria de deixar de mencionar fato que considero muito importante: isso vai fazer com que possamos ter o Português cada vez mais difundido. Enfim, já são oito países de língua portuguesa: além do Brasil, Portugal, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e, finalmente, Timor-Leste, o último país, agora independente, a se filiar à CPLP, ou seja, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel...

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não. Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a hoje simboliza muito para a democracia. A mesma simbologia V. Ex^a

tem para a cultura brasileira. Creio que só V. Ex^a e o Presidente Sarney são da Academia Brasileira de Letras aqui no Senado Federal. Pergunto a V. Ex^a: a grande contribuição para a afirmação da Língua Portuguesa não seria a Academia Brasileira de Letras fazer uma campanha, para que tenhamos um Prêmio Nobel? O Chile tem Gabriela Mistral, que interpreta uma literatura mais cristã, franciscana. Há também Pablo Neruda, um poeta que é hoje representado até no cinema. Na Colômbia, há Gabriel García Márques, com *Cem anos de Solidão*. Sabemos da pujança de Machado de Assis, de Humberto de Campos, de Rachel de Queiroz, de Jorge Amado e de Zélia Gattai. Por que não há uma campanha da Academia Brasileira de Letras em defesa de um desses autores nossos, para que o Brasil tenha um prêmio nobel de literatura?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador Mão Santa, já tivemos nomes lembrados. Até agora, infelizmente, ainda não vimos nenhum dos nossos escritores alçados à condição de prêmio nobel de literatura. Acredito que não devemos demorar muito, para obter o reconhecimento internacional de um dos nossos escritores, que já, a meu ver, estão a merecê-lo.

Mas, dentro da língua portuguesa, José Saramago, por exemplo, já obteve esse reconhecimento, o que não deixa de ser importante, porque nos expressamos, enfim, na mesma língua.

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar, então, a ocasião, para também dizer que, de acordo com o Ministro português da Cultura, José Antonio Pinto Ribeiro, a implementação desse Acordo [Ortográfico vai ajudar, de maneira muito significativa, a internacionalização da língua portuguesa.

Ele observou que não é possível termos uma política de afirmação e universalidade da língua portuguesa na OUA – Organização da Unidade Africana, na SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, na União Européia, nas Nações Unidas, no Mercosul – Mercado Comum do Sul ou na Organização Ibero-Americana, sem haver uma forma unitária de escrever os documentos. Daí por que acredito que podemos avançar nesse campo. Mais ainda, acho que isso pode acontecer de forma muito breve.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de acrescentar que não se pretende limitar as transformações de um idioma, porque elas são incontáveis. As línguas são de propriedade dos usuários. Elas vão-se mantendo ou se modificando no próprio ritmo interno das culturas.

Aquilo a que se visa no acordo ortográfico são as convergências fundamentais, antes que as divergências eventuais se convertam em definitivas e nos separem para sempre.

Então, creio que a grande primeira tarefa nesse acordo agora é o trabalho dos ortógrafos, daqueles que trabalham mais especificamente com ortografia.

A Academia Francesa e a Academia Espanhola publicam com freqüência seus dicionários lingüístico-idiomáticos, pela origem e sentido das palavras vindas nos respectivos mundos francófono e hispanófono, recebidas e oficializadas após exame filológico por aquelas academias, apresentando-as depois em dicionários periódicos.

A língua inglesa, provinda de culturas que preferem a legitimação das leis pelos costumes, é renovada pelos hábitos endossados pelos seus também célebres dicionários Webster, nos Estados Unidos, e Oxford e Cambridge, na Inglaterra, preparados por filólogos de notável saber e geral aceitação pelos jornais, revistas e editoras de livros.

A língua portuguesa preferiu seguir o caminho da francesa e espanhola, por meio da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa. Pela do Brasil, muito se destacaram, nesse acordo ortográfico, os acadêmicos Antônio Houaiss, um grande filólogo – há, inclusive, o dicionário que coordenou e presidiu e que ostenta seu nome –, e Evanildo Bechara, este membro da Academia Brasileira de Letras. Aliás, Houaiss, carioca, e Evanildo Bechara, um ilustre pernambucano, que, além de filólogo, é também um grande ortógrafo.

A Assembléia da República Portuguesa, ao aprovar, portanto, esse acordo, atendeu a uma justa reclamação dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O mundo lusófono, como já disse, vai ser ainda mais fortalecido. Somos, em número de habitantes, a quarta língua mais falada no mundo, após o chinês, o inglês e o espanhol. Mais ainda que o francês e o árabe, tornados também línguas oficiais da Organização das Nações Unidas, nem por isso incluindo o idioma português.

Enfim, acredito que, com esse acordo, venha a língua Portuguesa receber também o reconhecimento da ONU, ou seja, em função não somente do grande número de pessoas que falam português, mas também por se tratar de uma língua que tem as suas regras adequadamente definidas num grande acordo envolvendo oito países que integram a CPLP.

Sr. Presidente Papaléo Paes, temos, portanto, de regozijar-nos com a aprovação do Acordo Ortográfico pela Assembléia da República Portuguesa. Isso deve ser considerado como um fato extremamente importante não somente para nós, brasileiros, mas para todos os outros países que se expressam na mesma língua.

É a lusofonia que nos faz diferentes na América Latina, é a lusofonia que, em primeiro lugar, nos projeta pela cultura na África, indo até a Índia e Goa, à China, em Macau e Oceania, no Timor Leste, como já tive ocasião de falar. A lusofonia se apresenta como o principal fator de identidade nacional de cada um e do que mais nos aproxima e une.

O Presidente de Portugal, Antônio Cavaco Silva, já antecipou, em declarações no Rio de Janeiro, que sancionará, de muito bom grado, a aprovação desse referido Acordo, ocorrido sexta-feira passada, pela Assembléia da República de Portugal. Podemos estar assim tranqüilos com a adesão portuguesa ao Acordo, que juntos elaboramos e ao qual implantaremos, em companhia de outros países lusófonos, noutra etapa do esforço de afirmação e expansão da nossa comum língua no mundo.

Por isso, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras, expressando, mais uma vez, o nosso sentimento pelo falecimento da escritora Zélia Gattai e também expressando o meu regozijo – e sei que o é de toda a comunidade brasileira – pela aprovação, por parte da Assembléia da República de Portugal, do Acordo Ortográfico que já havia sido antes devidamente aprovado pelo Brasil.

Era o que eu tinha a dizer e muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, como Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente Papaléo, na quarta-feira passada – acho que V. Ex^a estava no plenário – foi anunciado o resultado decorrente da decisão do julgamento do Supremo Tribunal Federal, sobre a arguição direta de inconstitucionalidade sobre a edição de medida provisória que tratasse de concessão de crédito extraordinário, agredindo frontalmente, no nosso

entendimento, no entendimento do partido de V. Ex^a e no nosso partido, o art. 62 da Constituição que diz, claramente, que medida provisória não pode tratar de assunto que não seja urgente, relevante, calamidade – coisas imprevistas em qualquer orçamento – e, em flagrante desacordo com a Constituição, o Governo vinha, com incrível freqüência, editando uma MP atrás da outra, tratando exatamente de concessão de crédito extraordinário.

Entendemos que o Governo estava agindo na ilegalidade, estava afrontando a Constituição. Entramos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi votada e julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal. O Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo, ao – suponho – elaborar o acórdão, declarou que a decisão estava tomada daquele dia para frente, de quarta-feira para frente.

Corri ao plenário, estava em meu gabinete, e pedi ao Líder do Governo que adotasse providências no sentido de evitar a edição de novas MPs que tratassem de concessão de créditos extraordinários por medida provisória e retirasse qualquer MP que tratasse de concessão de crédito extraordinário que estivesse tramitando com a data da decisão do Supremo Tribunal Federal.

Evidentemente, a sessão se encerrou e eu esperava que a legalidade fosse imperar nos trabalhos desta Casa.

Não vi resposta nenhuma, até este momento, por parte do Líder do Governo, nem do Líder do PT nem de ninguém do Governo com relação a uma medida provisória que está tramitando e que trata de um assunto que, do ponto de vista do mérito, tem o meu inteiro de acordo. Só que ela trata da concessão ou da abertura de um crédito de R\$7,5 bilhões para fazer face a reajuste de servidores. Estou inteiramente de acordo com isso, mas não afrontando a Constituição.

Quero dizer ao Líder do Governo no Senado que tomo compromisso, em nome do meu Partido, de aprovar, em espaço de tempo relâmpago, projeto de lei para o qual assino a urgência urgentíssima, como tenho certeza de que o Líder Arthur Virgílio também assinará, todos os Líderes assinarão, tanto no Senado como na Câmara, projeto de lei que não fira a Constituição. Não pode ser medida provisória. Do contrário, estaremos pactuando com uma ilegalidade, com uma afronta à Constituição. Estaremos quebrando a harmonia entre os Poderes. Foi decidido pelo Supremo. Está decidido. Não tem o que discutir. Não há mais o que interpretar. O Advogado Geral da União falou em interpretação. Não há mais interpretação. Quem in-

terpreta a Constituição é o Supremo Tribunal Federal. Não é o Advogado Geral da União, nem Senador nem Deputado nenhum. É o Supremo, pelo seu Pleno, e o Pleno decidiu, está decidido. O que nos cabe agora é cumprir a constituição.

Eu não quero criar qualquer tipo de dificuldade – pelo contrário – aos servidores públicos, para quem se deseja destinar esses R\$7,5 bilhões a serem gastos ao longo de um certo período. Agora, que o faça pelo diploma legal, por projeto de lei em regime de urgência, urgentíssima, que eu assino e colaboro para que se vote muito mais rápido do que se votaria uma medida provisória. Mas que se cumpra a Constituição.

Dito isso, Sr. Presidente, quero fazer algumas considerações.

Qual é a peça mais importante do Congresso? É o Orçamento, é a elaboração do Orçamento. O que está acontecendo? O que levou o Supremo Tribunal Federal a decidir, como decidiu, pelo acolhimento dessa Adin? É que o Supremo Tribunal Federal deve ter avaliado, Senador Mão Santa, que, de janeiro de 2007 até abril de 2008, vinte e três medidas provisórias foram editadas pelo Governo tratando de concessão de crédito extraordinário. V. Ex^a sabe quanto se destinou a diversos órgãos da Administração Pública de todos os poderes, através de medida provisória, afrontando a Constituição? R\$62,5 bilhões de reais; 10% do Orçamento! Para que se faz Orçamento? Se 10% são operados por medida provisória ao bel prazer do Governo, para que se faz Orçamento, se se faz medida provisória como o Supremo decidiu, que não trata de matéria, nem urgente, nem relevante, nem é catástrofe, nem é calamidade, são coisas que o Governo quer fazer?

V. Ex^a quer um exemplo flagrante, que deve ter pesado muito na decisão do Supremo? O PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, que na minha opinião é um conjunto de obras que sempre houve em qualquer governo, no campo dos transportes, das comunicações, da energia, da segurança, da educação, da saúde, que sempre foram objeto de contratos ou convênios firmados, do governo central com os governadores estaduais, nos palácios do governo, ou em prefeituras, nas sedes das prefeituras, ou com entidades diversas.

Ao invés disso, o PAC, que é uma peça de *marketing*, proporciona assinaturas de anúncios de pedras fundamentais em praça pública, com a presença de candidatos a Presidente da República – anúncios em praça pública com a presença em comícios de candidatos à Presidência da República, por parte do Presidente Lula.

Agora, o que é o PAC? É um plano de aceleração do crescimento? É uma coisa planejada? Supõe-se que sim, Senador Papaléo. Supõe-se que o PAC, como o nome diz, é o plano de aceleração da economia brasileira e que é uma coisa planejada e, como tal, tem que estar no Orçamento. O Orçamento é discutido ao longo de meses, meses e meses. Então, o que está planejado pelo Governo está contido no Orçamento.

O PAC não é o maior planejamento do Governo? Então, todas as obras do PAC deveriam estar contidas dentro do Orçamento. V. Ex^a sabe quanto de verbas vieram ou foram para obras do PAC por meio de medidas provisórias?

Em 2007, de R\$16,6 bilhões em recursos destinados para obras do PAC... – as obras do PAC são o coração do planejamento do Governo, o que mais o Governo quer fazer; pelo menos é o que diz. Pois de R\$16,6 bilhões de obras previstas no PAC, R\$11,6 bilhões vieram por medida provisória; ou seja, o Governo faz o que quer. O Orçamento, que é responsabilidade do Parlamento, é uma peça de brincadeira. Mais do que ficção, virou uma peça de brincadeira.

Então, tudo se faz em matéria orçamentária por medidas provisórias, quer seja urgente, quer seja relevante, quer seja catástrofe, calamidade, qualquer coisa. Ou seja, é o desvirtuamento do sentido principal do Congresso, que existe para fazer leis, mas para votar, para debater e para produzir um Orçamento transparente para conhecimento do País.

Em função disso tudo, até as obras do PAC, de R\$16,6 bilhões de um total de obras do PAC, R\$11,6 não estavam no Orçamento. Foram criados recursos fora para inclusão no Orçamento.

Então, o Governo anuncia uma coisa sem ter tido dinheiro? Ou estava querendo ludibriar, anunciando obras para as quais não tinha o dinheiro, ou, de propósito, guardou dinheiro para fazer aquilo que melhor lhe conviesse – ou uma ou a outra. E, em qualquer das duas circunstâncias, ludibriando o Congresso Nacional naquilo que lhe é de maior dever e responsabilidade: fazer a elaboração do Orçamento.

Entendendo isso tudo – claro! –, o Supremo Tribunal Federal, para evitar afronta à Constituição, decidiu, por seis votos a cinco que, em matéria de Orçamento, só se pode editar medida provisória para destinações fora de concessão de crédito extraordinário. A menos que seja crédito extraordinário para atender uma calamidade, uma enchente ou algo urgente ou relevante.

Muito bem. A sugestão que eu dou, portanto, é que esses R\$7,5 bilhões que estão sobre a Mesa e que foram objeto de uma advertência minha ao Líder

do Governo, sejam, agora – amanhã ou depois de amanhã – imediatamente substituídos por projeto de lei em regime de urgência-urgentíssima. Eu, como Líder do meu Partido, assim como os Líderes de todos os Partidos – tenho certeza – darão toda a urgência do mundo para fazer face àquilo que o Governo quer conceder aos servidores. Mas que se retire a afronta à Constituição.

Sobre isso e sobre a concessão dos R\$7,5 bilhões, eu quero emitir uma opinião sobre um fato que está me preocupando, do qual já falei várias vezes aqui no plenário, Senador Mão Santa. Antes de conceder um aparte a V. Ex^a, vou fazer aqui um comentário.

O Governo vai assistir, agora na Câmara, à votação da regulamentação da Emenda nº 29, aquela que vai destinar R\$5,5 bilhões por ano, em 2008, 2009, 2010 e 2011, à saúde.

Segundo a última pesquisa, 29% dos brasileiros acham que o maior problema do Brasil não é nem desemprego e nem segurança; é saúde. A Emenda nº 29, que votamos por unanimidade no Senado, destina R\$5,5 bilhões por ano a mais, daqui até 2011, para que o Sistema Único de Saúde receba o socorro que precisa receber; será feita uma ordenação dentro dos recursos disponíveis.

O Governo acabou de anunciar por medida provisória. Portanto, tinha o dinheiro; não estava no Orçamento. Ele tinha o dinheiro e acrescentou, por diploma legislativo indevido, por medida provisória – nós sugerimos que seja projeto de lei – R\$7,5 milhões aos servidores. O dinheiro existe.

Ao mesmo tempo, está anunciando que, para a aprovação da regulamentação da Emenda nº 29, vai ter de aumentar imposto sobre cigarros, bebidas e recriar a CPMF numa alíquota 0,08.

Senador Mão Santa, o que o Governo não quer é aprovar a regulamentação da Emenda nº 29, porque tratar da recriação da CPMF a essa altura é, no mínimo, querer criar uma polêmica no Congresso para não votar a Emenda nº 29 nunca.

Sabe por que, Senador Mão Santa? Vou lhe dar quatro razões. O Governo diz que não tem dinheiro e, portanto, está pedindo mais imposto para conceder a aprovação da Emenda nº 29, que garante R\$23 bilhões em quatro anos à saúde. É o mesmo Governo que, semana passada, no Rio de Janeiro, fez uma *big* festa com os Governadores para anunciar a desoneração de R\$21,7 bilhões de impostos sobre coisas que o Brasil exporta. Ou seja, abriu mão de R\$21,7 bilhões, quase aquilo que se deseja para a saúde, para conceder incentivo para que se exporte. Assim, para botar pro-

duto para fora do Brasil dá para liberar imposto; para tratar de assunto dos brasileiros que moram dentro do Brasil, não há dinheiro e é preciso criar imposto novo. Ou seja, para beneficiar quem bota coisa para fora, abre mão de R\$22 bilhões em impostos. Agora, para beneficiar os brasileiros, que moram aqui dentro e que estão pedindo pelo amor de Deus uma melhoria na saúde, não tem os mesmos R\$22 bilhões e tem de criar imposto!

Segundo, anunciou a criação de um fundo soberano. Para que é o fundo soberano? É para garantir investimento para empresas brasileiras que querem investir no exterior ou para financiar aqueles que querem comprar produtos brasileiros no exterior. É sempre para fora. Meio por cento do PIB, está anunciando... A criação a partir de quê? De sobra de receita. O Ministro Mantega disse claramente: "Há excesso, e o excesso vai gerar o fundo soberano". Meio por cento do PIB, R\$14 bilhões, para quê? Para financiar investimentos de empresas brasileiras no exterior.

E a saúde, aqui no interior, "neca"...

Outra, Senador Mão Santa, que está em todos os jornais: o superávit de arrecadação neste ano, que todos os meses acontece, vai chegar, no mínimo, a R\$15 bilhões em 2008. Para a saúde, não dá para colocar esses R\$15 bilhões. Tem que criar imposto novo.

E, para completar, Senador Mão Santa, Senador Marco Maciel, Senador Valadares! Por último, eu fui ao anúncio da reforma tributária no gabinete do Ministro Mantega e quem ouviu fui eu. Quem ouviu fui eu. Eu ouvi ele responder a uma pergunta que alguém fez – não me lembro se fui eu –, se haveria aumento de carga tributária na proposta da reforma tributária. Ele negou peremptoriamente. Disse que não há hipótese alguma de aumento de carga tributária, e está propondo agora, para atender à saúde, o aumento de carga tributária, depois de eu mostrar que o Governo dispõe de meios para abrir mão de R\$22 bilhões de impostos para a exportação; quer criar um Fundo Soberano para jogar o dinheiro para fora no valor de R\$14 bilhões; está com excesso de arrecadação de R\$15 bilhões; e anuncia uma reforma tributária que garante que não tem aumento de carga tributária. E, para atender à saúde, quer aumentar o imposto e recriar a CPMF?

Vai nos encontrar pela frente. Ah, vai nos encontrar pela frente! É claro! Para defender o quê? O interesse do cidadão brasileiro. Para defender o quê? O futuro, a competitividade do Brasil nos fóruns internacionais, na economia internacional. É claro que vai nos pegar pela frente!

Ouçõ, com muito prazer, e peço desculpa pela demora em conceder o aparte, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a não tem que pedir desculpa a ninguém. V. Ex^a é merecedor dos aplausos do povo da democracia.

V. Ex^a é um ícone que está sustentado a democracia, que entendo ser a maior conquista da história da civilização. Mas, Papaléo, não sei se você gosta da novela – é bom aquele Juvenal Antena –, mas tem lá um discurso da sogra do candidato a vereador que me chamou a atenção. Ela diz: "Chega, chega, chega!" E eu faço minhas as palavras dela pelo seguinte: chega de o Luiz Inácio desobedecer à Constituição. José Agripino, ali está Marco Maciel. Nós estudamos latim e, pelo menos, ficou *dura lex sed lex*. É a lei, é aquilo que Rui Barbosa disse: "A salvação só tem um caminho: a obediência à lei e à justiça". Mas vou dar cinco exemplos, número de dedos de uma mão, para o Luiz Inácio ver que está errado – nós queremos ajudar. A urgência e relevância: nós já cansamos. Como a Constituição diz, as medidas.... O de crédito orçamentário: manda outra recentemente, que desmoralizou o Judiciário... Nós já estamos avacalhados aqui com a promessa de três Presidentes que antecederam o nosso Garibaldi, que iam sustar... A divisão dos tributos: todos sabem que desobedecem. Está aqui na Constituição: 53% para a União; 22,5% para os Estados e o Distrito Federal; 21,5% para os Municípios; e 3% para os fundos constitucionais. Garfaram os Municípios: eles só recebem 14% e um que nós pedimos. A doação de terras acima de 2.500 hectares tem que passar por aqui, mas ele está dando 96 mil não se sabe para quem, não se sabe quem é o interessado... E um bem ou mal nunca vêm só: se atabalhou nessa dos indígenas, que está dando quarenta Suíças, oito estados do Piauí! E o seguinte: a desobediência ao TSE está demais. Todos sabemos o que a Constituição prega... Neste País, Getúlio imaginou o TSE justamente para apitar os pleitos eleitorais. É permitido fazer campanha política a partir de 6 de julho, mas o processo já foi deflagrado, e os candidatos já estão subindo nos palanques com o mau exemplo do Presidente da República. Então, Senador José Agripino, V. Ex^a é, sem dúvida nenhuma, um comandante para mantermos ainda a esperança de continuar com a democracia neste País. É aquilo que Eduardo Gomes, que combateu a ditadura civil de Vargas, disse: "O preço da liberdade democrática é a eterna vigilância." E V. Ex^a é o brigadeiro, o almirante e o general dessa nossa luta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Mão Santa, por sua permanente gentileza.

Quero dizer a V. Ex^a que eu tenho pagado um preço pesado – eu é que sei – por essa vigilância, que tem sido permanente e que não vai deixar de ser permanente. Senador Mão Santa, pelo fato de eu cumprir a minha obrigação como Senador de oposição, de denunciar aquilo que está incorreto no governo do Presidente Lula, eu tenho sido, muitas vezes de forma deliberada e intencional, alvo de artilharia certa que tem o objetivo, aqui e no meu Estado, de barrar os meus caminhos políticos e inibir a minha voz.

Não há nenhuma hipótese de conseguirem inibir a minha voz por uma razão muito simples: eu tenho a consciência plena de que, no regime democrático, tanto é importante o governo como é importante a oposição. O governo tem a obrigação de cumprir aquilo que prometeu, e a oposição tem a obrigação de cobrar, denunciar quando for o caso, mas cobrar, fazer aquilo que é preciso para que o governo haja corretamente. Eu não critico o Presidente Lula nem a pessoa dele muito menos. Eu critico, cobro e denuncio os erros do governo Lula e vou continuar fazendo isso sempre.

V. Ex^a acabou de tocar em um assunto. Estou aqui vendo, à minha esquerda, na Tribuna de Honra do Senado, alguns amigos: os prefeitos Manoel do Carmo, de Serrinha; Disson, de Goianinha; Amaro, de Maxaranguape; Assis, de Santana do Matos; e Júnior, de Riachuelo. São prefeitos que lutam, com enorme dificuldade, para administrar os seus municípios. Em maio do ano passado, eles foram o alvo de uma promessa feita pelo Presidente da República: a do aumento daquele 1% no Fundo de Participação.

V. Ex^a é testemunha do tempo que passou para que aquele 1% viesse a acontecer e da cobrança que fizemos aqui para que a promessa feita pudesse ter acontecido. Aconteceu pela cobrança permanente que fizemos. Até que, em um encontro novo, aconteceu aquilo que foi prometido. Essa é a nossa tarefa e essa é a nossa ação.

Agora, o que eu quero, Senador Mão Santa – vou encerrar, Senador Papaléo –, é dizer a V. Ex^a que, para mim, está claríssimo que o que o governo deseja com o que já anunciou por sua base na Câmara é evitar a votação da Emenda nº 29, a votação da regulamentação da Emenda nº 29. Não querem que ela seja votada, como foi aqui, por unanimidade, querem criar impostos novos para criar uma polêmica sem fim.

E nós, que queremos ver a Emenda nº 29 regulamentada e os R\$5,5 bilhões destinados à Saúde aprovados, vamos procurar cobrar aquilo que o povo brasileiro deseja dos Deputados: que, assim como os

Senadores da base aliada neste Senado, votem; eles têm também deveres de responsabilidade com cada cidadão. Dinheiro existe.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Claro, Senador Valadares, com muito prazer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador José Agripino, estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Ex^a. Estou inteiramente de acordo com a aprovação da regulamentação da Emenda nº 29, aquela propositura que vai, se aprovada, conceder recursos importantes e necessários à Saúde do Brasil. Quero recordar que a Emenda nº 29 foi aprovada pelo Senado. À época, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, V. Ex^a me designou relator daquela matéria tão importante. Desde o ano de 2002, quando ela foi promulgada, até agora, infelizmente, não encontrou ainda um caminho para ser regulamentada definitivamente e procurar evitar os desvios de recursos da Saúde não só nos Estados, mas também nos Municípios. Há mais de vinte Estados que não aplicam corretamente os recursos oriundos da Saúde, conforme prevê a Constituição. Mas, ao lado disso, o Governo estava condicionando a aprovação da Emenda nº 29 à criação de um novo imposto. Eu tomei conhecimento hoje de que, depois de uma reunião da base aliada, da qual eu não participei, mas as lideranças participaram, o governo decidiu que não vai mais criar nenhum imposto para cobrir a despesa adicional com a regulamentação da Emenda nº 29. Isto é, deixará a cargo do Congresso criar ou não, mas não tomará essa iniciativa. Já é um bom sinal, um sinal de que o Governo, quem sabe avaliando a estrutura financeira do nosso País, o aumento da arrecadação, percebeu que é possível suportar e governar positivamente em favor do País, executando o PAC e apoiando a Saúde e Educação sem a necessidade de aumentar a carga tributária. De outro lado – daqui a pouco eu vou até falar sobre isso –, acho que o Governo deveria se deter é sobre a reforma tributária. Na reforma tributária, nós encontraríamos, através de um processo consensual, os caminhos para ajudar o Brasil a crescer, desonerando a folha de trabalhadores, por exemplo; reduzindo as contribuições, ou seja, acabando, definitivamente, com as contribuições que oneram o investimento e que, conseqüentemente, prejudicam as empresas e a geração de emprego e renda. Por isso, acho que, neste momento, a prioridade deveria ser a reforma tributária, que já se encontra na Câmara dos Deputados. Se ela se tornar prioridade, esse assunto da criação de

um novo imposto será uma atitude, a meu ver, diversionista, de vez que não vai resolver definitivamente o problema da arrecadação no nosso País.

(Interrupção do som.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – O que esperamos, então, é uma definição o mais rápido possível do Congresso Nacional. Está nas mãos do Congresso Nacional a reforma tributária, que é o caminho, a meu ver, definitivo, permanente e mais seguro, porque a matéria será aprovada pelo consenso dos mais diversos Partidos, inclusive do Partido de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Valadares, a reforma tributária é uma questão complexa e tem um grande objetivo: a facilitação tributária. Na medida em que há compromisso do Governo de não aumentar a carga tributária, de promover o equilíbrio entre interesses de Estados de norte a sul, de leste a oeste e mais os interesses dos Municípios e da União, essa é uma tarefa difícil, temos de reconhecer, pois isso vai envolver tempo para muita negociação.

Quem não pode esperar é a saúde, como V. Ex^a muito bem sabe, pois V. Ex^a foi designado por mim Relator da Emenda n^o 29 lá atrás. Essa não pode esperar.

Alguns Prefeitos estão aqui na tribuna. Registro também a presença de uma comissão de conterrâneos meus: Arisson, José Augusto e Marcos Dantas, que estão ao lado do Prefeito Júnior Bernardo, de Riachuelo; do Prefeito Amaro, de Maxaranguape; de Manoel do Carmo, de Serrinha; e de Disson – que estava aqui e saiu, não sei por quê... Está ali ele!

Nenhum desses Prefeitos, com quem conversei, é do meu Partido – nenhum deles –, mas são todos meus amigos. Conversei com eles com muita frequência.

Senador Valadares, Senador Mão Santa, sabem qual é o maior problema deles na administração dos recursos do Município? É a administração da Saúde, que é o setor que mais consome dinheiro e trabalho.

Na medida em que a Emenda n^o 29 – conforme votamos sua regulamentação aqui – seja aprovada, estaremos dando um enorme benefício para todos os cidadãos brasileiros, inclusive por intermédio dos Prefeitos, que vão poder abrir mão de algumas despesas, que eles custeiam com recursos próprios, para agirem em prol de outras necessidades ou para atender a outras reivindicações dos seus munícipes. De qualquer forma, eles vão poder atender melhor a saúde, porque o dinheiro do SUS vai bater no Município.

Então, o que quero dizer é que, se existe uma matéria importante para ser apreciada e votada pelo

Congresso, mais do que qualquer outra neste momento, é a regulamentação da Emenda n^o 29.

Ouçó, com muito prazer, a declaração que V. Ex^a dá de que o Governo abre mão da anunciada intenção de propor aumento de impostos sobre bebidas e sobre cigarros e a instituição de 0,08% de CPMF, porque isso retira um elemento em discussão que iria levar à aprovação da Emenda n^o 29 para as calendas gregas. Iríamos entrar num processo de discussão que não terminaria nunca, e quem iria pagar o pato dessa discussão seria o cidadão brasileiro, que não teria...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) –... esses recursos assegurados para melhorar o Sistema Único de Saúde do Brasil, que, se Deus quiser e pelo voto dos Deputados, sem aumento de CPMF, vai ter R\$5,5 bilhões por mês até 2011 para atender à principal demanda do povo brasileiro: melhoria da saúde em cada Município do território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem. Um e-mail que recebi.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo, lamento informar que a Uespi, Universidade Estadual do Piauí, está em greve há quase quatro meses. Atentai bem, Papaléo Paes, V. Ex^a é professor universitário. A Uespi, em 2000, quando eu governava o Estado, era uma das melhores – as dez melhores faculdades eram sete privadas e três públicas: tinha 65 mil estudantes e 36 *campi* universitários. Em um vestibular, entravam 13 mil estudantes brasileiros. Reduziram esse número a um quarto. Os professores de lá estavam ganhando R\$506,80 – R\$506,00. Então, a proposta do governo do Piauí, que é do Partido dos Trabalhadores, é de aumentar esse valor para R\$650,00. Os professores universitários pedem R\$1.400,00. Essa é a greve da educação no Estado do Piauí, da Uespi, e o Presidente da Associação dos Docentes, Daniel Solon, continua em greve, porque essa proposta é ridícula: de R\$506,80 aumentar para R\$650,00! Isso é um deboche com a classe dos professores e com a universidade pública do Piauí e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Feito o devido registro de V. Ex^a, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

Como orador inscrito, V. Ex^a terá direito a fazer uso da palavra por 20 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reforma tributária a que me referi há poucos instantes, num aparte que dei ao Senador José Agripino, é um tema importante, que deve ser, a meu ver, prioritário nas discussões do Congresso Nacional.

A sociedade civil já tem como certo que a reforma no sistema tributário brasileiro é peça importante para o desenvolvimento social, para que as políticas de combate à pobreza, o crescimento econômico e a justiça social sejam realidades neste nosso País, que, apesar das inúmeras mudanças que o Governo tem implementado, ainda é considerado um País considerado em desenvolvimento, justamente porque ainda apresenta índices de desenvolvimento humano que não são compatíveis com a riqueza que aqui é produzida.

Sr. Presidente, dados atuais do Ipea indicam que os 10% mais ricos do Brasil detêm 75% da riqueza nacional. Isto é, mesmo diante dos que indicam inquestionáveis benefícios advindos dos programas sociais para o combate à pobreza, a desigualdade social, estrutural no Brasil ainda permanece inalterada. Para se ter uma idéia, o economista, professor e hoje Presidente do Ipea, Márcio Pochmann, que foi organizador dessa pesquisa, diz o seguinte: “Se hoje a renda fosse distribuída, estaria garantida a cada brasileiro seis vezes mais aquilo do que ele necessita para sobreviver”.

Temos um grave problema de distribuição de renda no Brasil. E é aqui que a reforma tributária cumpre um papel fundamental – sem que isso signifique que ela é a solução única desse grave e histórico problema nacional, que é a desigualdade.

Creio que uma reforma tributária deve ter como objetivo central a equidade social, e não a punição da riqueza. E isso significa que todos os brasileiros podem usufruir da riqueza que é produzida no País.

Ora, nosso atual modelo tributário, Sr. Presidente, com a fixação de impostos indiretos que incidem sobre o consumo, bem como os impostos diretos sobre a renda e a propriedade, contribuem para aumentar essa desigualdade. Hipoteticamente, uma pessoa que ganha R\$300,00 por mês e que gasta todo o seu dinheiro com consumo vai pagar 20% em tributos fixos, isto é, R\$60,00, o que representa 20% do total do seu salário. Já uma pessoa com renda de R\$30.000,00 mensais e que gasta R\$3.000,00 com consumo paga R\$600,00 de impostos, o que representa apenas 2% do total do seu salário.

Aliás, aquela mesma pesquisa do Ipea e do professor Márcio Pochmann indica que a tributação pesa muito mais sobre os pobres. Para se ter uma idéia, os 10% mais pobres no Brasil pagam 44,5% mais do que os 10% mais ricos.

O estudo mostra que a carga tributária representa 22,7% da renda dos 10% mais ricos. Para os 10% mais pobres, o ônus da carga tributária equivale a 32,8%.

No caso do imposto de renda, dados do IBGE de 2005 demonstram que 45% dos 460 proprietários dos maiores patrimônios declarados no País (estimados entre US\$19,2 milhões e US\$784,3 milhões) pagaram menos de US\$20 mil, ou seja, os 460 proprietários dos maiores patrimônios do País pagaram menos de US\$20 mil. Destes, 12% justificaram o aumento de seus patrimônios com rendimentos não-tributáveis e 5% não declararam rendimento patrimonial. Esses mesmos 460 contribuintes, grandes contribuintes, declararam rendimentos semelhantes aos de simples cidadãos de classe média. No Brasil, a tributação sobre o patrimônio é de apenas 3% do PIB e sobre a renda é de 7,1%, enquanto que sobre o consumo a tributação representa 47,9%. Quem consome mais? É a grande população, é a pobreza do Brasil.

Uma outra forma de tributação é sobre o patrimônio, como o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, que acontece na forma de doações e heranças. Geralmente, cobra-se 4% de imposto sobre os valores dos bens ou direitos (porque essa legislação é feita por cada Estado), não importando tratar-se de R\$1 bilhão ou de R\$ 10 mil. Além disso, essa cobrança é dez vezes menor do que os impostos sobre os alimentos, por exemplo. É de 4%, não importa o valor.

Vejam os senhores que o economista Rodrigo Ávila diz que o Brasil insiste em focar a cobrança de impostos pelo consumo, não pela renda, garantindo privilégios ao grande empresariado, a exportadores e, para completar, a estrangeiros que investem na especulação financeira da dívida interna do País, tais como: a isenção do Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros para sócios das empresas, tanto no Brasil como no exterior; isenção de Imposto de Renda para remessa de lucro de investidores estrangeiros.

Dessa forma, a carga tributária sobre a renda, lucros e ganhos é cobrada de forma regressiva no Brasil, ou seja, quem tem menos paga mais impostos e quem tem mais, por sua vez, paga menos, como acabamos de demonstrar.

Sr. Presidente, é lamentável, mas no Brasil a carga tributária é alta e concentrada na população mais pobre. Porém, é baixa em relação aos extratos supe-

riores de riqueza. Os ricos praticamente não pagam impostos, tanto porque encontram brechas na legislação, isenções ou pela falta de leis, como taxas sobre riqueza e herança.

Assim, a proposta de reforma tem de mudar o modelo tributário, Sr. Presidente, e não somente unificar alguns impostos que já existem, pois aqueles que pagam a conta (e que não têm capacidade econômica para tanto) continuarão sendo os mesmos de hoje.

Não posso deixar de mencionar que a reforma tributária contempla o IVA federal, que é a unificação de alguns tributos que já existem. Unifica a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), o PIS (Programa de Integração Social), a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e, também, o salário-educação. Isso seria, talvez, uma simplificação do procedimento, mas também não muda a essência, que é a tributação sobre o consumo. E o pior, corre-se o risco de se perderem recursos para a educação, porque seria desconstitucionalizada a destinação. O Governo garante que uma parte desse IVA federal irá para a educação, de modo que não haja perdas, mas vamos ver se isso realmente vai ocorrer.

Na medida, ainda, em que PIS e Cofins transformam-se em IVA federal e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido é incorporada ao Imposto de Renda, a proposta de reforma tributária transforma a contribuição em imposto, o que significa que não haverá uma legislação específica que vincule a destinação do recurso arrecadado. Assim, será também retirada da Constituição a destinação para a seguridade social. Isso é um novo ataque ao sistema de proteção social brasileiro, que, desde a promulgação da Carta de 1988, já sofreu inúmeros retrocessos no seu financiamento e orçamentos autônomos do Orçamento Fiscal da União.

Certamente, então, vai ser mais fácil uma iniciativa futura de desviar esses recursos da seguridade, porque deixam de ser contribuição (tributação com legislação vinculada). Portanto, temos de avaliar como será isso, pois podem surgir brechas para desvios da seguridade social, que abrange previdência, saúde e assistência social.

Por fim, devemos ter muita atenção sobre o ponto da proposta que desonera a folha de pagamento, porque não está claro o que será feito para compensar essa desoneração. Aliás, é bom ter em mente que quem mais paga a contribuição sobre a folha, com desconto direto em seu contracheque, é o trabalhador assalariado. Ora, se essa medida vingar, a proposta de reforma tributária precisa esclarecer para onde vai esse dinheiro, porque quem vai embolsar isso são as

empresas, até porque o dinheiro do INSS não é do Governo, é do trabalhador.

Portanto, a reforma tributária diminui a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento e não tributa a empresa para compensar. Ou seja, seria um ataque aos direitos dos trabalhadores e propiciaria aos incautos, no futuro, vir com aquela falácia do déficit da previdência, porque iriam considerar que a arrecadação da previdência diminuiu e, aí, teria de se fazer reforma.

Há que se tomar cuidado para que os trabalhadores não percam parte de seus benefícios. Todavia, uma reforma tributária com justiça social poderia trazer (também) outras propostas significativas, tais como:

a) deveriam ser revogadas as isenções que foram concedidas ao grande capital como, por exemplo, aquela isenção no Imposto de Renda sobre distribuição dos lucros e a dedução de juros sobre capital próprio, que permite às empresas deduzirem do Imposto de Renda os juros que elas teriam de pagar se tivessem tomado seu capital emprestado – uma ficção jurídica que beneficia principalmente os bancos, que são muito capitalizados;

b) revogação da isenção prevista na Lei Kandir, que hoje isenta produtos exportados de ICMS: grandes produtores, *agrobusiness*, mineradores, principalmente a Vale do Rio Doce, que lucra dezenas de bilhões por ano e não paga ICMS, são beneficiados, ou seja, é um grande privilégio de pessoas que poderiam pagar ICMS e não pagam, embolsando um lucro bilionário, e uma injustiça que deveria ser revogada;

c) outra isenção a ser revogada: os bancos pagavam, até 1988, uma alíquota de 30% de CSLL, Contribuição Sobre o Lucro Líquido, que, depois, foi reduzida para 9%, o que não é suficiente diante dos lucros dos bancos. Observa-se que dados divulgados no jornal *Folha de S.Paulo* do dia 15 de maio mostram que o lucro, nos últimos anos, de 18 bancos brasileiros está acima dos 20% do nível já considerado altíssimo da chamada “rentabilidade sobre o patrimônio líquido”;

d) os investidores estrangeiros que especulam com a dívida interna no Brasil, em 2006, por meio da Lei nº11.312, estão isentos do Imposto de Renda. Isso é uma injustiça. O trabalhador tem de pagar imposto a partir de uma tabela de Imposto de Renda super-defasada, que confisca a sua renda, enquanto o estran-

geiro que vem especular está isento. Então, todas essas isenções deveriam terminar;

e) o ITR (Imposto Territorial Rural) arrecada, hoje, aproximadamente R\$300 milhões por ano. É quase o que um bairro de São Paulo arrecada de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) ao ano. O ITR deveria ser reformulado, de modo que os grandes proprietários rurais, os grandes latifundiários pagassem mais imposto.

Portanto, é preciso cortar os impostos sobre o consumo e começar a tributar mais a renda, o lucro e a propriedade. Países desenvolvidos sempre fizeram isso. Nos países desenvolvidos, a principal fonte de arrecadação é a renda, enquanto que no Brasil é o consumo.

Essas seriam, portanto, Sr. Presidente, as medidas que poderiam ser implementadas e elas são compatíveis com a reforma tributária proposta.

Senador Mão Santa, concedo aparte a V. Ex^a antes de encerrar o meu discurso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, é realmente necessária uma reforma tributária. Enquanto ela não vem – e acho que não vai vir, estamos num ano eleitoral, essas dificuldades a história conta – a gente devia combater o Governo e o sonegador. Eu daria o exemplo solene dos países civilizados. Os Estados Unidos pegaram o Al Capone por sonegação; ele tinha muitos crimes, a Lei Seca...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sonegação de Imposto de Renda.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É, ele burlava a Lei Seca, crime de homicídio, de máfia; mas foi no Imposto que prenderam o homem. E não é só ele, não. O grande exemplo do respeito à lei, *dura lex sed lex*: V. Ex^a sabe o nome do vice-Presidente de Richard Nixon? Ninguém sabe porque, antes de cassarem o Richard Nixon, pegaram o vice por sonegação. Disseram: renuncia ou você vai preso. Não é? O Senado. Então, enquanto não vem a reforma tributária, que é justa, que é necessária, nós poderíamos combater os sonegadores. Agora, o grande exemplo dos Estados Unidos é que o vice era do partido do Presidente. E entrou antes do Richard Nixon porque sonegava Imposto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O substituto do Senador Nixon foi o Gerald Ford. Foi o Ford, o vice-Presidente...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O vice foi ameaçado pelo Senado para renunciar porque ele seria cassado e preso por sonegação de imposto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Ford foi o substituto.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Aí entrou o Presidente do Congresso, que era o Ford. Mas foi justamente o vice-Presidente dele, que não foi para a história, não assumiu porque detectaram que ele sonegava imposto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Para V. Ex^a ver a seriedade com que a política americana conduz o seu imposto de renda. Os sonegadores são punidos não só politicamente e institucionalmente; eles são punidos também com a cadeia. Aqui no Brasil, infelizmente, ainda os sonegadores estão livres de uma fiscalização mais intensa, mais permanente, mais rigorosa, principalmente aqueles que detêm grandes fortunas porque contratam escritórios de advocacia que defendem os seus interesses, vão da primeira à última instância e praticamente não acontece nada. Por isso precisamos mudar, não somente nosso sistema tributário, como também a forma de punição, a processualística daqueles que são investigados por sonegação de impostos.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a reforma tributária é um tema sempre recorrente. A sociedade civil já tem como certo que a reforma no sistema tributário brasileiro é peça importante para o desenvolvimento social, isto é, para que as políticas de combate à pobreza, o crescimento econômico e a justiça social sejam realidades nesse nosso país que, apesar das inúmeras mudanças que o governo Lula tem gerado, ainda é um país considerando “em desenvolvimento”, justamente porque ainda apresenta índices de desenvolvimento humano que não são compatíveis com a riqueza que aqui é produzida.

Para se ter uma idéia, em 2000 existiam 1,162 milhão de famílias ricas no país (2,4% da população brasileira) com uma renda mensal média de R\$ 22.487. Um valor 14 vezes maior do que a renda média do país e cerca de 80 vezes superior à considerada abaixo da linha de pobreza. Os dados constam do “Atlas da Exclusão Social – Os Ricos no Brasil” feito com base em informações dos censos de 1980 e 2000 e da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio).

Com relação ao impacto da renda dos ricos sobre o PIB, essa pesquisa revela que as cinco mil famílias

“muito ricos” (0,01% do total) reúnem um patrimônio que representa 45% do PIB, acumulando R\$ 691 bilhões, de acordo com dados de 2003.

Dados atuais do IPEA indicam que os 10% mais ricos no Brasil detêm 75% da riqueza. Ou seja, mesmo diante dos dados que indicam os inquestionáveis benefícios advindos dos programas sociais para o combate à pobreza, a desigualdade social estrutural no Brasil ainda permanece inalterada.

Para se ter uma idéia, o economista, professor e hoje presidente do IPEA, Márcio Pochmann, que foi o organizador da pesquisa, diz que “se hoje a renda fosse distribuída, estaria garantida a cada brasileiro seis vezes mais aquilo o que ele necessita para sobreviver”.

Senhor presidente, temos um grave problema de distribuição da riqueza que é produzida. E é aqui que a reforma tributária cumpre um papel fundamental – sem que isso signifique que ela é a “solução única” desse grave e histórico problema nacional.

Creio que uma reforma tributária deve ter como objetivo central a equidade social e não a punição da riqueza. E isto significa que todos os brasileiros possam usufruir da riqueza que é produzida no país.

Ora, o nosso atual modelo tributário, com a fixação de impostos indiretos, ou seja, que incidem sobre o consumo, bem como os impostos diretos sobre a renda e a propriedade, contribuem para aumentar esta desigualdade. Hipoteticamente, uma pessoa que ganha R\$ 300 por mês e gasta todo o seu dinheiro com consumo, vai pagar 20% em tributos fixos, ou seja, R\$ 60, o que representa 20% do total do seu salário. Já uma pessoa com renda de R\$ 30.000 mensais, e que gasta R\$ 3.000 com consumo, paga R\$ 600 em impostos, o que representa apenas 2% do total do seu salário.

Aliás, aquela mesma pesquisa do IPEA e do professor Márcio Pochmann indica que a tributação pesa muito mais sobre os pobres. Para se ter uma idéia, os 10% mais pobres no Brasil pagam 44,5% mais do que os 10% mais ricos.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, o estudo mostra que a carga tributária representa 22,7% da renda dos 10% mais ricos. Para os 10% mais pobres o ônus da carga tributária equivale a 32,8%.

No caso do imposto de renda, dados do IBGE de 2005 demonstram que 45% dos 460 proprietários dos maiores patrimônios declarados no país (estimados entre US\$ 19,2 milhões e US\$ 784,3 milhões) pagaram menos de US\$ 20 mil. Destes, 12% justificaram o aumento de seus patrimônios com rendimentos não tributáveis e 5% não justificaram o aumento patrimonial. Estes mesmos 460 contribuintes declararam ren-

dimentos semelhantes a simples cidadãos de classe média. No Brasil, a tributação sobre o patrimônio é de apenas 3% do PIB e sobre a renda de 7,1%, enquanto que sobre o consumo, representa 47,9%.

Uma outra forma de tributação é sobre o patrimônio, como o Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, que acontece na forma de doações e herança. Geralmente cobra-se 4% de imposto sobre valores dos bens ou direitos (porque essa legislação é feita por cada Estado), não importando se trata-se de 1 bilhão ou 10 mil reais. Além disso, esta cobrança é 10 vezes menor do que os impostos sobre os alimentos, por exemplo.

Vejam os senhores que o economista Rodrigo Ávila diz que o Brasil insiste em focar a cobrança de impostos pelo consumo, não pela renda, garantindo privilégios ao grande empresariado, exportadores e, para completar, estrangeiros que investem na especulação financeira da dívida interna do país, tais como: a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de lucros para sócios das empresas, tanto no Brasil como no exterior; isenção de imposto de renda para remessa de lucro e investidores estrangeiros.

Desta forma, a carga tributária sobre a renda, lucros e ganhos é cobrada de forma regressiva no Brasil. Ou seja, quem tem menos, paga mais impostos e quem tem mais, por sua vez, paga menos, como acabamos de demonstrar.

Sr. Presidente, é lamentável, mas no Brasil a carga tributária é alta e concentrada na população pobre. Porém, é baixa em relação aos extratos superiores de riqueza. Os ricos praticamente não pagam impostos, tanto porque encontram brechas na legislação, isenções ou pela falta de leis, como taxas sobre a riqueza e herança.

Assim, a proposta de reforma tem que mudar o modelo tributário e não somente unificar alguns impostos que já existem, pois aqueles que pagam a conta (e que não tem capacidade econômica para tanto) continuarão sendo os mesmos de hoje.

Não posso deixar de mencionar que a reforma tributária contempla o IVA federal, que é a unificação de alguns tributos que já existem. Unifica a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), PIS (Programa de Integração Social), CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), e também o salário educação. Isso seria talvez uma simplificação do procedimento, mas também não muda a essência, que é a tributação sobre o consumo.

E o pior, corre-se o risco de se perderem recursos para a educação. Porque seria desconstitucionali-

zada a destinação. O governo garante que uma parte desse IVA federal irá para a educação, de modo que não haja perdas, mas vamos ver se isso realmente vai ocorrer.

Na medida, ainda, em que PIS e COFINS transformam-se em IVA federal e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido é incorporada ao Imposto de Renda, a proposta de reforma tributária transforma a contribuição em imposto, o que significa que não haverá uma legislação específica que vincule a destinação do recurso arrecadado. Assim, será também retirada da Constituição a destinação para a seguridade social. Isso é um novo ataque ao sistema de proteção social brasileiro que desde a promulgação da Carta de 1988 já sofreu inúmeros retrocessos no seu financiamento e orçamento autônomo do orçamento fiscal da União.

Certamente, então, vai ser mais fácil uma iniciativa futura de desviar esses recursos da seguridade, porque deixam de ser contribuição (tributação com legislação vinculada). Portanto, temos que avaliar como será isso, pois podem surgir brechas para desvios da seguridade social que abrange a previdência, saúde e assistência social.

Por fim, devemos ter muita atenção sobre o ponto da proposta que desonera a folha de pagamento, porque não está claro o que será feito para compensar essa desoneração. Aliás, é bom ter em mente que quem mais paga a contribuição sobre a folha, com desconto direto em seu contracheque é o trabalhador assalariado. Ora, se essa medida vingar, a proposta de reforma tributária precisa esclarecer para onde vai esse dinheiro, porque quem vai embolsar isso são as empresas, até porque o dinheiro do INSS não é do governo, é do trabalhador.

Portanto, a reforma tributária diminui a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento e não tributa a empresa para compensar. Ou seja, seria um ataque aos direitos dos trabalhadores e propiciaria aos incautos no futuro vir com aquela falácia do déficit da previdência, porque iria considerar que a arrecadação da previdência diminuiu, e aí tem que fazer reforma... Há que se tomar cuidado para que os trabalhadores não percam parte de seus benefícios.

Todavia, uma reforma tributária com justiça social poderia trazer (também) outras propostas significativas, tais como:

a) deveriam ser revogadas as isenções que foram concedidas ao grande capital. Por exemplo: aquela isenção no imposto de renda sobre distribuição dos lucros; e a dedução de juros sobre capital próprio, que permite às empresas deduzirem do IR os juros que elas

teriam pago se tivessem tomado seu capital emprestado, uma ficção jurídica que beneficia principalmente os bancos, que são muito capitalizados.

b) revogação da isenção prevista na lei Kandir, que hoje isenta produtos exportados de ICMS. Grandes produtores, agrobusiness, mineradores – principalmente a Vale do Rio Doce, que lucra dezenas de bilhões por ano e não paga ICMS são beneficiados, ou seja, é um grande privilégio a pessoas que poderiam pagar ICMS e não pagam, embolsando um lucro bilionário. É uma injustiça que deveria ser revogada.

c) outra isenção a ser revogada: os bancos pagavam até 1998 uma alíquota de 30% de CSLL, que depois foi reduzida para 9%. Não é suficiente diante dos lucros dos bancos. Observa-se que dados divulgados no *Jornal Folha de S. Paulo*, do dia 15 de maio, mostram que o lucro, nos últimos anos, de 18 bancos brasileiros está acima dos 20% do nível já considerado altíssimo da chamada “rentabilidade sobre o patrimônio líquido”.

d) os investidores estrangeiros que especulam com a dívida interna no Brasil, em 2006, por meio da lei 11.312, estão isentos de IR. Isso é uma injustiça. O trabalhador tem que pagar imposto a partir de uma tabela de IR super defasada, que confisca sua renda, enquanto o estrangeiro que vem especular está isento. Então, todas essas isenções deveriam terminar.

e) O ITR (Imposto Territorial Rural) arrecada, hoje, aproximadamente 300 milhões de reais por ano, é quase o que um bairro de São Paulo arrecada de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) ao ano. O ITR deveria ser reformulado, de modo que os grandes proprietários rurais pagassem.

Portanto, é preciso cortar os impostos sobre o consumo e começar a tributar mais a renda, o lucro, a propriedade. Países desenvolvidos sempre fizeram isso. Nos países desenvolvidos, a principal fonte de arrecadação é a renda, enquanto, no Brasil, é o consumo. Essas seriam, portanto, as medidas que poderiam ser implementadas e elas são compatíveis com a reforma tributária que foi proposta.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Convido V. Ex^a para assumir a Presidência da Mesa.

Antes, quero a atenção dos Srs. Senadores para fazer uma lembrança extremamente interessante para esta Casa. As nossas sessões têm início às 14 horas e, regimentalmente, elas têm seu encerramento às 18h30. Está ocorrendo, por culpa nossa – porque não estamos cumprindo o Regimento quanto ao horário devido aos oradores na tribuna –, que, em dias de sessões não deliberativas, por exemplo, nossos trabalhos estão se estendendo até nove, dez horas da noite.

O que acontece é que realmente há um embaraço muito grande para termos este aparato todo, que, acredito, seja de quase duzentas pessoas, para levar as sessões à população, de maneira extremamente democrática.

Agora, são 16h43 e ainda estão inscritos os Senadores Gim Argello, Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa. Peço aos Srs. Senadores que estão na Casa que venham ao plenário para que o Presidente encerre a sessão no horário regimental. Se for eu, regimentalmente, encerrarei a sessão às 18h30. Peço ao meu substituto, se eu não estiver presidindo a sessão às 18h30, que faça cumprir o Regimento. Isso é para o bem da Casa. Assim, deixaremos as prorrogações de sessão para os dias em que discutirmos matérias ordinárias.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para cumprir o inarredável dever de saudar os Defensores Públicos de todo País e, em particular, os do Distrito Federal. O dia 19 de maio foi muito justamente escolhido para homenagear essas figuras que, anonimamente, cumprem o nobre papel de defender na Justiça aqueles que, por absoluta falta de recursos, não têm condições de contratar um advogado.

Que triste seria a nossa Justiça se justamente os menos favorecidos não pudessem ter tal direito básico assegurado! Felizmente, a instituição da Defensoria Pública supre uma lacuna que dá alento àqueles que menos têm e que, por isso, precisam de muito mais.

Se estamos imaginando como seria terrível a ausência da Defensoria Pública em nosso País, temos aqui no Distrito Federal uma situação que precisa ser urgentemente reparada, razão pela qual já submeti à consideração de V. Ex^{as} proposta de emenda à Constituição.

Refiro-me à organização e à manutenção da Defensoria Pública do Distrito Federal, prevista na Constituição Cidadã de 1988. Essa atribuição foi dada à União, que, no entanto, nunca a exerceu. Essa falta,

que já vinha sendo suprida desde 1987 pelo Centro de Assistência Judiciária (Ceajur-DF), continuou após a promulgação da Constituição Federal, já que a União nunca atendeu ao mandamento previsto no seu art. 21, inciso XIII.

Em contrapartida, desde então, o Ceajur vem cumprindo essa nobre missão de oferecer defesa judicial gratuita aos menos favorecidos no DF, a expensas do Governo do Distrito Federal. A propósito, o Ceajur-DF é previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal e no restante da legislação distrital pertinente.

O Ceajur-DF conta hoje com um quadro de cento e cinqüenta e sete procuradores de assistência judiciária, que exercem as funções de Defensor Público, além de cerca de quatrocentos outros servidores e mais de dois mil estagiários. Em 2007, foram atendidas mais de duzentas e oitenta mil pessoas, que, de outro modo, não teriam contado com a imprescindível defesa de seus direitos.

Assim, apelo a V. Ex^{as} para que façamos aprovar com celeridade a proposta de emenda à Constituição que apresentei a este Senado Federal. Trata-se, tão-somente, de tornar constitucional uma situação que existe de fato, eliminando conflitos de competência entre a União e o Distrito Federal, sem a criação, para nenhuma das partes, de despesas adicionais, todas hoje já custeadas pelo Distrito Federal.

Vejo essa ação legislativa, Senador Mão Santa, como uma excelente oportunidade de homenagear, por meio dos Defensores Públicos do Distrito Federal, todos os Defensores Públicos do Brasil. A eles, quero, no dia de hoje, render a minha homenagem, aplaudindo a sua atuação em todos os quadrantes do território nacional, na nobre atividade da defesa diuturna dos direitos dos mais necessitados.

Tenho muito orgulho, Senadores, de ter sido estagiário da Defensoria Pública do Distrito Federal. Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, há fóruns nas cidades-satélites de Brasília e nos lugares de pessoas humildes por este Brasil afora em que mais de 80% das causas são todas elas defendidas pelos Defensores Públicos. Então, nada mais justo que, no dia de hoje, 19 de maio, homenagearmos essa categoria de pessoas sérias, determinadas, que são muitas vezes a última esperança do povo humilde. A última esperança de recorrer ao Judiciário é feita por meio dos Defensores Públicos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gim Argello, V. Ex^a foi de uma felicidade, de uma inspiração extraordinária em homenagear o Defensor Público. É que o mundo brasileiro os apelida até de “advogados dos pobres”. Eu sei muito bem o que significa isso.

Atentai bem! Isso significa não ter mais julgamentos como aquele de Cristo, em que foi acusado e ninguém o defendeu, nem os seus amigos. Então, para que aquilo não se repita na história da humanidade, e que a Justiça seja como o sol, igual para todos, nasceu a feliz idéia da Defensoria Pública. Eu sou orgulhoso de ter, no meu governo, construído aos Defensores Públicos o Palácio da Defensoria Pública, cujo dirigente era o Dr. Cadena Neto. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça! Mas a Justiça é cara, ela é muito cara. Ela, no Brasil, só é possível aos que podem. E a Defensoria Pública corrige esse erro. Então, faz com que a Justiça seja igual para todos. E, como Montaigne disse: “A Justiça é o pão que mais a humanidade necessita”. Então, V.Ex^a foi muito feliz em homenagear aos que fazem o fortalecimento da Defensoria Pública, sem dúvida nenhuma, hoje, um dos instrumentos que torna o Direito igual para todos.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, por enriquecer este pequeno discurso com seu aparte.

Eu gostaria de dizer do meu orgulho de ter sido estagiário da Defensoria Pública do Distrito Federal. Hoje, rendo homenagem ao Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Dr. Ferraz, bem com ao Dr. Geraldo, ao Dr. Stéfano e a todos aqueles que são Defensores Públicos reconhecidos em todo o Brasil.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado a todos. Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Gim Argello, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em seguida, o Senador Mão Santa terá o tempo necessário para fazer seu pronunciamento. O Senador Mozarildo Cavalcanti, que presidirá a sessão logo após seu pronunciamento, será generoso com V. Ex^a até o horário regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com certeza.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é o Dia Nacional do Defensor Público. Faço dois registros em relação à Defensoria Pública. Constituinte que fui, tenho a impressão de que uma das grandes conquistas que tivemos para a sociedade brasileira foi a implantação da Defensoria Pública, tanto a federal quanto a estadual.

É verdade que, no que tange à Defensoria Pública Federal, ela tem andado a passos muito lentos – muito lentos mesmo! Parece que o Governo Federal não tem interesse em que, de fato, a Defensoria Pública Federal se instale e funcione nos diversos Estados.

Digo isso, porque, no meu Estado, por exemplo, a Defensoria Pública Federal só começou a funcionar em julho de 2005. Hoje, ela tem um só Defensor Público Federal, que é o Dr. Gerson Paquer de Souza, que, sozinho, portanto, cuida de todas as causas de interesse da população.

O que é a Defensoria Pública? É justamente o advogado do povo, daquele povo que não pode pagar advogado. O povo tem, de graça, o Ministério Público, quando ele precisa fazer uma denúncia, uma acusação. Mas, quando ele é vítima e precisa se defender, quem ele vai buscar, se não pode pagar? É o defensor público.

Então, no caso da Defensoria Pública Federal no meu Estado, realmente, eu quero fazer aqui essa verdadeira denúncia do estado em que está a nossa Defensoria Pública Federal em Roraima e fazer um apelo ao Defensor-Geral que olhe para o meu Estado nesse particular, porque esse é um item da cidadania, é um item que realmente dá condições ao cidadão e à cidadã de ter acesso à Justiça, através justamente do defensor.

No que tange à Defensoria Pública do Estado de Roraima, quero dizer, Senador Mão Santa, que tenho muito orgulho de que a nossa Defensoria hoje esteja completando oito anos de existência. É uma defensoria que já adquiriu autonomia administrativa e financeira, o que demonstra que não só está consolidada, enquanto instituição, como avançou porque fica mais independente para fazer de fato a defesa dos cidadãos.

E quero aqui ler alguns tópicos do portal do Governo do Estado, no que tange à Defensoria Pública. Ela foi criada no dia 19 de maio de 2000, pela Lei Complementar n^o 037. Veja V. Ex^a, Senador Mão Santa, que foi Governador de Estado, que um Estado pequeno como o meu, o Estado de Roraima, instalando o seu arcabouço institucional – os poderes, os órgãos –, teve o cuidado, uma vez que o Estado se instalou em 1991, de, já em 2000, instalar a Defensoria. Hoje, o defensor do Estado é o Dr. Oleno. Ele, eleito e nomeado recentemente, tem à frente um grupo de defensores dos mais competentes – todos, portanto, concursados –, são pessoas que prestam um serviço fabuloso ao Estado. Quero, através do Dr. Oleno, cumprimentar todos os defensores públicos do Estado de Roraima, da Defensoria Pública Estadual, lamentar não poder estar hoje na festa de comemoração dos oito anos de existência

da Defensoria, mas, ao mesmo tempo, dizer que tenho certeza de que, da forma como os outros governadores, o Governador Anchieta há de fazer todo esforço e dar todo o apoio para que a Defensoria, de fato, cumpra o papel de defender aqueles mais necessitados.

Quero ler parte do pronunciamento que fiz, registrando que o dia 19 de maio assinala a passagem do Dia Nacional do Defensor Público.

Entre as mais sábias decisões tomadas pela Constituição de 1988, enfatizo a norma contida no excepcional art. 5º da Constituição: “O Estado prestará assistência jurídica, integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Veja, Senador Mão Santa, o espírito justamente da defensoria: o Estado, e aí pode ser o Estado de Roraima, pode ser o Estado Nacional, o Brasil. O que antes poderia ou não acontecer, sempre de maneira pontual e nada estruturado, agora passava a ser determinação constitucional. Passou a ser determinação constitucional.

A Carta Magna foi mais além, felizmente. Para que não pairasse qualquer tipo de dúvida, fez questão de explicitar a forma pela qual esse direito fundamental de cidadania iria se concretizar. É assim que nasce a Defensoria Pública, amparada no espírito cidadão da Carta de 1988. O mesmo art. 5º definia a Defensoria Pública como “instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa de todos os graus, dos necessitados”.

Ao assegurar essa natureza público-institucional da natureza do cargo, a Lei Maior aponta para o dever, não a faculdade, que tem o Defensor Público de prestar assistência aos milhões de brasileiros pobres que a ela recorrem, além de assistir aos revéis e aos necessitados que não constituíram advogado para a defesa de seus direitos. Aí está, Sr. Presidente, uma diferença fundamental entre o advogado e o Defensor Público: enquanto o primeiro pode oferecer essa assistência, ao segundo compete o dever de prestá-la. É justamente isso o que os Defensores Públicos têm feito pelo Brasil afora.

Basta não nos esquecermos das enormes e históricas desigualdades existentes em nosso País para compreendermos o sentido, o significado e a dimensão social do trabalho executado pela Defensoria Pública. De pouco adiantariam os melhores propósitos do Constituinte de 88 se comprometida ou inviabilizada estivesse a possibilidade real de materializá-los. Quem os faz, com competência e abnegação, em se tratando de assistência jurídica aos mais carentes, é precisamente o Defensor Público.

Sr. Presidente, aproveite a oportunidade para deplorar que, ainda hoje, passadas duas décadas da

promulgação da chamada “Constituição Cidadã”, como a definiu o saudoso Ulysses Guimarães, a Defensoria Pública encontre sérias dificuldades materiais para bem executar sua missão. Não é justo que a abundância de recursos postos à disposição da Advocacia-Geral e do Ministério Público pelo Poder Público, por exemplo, se contraponha à escassez com que se debate a Defensoria Pública. Por tudo o que ela faz, ela precisa contar com mais recursos, indispensáveis e compatíveis com o alcance social de seu trabalho.

Ao parabenizar esse profissional diferenciado, que é o Defensor Público, que faz de seu ofício instrumento de afirmação da cidadania para os mais excluídos e necessitados de amparo, destaco a atuação da Defensoria Pública do meu Estado de Roraima. Criada por Lei Complementar de 19 de maio de 2000, ela apresenta uma trajetória de êxito. São oito anos de reiteração permanente do excelso compromisso – que, sendo legal, também é moral – de defender o cidadão carente e orientá-lo quanto aos seus direitos. Como regra, a Defensoria Pública de Roraima tem atendido as pessoas que possuem renda familiar inferior a três salários mínimos.

No intuito de debater idéias relacionadas ao exercício de suas funções, a Defensoria Pública de Roraima marca a passagem de seu oitavo aniversário promovendo um Ciclo de Palestras, já em sua terceira edição. Logo na abertura, sob a presidência do Dr. Oleno Inácio de Matos, Defensor Público-Geral do Estado, procedeu-se ao lançamento do Pacto pelo Fortalecimento da Defensoria Pública do Estado de Roraima.

Entre os temas expostos, salientam-se: Prerrogativas Profissionais; O Processo Eletrônico em Roraima; e O Papel Indispensável da Defensoria Pública Perante a Sociedade e a Justiça: as Atribuições da Defensoria no Ordenamento Jurídico Pátrio.

Nas pessoas do Dr. Oleno Inácio de Matos, Defensor Público-Geral, do Dr. Ronnie Gabriel Garcia, Subdefensor Público-Geral, e da Dr^a Alessandra Andréa Miglioranza, Corregedora-Geral, cumprimentos a todos os integrantes da Defensoria Pública de Roraima. Meu Estado tem consciência do extraordinário trabalho que esses valentes profissionais executam e lhes agradece.

Um Brasil novo começa a despontar, graças ao trabalho da Defensoria Um Brasil em que a lei a todos iguala. Um Brasil que, a despeito das seculares mazelas sociais, vê sua população mais pobre e destituída sendo assistida juridicamente pelo Defensor Público. Com independência funcional no desempenho de suas atribuições e com prerrogativas semelhantes a juízes e promotores, esse advogado, servidor do Es-

tado, que o remunera para atuar em defesa de todos os que não dispõem de recursos para contratar advogado, é a garantia de portas abertas da Justiça para o pobre. Eis um pequeno passo, gigantesco em sua dimensão humana, para a construção do Brasil com que tanto sonhamos: celeiro da Paz, obediente à Lei e Pátria de Justiça.

Parabéns a todos os Defensores Públicos, de Roraima e de todo o Brasil!

O Brasil lhes é grato e reconhecido.

Sr. Presidente, ao final do meu pronunciamento, requeiro a transcrição da matéria constante do *site* referente à Defensoria Pública do Estado de Roraima, bem como a matéria publicada no jornal *Folha de Boa Vista* sobre o mesmo assunto, para que façam parte integrante do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mozarildo Cavalcanti, parabéns a V. Ex^a pela feliz lembrança de enaltecer o trabalho da Defensoria Pública do Brasil, neste dia 19, dia do seu aniversário. Gostaria de me somar às homenagens merecidas que estão sendo tributadas, neste momento, a essa classe que ajuda tanto o Brasil, notadamente a população menos favorecida, proporcionando-lhe cidadania e uma forma de se defender na Justiça e de conquistar seus direitos. Sugiro a V. Ex^a a apresentação de um requerimento homenageando essa classe tão importante, que é a dos Defensores Públicos, e assino embaixo desse requerimento de autoria de V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agradeço a sugestão de V. Ex^a. E, já que estamos aqui, assinaríamos eu, V. Ex^a, o Senador Mão Santa e o Senador Paulo Paim, a fim de que seja realizada uma sessão especial ou que haja uma homenagem na hora do Expediente.

Tenho dois filhos juizes e, assim, tenho pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público uma admiração muito grande, pois compõem o conjunto que realmente faz a Justiça. Mas temos que convir que o Defensor Público é o elo primeiro, é aquele que, perante o Ministério Público e perante o Juiz, defende aquele que não tem dinheiro para pagar um advogado. Portanto, ele merece, sim, esta homenagem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo, eu entendo que essa é uma grande contribuição, porque, além de estadual... E eu fiz, quando fui Prefeito de Parnaíba, que é a segunda maior cidade

depois da capital, uma Defensoria Pública Municipal. Inúmeros... Eles até receberam apoio, como “advogados dos pobres”. E havia uma, a Dr^a Jane Broder, que ficava em uma Vara de Família – esse negócio de casamento, esses problemas de família –, e havia outro, o Dr. Reinaldo Santos, que ficava com esses problemas de conflitos, crimes etc., na Delegacia. Então, até as grandes cidades podem ter sua Defensoria Pública. E eu me orgulho de, quando Governador do Estado, ter construído o Palácio da Defensoria Pública em Teresina. Eram trinta, dirigidos pelo Dr. Cadena Neto, que defendiam milhares. E como no Piauí havia 224 cidades – só eu tive o privilégio de criar 78 novas –, eu dava uns DAS-4 para aqueles interiores menores, coordenados pelo Defensor Público, concursado e com o nível salarial de acordo, como manda a legislação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Muito bem, Senador Mão Santa. V. Ex^a, realmente, demonstra que...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – (...) quando se quer, até mesmo em municípios pode-se instalar a Defensoria. Seria um grande avanço se em cada Estado funcionasse uma Defensoria Estadual e Federal.

Sr. Presidente, encerro, portanto, fazendo ao Governo Federal e ao Defensor-Geral Federal um apelo no sentido de que apóiem as Defensorias Federais nos Estados. Cito o exemplo do meu Estado, onde, instalada em 2005, a Defensoria conta com apenas um defensor para todas as causas federais no Estado. Foi feito um concurso, e até hoje não foi homologado. Espero que essa realidade da Defensoria Federal de Roraima, que é deprimente, não esteja se repetindo em outros Estados do Brasil.

De qualquer forma, de maneira muito especial, abraço os Defensores Públicos do meu Estado de Roraima e de todo o Brasil, pelo papel importante que prestam na assistência aos mais necessitados, aos que não podem pagar um advogado para defender uma causa mínima que seja.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do Inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

Defensoria Pública completa 8 anos e promove Ciclo de Palestras

Da Redação

A Defensoria Pública do Estado de Roraima comemora hoje, oito anos de criação. Para comemorar a data, realiza o III Ciclo de Palestras - Dia Nacional do Defensor Público. O evento acontece a partir das 8h30, no auditório da Justiça Federal, no bairro Canarinho, com várias palestras abordando temas jurídicos.

Durante o evento haverá o lançamento do "Pacto pelo Fortalecimento da Defensoria Pública do Estado de Roraima", pelo defensor-geral Oleno Matos. "Este Pacto será lançado em todo país e é mais uma etapa na luta desenvolvida pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), pela valorização da instituição e da categoria", explicou.

A programação terá início às 8h30, com a realização de um culto ecumênico. Logo após, Oleno Matos fará o lançamento do Pacto. A programação matutina será encerrada com a palestra "Prerrogativas Profissionais", proferida pelo defensor público e atual vice-presidente da OAB-RR, Stélio Dener.

À tarde o evento prossegue a partir das 14h, com o tema "Processo Eletrônico em Roraima - Projudi", proferida pelo juiz de Direito Erick Cavalcanti Linhares. Para encerrar o III Ciclo de Palestras, o advogado Tércio Lins e Silva, um dos maiores criminalistas do Brasil e ex-secretário de justiça do Rio de Janeiro, também fará palestra.

Segundo Oleno, o Ciclo de Palestras é uma oportunidade de evidenciar para a sociedade a importância da Defensoria e de seus membros na solução das questões jurídicas, por meio da prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados.

Trata-se de uma oportunidade de debatermos o nosso papel na sociedade, e de trazeremos a Roraima personalidades do direito nacional, a fim de enriquecer nossa experiência profissional e possibilitar aos acadêmicos de Direito o contato com renomadas personalidades da área jurídica, comentou.

Para a defensora Lenir Rodrigues, presidente da Adper, o Ciclo de Palestras consolida-se como um evento que marca o aniversário da instituição e o Dia Nacional do Defensor Público. Acreditamos que esses oito anos foram positivos. Ainda temos muito a avançar, principalmente na questão orçamentária, mas com o apoio que temos recebido dos poderes Executivo e Legislativo esperamos consolidar nossa luta por condições melhores e sedimentar nosso papel na defesa dos direitos dos mais carentes, concluiu.

Implantado em 2000, órgão é o quinto melhor do país

Implantada no ano 2000, atualmente a Defensoria conta com 38 defensores públicos, distribuídos nas comarcas de Boa Vista, São Luiz do Anauá, Rorainópolis, Caracarái, Mucajaí e Alto Alegre, e salas de atendimento em São João da Baliza, Iracema e Pacaraima.

Em Boa Vista o órgão está localizado na avenida Sebastião Diniz - Centro. Os atendimentos à população acontecem de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30.

Qualquer pessoa física, brasileira ou estrangeira (regular no país), que não tenha condições de pagar por um advogado e que tenha renda familiar máxima de três salários mínimos, pode solicitar a assistência de um defensor público.

De acordo com levantamento do Ministério da Justiça, realizado em 2005, a Defensoria Pública do Estado é considerada a quinta melhor do país, em número de atendimentos.

Histórico da Defensoria Pública do Estado de Roraima

O serviço estadual de assistência judiciária gratuita remonta ao final da década de 90. Nesta época, integrava a Consultoria-Geral do Estado, órgão que incluía os chamados "advogados de ofício". Anos mais tarde, a Consultoria viria a se transformar na Procuradoria-Geral do Estado, que possuía em seu organograma a Unidade de Assistência Judiciária. Nesta foi criada a carreira de Assistente Judiciário, em substituição aos antigos advogados de ofício, e que, como

estes, embora profissionais da advocacia, voltados ao atendimento jurídico do cidadão pobre, não possuíam dedicação exclusiva.

Em 1988, a Constituição Federal ampliou o conceito de assistência jurídica gratuita, que passa a integrar o "rol" dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, devendo ser prestada pela Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

A Defensoria Pública do Estado de Roraima, foi criada em 19 de maio de 2000 pela Lei Complementar 037 em observância ao artigo 134 da Constituição Federal de 1988, tendo como principal objetivo a prestação de assistência jurídica gratuita, em qualquer juízo ou instância, à parcela da população considerada juridicamente hipossuficiente. A Defensoria é dotada de independência e os defensores desfrutam de prerrogativas similares às dos juizes e promotores.

Em Roraima, como regra, a Defensoria Pública tem contemplado as pessoas que possuem renda familiar de até três salários mínimos mensais.

A Constituição Federal de 1988, ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais, dispõe que o Estado (em sentido amplo) tem o dever de prestar, gratuitamente, assistência jurídica integral às pessoas. Se você não dispõe de recursos financeiros suficientes para o pagamento de honorários advocatícios, a Defensoria Pública existe para defendê-lo.

A Defensoria Pública do Estado de Roraima conta atualmente com 38 defensores selecionados através de rigoroso concurso público de provas e títulos. A Instituição garante não apenas o acesso de todos à justiça, mas também o princípio da igualdade e garantia da cidadania.

- Orientação jurídica em geral
- Divórcio
- Separação judicial
- Ação de alimentos
- Guarda de menores
- Adoção
- Tutela e Curatela
- Investigação de paternidade (DNA)
- Inventário. Orientação sobre Testamentos
- Alvará para levantamento de valores
- Ações de despejo

- Ações de consignação em pagamento
- Ações possessórias
- Mandado de Segurança
- Usucapião
- Regularização de propriedades imóveis
- Defesa do consumidor
- Registros civis
- Orientação e defesa em casos criminais
- Assistência aos encarcerados
- Atendimento jurídico geral à criança, ao adolescente, ao idoso e à mulher
- Postulação e defesa, judicial e administrativa, em todos os graus

Estrutura Administrativa

DPE CAPITAL | DPE INTERIOR

Defensor Público-Geral do Estado de Roraima

Oleno Inácio de Matos

Subdefensor Público Geral do Estado de Roraima

Ronnie Garcia Gabriel Garcia

Corregedora Geral

Alessandra Andréa Miglioranza

Consultoria Jurídica

Edir Ribeiro da Costa

Paulo Luis de Moura Holanda

Chefia de Gabinete

Angelina Maria da Silva de Lima

Assessoria de Comunicação Social

James da Silva Serrador

Chefia de Controle Interno

Irene Roque dos Anjos

Comissão Permanente de Licitações

Fábio Henrique Dias Santos

Departamento de Administração

Shirley Raimunda de Almeida Matos Cruz

Divisão de Administração e Pessoal

Lidiane Lima Reis Rodrigues Silva

Divisão de Informática

Demétrio Martins da Silva Neto

Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças

Terezinha de Jesus Andrade da Silva

Divisão de Planejamento e Orçamento

Eunice Almeida Evangelista

Divisão de Finanças e Contabilidade

Lucimeire Santana Bezerra

Secção de Protocolo/ Arquivo e Cartório

Priscila Fernandes de Abreu

Secção de Material e Patrimônio

Diana Carvalho da Silva

Secção de Biblioteca e Documentação

Glenny Maria Dutra de Araújo

Secção de Transporte

Rogelson Eleno dos Santos

Conselho Superior da Defensoria do Estado de Roraima

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Roraima, órgão de consulta e administração superior, tem por atribuição exercer as atividades consultivas, normativas e decisórias no âmbito desta Instituição, regendo-se pelas disposições legais pertinentes e pelas normas específicas constantes de seu Regimento.

Membros Natos:**Oleno Inácio de Matos**

Defensor Público-Geral do Estado de Roraima

Ronnie Gabriel Garcia

Subdefensor Público-Geral do Estado de Roraima

Alessandra Andréa Miglioranza

Corregedora Geral do Estado

Membros Eleitos:**Inajá de Queiroz Maduro**

Defensora Pública do Estado - Categoria Especial

Christiane Gonzáles Leite

Defensora Pública do Estado - Categoria Especial

Natanael de Lima Ferreira

Defensor Público do Estado - Categoria Especial

Silvio Abbade Macias

Defensor Público do Estado - Categoria Especial

Competência:

Art. 11. São atribuições do Conselho Superior:

I. Exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado;

11 Opinar, por solicitação do Defensor Público-Geral, sobre matéria pertinente à autonomia administrativo- funcional da Defensoria Pública do Estado;

III Elaborar a lista tríplice para promoção por merecimento e encaminhá-la ao Defensor Público-Geral para a escolha daquele que será promovido, comunicando-lhe a ordem dos escrutínios, o número de votos e quantas vezes os indicados entraram em listas anteriores;

D. Aprovar a lista de antigüidade dos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;

E. Recomendar ao Defensor Público-Geral do Estado a instauração de processo administratiodisciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado;

VI. Decidir acerca dos casos de remoção, promoção e substituição dos integrantes de carreira da Defensoria Pública do Estado;

VII. Decidir sobre a avaliação do estágio probatório dos membros da Defensoria Pública do Estado, submetendo sua decisão à homologação do Defensor Público-Geral, bem como proceder à divulgação da relação dos Defensores Públicos que obtiveram a estabilidade na carreira, através da publicação em periódico oficial;

VIII. Autorizar o afastamento dos membros da Defensoria Pública do Estado para participarem de cursos de aperfeiçoamento no país e no exterior;

IX. Decidir, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, acerca da destituição do Corregedor-Geral;

X. Deliberar sobre a organização de concurso para ingresso na carreira e designar 03 (três) representantes da Defensoria Pública do Estado para integrar a comissão de concurso;

XI. Organizar os concursos para provimento dos cargos de carreira de Defensor Público e elaborar o Regulamento e o respectivo Edital no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual prazo;

XII. Recomendar correição extraordinária;

XIII. Indicar 03 (três) nomes dos membros da classe mais elevada da carreira para que o Governador nomeie, dentre eles, o Subdefensor-Geral e o Corregedor-Geral;

XIV. Conhecer e julgar recursos contra decisão em processo administrativo-disciplinar; XV. Propor inspeção de saúde nos casos de aposentadoria por invalidez;

XVI. Aprovar o Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado e suas posteriores alterações.

Competência

O que é a Defensoria?

É um órgão criado pela Constituição Federal (Art. 134) e pela Constituição Estadual (art. 102) para defender o cidadão carente que não tem condições de pagar um advogado particular. Em Roraima a Defensoria Pública foi criada pela Lei Complementar número 037 de 19 de maio de 2000.

Qual o objetivo da Defensoria?

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita aos necessitados, assim considerados na forma da Lei, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas do Estado e deve atender ao cidadão necessitado de assistência judiciária gratuita, em qualquer juízo ou instância, ou qualquer orientação sobre os seus direitos.

Quem é o Defensor Público?

É um advogado, servidor do Estado, pago para atuar em defesa daqueles que precisam da justiça mais não tem recursos para pagar advogado particular e despesas processuais. O Defensor Público goza de independência funcional no desempenho de suas atribuições e possui prerrogativas similares a juizes e promotores.

Quem pode ser atendido pela Defensoria?

Qualquer pessoa física, brasileira ou estrangeira (regular no país), que não tenha condições de pagar por um advogado e que tenha renda familiar máxima de até três cinco salários mínimos, teto fixado por meio de deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Roraima.

Aplicação dos Direitos Fundamentais junto a Defensoria Pública

Todas as vezes que ocorrer uma transgressão as garantias e direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal, os necessitados podem procurar a Defensoria Pública para ter o seu direito reparado.

A seguir, demonstramos as atribuições das Varas Cíveis e Criminais existentes no Poder Judiciário do Estado de Roraima, exemplificando algumas garantias e direitos fundamentais que em caso de eventual transgressão devem ter a busca da reparação através do ajuizamento de procedimento judicial nas referidas Varas.

1ª e 7ª VARAS CÍVEIS

Competência:

Família, Sucessões, Órfãos, Interditos e Ausentes.

Exemplos:

Art. 5º, XXX da CF - é garantido o direito de herança;

Art. 5º, XXXI da CF - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.

2ª e 8ª VARAS CÍVEIS

Competência:

Fazenda Pública (as causas em que o Estado de Roraima, os Municípios da Comarca de Boa Vista e suas Autarquias forem interessados, como autores, réus, assistentes ou oponentes, excetuadas as de acidentes de trabalho; os mandados de segurança contra atos das autoridades do Estado, dos Municípios da Comarca de Boa Vista e das respectivas Autarquias, pessoas naturais ou jurídicas que exerçam funções delegadas pelo Poder Público).

Exemplos:

Art. 5º, XXIV da CF - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

Art. 5º, LXXIII da CF - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

3ª VARA CÍVEL

Competência:

Falências, Concordatas, Registros Públicos, Precatórias, Feitos Sumários e Agrários.

Exemplos:

Art. 5º, XXIV da CF - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

Art. 5º, LXXVI da CF - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;
- b) a certidão de óbito;

4ª, 5ª e 6ª VARAS CÍVEIS

Competência:

Genérica (ações de acidentes de trabalho; as justificações, vistorias, notificações, protestos, interpelações e demais processos preparatórios destinados a servir de prova; processar e julgar as demais ações de natureza cível e comercial; etc).

Exemplos:

Art. 5º, II da CF - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Art. 5º, V da CF - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

1ª VARA CRIMINAL

Competência:

Tribunal do Júri e Justiça Militar.

Exemplo:

Art. 5º, XXXVIII da CF - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

2ª VARA CRIMINAL**Competência:**

Tóxicos e Habeas-Corpus.

Exemplos:

Art. 5º, XLIII da CF - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Art. 5º, LXVIII da CF - conceder-se-á habeas-corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

3ª VARA CRIMINAL**Competência:**

Execuções Penais e Precatórias.

Exemplos:

Art. 5º, XLVI da CF - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

Art. 5º, XLVIII da CF - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do

apenado;

Art. 5º, XLIX da CF - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

Art. 5º, L da CF - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;:

4ª e 5ª VARAS CRIMINAIS

Competência:

Genérica (todos os demais Feitos Criminais não compreendidos na competência da 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais).

Exemplo:

Art. 5º, XLII da CF - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

Corpo Gestor - DPE

CORPO GESTOR

Defensor Público-Geral do Estado de Roraima

Oleno Inácio de Matos ingressou na Defensoria Pública do Estado de Roraima, por meio de concurso público, realizado em 2002, e em agosto de 2004, após compor lista tríplice eleita pela categoria, foi nomeado Subdefensor Público Geral para o biênio 2004/2006. Já no mês de agosto de 2006, novamente compôs lista tríplice para concorrer ao cargo de Subdefensor, tendo sido novamente nomeado para o biênio 2006/2008.

Em julho de 2007, encabeçou a lista tríplice eleita pela categoria, para a escolha do Defensor Público-Geral do Estado, cargo para o qual foi nomeado em outubro, pelo governador Ottomar Pinto, para conduzir a Defensoria no biênio 2007-

2009.

O Defensor Público Oleno Inácio de Matos é lotado na Comarca da Capital com atribuição para atuar na Vara de Registros Públicos e, integra a classe dos Defensores Públicos de 1ª Categoria. É formado em Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Roraima, com pós graduação *latu senso* em Direito Público pela Faculdade Atual da Amazônia.

Além da carreira de Defensor Público, Oleno Inácio de Matos atuou em importantes cargos no Estado de Roraima, dentre eles: assessor jurídico e chefe de Gabinete da Presidência da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) e assessor especial da Procuradoria Geral do Estado de Roraima (Proge).

Advogado militante desde 1998, Oleno Inácio de Matos também foi Secretário Geral Adjunto da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Roraima (triênio 2004/2006), e atualmente compõe a Diretoria da OAB/RR, exercendo as funções de Secretário Geral (triênio 2007/2008). Destaca-se ainda em sua trajetória, que desde 2004, ele preside a Banca Examinadora do Exame de Ordem da OAB/RR.

Estrutura DPE - Capital

DPE CAPITAL | DPE INTERIOR

Em Boa Vista, a Defensoria Pública do Estado atende em sua Sede, localizada na avenida Sebastião Diniz, 1165, Centro, no Fórum Sobral Pinto, por meio da Câmara de Conciliação e do Núcleo dos Juizados Especiais, além do Núcleo da Infância e Juventude, no bairro São Francisco.

A capital reúne 27 defensores, que respondem por cerca de 70% dos atendimentos da Instituição. A Defensoria também realiza atendimentos no Sistema Prisional e nos bairros da capital através do Atendimento Móvel.

Núcleo Cível - Sede:

Defensores Públicos: Drs. Anderson Cavalcante Moraes, Carlos Fabrício Ratacheski, Marcos Antônio Joffily, Rogenilton Ferreira Gomes e Dras. Aldeide Lima Barbosa Santana, Christiane Gonzáles Leite, Emira Latife Lago Salomão, Inajá de Queiroz Maduro, Neusa Silva Oliveira e Teresinha Lopes.

Núcleo Criminal - Sede:

Defensores Públicos: Drs. Antônio Avelino de Almeida, José João Pereira dos Santos, Silvio Abbade Macias, Ronnie Gabriel Garcia, Stélio Dener de Souza Cruz, Wilson Roi Leite da Silva e Dra. Lenir Rodrigues dos Santos Veras.

Câmara de Conciliação - Fórum Sobral Pinto:

Defensora Pública: Dra. Elcení Diogo

End: Praça do Centro Cívico, s/n Centro - Fone: (95)3224 1038

Núcleo Juizados Especiais - Fórum Sobral Pinto:

Defensores Públicos: Drs. Wallace Rodrigues, Natanael Ferreira e Dras. Elciane Girard e Noelina Chaves

End: Praça do Centro Cívico, s/n Centro - Fone: (95)3621 2730

Núcleo Juizado Infância e Adolescência - São Francisco:

Defensor Público: Drs. Ernest Halt e Francisco Francelino

End: Av. Alferes Paulo Saldanha, 511 São Francisco - Fone: (95)3624 4418

Estrutura DPE - Interior

DPE CAPITAL | DPE INTERIOR

A Defensoria Pública do Estado de Roraima está presente em todas as comarcas do interior: Alto Alegre, Caracarái, Mucajai, Pacaraima, Rorainópolis e São Luiz do Anauá.

De acordo com o II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, divulgado no início de 2007 pelo Ministério da Justiça, a Defensoria Pública do Estado de Roraima está entre as seis do País que atendem em todas as comarcas do seu Estado da Federação.

No interior, os defensores realizam atendimentos abrangendo todas as áreas de atuação: Cível, Criminal, Câmara de Conciliação, Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Juizado da Infância e Juventude.

Defensoria em Alto Alegre:

Defensor Público: Dr. Vanderlei Oliveira

Endereço: Rua Antonia Dourado de Santana, 595 - Centro

CEP: 69350-000 Alto Alegre/RR

Fone: (95) 3263 1311 Fax: (95) 3263 1386

Defensoria em Caracarái:

Defensores Públicos: Dr. Jaime Brasil Filho e Dra. Jeane Magalhães Xaud

Endereço: Praça do Centro Cívico, s/n - Centro

CEP: 69360-000 Caracarái/RR

Fone: (95) 3532 1385 Fax: (95) 3532 1234

Defensoria em Mucajai:

Defensores Públicos: Drs. Januário Miranda Lacerda e Julian Silva Barroso

Endereço: Av. Maranhão, s/n - Centro

CEP: 69340-000 Mucajai/RR

Fone: (95) 3542 1334

Defensoria em Pacaraima:

Defensora Pública: Dra. Terezinha Muniz de Souza Cruz

Endereço: Av. Guiana, 210 - Centro

CEP: 69345-000 Pacaraima/RR

Fone: (95) 3592 1264 Fax: (95) 3292 1454

Defensoria em Rorainópolis:

Defensoras Públicas: Dra. Maria das Graças Barbosa

Endereço: Av. Pedro Daniel da Silva, s/n - Centro

CEP: 69373-000 Rorainópolis/RR

Fone: (95) 3538 1306 Fax: (95) 3238 1301/1398

Defensoria em São Luiz do Anauá:

Defensores Públicos: Dr. José Roceliton Vito Joca

Endereço: Rua Ataliba Gomes de Laia, 100 - Centro

CEP: 69370-000 São Luiz do Anauá/RR

Fone: (95) 3537 1125 Fax: (95) 3537 1028

Defensoria Pública completa 8 anos e promove Ciclo de Palestras

Defensoria Pública do Estado de Roraima comemora nesta segunda-feira (19), oito anos de criação, e comemora a data com

a realização do III Ciclo de Palestras - Dia Nacional do Defensor Público. O evento acontece a partir das 8h, no auditório da Justiça Federal, no bairro Canarinho, com várias palestras abordando temas jurídicos.

Durante o evento haverá o lançamento do "Pacto pelo Fortalecimento da Defensoria Pública do Estado de Roraima", pelo defensor geral Oleno Matos. "Este Pacto será lançado em todo País, e é mais uma etapa na luta desenvolvida pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), pela valorização da Instituição e da categoria", explicou.

A programação terá início às 8h30, com a realização de um culto ecumênico, e logo após o defensor geral Oleno Matos fará o lançamento do Pacto pelo Fortalecimento da Defensoria. A programação matutina será encerrada com a palestra "Prerrogativas Profissionais", proferida pelo defensor público e atual vice-presidente da OAB-RR, Stélio Dener.

A tarde o evento prossegue com a partir das 14 horas com o tema "Processo Eletrônico em Roraima - Projudi", proferida pelo juiz de Direito, Erick Cavalcanti Linhares. E para encerrar o III Ciclo de Palestras alusivas ao Dia Nacional do Defensor Público, estará no Estado, o advogado Tércio Lins e Silva, um dos maiores criminalistas do Brasil e, ex-secretário de justiça do Rio de Janeiro, Conselheiro Federal da OAB-RJ, membro Conselho Nacional de Justiça e autor do livro - O que é ser Advogado, publicação que já foi objeto de homenagem pelo Senado Federal, em 2005.

Segundo o defensor geral, o Ciclo de Palestras é uma oportunidade de evidenciar para a sociedade a importância da Defensoria e de seus membros na solução das questões jurídicas, por meio da prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados. "Trata-se de uma oportunidade de debatermos o nosso papel na sociedade, e de trazermos a Roraima personalidades do Direito nacional, a fim de enriquecer nossa experiência profissional, e possibilitar aos acadêmicos de Direito o contato com renomadas personalidades da área jurídica", comentou.

Para a defensora Lenir Rodrigues, presidente da Adper, o Ciclo de Palestras consolida-se como um evento que marca o aniversário da Instituição e o Dia Nacional do Defensor Público. "Acreditamos que esses oito anos foram positivos. Ainda temos muito a avançar, principalmente na questão orçamentária, mas com o apoio que temos recebido dos poderes Executivo e Legislativo, esperamos consolidar nossa luta por condições melhores condições, e sedimentar nosso papel na defesa dos direitos dos mais carentes", concluiu.

O III Ciclo de Palestras é uma realização da Defensoria Pública e Associação dos Defensores Públicos do estado de Roraima, com apoio do Governo do estado, Assembléia Legislativa, OAB, Anadep e Justiça Federal.

Defensoria Pública

É um órgão criado pela Constituição Federal (art. 134) e pela Constituição Estadual (art. 102) para defender o cidadão carente. Em nosso Estado a Defensoria Pública foi criada através da Lei nº 037/2000. Anteriormente este órgão era ligado ao Gabinete Civil do Estado, e desde a década de 80, no ex-Território, já se via presente, através da Divisão de Assistência Judiciária.

Implantada no ano 2000, atualmente a Defensoria conta com 38 defensores públicos e

distribuídos nas comarcas de Boa Vista, São Luiz do Anauá, Rorainópolis, Caracarái, Mucajai e Alto Alegre, e salas de atendimento em São João da Baliza, Iracema e Pacaraima.

Em Boa Vista o órgão está localizado na avenida Sebastião Diniz - Centro, num moderno prédio adquirido pelo governo do Estado. Os atendimentos à população acontecem de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30.

Qualquer pessoa física, brasileira ou estrangeira (regular no país), que não tenha condições de pagar por um advogado e que tenha renda familiar máxima de três salários mínimos, pode solicitar a assistência de um defensor público.

De acordo com um levantamento do Ministério da Justiça, realizado em 2005, a Defensoria Pública do Estado é considerada a quinta melhor do país, em número de atendimentos.

Estrutura

A Defensoria Pública é composta atualmente de 38 defensores públicos, que atuam em todas as comarcas do Estado. Em Boa Vista, a Defensoria atende em sua Sede, na avenida Sebastião Diniz, 1165, Centro, no Fórum Sobral Pinto, por meio da Câmara de Conciliação e dos Núcleos dos Juizados Especiais, além do Núcleo da Infância e Juventude, no bairro São Francisco. A capital reúne 27 defensores, que respondem por cerca de 70% dos atendimentos da Instituição.

No interior são 11 defensores, e a Defensoria está presente em todas as Comarcas; Alto Alegre, Mucajai, Caracarái, Pacaraima, Rorainópolis e São Luiz do Anauá.

III CICLO DE PALESTRAS DIA NACIONAL DO DEFENSOR PÚBLICO 19 de maio - auditório da Justiça Federal

Programação

8h - Culto Devocional 8h30 - Abertura - Lançamento do Pacto pelo Fortalecimento da Defensoria Pública do Estado de Roraima

Dr. Oleno Matos (Defensor Público-Geral do Estado de Roraima)

9h30 - Coffee break

10h - Palestra: Prerrogativas Profissionais

Dr. STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ (Defensor Público da 2ª Categoria, Vice-Presidente da OAB - Roraima e Professor Universitário).

12h - INTERVALO

14h - Palestra: Processo Eletrônico em Roraima - PROJUDI

Dr. ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA (Doutorando em Relações Internacionais pela UNB/UFRR, Juiz de Direito, Professor Universitário, autor de várias obras, sendo a mais recente "A Constituição do Estado de Roraima comentada e anotada").

15h30 - Coffee break

16h - Palestra: O papel indispensável da Defensoria Pública perante a Sociedade e a Justiça e As atribuições da Defensoria no Ordenamento Jurídico Pátrio.

Dr. TÉCIO LINS E SILVA (Advogado Criminal há 40 anos, Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito Cândido Mendes - RJ. Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1987/1990), Conselheiro Federal da OAB - RJ (83/85 e 07/09), membro representante da OAB Nacional no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Defensor Público Honorário, título concedido pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro).

17h - ENCERRAMENTO - Dr. OLENO INÁCIO DE MATOS (Defensor Público Geral do Estado de Roraima)

Seguinte >

[Voltar]

Últimas Notícias

Defensoria Pública completa 8 anos e promove Ciclo de Palestras

Defensoria firma convênio com Secretaria de Tecnologia da Informação

Defensoria realiza Ação Jurídica Comunitária no Conjunto Cidadão

Governador sanciona Lei que readequa carreira e subsídio dos defensores públicos

Defensoria Pública de Roraima notifica Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, convido V. Ex^a a assumir a Presidência dos trabalhos.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Antonio Carlos Valadares, que preside esta reunião de segunda-feira, Parlamentares presentes na Casa, brasileiros e brasileiras que aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado da República – a TV Senado, a Rádio AM, a Rádio FM, o Jornal do Senado, a Agência de Notícias do Senado –, Senador Antonio Carlos Valadares, quis Deus que a sessão fosse presidida agora por um médico.

Então, Mozarildo – V. Ex^a é médico –, muito à vontade, vamos trazer este assunto, a saúde. Nós, eu e o Presidente Mozarildo, que aí está, Senador Paim, gastamos os melhores anos de nossas vidas, aspirando a um sonho, a saúde, para buscarmos ciência para a consciência e, com consciência, servirmos a nossa gente. Ô Paulo Paim, Martin Luther King disse “Eu tive um sonho”, e quis Deus fosse adentrando o Presidente desta Casa, Garibaldi Alves. E nós, Mozarildo, tivemos o nosso sonho: o de ser médico.

Vimos que a Organização Mundial de Saúde dissertava que saúde não é apenas a ausência de enfermidade ou doença, mas o mais completo bem-estar físico, mental e social. Entendo que ela deveria ser assim como o sol, igual para todos, Paulo Paim.

Mas, Presidente Garibaldi, que dá o exemplo de trabalho – chega, na segunda-feira, lá do Rio Grande do Norte para dar o exemplo do trabalho –, Padre Antônio Vieira já dizia que palavras sem exemplo são como um tiro sem bala. O exemplo arrasta. Então, V. Ex^a aí dá o exemplo.

Paulo Paim, o nosso Presidente, Luiz Inácio, no seu entusiasmo de bom comunicador, disse que a saúde, neste País, Mozarildo, está atingindo as raias da perfeição.

Paim, nosso Martin Luther King, Martin Luther King disse que tinha um sonho: acabar com os preconceitos raciais, para todos sermos iguais. Eu também tive um sonho. Ô Presidente Luiz Inácio, formei-me em Medicina em 1966. Sou do Piauí, então tive o privilégio, Mozarildo, não sei V. Ex^a, de conhecer o Rio de Janeiro. Eu passava lá; sonhava estudar lá no Rio de Janeiro, no Hospital Clemente Fraga, o que se chama Fundão. Acho que esse foi o sonho de toda a geração dos anos 60 que desejava ser médico.

Passava no Rio de Janeiro. Quem conhece o Rio de Janeiro e vai para o aeroporto do Galeão... Ô JARBAS, aquela beleza de hospital, o Fundão! Acho que toda a nossa geração, dos anos 60, queria formar em Medicina no Hospital Clemente Fraga, no Fundão.

Paim, como aquele sonho de Martin Luther King, não sei qual era o seu, esse era o meu. Mas como eu era do Piauí... Graças a Deus, Luiz Inácio, o ensino público era levado com seriedade. Não me formei no Rio de Janeiro, não. Fui fazer vestibular no Ceará, na Universidade Federal do Ceará. Muito boa, extraordinária. Mas fiz alguns cursos no Rio e depois fui fazer a residência no Hospital dos Servidores do Estado. E aquele sonho, eu passava... Aliás, todo mundo que chega de avião tem de ir para o Centro. Olha que beleza! Hospital do Fundão. Está vendo, Paim? Um dia...

Luiz Inácio, fiz um pronunciamento, há uma semana. Tenho uma filha, agora médica, estagiando na Santa Casa do Rio de Janeiro, e tenho ido lá. Fui neste fim de semana. Fiz o pronunciamento na semana passada. Aquele meu sonho... Olha, Luiz Inácio, Vossa Excelência vai tanto ao Rio de Janeiro, que o Governador, nosso companheiro, Senador que sentava ali, Sérgio Cabral, dizia que Luiz Inácio é um “garoto” do Rio de Janeiro... Não sei como Vossa Excelência chega ao aeroporto. Aí aquele meu sonho se transformou em pesadelo. A gente passa por fora daquele hospital, em que eu tencionava estudar, ser médico residente, e logo vê o caos: não tem mais janela, não tem porta; a metade está acabada.

No Rio de Janeiro! O hospital que foi o sonho de toda a mocidade, Garibaldi, que quis se dedicar à Medicina, o Fundão!

V. Ex^a também viaja; já deve ter passado e visto o que é aquilo. Fiz um pronunciamento no sábado passado lá.

E aqui está: greve no Rio de Janeiro. Jornal de sábado, **O Globo**. Bote aí bem grande. Garibaldi, é uma vergonha! O nosso Presidente, Luiz Inácio, disse: “A saúde está atingindo as raias da perfeição”. Bote bem grande na televisão. Faça de conta que é para o Mercadante, do PT, do Partido do Governo. Quando é para o Mercadante, sai do tamanho de um *outdoor* na televisão.

“Ato por hospital fecha parte da Linha Vermelha.” Aquilo que era um sonho. Aquele era um Brasil organizado, responsável. Sonhei trabalhar nesse hospital. Mas a gente passa e vê que ele não têm mais portas, janelas. E os estudantes todos, correndo risco de vida, foram interromper o trânsito na Linha Vermelha.

Ô Paim, Luiz Inácio disse que não deve ao FMI. Muito bem, mas só lá ele deve – está aqui a reportagem do

diretor – R\$10 milhões aos fornecedores. Isso quer dizer que nenhum farmacêutico vende mais para o hospital.

Eu, no lugar de Luiz Inácio, deveria aos bancos internacionais e daria esse dinheiro para esse hospital, gastaria menos com os cartões corporativos, nomearia menos. Ele nomeou 25 mil pessoas sem concurso, que, como diz a Bíblia, entraram pela porta larga da vadiagem. O DAS 6 ganha R\$10.448,00. Eu diminuiria a viagem, a propaganda, a publicidade, a campanha antecipada e daria esses R\$10 milhões para pagar os medicamentos daquele que já foi o maior hospital do Brasil, hospital em que sonhei estudar e me formar. Está aqui.

E mais, Paim: diz o nosso diretor de lá, do Hospital Clementino Fraga Filho, conhecido por Fundão, o maior hospital-escola do nosso País: “Ontem, o diretor-geral do Hospital do Fundão, Alexandre Cardoso, afirmou que a situação da unidade ainda é a mesma, e transplantes, marcações de consultas e novas internações continuam suspensas”.

Atentai bem! Se o hospital, Paim, dos meus sonhos... É! Todo médico sonhava estagiar nesse hospital, fazer residência, ser aluno de lá. Eu não fui. Mas o sonho hoje é o pesadelo dos que lá estão, dos enfermeiros, dos médicos, dos doentes, dos estudantes de Medicina, dos estudantes de Farmácia, de Enfermagem, de tal maneira que vão para a Linha Vermelha chamar a atenção, correndo risco de vida. Obstruíram, no sábado, a Linha Vermelha, aquela construída por Brizola, que vai do Aeroporto do Galeão ao centro do Rio de Janeiro.

E o nosso Senador Sérgio Cabral disse que Luiz Inácio é um garoto do Rio de Janeiro. Ô Sérgio! Ele sentava bem ali do meu lado. Que vergonha!

O diretor, ô Paim! É dinheiro pouco. Ô Dornelles, V. Ex^a chegou bem! Falo do Fundão. Não sei qual foi o seu sonho. O meu sonho é como o de Martin Luther King, como o de Paim, que sonha ver um país por igual, sem discriminação. Ô Dornelles, meu sonho era estudar Medicina nesse hospital, trabalhar nele, ser residente. Era o sonho de todos os brasileiros. Eu me formei no Ceará. Era do Piauí, mas que sonhei, sonhei. Depois, todos vão para a linha vermelha para chamar a atenção. E o nosso Luiz Inácio disse que a nossa saúde está raiando a perfeição. Falo do Hospital do Fundão.

Ô Dornelles, V. Ex^a se encontra com Sérgio Cabral? Eu gostava muito dele. Ele sentava ali. Era meu vizinho. Foi quem mais votou contra Luiz Inácio. Quatro anos! Eu e ele. Agora, disse que Luiz Inácio é um garoto do Rio de Janeiro.

Aquele é o símbolo maior da educação médica.

Dornelles, V. Ex^a vai dar um aparte e eu vou receber o seu aparte. Mas o diretor... V. Ex^a que é do PP, que apóia o Presidente. O que o diretor quer é um cheque de R\$10 milhões para pagar as dívidas, porque ninguém quer vender remédio. O que ele quer é um orçamento de R\$20 milhões para recuperar o maior patrimônio da Medicina do Brasil.

Então, antes de ouvir Dornelles, a sensibilidade, a pureza na política, Presidente do PP, que antes de se imolar, Tancredo Neves o nomeou Secretário de Fazenda.

Mas vamos ouvir, Paim, a voz da mocidade pura.

Ô Garibaldi, eu sou orgulhoso porque eu tenho uma filha que se formou em Medicina – é toda pura; eu fui ver, no Rio de Janeiro – estudante, idealista, sonhador. Se há pureza, é no médico recém-formado. Olha o que dizem eles, estudantes – eu fui residente. Se há gente pura... Ô Garibaldi, que ambiente bom era o dos médicos-residentes, muito melhor do que o nosso – político – muito mais puro, muito mais decente. Só sonhadores!

Olha o que dizem eles, ô Dornelles:

Às 9h30min, estudantes e residentes fecharam a Avenida Brigadeiro Trompowski, na ilha do Fundão. Quinze minutos depois, eles foram para a ilha Vermelha, bloqueando o tráfego.

Alguns motoristas passavam pela única faixa liberada da via dando gritos de apoio ao movimento.

Não se zangaram, não, porque viram que era justo. As portas estão caindo, as janelas estão caindo; caiu a moral, caiu a vergonha, caiu a ética, caiu a decência! E é o garoto do Rio, o Luiz Inácio. Atentai bem!

Outros reclamavam. O motorista de um Ford Fox vermelho saiu do carro e esbravejou: “Precisa fechar o trânsito?” Policiais militares estiveram no local e pediram que a via fosse liberada. Após conversar com os manifestantes, conseguiram liberar uma pista e meia. O coordenador do centro acadêmico do curso de medicina da UFRJ (que tem 1.200 alunos [sem poder estudar]), Ricardo Farias Júnior, de 23 anos [lembro os meus 23 anos, Senador Paim, marcados pela pureza, por ter sido sonhador. Ainda não tinha conhecido essas malandragens e a más companhias da política; era puro. Vejo-me nesse jovem há 40, 42 anos], graduando do sétimo período, afirma que a falta de estrutura prejudica o ensino:

– Sem recursos próprios, não há atendimento digno. Não queremos nos acostumar a trabalhar errado, como as emergências de hospitais públicos fizeram. Queremos ensino digno e de qualidade.

Opinião parecida tem o residente em cirurgia plástica Alessandro Grossi. Ele destaca o número de procedimentos que estão suspensos: –Tanto a assistência a pacientes como a formação de médicos, nutricionistas, enfermeiros e fisioterapeutas ficam prejudicadas. Por mês, são realizados aqui cerca de mil cirurgias e 25 mil atendimentos ambulatoriais, mas as operações estão suspensas, e o atendimento, reduzido.

No Rio de Janeiro! E lá no meu Piauí? Acontece a mesma coisa. Lá fizeram aquele negócio que o caboclo diz, ô Garibaldi: trocaram seis por meia dúzia. Abriam um, mas só no *marketing*, na propaganda, e fecharam outro do Estado, que, por sinal, eu tinha construído.

Mas atentai bem! Olhem o que diz a carta: fecharam, porque não tem anestesista. Só inauguração, só cacarejadores, galinhas e galos cacarejadores por aí afora!

Olhem o que diz este jornal, na primeira página – bota aí grandão! Inauguraram no Piauí, mas não funciona, não tem anestesista: “sem acordo, médicos dizem que não atuam em hospital”. Luiz Inácio foi lá, inaugurou e não funciona! Não teve nenhuma cirurgia. Os anestesistas pararam. Essa é a realidade.

Dornelles, eu não sei lá no Rio, mas, no Piauí, eu aprendi com um caboclo que é mais fácil tapar o sol com a peneira que esconder a verdade. Essa é a verdade: a dengue, a malária, as filias, a tuberculose aumentando, a doença de chagas, a rubéola – em nós, homens, não dá nada, mas, em uma mulher grávida que tenha rubéola, o filho já nasce... –, tudo aumentando.

Com a palavra esse grande representante do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Mão Santa, quero cumprimentar V. Ex^a pelas palavras sempre lúcidas e muito apropriadas que traz ao Plenário do Senado. Quero também trazer a minha solidariedade plena a todo esse movimento de protesto dos estudantes do Fundão, pela situação de calamidade pública em que se encontra o seu hospital. No passado, esse hospital, como V. Ex^a falou, foi padrão, um hospital-modelo que muito orgulhava o Rio de Janeiro. Quero dizer a V. Ex^a que a situação do Hospital do Fundão não difere muito da dos outros hospitais federais do Rio de Janeiro. O Presidente Lula tem realmente destinado ao Rio de Janeiro importantes

investimentos na área da infra-estrutura, na área do transporte, na área social – destinou investimentos para algumas comunidades mais carentes que realmente significam grande preocupação de natureza social –, mas o Ministério da Saúde parece que ainda não tomou conhecimento da situação dos hospitais do Rio de Janeiro, dos hospitais federais, porque todos eles se encontram em situação de calamidade pública. Cumprimento V. Ex^a por trazer esse assunto ao Senado e trago minha integral solidariedade aos estudantes do Fundão. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço-lhe e incorporo o aparte de V. Ex^a, que é um dos homens da maior probidade. Não é para nos desesperarmos na política, não: há homens que nos orgulham. Esse é o legítimo herdeiro de Tancredo Neves, aquele que se imolou para fazer renascer a democracia, e, antes, Tancredo o nomeou Secretário da Fazenda. Então, o Rio de Janeiro tem um grande representante.

Agora, queremos ajuntar o Piauí. Paim, por isso, eu disse que o Partido dos Trabalhadores... Não tenho ódio, rancor ou ressentimento; estou é ajudando o Luiz Inácio, que, em Teresina, tem um extraordinário candidato a prefeito. “Nazareno critica falta de médicos no Zenon Rocha”. É do PT, é médico, extraordinário Secretário de Saúde e candidato a prefeito. “Nazareno critica fechamento do HUT”. É do PT. No PT, há gente boa, não a maioria. Há muito aloprado, mas também há gente boa. Está ali o Paim, que é gente boa. E o Nazareno, que é gente boa, está com o mesmo discurso aqui, reclamando pela saúde do Piauí. E, quanto à situação da saúde do Rio de Janeiro, o Dornelles, aqui, confirma.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, V. Ex^a, que tanto elogiou o Senador Francisco Dornelles, saiba que S. Ex^a é o próximo orador e está dependendo da sua compreensão. Todos nós queremos ouvir a sua palavra, mas também queremos ouvir o Senador Francisco Dornelles.

Vou dar uma prorrogação a V. Ex^a de cinco minutos. Está bom?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Basta um minuto. Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concederei, então, mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A sabedoria está no meio. Então, dê-me dois minutos e meio – nem cinco minutos nem um minuto. A verdade está no meio.

Queremos sensibilizar. Está escrito no Livro de Deus – falei no Pai-Nosso, que é Dele, feito em um minuto –: “Procurai e achareis; batei e abrir-se-vos-á”.

Então, estamos batendo aqui na sensibilidade do Presidente Luiz Inácio. “Pedi, e dar-se-vos-á”, mas não só para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, Deus foi pródigo com a natureza. Dê para o Rio e para todo o Brasil.

A classe médica está sofrida. Garibaldi, lá na sua cidade de Natal, deve haver isso. Um quadro vale mais do que dez mil palavras. Se, no Rio de Janeiro, o nosso Senador Sérgio Cabral deu o título a Luiz Inácio de “O Garoto do Rio de Janeiro”, como estará a saúde na Ilha de Marajó, no Pará, de Mário Couto, e no interior do meu Piauí, na Capital? Está aqui reclamando esse grande Líder do Partido dos Trabalhadores, Nazareno, criticando o fechamento do HUT. Isso está na primeira página.

Então, ô Papaléo Paes, ele veio pelo clamor dos médicos. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi bendito! Era para que a saúde fosse igual ao sol, para todos, mas acontece, Senador Dornelles, que as tabelas são irrisórias; nada foi atualizado. Ainda há consultas a R\$2,00 pagas pelo SUS. Não dá, não dá! Infelizmente, essa é a verdade, a realidade. Passa-se por aí, pelos hospitais, e se pode ver que neles não há mais lençóis. Há plásticos no chão, filhas.

Para a saúde pública no nosso Brasil, eu faria quase aquele discurso de Afrânio Peixoto, o primeiro professor de Higiene: “No Rio de Janeiro, a saúde pú-

blica é feita pelo sol, pela chuva e pelos urubus”. Isso é o que está acontecendo no Brasil. Doenças que já tinham acabado e sido afastadas voltam a aniquilar o povo do Brasil. Vamos lembrar aquela mãe que sofre pelo seu filho que morre de dengue ou aquela gestante que vê nascer um filho monstro, porque voltou a rubéola. Em nós, homens, não há problema algum, pois é uma espécie de sarampo, mas, se a mulher gestante tem rubéola, o filho nasce um monstro. Também a tuberculose, que era do passado, está voltando.

Então, pedimos a Sua Excelência o Presidente da República: que deva ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ou ao Bird, mas que pague as dívidas dos hospitais brasileiros, pois o povo brasileiro está sofrendo!

Então, essas são as nossas palavras. E gostaria de agradecer ao Presidente Garibaldi Alves, que veio aqui assistir à sessão de segunda-feira, ao nosso pronunciamento. Que o benefício chegue ao Estado dele, o Rio Grande do Norte, em que, penso, a saúde está com as mesmas mazelas que no Rio de Janeiro e no nosso Piauí.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÃO SANTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ato por hospital fecha parte da Linha Vermelha

Manifestantes querem que Clementino Fraga tenha orçamento próprio e que MEC assumafolha de terceirizados

Vitor Machado

• Cerca de 600 pessoas fizeram um protesto ontem de manhã, em frente ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (do Fundão). Os manifestantes fecharam parte da pista da Linha Vermelha no sentido Baixada Fluminense, por cerca de meia hora, causando um grande congestionamento. Apenas uma das quatro faixas de rolamento ficou liberada. A manifestação tinha como objetivo reivindicar que o Ministério da Educação (MEC) assumia a folha salarial dos funcionários terceirizados e que a unidade passe a ter orçamento próprio, pois atualmente vive da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde.

A diretoria do hospital, que tem uma dívida de R\$ 10 milhões com fornecedores, deve se reunir com o MEC na semana que vem. Na última quarta-

feira, foi assinado o Plano Operativo Anual entre a instituição e a prefeitura. Nele, ficou acertado um aumento no teto de prestação de serviços de alta complexidade de R\$ 1,8 milhão para R\$ 2,335 milhões. Ontem, o diretor-geral do Hospital do Fundão, Alexandre Cardoso, afirmou que a situação da unidade ainda é a mesma, e transplantes, marcações de consultas e novas internações continuam suspensas.

— O efeito desse aumento no teto deve demorar cerca de 60 dias para ser sentido. Porém, já estamos negociando com fornecedores e alguns estão fazendo as entregas. Acredito que em 15 ou 20 dias possamos retomar o funcionamento que tínhamos antes. Estamos tentando ampliar o teto também com o estado. Uma medida que teria efeito mais imediato seria o MEC assumir o pagamento de funcionários extra-quadro. o

que geraria para o hospital uma economia de R\$ 1,3 milhão.

O diretor estima serem necessários R\$ 20 milhões para obras estruturais.

A manifestação reuniu estudantes de medicina e enfermagem, entre outros, da UFRJ, residentes do Hospital do Fundão, professores, o diretor-geral Alexandre Cardoso e a presidente do Conselho Regional de Medicina (Cremerj), Márcia Rosa.

→ **Estudante: falta de estrutura prejudica o ensino**

Às 9h30m, estudantes e residentes fecharam a Avenida Brigadeiro Trompowski, na Ilha do Fundão. Quinze minutos depois, eles foram para a Linha Vermelha, bloqueando o tráfego. Apenas às 10h15m o trânsito foi totalmente liberado.

Alguns motoristas passavam pela única faixa liberada

da via dando gritos de apoio ao movimento. Outros reclamavam. O motorista de um Ford Fox vermelho saiu do carro e esbravejou: “Precisa fechar o trânsito?” Policiais militares estiveram no local e pediram que a via fosse liberada. Após conversar com os manifestantes, conseguiram liberar uma pista e meia. O coordenador do centro acadêmico do curso de medicina da UFRJ (que tem 1.200 alunos), Ricardo Farias Júnior, de 23 anos, graduando do sétimo período, afirma que a falta de estrutura prejudica o ensino.

— Sem recursos próprios, não há atendimento digno. Não queremos nos acostumar a trabalhar errado, como as emergências de hospitais públicos fizeram. Queremos ensino digno e de qualidade.

Opinião parecida tem o residente em cirurgia plástica

Alessandro Grossi. Ele destaca o número de procedimentos que estão suspensos:

— Tanto a assistência a pacientes como a formação de médicos, nutricionistas, enfermeiros e fisioterapeutas ficam prejudicadas. Por mês, são realizados aqui cerca de mil cirurgias e 25 mil atendimentos ambulatoriais, mas as operações estão suspensas, e o atendimento, reduzido. ■

Hospital

Nazareno critica falta de médicos no Zenon Rocha

 O candidato do PT à Prefeitura de Teresina, Nazareno Fonteles, classificou ontem como "vexame" a não realização de cirurgias pelo Hospital Dr. Zenon Rocha, inaugurado no dia 5 de maio, por falta de médicos.

Eu espero que essa frustração a população não sofra mais. Não tem sentido passar por esse vexame, colocar a população em insegurança", falou Nazareno Fonteles, sobre o impasse entre a Prefeitura de Teresina e os anestesistas, que querem plantão de R\$ 600 por plantão de 12 horas nos dias da semana e R\$ 800 por plantão de 12 horas nos finais de semana e feriados.

Nazareno Fonteles disse que depois de tanto tempo, 18 anos no total, com a população esperando pelo Pronto-Socorro, a situação é um "vexame".

Ele culpa a falta de pla-

nejamento da Prefeitura de Teresina pela situação.

"Não podemos deixar que o Pronto-Socorro passe por esse vexame e a população sofra essas conseqüências quando faltou planejamento. Os problemas envolvendo servidores ou qualquer questão essencial para o funcionamento do hospital, no meu entender, deveriam ter sido negociados e solucionados antes da abertura do Dr. Zenon Rocha. Não tem sentido deixar para depois da inauguração o acerto", falou Nazareno Fonteles.

Ele disse que é o mínimo de planejamento que deveria se esperar da Prefeitura, tendo em vista todos os acordos feitos com outros gestores. "A sensação é de que não estavam acreditando que o Governo Federal e o Governo Estadual iriam cumprir a sua parte", falou Nazareno Fonteles. (E.R.)

Nazareno critica fechamento do HUT

O deputado federal Nazareno Fonteles (PT), pré-candidato petista à Prefeitura Municipal de Teresina, voltou a tecer críticas à administração tucana na capital. Apesar de ter deixado as críticas de lado nas últimas semanas e ter dado prioridade a busca de alianças em prol de sua campanha, o parlamentar afirmou que o fechamento do Hospital de Urgências de Teresina Dr. Zenon Rocha (HUT) é resultado da falta de planejamento da equipe da PMT.

“Os profissionais já haviam alertado sobre esse problema e não houve uma preparação. Esse é apenas um exemplo da falta de planejamento da equipe que está à frente da Prefeitura”, alfinetou o parlamentar. “É um vexame; isso é colocar a população em um estado de

insegurança”, acrescentou Nazareno Fonteles.

A decisão de fechar o HUT apenas dois dias após sua abertura foi tomada pelo prefeito Sílvio Mendes por conta da paralisação de médicos anesthesiologistas insatisfeitos com o valor pago pelo plantão. De acordo com o prefeito, aquela foi uma medida de respeito à seriedade e ao respeito para com a população.

“O governo fez o que estava a seu alcance, o presidente Lula também, mas a atual gestão não consegue fazer seu dever de casa”, afirmou Nazareno. O parlamentar voltou a citar ainda sobre o que chama de antecipação de campanha: o anúncio de novas obras, como o alargamento da ponte Juscelino Kubitschek (ponte da Frei Serafim). (VM)

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, e concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, Líder do PP.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei na Subcomissão de Reforma Tributária do Senado um projeto que está sendo considerado e amplamente debatido em vários setores e em várias instituições da sociedade brasileira e até mesmo na Câmara dos Deputados.

Queria dar, neste momento, um enfoque a uma modificação que propus em relação ao projeto do Governo, que alcança impostos sobre vendas, impostos sobre consumo.

Estudo recente feito pelo Banco Mundial mostrou que a carga tributária do Brasil é composta não somente do montante de impostos e de contribuições pagos por uma empresa, mas também do que ela gasta, do custo com a burocracia de pagar esses impostos. Então, tomando uma empresa padrão, em 177 Municípios, o estudo mostra que uma empresa no Brasil gasta 2,6 mil horas por ano, Senador Mão Santa, para administrar seu setor tributário, para pagar seus impostos. Isso é um custo e representa um percentual da carga tributária.

Desse modo, a grande preocupação da proposta apresentada na Subcomissão de Economia do Senado foi simplesmente a de tentar reduzir o número de impostos, diminuir as obrigações acessórias, reduzir todos aqueles procedimentos que encarecem a arrecadação.

Na minha proposta, menciono o chamado Imposto sobre Valor Agregado Federal (IVA Federal), que substitui o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e todas as contribuições apresentadas com base no art. 195. Nesse caso, o chamado IVA Federal teria uma legislação única em todo o Brasil; seria uma legislação federal. A arrecadação seria nacional, ou seja, uma empresa ao pagar o IVA, uma parcela automaticamente iria para os Estados, e a outra iria para o Governo Federal. A fiscalização seria dos Estados, que têm hoje uma estrutura montada para fazer essa fiscalização.

Como seria o procedimento? No momento em que fosse feita a avaliação dos impostos que serão incorporados pelo IVA, veríamos qual é a participação do ICMS nessa arrecadação. Vamos admitir que seja de 60% e que os impostos federais incorporados ao IVA sejam 40%. Assim, quando o contribuinte pagar seu imposto, 40% já vão para o Governo Federal; e 60%, para o governo estadual.

Como seria essa distribuição do IVA aos Estados? Tomar-se-ia, nos três primeiros anos, a participação da receita de arrecadação do ICMS de cada Estado e do ICMS nacional, e esse percentual seria aplicado à parcela do IVA nacional que viria a ser criado.

Então, no momento em que a empresa paga esses tributos, um montante é dirigido automaticamente à União Federal e a cada Estado da Federação, ou seja, o dinheiro dos Estados não passaria pelos cofres da União, o dinheiro de um Estado não passaria pelo cofre do outro, de modo que não haveria esse risco, essa tensão de retenção de dinheiro uns dos outros.

Posteriormente, Sr. Presidente, veríamos como seriam fixadas essas alíquotas. Uma lei complementar de iniciativa do Governo Federal fixaria cinco ou seis alíquotas do novo IVA, e, posteriormente, o Executivo faria uma proposta ao Senado, que, por meio de resolução, enquadraria os diversos produtos nas alíquotas aprovadas pelo Congresso.

Hoje, alguns Estados já têm alíquotas muito elevadas sobre determinados produtos, e, para impedir que essas alíquotas muito elevadas contaminassem as cinco ou seis alíquotas do IVA fixadas por lei complementar, provocando um aumento de tributos, permitiríamos que cada Estado escolhesse livremente quatro produtos e que os Estados tivessem a liberdade de fixar as alíquotas desses quatro produtos, para impedir que alíquotas mais altas fossem adotadas em termos nacionais.

A participação dos Municípios no IVA seria mantida em 25%. Os Estados que quisessem conceder incentivos fiscais poderiam fazê-lo, mas de forma transparente, utilizando seu item de despesa – poderiam estabelecer, por exemplo, que x por cento seria destinado a tal empresa ou que, por cada automóvel fabricado, a empresa receberia um determinado montante. Haveria transparência se os Estados quisessem conceder incentivos fiscais.

A cobrança seria integralmente na origem, mas isso não significa que os recursos pertenceriam ao Estado de origem: uma parcela ficaria com o Estado de origem, e a outra parcela seria destinada aos Estados de consumo, que receberiam essa parcela de acordo com índice fixado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Sr. Presidente, essa parcela do IVA nacional poderia incorporar, no mínimo, cinco impostos e contribuições já existentes. Isso reduziria muito a burocracia e o custo de arrecadação. Não vejo razão para que, numa reforma, mantenhemos o IVA Federal, o IVA Estadual e o IPI, quando podemos fazer essas três incidências numa única.

Espero que essa proposta que apresentamos na Subcomissão e que está sendo levada à Comissão da Câmara seja levada em conta, porque vai reduzir consideravelmente o custo da arrecadação e vai atender os interesses da União e de todos os Estados da Federação.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Francisco Dornelles.

Aproveito a presença do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, para comunicar a S. Ex^a e aos Senadores presentes que acertamos com a Senadora Marisa Serrano que a CPI dos Cartões Corporativos poderá funcionar amanhã até às 18 horas, quando iniciaremos a Ordem do Dia. Portanto, até às 18 horas, para dar tempo às demandas da CPI, que, sabemos, são sempre grandes, haveria a sessão da CPI, e, a partir das 18 horas, com o encerramento da reunião da CPI, tentaríamos votar aqui. Certamente, haverá a possibilidade de votarmos aqui, de acordo com o que ficou acertado na última reunião de Líderes.

Consulto V. Ex^a sobre a viabilidade dessa proposta e aproveito a presença do Líder Arthur Virgílio para consultá-lo também.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ia pedir a palavra pela Liderança, mas, como V. Ex^a já me concede a palavra, manifesto-me agora sobre duas questões.

Em primeiro lugar, quero registrar que o discurso competente do Senador Dornelles mostra que há caminho para avançarmos na reforma tributária, mostra que é possível fazer uma reforma que simplifique impostos, que diminua o Custo Brasil, que diminua a carga tributária para todos, enfim, uma reforma que crie um novo padrão tributário em nosso País.

O Ministro Dornelles fez um trabalho brilhante à frente da Subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos que discutiu essa matéria e, sem dúvida, juntamente com o ex-Ministro e atual Deputado Antonio Palocci, com o Relator Sandro Mabel, enfim, com todos os membros da Câmara e do Senado que vão discutir essa matéria, haveremos de chegar, este ano ainda, a um denominador comum que entregue ao País uma reforma tributária pela qual o Brasil clama já há algum tempo.

Fui relator, em 2003, da reforma tributária. Nós aprovamos aqui, no Senado, com um avanço expressivo, mas, infelizmente, essa matéria não foi votada na Câmara. Eu acho que, agora, nós temos uma grande oportunidade para avançarmos nesse quesito. Quero, portanto, registrar aqui o meu apoio às palavras do Senador Francisco Dornelles.

Quero também, quanto às colocações de V. Ex^a, dizer que nós estamos convocando toda a base do Governo para que nós possamos votar amanhã e votar na quarta-feira. Como nós temos oito medidas provisórias que têm a mesma data de expedição, poderá haver, dentro de um clima de entendimento, um remanejamento da ordem dessas medidas provisórias para que nós possamos votá-las.

Espero que a CPMI possa terminar antes das 18 horas, porque, como são muitas matérias e são matérias polêmicas, nós, provavelmente, teremos que entrar pela noite. A idéia seria votar, pelo menos, quatro medidas provisórias no dia de amanhã e quatro medidas provisórias na quarta-feira. Se nós pudéssemos, inclusive, antecipar a Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Permite-me V. Ex^a?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O limite máximo seria 18 horas, porque, começando aqui a Ordem do Dia, a CPMI tem que terminar. No entanto, pode, perfeitamente, terminar antes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a quer sugerir um horário mais...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, não. Eu não quero que pareça que nós pretendemos tolher o andamento dos trabalhos da CPMI, é importante que a CPMI ouça os dois convocados. Eu só espero que haja racionalidade no processo de arguição para que nós possamos tomar alguma posição.

Aliás, como na CPMI será feita uma audiência pública, não haverá votação de requerimento, sugiro à Mesa que comecemos a Ordem do Dia encaminhando matérias enquanto a CPMI faz a audiência. Como será feita uma audiência pública, não haverá votação na comissão, é possível que se dê curso, concomitantemente, à Ordem do Dia e aos trabalhos da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E V. Ex^a considera que há *quorum* para as duas reuniões?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Acho que sim, Sr. Presidente. Poderá ser apresentado aqui o relatório e, no momento em que for ocorrer uma vo-

tação nominal, convocamos as pessoas. De repente, a própria CPMI pode suspender sua reunião por cinco minutos para que os Senadores possam vir votar. Ou seja, nós podemos fazer um esforço para que funcionem as duas atividades paralelamente, porque começar às 18 horas, iniciar às 18 horas todo o processo de discussão das medidas provisórias, que são polêmicas, não é aconselhável – não há matéria de crédito entre essas oito medidas, são matérias de mérito mesmo. Existem questões importantes que deverão ficar para quarta-feira.

Essa é a sugestão que apresento para que a Mesa possa sobre ela deliberar. V. Ex^a, com sua experiência e a condição de comando na Casa, poderá fazer com que possamos jogar nas duas pontas, como no jogo de dominó: nós jogaremos nas duas cabeças e avançaremos no processo legislativo.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti; em seguida, o Senador Arthur Virgílio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, era apenas para dar força a esse apelo do Senador Romero Jucá. Fui, inclusive, entrevistada pela imprensa sobre a possibilidade de iniciarmos a Ordem do Dia às 14 horas. Havia a possibilidade de antecipar a Ordem do Dia exatamente porque temos muitas medidas provisórias acordadas para serem votadas amanhã.

Faço, portanto, ponderação no mesmo sentido. Outras comissões parlamentares mistas de inquérito funcionaram para fazer a audiência de testemunhas ou interrogatórios junto com o Plenário, tanto da Câmara como do Senado. Na hora em que havia alguma necessidade, interrompia-se ou fazia-se o revezamento para que as pessoas participassem da votação.

As medidas provisórias que estão trancando a pauta vencem no dia 4 de junho. Portanto, se essas matérias sofrerem qualquer modificação e tiverem de voltar para a Câmara, teremos dificuldades para aprová-las. Portanto, o bom senso recomenda não só que tenhamos a Ordem do Dia começando às 16 horas, mas que ela seja antecipada, como pautava a própria imprensa. Acho que é possível mantermos a Ordem do Dia às 16 horas ou, talvez, antecipá-la, não digo para as 14 horas, mas para as 15 horas. Assim, teremos o tempo necessário para fazer as votações com os debates pertinentes a cada uma das matérias.

Como disse o Senador Jucá, são matérias de mérito que, talvez, necessitem de um bom debate antes da votação, mesmo havendo acordo.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a compreensão do Senador Francisco Dornelles, porque o Senador Arthur Virgílio já havia solicitado a palavra. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última reunião no gabinete da Presidência desta Casa e sob o comando de V. Ex^a, estabelecemos que havia algumas medidas provisórias com clara dificuldade de, no momento em que nos fossem apresentadas, nós as votarmos – nós, da oposição. E havia outras, a maioria delas, que, pelo enunciado, não apresentavam problema, embora devêssemos estudar cada item, cada emenda, cada destaque, cada dúvida que pudesse surgir.

Aconteceu, porém, Sr. Presidente – e V. Ex^a estava presente à sessão, tive a honra de falar sob sua Presidência –, a decisão do Supremo Tribunal Federal estipulando que, fora daquilo que determina claramente a Constituição – ou seja, comoção, momento econômico grave, *lockout*, essas coisas todas –, não caberia que o Governo continuasse a editar medidas provisórias versando sobre crédito extraordinário.

No mesmo dia em que eu estava na tribuna, tive a notícia – na tribuna mesmo – de que já havia saído do forno uma medida provisória tratando desse episódio. Eu até disse que aquilo era uma esperteza de esquina, porque era dinheiro para funcionário público – e não somos contra isso –, mas, na pior das hipóteses, nos deixariam contra os funcionários públicos; e, na outra hipótese – pior ainda –, desmoralizaríamos o Supremo Tribunal Federal, desmoralizando o próprio Congresso Nacional.

Então, não posso aceitar nem a hipótese de desmoralização A, nem a hipótese de desmoralização B. Não posso. E devo dizer a V. Ex^a que condiciono toda e qualquer ajuda nossa à aprovação de qualquer matéria, a partir de amanhã, à retirada pelo Governo dessas duas medidas provisórias. Que sejam transformadas em projeto de lei em caráter de urgência, com o crivo da urgência, para que nós, aqui, possamos, então, honrar o compromisso que havíamos assumido com V. Ex^a.

Fora disso, teremos de começar a obstaculizar da primeira, porque não vamos, simplesmente, fingir que não houve esse atentado à soberania do Congresso e que não houve esse atentado à soberania do Supremo Tribunal Federal. Teremos de obstaculizar da primeira no que pudermos, se pudermos, quando pudermos e enquanto pudermos. Que isso fique bem claro, bem nítido! Aguardo até um pronunciamento de V. Ex^a. V. Ex^a tem sido muito firme nesse episódio sobre as medidas provisórias de crédito orçamentário. V. Ex^a tem sido muito firme, tem dado orgulho a todos nós pela firmeza, pela sensação que V. Ex^a passa de que, de fato, pretende presidir a Casa como um todo.

Assim como devo fazer um elogio público ao Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia. Mesmo com as discordâncias que tenho em relação à sua última entrevista à revista *Veja*, concordo com o essencial. Na parte institucional, concordo com tudo o que ele disse. Pareceu-me uma entrevista lúcida e corajosa de alguém que começou sendo visto como Presidente da Casa a serviço de um partido, e está se mostrando Presidente da Casa enquanto instituição, e, portanto, de todos os partidos, de todos os Deputados. V. Ex^a faz a mesma coisa. É, portanto, conveniente aguardarmos um pronunciamento seu a esse respeito.

Sinceramente, não tenho como! Eu dizia ao Líder Jucá ainda há pouco que não há, simplesmente, como fingir que não houve a decisão do Supremo. Se parto para coonestar o que desmoraliza o Supremo, Sr. Presidente, desmoralizo o Supremo e perco a capacidade de voltar ao Supremo, inclusive. Que Poder é o nosso que aceita abastardar um outro, que colabora com o abastardamento de um outro que veio em socorro da nossa soberania?

Portanto, a posição do PSDB é muito nítida, muito clara. Não concordarmos com votação qualquer. Faremos o possível para que não haja nenhuma votação. Faremos o que pudermos, enquanto o Regimento nos amparar, propondo, com muita humildade, com muita clareza, com muita limpeza, ao Governo que retire essas duas medidas provisórias, que são provocativas. Elas são absolutamente provocativas. Não são sinceras e são até torpes, porque elas visam a jogar, contra quem queira defender o Supremo e a Casa, o Congresso, jogar os servidores públicos contra nós. É torpe!

Eu diria que o momento é dos mais infelizes que se possa conceber na ação de uma gestão, porque isso significa o confronto aberto e claro com as outras instituições, que formam esse tripé da interdependência dos Poderes e da democracia.

Nós, portanto, aguardamos um posicionamento do Líder Jucá e de V. Ex^a: V. Ex^a, pela Casa; e o Líder,

pelo Governo. V. Ex^a dizendo que não aceita isso – é o que imagino; e o Líder Jucá dizendo que o Governo haverá de retirar essas duas medidas provisórias. Retirou, colaboramos; não retirou, lutaremos de maneira empedernida para que não haja essa desautorização da decisão do Supremo, nem haja a consagração, por nós mesmos, de que temos de continuar sendo violentados por medidas provisórias versando sobre crédito extraordinário.

Portanto, em defesa do Congresso, em defesa do Senado, em defesa da nossa soberania e em defesa do gesto maiúsculo que tomou o Supremo Tribunal Federal – com o mesmo espírito que cobrei de V. Ex^a a leitura de todas as medidas provisórias, para enfrentarmos a verdade e não ficarmos abrindo janelas, nem portinhas, nem portinholas para votar enquanto não vêm mais medidas provisórias, para enfrentarmos a Constituição de uma vez –, digo a V. Ex^a essas palavras.

Ao mesmo tempo em que aguardo V. Ex^a e o Líder falarem, peço a V. Ex^a que me inscreva, como Líder do PSDB, para, ainda nesta sessão, usar da palavra. Prefiro que seja como orador, se for possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última semana, houve uma reunião, como sempre muito bem conduzida por V. Ex^a, no seu gabinete, em que as Lideranças selecionaram medidas provisórias sobre as quais haveria um consenso mínimo para votação. Esse consenso mínimo não significa que vamos aprovar essas medidas provisórias ou esses projetos de lei de conversão como vieram. Alguns precisam sofrer modificações. Como existe prazo de vigência, seria importante que elas pudessem ser votadas no Senado o mais breve possível, para que, no caso de modificações, haja tempo ainda de retornarem à Câmara.

Por isso, quero ratificar e reiterar meu apoio à proposta feita pelo Senador Jucá, no sentido de que possamos iniciar a votação dessas medidas o mais breve possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi, acredito muito em Deus. V. Ex^a também acredita em Deus? Acho que Ele coloca o homem certo na hora certa. Foi assim que Ele buscou Davi para vencer, foi assim

que Ele buscou Moisés, e Ele colocou V. Ex^a aí. Mas acho que a missão de Davi e a de Moisés eram até mais fáceis! V. Ex^a entrou numa encruzilhada – sou seu irmão do Nordeste – tão difícil quanto a de Davi e a de Moisés.

Sexta-feira, fiz uma palestra numa nova FAP, faculdade piauiense. O tema era Estado Democrático de Direito. Prof. Garibaldi, fiquei a pensar que iria começar a palestra com a música de Ricardo Chaves: “Acabou, acabou, acabou...” Não é brincadeira! V. Ex^a está sorridente, mas acho a missão de V. Ex^a mais difícil do que a de Davi e a de Moisés.

Ó Garibaldi, não vamos fugir, não. Você entrou nessa porque quis! O Davi também foi enfrentar Golias, uma determinação. Agora, o negócio é: “acabou”. Vi a mocidade estudiosa de Direito numa faculdade.

Primeiro, olha aqui: o Luiz Inácio não pode brincar! Vou discursar quase igual fazem na novela: “Chega, chega!” A mulher não disse isso?

Urgência e relevância. Aí, já chega! É urgência, é relevância?

Crédito do Orçamento. V. Ex^a foi Prefeito, e dos bons, e Governador. Nós pedimos, mas no fim do ano, pedir em fevereiro, em março?! Isso é palhaçada, é indignidade. Isso não existe. É falta de planejamento – e este Governo botou até um alopchado aí, o que não interessa.

Divisão dos tributos – ele não obedece. Doação de mais de 2.500 hectares sem passar no Congresso. Pedro Simon tem um pronunciamento em que se refere a 96 mil; e aí vai nesse rolo. Tudo é consequência de Roraima, que é o rolo grande, por desobediência a isso. Luiz Inácio não é mais preparado que nós. Fui Prefeitinho e Governador.

E agora essa do TSE! Já estamos em campanha política – nós não podemos fazer, mas ele faz. O desrespeito! Depois de a Corte suprema decidir aquilo que foi solicitado pelos partidos de oposição, no dia seguinte, fazer uma medida provisória?! Isso é um deboche, isso não existe.

V. Ex^a não está merecendo isso. Sei que o momento é difícil para V. Ex^a, mas Deus não ia abandonar. Ele botou a pessoa certa no lugar certo, na hora certa: é V. Ex^a.

Agora, com a amizade: V. Ex^a sabe que o admiro e sei que é difícil, mas fique. Como disse Rui Barbosa, só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça. Chega! Chega! Chega! Estão fazendo a gente de... Isso é ridículo, não é Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação sobre essa questão das medidas provisórias para que eu pudesse, efetivamente, deixar clara a posição do Governo e a minha posição pessoal nesta Casa.

O Supremo Tribunal Federal apreciou uma ação interposta pelo PSDB em relação a uma medida provisória, um crédito especial, uma medida provisória que abria crédito em diversas categorias de despesas, em diversos Ministérios. E, na apreciação do Supremo Tribunal Federal...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É a 405.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A 405. Na apreciação do Supremo Tribunal Federal, em matéria sobre essa medida provisória, o Supremo entendeu que parte daquelas despesas não preenchia os quesitos constitucionais de urgência, relevância e imprevisibilidade. Foi isso que ficou definido.

O Supremo, em nenhum momento, proibiu o Governo de fazer medida provisória de crédito especial. As medidas provisórias de crédito especial estão previstas na Constituição. Existem normas para que elas sejam feitas.

O que nós defendemos? Nós defendemos que o Governo tenha mais parcimônia na edição de medidas provisórias. Eu, pessoalmente, vou defender, dentro do Governo, que despesas como essa a que se referiu o Senador Arthur Virgílio, de crédito de pessoal, por exemplo, possam ser feitas por projeto de lei em regime de urgência. Por quê? Porque você pode fazer um projeto de lei em regime de urgência dizendo que a validade do aumento é a partir de 1º de maio, por exemplo. Mesmo que ele seja aprovada em junho, julho ou em agosto, retroagirá a 1º de maio para o pagamento. Então, na verdade, não se gerará nenhum prejuízo para os servidores. Vou defender isso agora, junto ao Ministro Paulo Bernardo.

Em outras despesas, isso não será possível. Em caso de enchente, cataclismo ou de qualquer tipo de problema mais grave, o recurso vai precisar vir na hora e, efetivamente, vai-se precisar de medidas provisórias.

Defendo, também, que na LDO nós tenhamos um mecanismo para ser aprovado neste ano, como existem mecanismos nos Estados e Municípios, que dê uma margem percentual para o Governo poder fazer remanejamento de rubricas, independentemente de medida provisória ou projeto de lei. Os Estados têm isso, e os Municípios têm isso.

Eu gostaria de registrar o meu posicionamento de buscar um entendimento para que haja a possibilidade de projetos de crédito especial para pagamento de pessoal poderem ser feitos em regime de urgência, inclusive com acordo de liderança, para se votar isso rapidamente. Mas quero deixar registrado também que o Governo continua tendo a prerrogativa de medidas provisórias de crédito especial nos casos previstos na Constituição, de urgência, relevância, imprevisibilidade, enfim, das necessidades extremas de atuação do Executivo.

Era essa a observação que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Já inscrevi V. Ex^a como orador, mas, neste momento, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr. Presidente, é precisamente para fazer um comentário a respeito da posição aqui expendida pelo Senador Romero Jucá.

O entendimento que tenho é diverso. O Supremo foi claro quanto à interpretação da Constituição: não havendo cataclismos, não havendo comoção, não havendo guerra ou surpresa a partir de enchentes, secas, de flagelos da natureza, não é caso de medida provisória para crédito extraordinário. Não é.

Considero justo que o Líder entre em contato com o Governo de modo a convencê-lo a retirar. Digo isso, Sr. Presidente, com a maior das boas-fés. Estamos, aqui, para colaborar nas votações, mas não enquanto perdurar essa dúvida, por entender que é, sim, uma afronta ao Supremo; é, sim, uma afronta a esta Casa; é uma afronta à autoridade de V. Ex^a, como Presidente do Congresso Nacional; é uma afronta à autoridade do Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia. É uma afronta a V. Ex^a duplamente: como Presidente do Congresso e como Presidente do Senado Federal.

Eu vou, Sr. Presidente, ler o art. 167, §3º.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da Constituição?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Da Constituição Federal.

Art. 167: (...)

XI (...)

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despe-

sas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art 62.

Obviamente, não estamos tratando de guerra, a não ser essa guerra civil da segurança pública, e a matéria não versava sobre segurança pública, nem o Governo admite que se vive no Rio de Janeiro, por exemplo, uma situação de guerra civil. Calamidade pública, não vi. Não vejo comoção interna, portanto, e não vejo imprevisibilidade nesse nível, imprevisibilidades tais como, repito Sr. Presidente, guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Então, é uma “forção de barra”, para usar uma linguagem mais popular, mais do nosso cotidiano, do nosso dia-a-dia. É uma “forção de barra”, sim, e se isso é uma ingenuidade, que o Governo se refaça dela e diga: “Olha, errei, pisei na bola”. Puxa vida, coisas tão mais graves são perdoadas! Pisei na bola, e retire e faça, como disse muito bem o Líder, via projeto de lei com urgência constitucional, estabelecendo que o reajuste é a partir da data tal e, portanto, estabelecendo o princípio da retroatividade. Não há perda nenhuma para os servidores públicos: no momento em que for aprovada a matéria, ela será aprovada com retroatividade. Por outro lado, a matéria só demorará a ser aprovada se o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a poderia, por gentileza, esclarecer: são duas as medidas provisórias que V. Ex^a está contestando?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É, são as duas últimas, porque uma...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Uma é a que diz respeito ao aumento de setores de pessoal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Uma diz “vou aumentar” e a outra diz “para aumentar, para dar uma majoração eu preciso do crédito extraordinário tal”. As duas se vinculam uma à outra. Agora, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas tem outra ou é só uma?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – São duas.

Sr. Presidente, a penúltima medida provisória diz: “vamos fazer o reajuste”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Uma dá o aumento e a outra, o crédito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, se trata só de uma medida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – São duas medidas provisórias, porque uma se vincula à outra.

Veja, inclusive, na própria resposta que o Líder me deu, já vimos a saída: o Governo retira, estabelece a urgência constitucional, garantimos a retroatividade com o benefício aos servidores alvo dessa medida provisória e tocamos a vida para a frente. Refiro-me à hipótese, na qual quero acreditar, de ter havido ingenuidade, porque a outra hipótese é muito grave.

A outra hipótese é: “Quero afrontar o Senado, quero afrontar o Congresso, quero afrontar o Supremo Tribunal Federal”. Esta é muito grave, é gravíssima, é intolerável, é imperdoável.

Enquanto isso não ficar esclarecido, o PSDB não participará de nenhum esforço a favor de votação; participará do esforço para boicotar qualquer votação. É algo que tem que ficar muito nítido, muito claro.

Finalmente, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que o Advogado-Geral da União, o brilhante e jovem advogado José Antonio Dias Toffoli – que, aliás, dizem que é um dos nomes cotados para vir para cá a fim de ser submetido a uma sabatina, substituindo, eventualmente, alguém que dê vaga no Supremo Tribunal Federal –, começa mal o seu contato com o Senado, se é verdade que o Presidente tem intenção de fazê-lo Ministro da Suprema Corte, porque o Supremo, Casa à qual ele parece aspirar pertencer, diz que não é tolerável, fora desses casos que a Constituição prevê com clareza. É cristalino o que determina a Constituição, e o Supremo não admite, portanto, medida provisória diferente do que estabelecido no art. 167, §3º: guerra, comção interna ou calamidade pública. Aí, ele diz que quem decide o que é urgente, o que é imprevisível, o que é relevante é a consciência do Senhor Presidente da República. Eu não posso aceitar isso.

Não é a consciência do Senhor Presidente da República, não, Sr. Presidente! Nós temos uma democracia organizada neste País, temos uma Suprema Corte que paira acima de todos nós, temos um ordenamento jurídico que nos conceitua como uma democracia sólida. Não é, portanto, o alvitre nem o arbítrio do Senhor Presidente da República que define as coisas, não. Quem define as coisas é o que diz a Constituição e, a partir dela, as interpretações que vêm do Judiciário para o nosso dia-a-dia, para o nosso cotidiano.

Começa mal, porque não se está despindo da função do advogado que quer provar a inocência, a qualquer preço, de quem o constituiu.

Portanto, a nossa posição é muito firme e eu aguardo um pronunciamento de V. Ex^a. Gostei muito de ouvir o líder dizer que vê essa possibilidade. Essa possibilidade para nós é música para nossos ouvidos. É a única que poderá fazer com que participemos de um esforço indo apenas ao mérito. O que é o esforço? Ver o que tem na matéria; o enunciado é bom, mas vamos ver se não tem nenhum gato, se não tem nada passando por lebre ali; vamos ver se não tem nada errado. E, aí, Sr. Presidente, nós iríamos vendo medida provisória por medida provisória, debatendo cada uma delas, até chegarmos naquelas que são um engasgo, aquela do Reporto e outra medida provisória que também é muito grave. Nós selecionamos duas ou três que são as mais graves, já no enunciado. Nessas, aí, nós iríamos ao mérito. Em cada uma delas há um mérito. Muito bem. Vendo os detalhes e procurando escoimar cada uma delas dos detalhes que são prejudiciais ao País.

Mas, se se mantém esta atitude que pode ser de afronta ao Supremo Tribunal Federal, ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, nós nem vamos analisar o mérito. Nós, simplesmente, vamos, com muita lealdade, dizer ao Governo que coloque a sua Maioria aqui e que se prepare para debater conosco interminavelmente, porque nós não vamos colaborar, nós não vamos fazer um jogo de apunhalar a nossa própria soberania.

Sr. Presidente, medite V. Ex^a sobre isto: sai uma medida provisória que contraria o que o Supremo diz. Com que moral iríamos nós ao Supremo outra vez? Para, de novo, coonestarmos? Com medo de quê? De perder voto? Olhem o raciocínio de quem só pensa em voto, olhem o raciocínio de quem só pensa no populismo, olhem o raciocínio de quem não sai do palanque. Então eu sou obrigado agora a subverter a regra constitucional do País, a afrontar a Suprema Corte para não perder voto? Olhem para minha cara e vejam se eu tenho cara disso. Vejam se alguém olha para a minha cara e acha que eu tenho cara disso. Vou ficar firme como uma rocha e toda a minha Bancada vai ficar firme como uma rocha e mais pessoas valorosas que são de partidos da Base do Governo, como o Senador Mão Santa e tantos outros, que, tenho certeza absoluta, vão cumprir com o seu dever.

Portanto, está nas mãos do Governo. Mostrem boa-fé conosco, com V. Ex^a inclusive, mostrem boa-fé com a Casa e retirem essas duas medidas provisórias que são provocativas – elas são provocativas, eu não tenho outra explicação para isso – ou nos enfrente. Estamos aqui preferindo a primeira hipótese que é a mais nobre, mas prontos para denunciar a torpeza da segunda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O Senador Romero Jucá acabou de sair daqui justamente para fazer uma gestão junto ao Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento. Ele levou não apenas a palavra dele, mas a minha palavra também, no sentido de que o Governo retire as duas medidas provisórias e as transforme em projeto de lei. Vou aguardar o resultado da gestão do Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, na qualidade de orador inscrito. V. Ex^a terá vinte minutos.

Agradeço a V. Ex^a.

O Senador Romero Jucá acabou de sair daqui justamente para fazer uma gestão junto ao Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento. Ele levou não apenas a palavra dele, mas a minha também, no sentido de que o Governo retire as duas medidas provisórias e as transforme em projetos de lei. Vou aguardar o resultado da gestão do Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, na qualidade de orador inscrito.

V. Ex^a terá vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria muito que ficasse consignado aqui que tenho apreciado, além do seu, o comportamento do Presidente da Câmara. Entendo que certas funções exigem que o seu titular, ao assumi-las, se dispa da condição político-partidária. É preciso ficar acima. Vejo que estamos trilhando um bom caminho. Sinto-me muito bem sabendo que o Senado é hoje presidido por V. Ex^a e que a Câmara é presidida pelo Deputado Arlindo Chinaglia, que cresceu e se agigantou aos meus olhos. Devo registrar isso porque sinto que é de meu dever.

Sr. Presidente, antes de tudo, registro aqui, com muito pesar, um falecimento ocorrido em Brasília, no dia 16 de maio. Eu apenas tomei conhecimento disto ontem, deste fato lamentável, da morte de um jovem muito querido, meu amigo pessoal, Marcelo Vicente Martins de Macena, filho adotivo, mas filho mesmo, do Governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal. Estive no velório, participei da missa, muito bonita, encomendando a alma de Marcelo. Aqui reforço a solidariedade a todos os entes queridos de Marcelo, a começar pelo meu amigo Governador José Roberto Arruda.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, mas de maneira mais alegre, eu encaminho a V. Ex^a requerimento de voto de aplauso a Fernando Hipólito, tetraneto de Hipólito José da Costa, fundador do **Correio Braziliense** (de Londres), pelo lançamento, em breve, de livro sobre

a vida de seu tetravô. É a história da imprensa no País, que tem de se misturar, a meu ver, claramente, com a luta para se construir uma sociedade mais justa.

Ainda outro requerimento de inserção em Ata de voto de aplauso à minha querida amiga Maria Falcão Barros, ilustre amazonense, que completa 85 anos de vida muito dedicada a sua família, aos seus entes queridos.

E, Sr. Presidente, aos atletas que fizeram tão bonito no último **meeting** do Rio de Janeiro, mostrando que o Brasil pode almejar em Pequim. Homenageando a todos, eu cito o nome de dois: o meu conterrâneo, Sandro Viana, que, hoje, por ser o recordista do 100 metros, um dos melhores velocistas do mundo, ele é o homem mais rápido do País, e a minha querida amiga, Maurren Maggi, que é um exemplo de superação, pois consegue, como Fênix, se refazer das cinzas. Tenho enorme apreço pessoal e muita admiração pela atleta, pela mulher de fibra, capaz de dar sempre todas as voltas por cima, que é a querida Maurren Maggi.

Sr. Presidente, eu hoje amanheci com a notícia de que o Governo estava cogitando refazer a CPMF. Soube depois do resultado da reunião do Palácio, e o Governo diz que, pelo que entendi, não barra o que o Congresso decida – se decidir isso, ótimo –, mas que não encampa a atitude de promover o retorno da CPMF. São as chamadas meias palavras, que alguns apreciam e que eu detesto.

A CPMF não passa aqui de novo. Ela não passa; simplesmente ela não passa. Pode vir com qualquer alíquota, de 0,0001... Não passa. Ponto. Não passa porque isso significa, de novo, uma afronta ao Senado Federal, que, com a última palavra que lhe cabia, falou em nome do Congresso naquele momento.

São esses símbolos que precisam ser respeitados por este Governo. Este Governo precisa apreender a respeitar símbolos.

Houve a manifestação nítida da sociedade, e ela foi interpretada pelo Senado dizendo não à CPMF. Então não passa aqui. Ponto. Acabou; não passa. O Governo alega precisar de recursos para financiar a emenda, que não é minha, é do Senador Tião Viana, a Emenda nº 29, que estabelece mais recursos para a saúde; e diz que precisa de mais impostos: imposto sobre cigarros, imposto sobre bebida e a CPMF. Pois muito bem, a posição do PSDB é a de não conceder aumento de imposto nenhum, nenhum aumento de carga tributária, porque o nosso compromisso é com rebaixar carga tributária, nosso compromisso é com cortes drásticos de gastos públicos, o nosso compromisso é com preparar o País para momentos que podem não ser tão de bonança quanto aquele que o primeiro Governo do Presidente Lula experimentou.

Vamos aqui analisar algumas coisas que devem ser pontuadas por nós. O Governo diz que não tem dinheiro, mas o excesso de arrecadação está aí aos olhos de todos nós. Já praticamente refez o que ele chamava de “buraco da CPMF”. O que não pode é continuar a gastar como gasta senão, realmente, não há dinheiro que baste ao final de cada exercício. Dez por cento médios de crescimento real dos gastos correntes é, de fato, se compararmos com o crescimento do PIB, insuportável, intolerável, absolutamente intransitável do ponto de vista da boa lógica. Ao longo do tempo, o País quebra; esse é um fato.

Mas vamos examinar, Senador Mozarildo Cavalcanti. O Governo lança o tal Fundo Soberano. Nessas horas sinto falta do Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta, que fez a coletânea **Festival de Besteira que Assola o País – FEBEAPA I, II, III e IV**. Há muito tempo não vejo um disparate tão grande quanto esse Fundo Soberano.

Eles alegam que outros países já o fizeram. De fato, 36 países. O Brasil seria o 37º país a fazê-lo. Nenhum deles tem déficit em transações correntes; nenhum deles vive a situação que o Brasil começa a viver de desarranjo nas suas contas externas outra vez. Houve país que queria se proteger com os ganhos de determinado produto, de determinada **commodity**, de determinado produto de base, de determinado produto primário, e queria se proteger de eventuais crises cíclicas nos preços desses produtos. Então, fizeram um fundo para procurar apostar esse fundo em ações seguras que envolvessem algum risco e, portanto, envolvesse uma compensação melhor.

Mais recentemente, países que dependem de uma gama mais variada de produtos passaram a adotar atitude idêntica. O Brasil não se enquadra em nenhuma das tipificações, em nenhuma, mas é de uma estupidez enorme... Sinto o Ministro Mantega um homem bom. Ele está sendo usado nesse episódio, para quebrar a autoridade do Banco Central. Mas ele pretende R\$20 bilhões, o que ele chama de “cofrinho”, que se remunerarão a 3% e que custarão a Selic, que vai ser aumentada outra vez. Não é segredo para ninguém.

Vai ser alguma coisa entre 0,5% e 1%, podendo ser 0,75%. Mas isso é claro como água. E vai ser aumentada não porque o Diretor do Banco Central seja perverso, Senador Mão Santa, vai ser aumentada porque, entre outras coisas, idéias esdrúxulas, como esse Fundo Soberano, vêm tumultuar os caminhos normais da economia brasileira.

Outro defeito do Fundo Soberano – para mostrar como isso é tolice mesmo –, é utilizá-lo para

financiar empresas brasileiras, Senador Garibaldi. Ora, se é para financiar empresas brasileiras, então, não tem diversificação. De repente, o Brasil entra em crise, o dinheiro do Brasil entra em crise, o dinheiro do Fundo Soberano entra em crise... Se financiasse mais de um país ou empresas de vários países, nós teríamos vários ovos em vários cestos. Então, o fundo se dispõe a colocar todos os ovos num cesto só. E tudo isso como se não houvesse BNDES. Então, o fundo é uma tolice brutal. Imaginam eles que, com isso, estarão fazendo política de proteção ao valor do real. É algo muito infeliz.

Ainda vou falar sobre Fundo Soberano – e muito! –. Vou me insurgir fortemente contra essa idéia aqui, mas quero resumir. Dizem que não tem dinheiro para a saúde, mas tem para o Fundo Soberano. Não tem para a saúde? Não tem, mas tem para o Fundo Soberano, para essa tolice que é o Fundo Soberano. Para a saúde, não tem.

Tem dinheiro para a tal política industrial, que é outra tolice, porque não vai resolver absolutamente em nada a deficiência que o Brasil tem em matéria de competitividade. São incentivos para certos setores, criando certas desigualdades no interior da economia brasileira e, no fundo, no fundo, voltando com aquela idéia do paternalismo para empresas que já tinham se livrado do braço protetor do Estado, que já estavam se virando muito bem lá fora. E as que não são competentes não são competentes mesmo. Quem não é competente não tem que ir para lugar nenhum. Quem não é competente tem que soçobrar no meio do caminho.

Então tem dinheiro, mas R\$10 bilhões, mais ou menos, para essas empresas, para essa tal política industrial... Só aí são trinta.

Acabamos de ver essa coisa justa que é o reajuste de servidores públicos civis e militares. Só lamento que o Governo dê o aumento dos militares depois de ter sido tão afrontado por eles. Ou seja, o Governo acha que resolve tudo com dinheiro, então entra em desacordo e os militares das casernas falam. Já disse aqui que concordo com o que falaram, mas não concordo com o fato de falarem. Quero uma democracia em que só se pronuncie quem não anda armado. Só se pronuncia politicamente quem não anda armado, por isso sou contra greve de Polícia Federal, greve de Polícia Civil, sou contra greve de Polícia Militar, sou contra a greve de quem está armado e sou a favor da greve de quem está desarmado. Mas nada me impede de dizer que concordo com o que disse o General Augusto Heleno. Está certo no que disse. Muito bem, o Governo

acha agora que vai adoçar a boca dos militares como se eles fossem deixar sua boca ser adoçada com um aumento. Mas não sou contra o aumento, sou a favor do aumento, mas vi a medida provisória nos afrontando. Vamos ficar no fato de que são R\$7,5 bilhões. Então já estou falando de R\$37,5 bilhões.

Já tinham feito antes, Sr. Presidente, o aumento do IOF, das alíquotas do IOF, do Imposto sobre Operações Financeiras. Já tinham feito o aumento de alíquotas sobre o lucro líquido das empresas. Já estão propondo, agora, o aumento de alíquotas sobre cigarros e bebidas, como se isso não afetasse a carga tributária brasileira. Já se espera que, no fim de 2008, bata algo em torno ou um pouco acima de 37% do Produto Interno Bruto. Isso liquida a perspectiva de o produto ser competitivo. É uma tolice vir com política industrial para tornar o País competitivo, ter uma carga tributária dessas, alimentá-la e querer aumentá-la como se pudesse uma coisa se casar com a outra, como se uma coisa não fosse antípoda a outra. Mas já estou falando de R\$37,5 bilhões, fora o IOF, fora a Contribuição sobre o Lucro Líquido. E agora o Governo pretende arrecadar mais R\$8 bilhões com a CPMF.

E eu volto a dizer – parece até que estou voltando àquela madrugada histórica aqui –: é um imposto ruim; um imposto em cascata; um imposto que incide sobre todas as etapas do processo produtivo; um imposto que, mesmo que venha com alíquota pequena, ele, na verdade, vem gravar a economia pesadamente. E eu sei que, depois do primeiro momento de alíquota baixa, vem o segundo momento, que é aumentar a alíquota. É muito mais fácil, depois, brigar para aumentar a alíquota, depois de criar a necessidade, do que aprovar a primeira alíquota.

Enfim, o Governo tem dinheiro para tudo, inclusive, para manter 38 ministérios, inclusive, para gastos absurdos com cartões corporativos. Tem dinheiro para tudo! Só não tem dinheiro para a saúde. E diz que precisa de fontes para dar dinheiro para a saúde. Então, nós temos que começar a falar com sinceridade.

Eu li, Sr. Presidente – já concedo o aparte ao Senador Mozarildo – um artigo muito bom do ex-Ministro Antônio Palocci, propondo uma agenda de país. Eu considero que é isso. Pretendo, até, na verdade, responder a esse artigo dele. Faz tempo que tem uma agenda de País. Algo parecido com o que o Presidente Fernando Henrique Cardoso havia dito um pouco antes – e é isso a que se refere o Ministro Palocci.

Algumas coisas não podem mudar, esteja quem estiver no Governo. Não pode mudar. É prova de amadurecimento institucional do País. Mas é preciso boa-fé de ambas as partes.

Então, o dia em que nós aqui obtemos a vitória junto ao Supremo Tribunal Federal, vedando a edição de mais medidas provisórias, tratando levemente de créditos extraordinários, o Governo vem e nos afronta e ao Supremo com uma nova medida provisória. E agora nos diz que quer aprovar uma nova CPMF, sob pena de não ter dinheiro para regulamentar a emenda do Senador do PT, Senador Tião Viana.

O que o Governo não quer, até porque não tem coragem política, é vetar. Não quer que o Presidente vete o que foi aprovado aqui, e não quer inverter suas prioridades, porque não quer colocar a saúde efetivamente como prioridade nº 1, nº 0 deste Governo. Essa é a verdade. Portanto, tem de ser dita, com clareza e com tranqüilidade para a Nação, para que a Nação compreenda e nos ouça.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, como sempre, aborda com muita propriedade esse tema. Como médico, quando V. Ex^a toca essa questão da saúde, revolto-me muito fortemente e até fico constrangido de ver com que leviandade o Governo Lula trata a questão da saúde. E ele disse que com saúde não se brinca! Mas ele brinca, talvez até com a dele. Porém não pode brincar com a saúde dos pobres, porque, como V. Ex^a disse, não falta dinheiro para nada. Agora para a saúde falta. Ouvi hoje uma entrevista do Ministro Gomes Temporão, que disse: “Ah! É importante que se aumente o imposto sobre bebidas, sobre o fumo, mas isso aí não garante um recurso de maneira segura para a saúde”. Estão defendendo subliminarmente, Senador Garibaldi, a volta da CPMF. Fui contra a CPMF na vez passada. Serei contra novamente. Serei contra qualquer medida de aumento de impostos. Esse aumento de imposto sobre bebidas e fumo é uma questão que ainda se pode ver com relativa passividade, porque beber e fumar, até porque como médico que sou, entendo fazem mal à saúde. Então, que se taxem mesmo. Vendo o Senador Garibaldi aqui, lembrei que há um projeto de S. Ex^a sobre a regulamentação dos bingos no Brasil, que o Governo ia mandar, mas retirou por causa do escândalo do Sr. Waldomiro. As religiões são contra, mas os brasileiros saem daqui para jogar em Buenos Aires, nos Estados Unidos, nos lugares ao redor do País. Por que não aprovamos o projeto do Senador

Garibaldi, por exemplo, e colocamos todo o imposto sobre o bingo na saúde? É uma fonte. Outra fonte mais elementar ainda: por que o Governo não corta seus gastos supérfluos? Por que o Governo não aprende a fazer como qualquer chefe de família, como qualquer dona-de-casa? Eles fazem o quê? Primeiro, saúde, alimentação, educação, para depois ter luxo. Neste Governo, é o contrário. É banquete, é festa, é viagem excessiva. O Presidente tem de estar sempre no palanque, ou aqui no Brasil, ou lá fora. Isso custa muito à Nação. Veja quanto se gasta com diárias, com cartões corporativos etc. Hoje, num mundo **on-line**, é preciso que um funcionário de um ministério “x” vá, por exemplo, ao Estado de Roraima, para tratar de um assunto da pasta. Para ganhar diária. É preciso que ele saia daqui para a França. Para ganhar diária. Os ministros viajam toda semana, num vai-e-vem. E aquelas medidas que já propusemos de ajuste fiscal e de corte de gastos? São 26 mil cargos comissionados, ocupados por pura e exclusiva seleção entre os cupinchas do PT. Por que não se corta isso? Eu estou ao lado de V. Ex^a: não vamos votar aqui medida provisória nenhuma, não vamos votar aumento de imposto nenhum. Essa não é uma questão que deva ser do PSDB, que deva ser do Democratas, que deva ser deste ou daquele Partido, mas de todos os Senadores que têm compromisso com o bem deste País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo, e ressalto que V. Ex^a tem tido um comportamento absolutamente independente, e isso o credencia ao respeito de todos os seus Pares. Mas, se V. Ex^a quiser, numa resposta breve ao seu aparte tão honroso, uma demonstração muito nítida de que este Governo jamais se preocupou com saúde para valer, primeiro, é o caos administrativo – a saúde não funciona no País –, e, segundo, é o fato de que, no segundo dia útil, quando o Governo nos apunhalou em relação ao compromisso assumido conosco quando aqui ajudamos a aprovar a Desvinculação de Receitas da União, a DRU, e ele saiu com aquele pacote fiscal aumentando alíquotas de IOF, aumentando alíquotas da CSLL, o Governo destinou esse dinheiro, que passaria a arrecadar, para todos os fins, menos para a saúde. Ele não mandou. É fato. Isso é um fato real.

Então, o Governo precisa-nos dizer com clareza que não prioriza a saúde ou então que prioriza, mas essas inversões de valores, essas tolices, essas afrontas, essa mania de tentar fazer o Congresso ajoelhar... O Congresso não vai ajoelhar. E aqui não passa a CPMF, e ponto final. Não vai passar, porque nós

vamos armar nossas barricadas e vamos fazer como disse a Passionária, resistindo à ditadura na Espanha: “*No pasarán!*”. Aqui, não vai passar.

V. Ex^a tem o aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur, V. Ex^a se lembra da Constituição? V. Ex^a se lembra do seu pai, vítima? Vamos relacionar as coisas: Ulysses Guimarães, 5 de outubro, 1988, beijou-a e disse: “*Desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira*”. Eu ouvi. Isso não dá certo. Já vi outras... V. Ex^a viu que não dá certo. Acabaram tirando o mandato do pai de V. Ex^a. E Deus colocou V. Ex^a aí liderando as oposições no Brasil. É aquilo que Eduardo Gomes disse, enfrentando a ditadura civil de Vargas. Ele disse que o preço da liberdade democrática é a eterna vigilância. Mas só para V. Ex^a relembrar. Seu pai foi vítima por desobedecer a Constituição. V. Ex^a não pode permitir outra vítima. Primeiro, ô Luiz Inácio, esse negócio de medida provisória, urgência e relevância, isso é deboche. Já dissemos isso aqui durante cinco anos. Esse de crédito orçamentário é um deboche. Se pedir crédito em outubro, novembro, dezembro, eu pedi, como prefeitinho. Mas pedir em março... E agora o deboche é maior quando desobedece à Suprema Corte, o Supremo Tribunal Federal. A divisão de tributos, V. Ex^a sabe, aqui diz: 53% para União; 22,5% para os Estados e para o Distrito Federal; 21,5% para os Municípios; e 3% para os Fundos Constitucionais. O que acontece? O Luiz Inácio ganha mais de 60%. A doação de terrenos. Eu doei terreno quando fui Governador de Estado, mas nunca desobedecendo isto aqui. Acho que também o Presidente Garibaldi. Acima de 2.500 hectares, diz a Constituição, tem que ser discutida pela Senado. Sua Excelência o Presidente da República doou, outro dia, 96 mil hectares. E veio com a justificativa de que doar floresta não é doar terra. Está na Justiça. E o TSE? Desmoralizado. V. Ex^a viu aquela humilhação que sofreu o nosso grande Ministro Marco Aurélio. “Se esse ‘juizinho’ se meter nisso aqui... Ele não pode meter o bico. Tire a toga, venha disputar”. Então, chega, chega! Até na Globo, houve aquele discurso. Chega! Não podemos abrir mão para isso. E V. Ex^a é o líder, é o comandante. V. Ex^a lidera com muitas forças as oposições democráticas, revivendo Rui Barbosa em crise, revivendo todos estes: os Brossard, os Ulysses, os Tancredos e o pai de V. Ex^a, que foi sacrificado pela desobediência à Constituição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, peço um tempinho para encerrar. V. Ex^a até já me concedeu esse tempo.

Agradeço ao Senador Mão Santa e respondo ao seu aparte, dizendo que é uma questão de ética mesmo. Medida provisória, uma vez refugada, não pode, no mesmo exercício, ser reeditada. Não há esse impedimento no caso da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), já que há outra proposta de emenda à Constituição. Mas não deveria o Governo, por pudor, Senador Mão Santa, dizer “puxa vida, foi refugada a matéria, e, então, desautorizo qualquer dos membros da minha base a entrar com essa tentativa outra vez; por favor, tire essa idéia da cabeça, porque simplesmente não vai passar mesmo”?

Sr. Presidente, encerro, trazendo ainda alguns pontos desse *pout pourri* que tentei fazer.

Estou apresentando requerimento de informações ao Sr. Ministro da Justiça a respeito do tráfico de mulheres e da prostituição. É notícia que saiu nos jornais do fim de semana: são 75 mil prostitutas brasileiras. Não é isso o que desejo para as mulheres do meu País. E não dá para simplesmente olharmos os horrores todos que os jornais publicam e ficarmos insensíveis a isso. São 75 mil mulheres conhecidas, fora o que possa ter escapado dessa estatística tão funesta. Exijo uma resposta do Ministério da Justiça. Quero saber o que estão fazendo para devolver a cidadania a essas nossas patrícias tão humilhadas e espezinhadas na sua condição humana.

E ainda, Sr. Presidente, solicito voto de pesar pelo falecimento da escritora Zélia Gattai, viúva do imortal Jorge Amado, que é imortal não por ser da Academia Brasileira de Letras (ABL), mas por ser imortal mesmo. Esse falecimento se deu no dia 17 de maio deste ano. Ela também é imortal.

Foi casada, primeiro, com Aldo Veiga, intelectual e militante do Partido Comunista Brasileiro, e era mãe de Luís Carlos, uma homenagem certamente ao Cavaleiro da Esperança, o Senador Luís Carlos Prestes. Casou-se, tempos mais tarde, com Jorge Amado, em 1978. Depois de 33 anos de companheirismo, oficializaram essa união. Tiveram dois filhos: Paloma e João Jorge. Foram muitas felicidades.

Devo dizer que li Zélia, considero que ela é uma memorialista fantástica, e li Jorge. Jorge fez muito pela minha formação. E fiz questão que, embora sendo outros tempos, meus filhos lessem, todos eles, os principais clássicos de Jorge Amado. E sei que chegará o momento em que eles lerão Zélia Gattai também.

Gostaria, Sr. Presidente, de manifestar meu pesar. Mas são exemplos que ficam, são pessoas que fizeram o melhor pelo País e pela nacionalidade e que, por isso, merecem a homenagem de todos nós, que devemos

ser um pouco Jorge Amado e um pouco Zélia Gattai, que devemos ser um pouco Maurren Maggi, um pouco Sandro Viana, procurando tirar sempre do nosso coração e do nosso cérebro o melhor na direção de construirmos um país justo. E um país justo tem de ser um país onde se privilegia sinceridade no diálogo entre os atores da política, não essa esperteza que, para mim, é reles, essa esperteza que é torpe, essa esperteza de tentar ganhar de qualquer jeito, essa coisa do jeitinho. Repudio a idéia de que devamos aceitar como brasileira essa política do jeitinho. Queremos verdades. E uma verdade que se impõe agora tem dois braços muito claros: “não” a qualquer tentativa de recriação da CPMF, com o mesmo “não” a qualquer tentativa de aumento da carga tributária neste País; por outro lado, “não” a qualquer medida provisória que violenta a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e humilhe o Congresso Nacional, versando sobre medidas de crédito extraordinário, ao arrepio do que diz o art. 167, § 3º, da Carta Magna do País, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA

– N°s 4.694 e 4.696/2008, de 8 do corrente, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos n°s 1.327, de 2007; e 76, de 2008, respectivamente, do Senador Arthur Virgílio.

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

– N° 138 e 139/2008, de 8 do corrente, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos n°s 206 e 84, de 2008, respectivamente dos Senadores Valdir Raupp e Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As informações referentes ao **Requerimento n° 84, de 2008**, encontram-se à disposição do Requerente na Secretária-Geral da Mesa.

As demais informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 457, DE 2008

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/ 2006, na Casa de origem), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008, visa a incluir novo trecho rodoviário na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação (PNV), aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. O trecho em questão corresponde ao trajeto da rodovia RS-630, que liga a BR-290, próximo à cidade de São Gabriel, à BR-293, junto à cidade de Dom Pedrito, no Estado do Rio Grande do Sul.

Na justificação que acompanha a matéria, o autor argumenta que a rodovia é importante artéria do sudoeste do Estado e que a ligação propiciará a redução de 100 km no percurso entre dois pólos urbanos da região.

Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 1, de 2008, foi aprovado nas Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Submetido à apreciação desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o projeto não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

No que tange aos aspectos legais, o projeto em exame encontra respaldo no art. 22, XI, da Constituição Federal, que inclui os transportes na reserva de competência legislativa da União. Assim, cabe ao Congresso Nacional (art. 48, *caput*), bem como a qualquer de seus membros (art. 61, *caput*) a iniciativa para a proposição de leis sobre tais matérias.

A proposição atende igualmente aos critérios exigidos para a inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação, ao possibilitar a ligação entre duas rodovias federais já existentes.

O projeto não apresenta vícios de iniciativa, inconstitucionalidade ou injuridicidade que o desabonem.

No que concerne aos aspectos de mérito, observa-se que a rodovia liga duas importantes cidades do sudoeste gaúcho, favorecendo o desenvolvimento da região, onde predominam as atividades pecuárias. A inclusão da rodovia pretendida na Relação Descritiva das Rodovias do PNV, ademais, justifica-se como uma das formas mais seguras de se obterem recursos federais para a execução das obras necessárias à sua manutenção e melhoramentos. Pelo exposto, consideramos meritória a proposição.

Tendo em vista que os projetos relativos ao PNV seguem formato já consagrado, julgamos necessário promover a adequação do texto da proposição a esse padrão, razão pela qual elaboramos emenda de redação.

III – VOTO

À vista do exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008, com as emendas de redação que apresentamos.

EMENDA Nº 1– CI (Redação)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-290, na localidade de São Gabriel, e a BR-293, na cidade de Dom Pedrito.

EMENDA Nº 2– CI (Redação)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, item 2.2.2, subitem Ligação, constante do anexo ao Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida de trecho rodoviário com a seguinte descrição:

.....

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (km)	Superposição km	BR
	Entroncamento com BR-290 (São Gabriel) / entroncamento com BR-293 (Dom Pedrito)	RS	100	-	-

.....”

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

<i>Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008</i>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/05/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: <i>Senador Marconi Perillo</i>	
RELATOR: <i>Senador Pedro Simon</i>	
Titulares - Bloco de apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	Suplentes - Bloco de apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)
SERYS SLHESSARENKO - PT	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELCÍDIO AMARAL - PT <i>Delcídio Amaral</i>	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
DELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PT
FRANCISCO DORNELLES - PP	4- JOÃO RIBEIRO - PR <i>João Ribeiro</i>
INÁCIO ARRUDA - PC do B	5- AUGUSTO BOTEELHO - PT
EXPEDITO JÚNIOR - PR	6- RENATO CASAGRANDE - PSB
Titulares - PMDB	Suplentes - PMDB
ROMERO JUCÁ	1- LOBÃO FILHO <i>Lobão Filho</i>
VALDIR RAUPP	2- JOSÉ MARANHÃO
LEOMAR QUINTANILHA	3- (vago)
GEOVANI BORGES	4- NEUTO DE CONTO
VALTER PEREIRA	5- GERALDO MESQUITA
WELLINGTON SALGADO	6- PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>
Titulares - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)	Suplentes - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)
GILBERTO GOELLNER - DEM	1 - DEMÓSTENES TORRES - DEM
ELISEU RESENDE - DEM	2 - MARCO MACIEL - DEM
JAYME CAMPOS - DEM	3 - ADELMIR SANTANA - DEM
HERÁCLITO FORTES - DEM	4 - ROSALBA CIARLINI - DEM
RAIMUNDO COLOMBO - DEM	5 - ROMEU TUMA - PTB
JOÃO TENÓRIO - PSDB	6 - CÍCERO LUCENA - PSDB
MARCONI PERILLO - PSDB	7 - EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	8 - MÁRIO COUTO - PSDB <i>Mário Couto</i>
SÉRGIO GUERRA - PSDB	9 - TASSO JEREISSATI - PSDB
Titulares - PTB	Suplentes - PTB
GIM ARGELLO	1- JOÃO VICENTE CLAUDINO
Titulares - PDT	Suplentes - PDT
JOÃO DURVAL <i>João Durval</i>	1- (vago)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
.....

XI - trânsito e transporte;
.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer lido vai à publicação. Foi lido anteriormente o Parecer nº 457, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu, da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde de Natal – UNICRED e da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB, manifestação sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008.

Os expedientes serão juntados ao processado da referida matéria que se encontra na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o Aviso nº 29, de 2008 (nº 137/2008, na origem), informando, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, que não houve emissões de Títulos da República no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2008.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 94, DE 2008

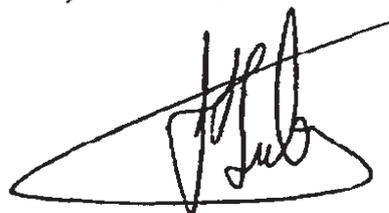
(nº 270 /2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Os méritos do Senhor Sérgio de Souza Fontes Arruda que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de maio de 2008.



EM No 00156 /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 8 de maio de 2008.

00001.003821/2008-53

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor **SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor **SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA** poderá ser nomeado também para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, no Sultanato de Brunei Darussalam, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* do Senhor **SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO***CURRICULUM VITAE*****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA****CPF.: 12861235187****ID.: 308/MRE**

15/04/1943	Filho de Archimedes de Andrade Arruda e Lea de Souza Fontes Arruda, nasce em 15 de abril, no Rio de Janeiro/RJ
18/03/1963	CPCD - IRBr
01/02/1965	Terceiro Secretário em 1º de fevereiro
05/02/1965	Divisão de Organização, assistente
25/05/1966	Departamento Geral de Administração, assessor
15/12/1966	Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade Nacional de Direito, Universidade do Brasil/RJ
30/06/1967	Segundo Secretário, por merecimento, em 30 de junho
01/04/1968	Embaixada em Madri, Segundo Secretário
20/09/1971	Embaixada em Ottawa, Segundo e Primeiro Secretário
01/01/1973	Primeiro Secretário, por merecimento, em 1º de janeiro
03/02/1975	Assessoria de Imprensa do Gabinete, assistente
20/07/1977	Departamento de Cooperação Cultural, Técnica, Científica e Tecnológica, assessor
12/06/1978	Conselheiro, por merecimento, em 12 de junho
13/06/1978	Divisão de Divulgação, Chefe
05/07/1983	CAE - IRBr, Divulgação e Diplomacia Cultural
21/09/1983	Embaixada em Luanda, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
17/12/1986	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 17 de dezembro
23/08/1987	Missão junto à ONU, Viena, Ministro-Conselheiro
07/05/1990	Embaixada em Pequim, Ministro-Conselheiro
01/12/1993	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor
14/03/1994	Agência Brasileira de Cooperação, Diretor-Geral

21/04/1994 **Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial**

20/10/1995 **Embaixada em Kingston, Embaixador**

01/02/1996 **Embaixada nas Bahamas, Embaixador cumulativo**

01/03/1996 **Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) em Kingston, Representante Permanente**

05/05/1996 **II a VI Período de Sessões da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Kingston, Chefe de delegação, até 2000**

29/05/2001 **Ministério da Cultura, Gabinete do Ministro de Estado, Chefe**

17/12/2001 **Ministro de Segunda Classe, no Quadro Especial, em 17 de dezembro**

09/12/2003 **Fundação Visconde de Cabo Frio, Presidente do Conselho de Administração**

07/09/2006 **Consulado-Geral em Rotterdam, Cônsul-Geral**


DENIS FONTES DE SOUZA FINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

FEDERAÇÃO DA MALÁSIA

Departamento da Ásia e Oceania

Divisão da Ásia e Oceania II

Brasília, abril de 2008

Dados Básicos

Nome oficial: Federação da Malásia

Capital: Kuala Lumpur

Área: 329.750 km² (equivalente ao Maranhão)

População: 26,6 milhões

Sistema Político: Monarquia Constitucional Federada

Idiomas: Bahasa malaio (oficial), inglês, chinês, tamil, telugo

Religiões: Muçulmana (60%), Budista (19%), Cristã (9%), Hindu (6%) e outras (6%)

Chefe de Estado: Rei (Sultão) Mizan Zainal Abidin (rotativo a cada cinco anos)

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Abdullah Ahmad Badawi

Chanceler: Rais Yatim

PIB (2007): US\$ 165 bilhões (nominal) / US\$ 357,9 bilhões (PPP)

PIB per capita (2007): US\$ 6.146 (nominal) / US\$ 14.400 (PPP)

Crescimento do PIB (2007): 6,3%

Exportações (2007): US\$ 169,9 bilhões

Principais destinos das exportações: Estados Unidos (19%), Cingapura (15%), Japão (9%), China (7%), Tailândia (5,3%), Hong Kong (5%)

Principais produtos exportados: produtos eletrônicos, petróleo, gás natural liquefeito, madeira, óleo de palmeira, borracha, têxteis

Importações (2007): US\$ 132,5 bilhões

Principais origens das importações: Japão (13,3%), Estados Unidos (12,6%), China (12,2%), Cingapura (11,7%), Tailândia (5,5%), Taiwan (5,5%), Coreia do Sul (5,4%)

Principais produtos importados: produtos eletrônicos, máquinas, petróleo, plásticos

Fontes: Economist Intelligence Unit (abril de 2008) e CIA World Factbook (2008)

Sumário Executivo

A Federação da Malásia foi criada em 1963, resultando da união dos territórios recém-independentes de Malaya, Sarawak, Borneo do Norte (Sabah) e Cingapura (que saíria da Federação em 1965). Seu território está dividido entre a parte Sul da Península Malaia e a parte Norte da Ilha de Borneo.

Ao contrário de Cingapura, onde ressalta a etnia chinesa, a sociedade malásia é marcada pelo predomínio étnico malaio, majoritariamente muçulmano. Foram implementadas, nos anos 1970, políticas de ação afirmativa que garantiam à maioria malaia posição privilegiada no governo, na educação e na burocracia estatal. Essas políticas foram mantidas pelos sucessivos governos e têm causado atritos entre os diferentes grupos étnicos.

O sistema político malásio é a monarquia parlamentar. O Chefe de Estado é o Rei, eleito, de cinco em cinco anos, entre os sultões e rajás da Federação. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, Presidente do partido majoritário no Parlamento. Eleições gerais devem ocorrer a cada cinco anos, sendo uma maior frequência também possível. As últimas eleições gerais ocorreram recentemente, em março passado.

Desde novembro de 2003, a Malásia é governada pelo Primeiro-Ministro Abdullah Ahmad Badawi, que sucedeu a Mahathir Mohamad, Primeiro-Ministro de 1981 a 2003. Ambos pertencem à coalizão Barisan Nasional, que está no poder desde a independência. Nos últimos meses, entretanto, tem-se fragilizado a situação política de Badawi, sobretudo porque seu partido perdeu a maioria qualificada de dois terços no Parlamento, nas eleições de 8 de março. Especula-se que poderão ser convocadas novas eleições gerais em 2009, ou até mesmo antes do final de 2008.

Na década de 1980, o ex-Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad empreendeu amplas e liberalizantes reformas econômicas, o que possibilitou a transição de uma economia de exportação de produtos primários para uma industrial, com ênfase em manufaturas leves, equipamentos eletrônicos e semi-condutores. Com média de 5,5% entre 2003 e 2007, o crescimento do PIB malásio tem-se mostrado estável nos últimos anos.

A política externa malásia é marcada, desde a década de 1970, pela moderação e pelo pragmatismo. Por um lado, o país tem atuado de forma expressiva no Movimento dos Países Não-

Alinhados e defendido o aprofundamento da cooperação Sul-Sul. Por outro, tem mantido relacionamento estreito com os Estados Unidos, Japão e países da Europa Ocidental, com o objetivo de garantir os fluxos de investimentos estrangeiros.

A Malásia mantém postura muito ativa nos mecanismos políticos do seu entorno regional, tendo sido membro-fundador da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e organizado, em dezembro de 2005, a primeira reunião da Cúpula do Leste Asiático. Outras preocupações da política externa malásia incluem o combate ao terrorismo e a cooperação com países islâmicos, tendo o país ocupado, até março do corrente ano, a presidência da Organização da Conferência Islâmica.

Nos últimos anos, as relações bilaterais entre o Brasil e a Malásia têm experimentado avanços, especialmente na área econômico-comercial. Entre os países da ASEAN, a Malásia foi, em 2007, o terceiro principal parceiro comercial do Brasil, atrás de Cingapura e Tailândia. Naquele ano, o comércio bilateral foi de US\$ 1,96 bilhão. Em 2003, a empresa brasileira Avibrás forneceu às Forças Armadas malásias um batalhão do sistema Astros, sendo que outro está, atualmente, em fase final de negociações de venda. Está sendo negociada também a venda de aviões civis e militares da Embraer para o país. Estima-se que as duas operações possam superar US\$ 1 bilhão.

Recentemente, instalou-se no Brasil a indústria malásia KNM, que produz tubos para a indústria petrolífera. A CVRD, por sua vez, estuda, em cooperação com o grupo Melawar, a construção de unidade de produção de pellets na Malásia, com investimento total de US\$ 3 bilhões (para referência, o total de investimentos diretos na Malásia em 2007 foi de US\$ 13,7 bilhões).

Desde 2006, estão em curso entendimentos para a visita do Primeiro-Ministro Badawi ao Brasil, a qual não se concretizou, devido à dificuldade de conciliar sua agenda com a do Presidente Lula. Com as atuais incertezas políticas no país, será difícil prever quando uma visita ao Brasil poderá ocorrer, embora haja interesse brasileiro em materializar um encontro.

Política Interna

Segundo sua Constituição, a Malásia é uma monarquia parlamentar, cujo Chefe de Estado é o Rei (ou *Yang di-Pertuan Agong*), escolhido por seus pares dentre os sultões e rajás de 9 estados, para um mandato de 5 anos. O Rei, que ocupa posição simbólica, age de acordo com as diretrizes do Governo. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, presidente do partido majoritário no Parlamento Federal. O atual Primeiro-Ministro Abdullah Ahmad Badawi assumiu o cargo em 1º de novembro de 2003 como sucessor de Mahathir Mohamad e, em março de 2008, foi

confirmado, por eleições gerais, em seu atual posto. Ambos pertencem ao UMNO (*United Malays National Organisation*), partido de centro-direita integrante da Barisan Nasional, coalizão que domina a política no país desde 1963.

O Primeiro-Ministro Badawi sucedeu a Mahathir Mohamad com a bandeira da renovação. Seu plano de governo previa a redução da presença do Estado na economia; o aumento da transparência nas decisões sobre concorrências públicas; o controle do déficit fiscal; e o direcionamento de recursos a projetos de atendimento básico e de caráter social.

Nos últimos meses, Badawi vem sofrendo ataques de Mahathir, criando divisões internas no Barisan, o que poderá acarretar a dissolução do Parlamento e a convocação de novas eleições gerais, ainda em 2008.

A instável situação política de Badawi resulta de uma série de acontecimentos recentes. Em primeiro lugar, o Barisan perdeu, nas eleições de 8 de março, a maioria qualificada de dois terços no Parlamento e o controle de cinco governos estaduais. Em decorrência desses malogros, a renúncia de Badawi foi exigida por Mukhriz Mahathir, parlamentar e filho do ex-Primeiro-Ministro. O próprio Mahathir Mohamad estaria costurando alianças no âmbito do Barisan contra Badawi.

A principal preocupação da coalizão é o retorno à cena política de Anwar Ibrahim, antigo protegido de Mahathir que, no final da década de 1990, se tornou o maior oponente do governo. Ministro das Finanças e Vice-Primeiro-Ministro no período da crise asiática de 97, Ibrahim implementou a política aconselhada pelo FMI para solucionar a crise, em diametral oposição à linha de Mahathir. Em 1998, no auge da crise, Ibrahim foi acusado de corrupção e comportamento sexual inadequado, tendo recebido sentença de prisão. Embora Ibrahim tenha sido solto em 2004, seus direitos políticos seriam suspensos até 2008.

Estima-se que Anwar Ibrahim tenha sido o principal mentor da “derrota” do governo em 8 de março (embora tenha preservado a maioria simples no Parlamento, a perda da maioria qualificada de dois terços, que prevalecia desde a independência do país, foi considerada duro golpe). O projeto de Ibrahim de criar um partido supra-racial – desvinculado do viés étnico do Barisan – agrada a muitos e garantiu os votos obtidos pela oposição. Em última análise, Ibrahim, que tem fortes laços políticos e ideológicos com o Ocidente – tendo inclusive lecionado, desde 2004, em universidades como Oxford e Georgetown –, propõe a transformação da Malásia, de um regime autoritário e racialmente orientado, para um governo pluralista, democrático e multi-étnico.

Economia

No início dos anos 80, o Governo da Malásia iniciou um programa de privatização de setores-chave da economia, tais como portos, aeroportos, companhias de aviação, manutenção e construção de estradas, esgotos e distribuição de água potável. Atualmente, o Governo é muito receptivo aos investimentos estrangeiros e, para garantir uma participação maior de seus nacionais nos novos negócios, estimula a formação de *joint ventures* entre empresas malásias e estrangeiras. A trajetória ascendente dos fluxos de investimentos diretos externos no país (total de US\$ 13,7 bilhões em 2007, tendo aumentado 65% em relação a 2006) reflete a confiança dos mercados na estabilidade social e política do país.

Sob a liderança do ex-Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad, e sobretudo a partir da década de 1990, a economia da Malásia evoluiu de mera produtora e exportadora de bens primários para a condição de detentora de uma ampla e diversificada indústria de transformação. Em 2005, produtos e equipamentos eletrônicos constituíram 45% das exportações do país.

O PIB da Malásia cresceu 5,9% em 2006, e 6,3% em 2007, quando atingiu a marca de US\$ 165 bilhões. Vários fatores explicam essas altas taxas de crescimento: alta taxa de poupança (acima de 35% do PIB); boa administração da política econômica; excelente desempenho exportador (o valor das exportações é usualmente superior ao PIB); ativação da demanda doméstica; bons resultados na exploração de petróleo (que respondem por cerca de 7% das exportações); e crescimento recente do setor de serviços, em particular do turismo.

Os próximos dois anos suscitam incertezas no plano econômico. A desaceleração da economia dos EUA e as previsões pouco animadoras na União Européia e no Japão fundamentam projeções de que a economia malásia crescerá 5,8% em 2008 (abaixo, portanto, das taxas observadas em 2006 e 2007). Esse declínio não seria maior devido ao impacto do crescimento das economias da China e da Índia. Além disso, poderá haver certa pressão inflacionária (o *country report* da *Economist Intelligence Unit* projeta uma taxa de 2,8% para 2008, acima dos 2,4% de 2007), decorrente, em grande parte, de subida no preço dos alimentos. A desaceleração econômica nos EUA, União Européia e Japão também poderá afetar o setor de turismo, uma das principais fontes de renda do país.

Investidores internacionais estão observando atentamente o quadro político e a possibilidade de mudança de governo na Malásia. No entanto, embora uma eventual vitória eleitoral de Anwar Ibrahim possa trazer algumas mudanças na economia, o líder opositorista – além de ter reconhecido perfil pró-mercado - prometeu honrar os compromissos do atual Governo, caso venha a dirigir o país.

Relações Internacionais

O início da transição para uma política externa independente, não-alinhada e não-intervencionista teve início na década de 1970, com o Primeiro-Ministro Tun Abdul Razak. Naquele período, a Malásia tornou-se membro fundador da Associação de Países do Sudeste Asiático (ASEAN) e filiou-se ao Movimento Não-Alinhado e à Organização da Conferência Islâmica (OIC).

A partir dos anos 1980, o então Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad passou a adotar um discurso nacionalista, com o objetivo de transmitir a imagem de uma política externa ativa e independente. Além disso, procurou diversificar suas relações internacionais e atrair novas parcerias, com ênfase em um discurso externo que acentuava a condição islâmica do país. Não descuidou, no entanto, de manter boas relações com países do Primeiro Mundo, sobretudo com os Estados Unidos, Japão e União Européia.

Até recentemente, a Malásia presidiu a Organização da Conferência Islâmica e tinha papel ativo na definição de novos rumos para aquele foro. Organizou, ademais, em dezembro de 2005, a primeira Reunião de Cúpula da Ásia do Leste, entre os países da ASEAN e China, Coreia, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Índia e Rússia (esta última como observadora).

Dois dos principais itens da agenda externa malásia são a questão da segurança das fronteiras e o combate ao terrorismo. O envolvimento de nacionais malásios em movimentos terroristas, bem como a posição estratégica do país, junto ao Estreito de Málaca (por onde circula a maior parte do petróleo do Oriente Médio consumido nos mercados asiáticos), têm reforçado o peso dos temas de segurança.

Outro tópico que mobiliza a agenda de política externa da Malásia é a questão do Oriente Médio. Como país muçulmano, solidariza-se fortemente com o sofrimento e a luta pela independência do povo e do Estado palestino; condena, com veemência, a ocupação de territórios por Israel, país com o qual não tem relações diplomáticas; cobra, também, maior participação da comunidade internacional no processo de paz na região, a cujo encaminhamento atribui parcela de culpa pelo recrudescimento do terrorismo.

Mais recentemente, em janeiro passado, o Ministro do Interior, Raja Azahar Raja Abdul anunciou novos planos para reduzir o número de trabalhadores imigrantes – calculados hoje em aproximadamente 2,3 milhões –, dos quais o país depende para sustentar o pujante crescimento econômico. As novas medidas, que incluíram a não-renovação de vistos de trabalho para estrangeiros, têm causado certo desconforto entre vizinhos da região, como Indonésia, Nepal e Bangladesh, de onde procede a maior parte desses trabalhadores.

Relações bilaterais

Em 1959, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Federação da Maláia (predecessora da atual Federação da Malásia, criada em 1963). Em 1981, foram abertas as respectivas missões diplomáticas em Brasília e Kuala Lumpur.

Os contatos políticos de alto nível mais recentes foram a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Malásia, em 1997, e do Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad ao Brasil, em março de 2003. As visitas ministeriais tampouco têm sido frequentes. O Ministro da Defesa e atual Vice-Primeiro-Ministro, Najib Tun Razak, visitou o Brasil em 2001.

O Embaixador da Malásia no Brasil, Ismail Mustapha, manifestou à Parte brasileira o interesse do Primeiro-Ministro Abdullah Badawi em visitar o Brasil. Devido à dificuldade de compatibilização das agendas do Primeiro-Ministro e do Presidente Lula, a visita não se materializou, porém persiste o interesse brasileiro em concretizá-la em 2008 (o que poderá ser dificultado pela atual conjuntura política malaia). A motivação brasileira deriva, em grande medida, embora não exclusivamente, da expectativa de desfecho das negociações em curso, para a venda de aviões da Embraer e de equipamentos da Avibrás.

Em 2005 e 2006, visitaram o Brasil o Comandante das Forças Armadas e o Comandante da Real Força Aérea da Malásia, no âmbito das negociações de venda, para aquele país, de um novo sistema ASTROS da Avibrás (a Malásia já havia adquirido o primeiro sistema ASTROS em 2003), e de aviões de patrulha e de passageiros da Embraer.

A agenda agrícola também apresenta perspectivas favoráveis. Concluiu-se, do lado malásio, estudo favorável à suspensão da aplicação do *Asia and Pacific Plant Protection Agreement*, de 1956. Celebrado no âmbito da FAO, o referido instrumento proíbe a importação de todos os produtos horti-frutis do Brasil, com base na alegação de que os esporos das plantações de borracha atingem outras culturas, especialmente as de frutas.

Há interesse do Brasil em ampliar o número de abatedouros habilitados a exportar carne bovina para a Malásia (atualmente há somente dois), bem como habilitar abatedouros de carne de frango.

O Brasil propôs, em julho de 2007, durante visita de missão do MAPA àquele país, acordo para a criação de um Comitê de Cooperação Agrícola bilateral, que está atualmente sob análise da Parte malásia.

Além disso, encontram-se em negociação, atualmente, quatro outros projetos de acordos bilaterais: para evitar a bitributação; de cooperação técnica; de cooperação judiciária em matéria penal; e em matéria aduaneira.

Os dois países têm pontos em comum em sua estratégia externa. Ambos defendem o fortalecimento do multilateralismo; acreditam nos benefícios da cooperação entre países em desenvolvimento; e, tendo presente suas realidades de países de renda média, buscam participar e influir em decisões econômico-comerciais dos foros multilaterais.

Em relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Malásia avalia que o momento “não é propício” para o tratamento do tema, apesar de ter declarado, formalmente, apoio a um assento permanente para o Japão e para a Alemanha.

Na condição de países mega-diversos, Brasil e Malásia possuem interesses comuns no estabelecimento de regras equitativas para o acesso a recursos genéticos e proteção de conhecimentos tradicionais. Em março de 2006, em Curitiba, a presidência da 8ª Conferência das Partes Contratantes da Convenção sobre Biodiversidade foi transferida da Malásia para o Brasil, que ocupará o cargo até maio de 2008.

Comércio Bilateral

Foi a seguinte a evolução do comércio bilateral nos últimos anos:

Brasil→ Malásia US\$ milhões	2003	2004	2005	2006	2007	2007 (até mar.)	2008 (até mar.)
Exportações	225.461	282.670	405.718	646.640	679.777	172.837	136.929
Importações	444.095	515.470	637.078	901.156	1.280.036	266.677	382.788
Saldo	-218.634	-232.799	-231.359	-254.516	-600.259	-93.840	-245.859
Comércio Total	669.556	798.140	1.042.796	1.547.796	1.959.813	439.514	519.717

Fonte: MDIC/Sistema Aliceweb

Como se observa, de 2003 a 2007, o comércio bilateral cresceu 166% (o crescimento do comércio total do Brasil com o resto do mundo foi de aproximadamente 160%). Em 2007, as trocas bilaterais ultrapassaram US\$ 1,9 bilhão (exportações de US\$ 679 milhões e importações de US\$ 1,28 bilhão). Em 2007, os números referentes ao comércio revelam crescimento de aproximadamente 20% em relação a 2006.

O Brasil é tradicionalmente deficitário no comércio com a Malásia. Essa tendência deverá modificar-se, no entanto, caso se concretizem as operações da Embraer e da Avibrás acima mencionadas. Está também sendo ultimada a venda da segunda unidade do sistema ASTROS, da Avibrás, para as Forças Armadas malásias.

Recentemente, instalou-se no Brasil a indústria malásia KNM, que produz tubos para a indústria petrolífera. A CVRD, por sua vez, estuda, em cooperação com o grupo Melawar, a construção de unidade de produção de pellets na Malásia, com investimento total de US\$ 3 bilhões (para referência, o total de investimentos diretos na Malásia em 2007 foi de US\$ 13,7 bilhões).

Na área de exploração petrolífera, a Petrobras e a estatal homóloga na Malásia, Petronas, têm atuado conjuntamente na exploração de uma das áreas em licitação em Moçambique.

- **Principais produtos exportados pelo Brasil:** açúcar de cana bruto, pasta química de madeira, minérios de ferro aglomerados e seus concentrados, ferro fundido bruto não ligado, outros grãos de soja, óleo de soja bruto, lâminas de aço inox, chassis com motor para automóveis, couro bovino, tratores.
- **Principais produtos importados da Malásia:** circuitos integrados, microprocessadores, borracha natural, partes para aparelhos telefônicos, unidades de discos rígidos, partes para aparelhos receptores de radiodifusão e televisão.

Cronologia das relações bilaterais entre o Brasil e a Malásia

1959 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Federação da Malásia.

1963 – Criação da Federação da Malásia

1981 – Abertura da Embaixada do Brasil em Kuala-Lumpur e da Embaixada da Malásia em Brasília.

1992 – Visita do Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad ao Brasil, por ocasião da Rio-92.

1997 – Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Malásia.

2000 – Visita do Ministro das Relações Exteriores da Malásia, Datuk Seri Syed Hamid Albar, ao Brasil.

2001 – Visita do Ministro da Defesa, Najib Tun Razak, ao Brasil.

2003 – Visita do Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad ao Brasil.

2005 – Visita do Embaixador Araújo Castro à Malásia, como Enviado Especial do Presidente de República aos países da ASEAN, para tratar da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

2005 – Visita do Comandante das Forças Armadas malásias ao Brasil.

2006 – Visita do Comandante da Força Aérea malásia ao Brasil.

Julho de 2007 – Visita de missão técnica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Malásia.

Abril de 2007 – Missão conjunta ao Brasil das Federações de Indústrias de Cingapura e Malásia.

Agosto de 2007 – O parlamentar Ahmad Shabery Cheek chefiou a representação da Malásia na III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL).

Departamento da Ásia e Oceania

Divisão da Ásia e Oceania II

Brasília, 23 de abril de 2008

Dados Básicos

Nome oficial: Brunei Darussalam

Capital: Bandar Seri Begawan

Área: 5.765 km² (equivalente ao Distrito Federal)

População: 383 mil habitantes (equivalente à de Roraima)

Sistema Político: Sultanato constitucional

Idiomas: Bahasa malaio (oficial), inglês e chinês

Religiões: Islamismo (67%), budismo (13%) e cristianismo (10%)

Chefe de Estado e de Governo: Sultão Hassanal Bolkiah

Chanceler: Príncipe Mohamad Bolkiah

PIB (2006): US\$ 18,4 bilhões (nominal)

PIB per capita (2006): US\$ 30.213 (nominal)

Nível de Crescimento do PIB (2007): 0,5%

Exportações (2006): US\$ 12,1 bilhões

Principais destinos das exportações: Japão (30,5%), Indonésia (19,9%), Coreia do Sul (14,9%), Austrália (11,5%), Estados Unidos (7,7%)

Principais produtos exportados: petróleo, gás natural, produtos refinados, roupas

Importações (2006): US\$ 2,6 bilhões

Principais origens das importações: Cingapura (31,4%), Malásia (18,9%), Reino Unido (8%), Japão (5,5%), China (5,4%), Tailândia (4,5%)

Principais produtos importados: máquinas, equipamentos de transporte, produtos manufaturados, alimentos, produtos químicos

Fontes: Economist Intelligence Unit (março de 2008) e CIA World Factbook (2008)

Sumário Executivo

Localizado na Ilha de Borneo, o Sultanato de Brunei possui território menor do que o do Distrito Federal e população equivalente à do Estado de Roraima. Apesar de suas dimensões diminutas, trata-se do país com o maior PIB per capita em preços correntes do Sudeste asiático, graças à sua riqueza energética, sobretudo em petróleo e gás. Esses produtos respondem por 90% das exportações do país. De acordo com especialistas em energia, no entanto, existe a possibilidade de que as reservas de petróleo e gás se esgotem em vinte e trinta anos, respectivamente. O país agora busca maior diversificação da economia, para reduzir a dependência da renda do petróleo, por meio de investimentos nos setores de finanças, infra-estrutura e turismo.

O regime político no Brunei pode ser descrito como fechado – vigora, desde 1962, estado de emergência – porém estável. Embora exista uma Constituição, o Sultão governa o país por decreto desde a independência, em 1984, quando o Brunei foi o último Estado malaio a retirar-se do protetorado do Reino Unido. O atual Sultão, Hassanal Bolkiah, é um dos monarcas há mais tempo no poder, além de concentrar uma das maiores fortunas pessoais do mundo. A monarquia é considerada defensora da religião muçulmana.

O Brasil estabeleceu relações com o Brunei em 1984. Ambas as Embaixadas são cumulativas (a do Brasil, em Kuala Lumpur, e a do Brunei, em Ottawa). As relações comerciais são pouco expressivas, sendo que alguns produtos brasileiros chegam ao Brunei por operações de triangulação via Cingapura.

Existe potencial de cooperação bilateral nos campos militar e petrolífero. A Embraer e a Avibrás têm mantido contatos no Brunei, com vistas à venda de aeronaves de patrulha marítima e do sistema ASTROS de defesa, respectivamente. Houve também manifestação de interesse numa aproximação com a Petrobrás.

Por ocasião da visita ao Brunei do Enviado Especial do Senhor Presidente da República aos países da ASEAN, Embaixador Luis Augusto Araujo Castro, em junho de 2005, para apresentar a posição brasileira sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Chanceler do Brunei manifestou que “uma vez que a questão da reforma esteja assegurada, Brunei não terá nenhum problema em apoiar o Brasil ou o Japão”.

Política

Em anos recentes, o Sultão Hassanal Bolkiah tem dados sinais de que poderá promover uma abertura política no país. Continuam incertos, no entanto, o modo e ritmo desse processo. No atual momento, há somente um partido legalmente registrado, o Partido do Desenvolvimento Nacional (PP). Os outros dois partidos que existiam tiveram seus registros cancelados em princípios de 2007 (PAKAR – Partido da Conscientização do Povo) e em fevereiro de 2008 (PPKB – Partido da Solidariedade Nacional do Brunei). As indicações, portanto, apontam para processo de democratização gradual e limitado.

Economia

A renda nacional do Brunei é baseada, essencialmente, no setor de petróleo e gás. Os hidrocarbonetos respondem por cerca da metade do PIB e por 90% das exportações do país, que superam US\$ 6 bilhões em 2006. As importações, menos significativas, são de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão. Segundo especialistas na área energética, se mantidas as atuais taxas de produção, as reservas de petróleo deverão esgotar-se em 20 anos, e as de gás, em trinta.

Apesar de o Sultanato ser apenas a oitava economia dentre os dez países da ASEAN, seu PIB per capita (que, em 2006, ultrapassou US\$ 30 mil) é o maior daquele bloco regional, em preços correntes.

O bem-estar da população é assegurado não somente com baixos níveis de desemprego, como também com políticas de subsídio à moradia e à alimentação, baseada no arroz, além de amplo acesso a serviços de saúde e educação. A integração na economia global é vista com cautela, por representar possível ameaça à coesão social interna, mantida graças a políticas de ação afirmativa em favor da maioria de etnia malaia.

Para o futuro, as autoridades do Brunei tencionam diversificar a economia nacional, buscando desenvolver os setores de infra-estrutura e transportes, turismo e serviços financeiros, como forma de reduzir a dependência extrema da renda do petróleo.

No curto prazo, está previsto aumento das pressões inflacionárias, sobretudo em decorrência de fatores globais, como o aumento dos preços de alimentos e do frete marítimo, que oneram o preço das importações.

No longo prazo, o ambicioso plano “Visão Brunei 2035” – com investimentos de US\$ 7 bilhões previstos para os próximos seis anos – propõe transformar o pequeno país em *hub* marítimo, por meio da construção do Porto Pulau Mara Besar. O plano propõe, ademais, explorar o potencial ecoturístico, aumentando em 50%, até 2010, as taxas de emprego nessa área. Finalmente, planejam-se investimentos importantes na área de comunicações e serviços financeiros.

Relações Internacionais

Brunei mantém relações estáveis com seus parceiros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e com os outros países da Ásia. Há, no entanto, diferenças com os vizinhos mais próximos, sobretudo com a Malásia e com a China, acerca de águas territoriais. Aparentemente, esses conflitos tendem a tornar-se menos graves, à medida que aumentam os fluxos de comércio e investimento que Brunei desenvolve com seus parceiros regionais.

Avaliação do estado das relações bilaterais

Na esfera bilateral, há potencial de cooperação nos segmentos aeronáutico e de material de uso militar: a Avibrás vem realizando tratativas para venda de um batalhão do sistema ASTROS, enquanto a Embraer estuda a possibilidade de exportar aviões militares e “commuter planes” EMB-145 e 170 para a Royal Air Brunei. Ambas as empresas vêm mantendo diálogo freqüente com as autoridades militares bruneianas.

No campo do petróleo, autoridades do Brunei externaram ao ex-Embaixador Marcos Caramuru de Paiva interesse em estreitar cooperação com a Petrobras. A empresa brasileira, no entanto, ainda não reagiu a essa manifestação.

Por ocasião da visita ao Brunei do Enviado Especial do Senhor Presidente da República aos países da ASEAN, Embaixador Luis Augusto Araújo Castro, em junho de 2005, o Chanceler de Brunei indicou que “não haveria problemas” em eventualmente apoiar o pleito brasileiro para uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Comércio Bilateral

Foi o seguinte o desempenho do comércio bilateral nos últimos anos:

BRASIL → BRUNEI	2003	2004	2005	2006	2007	2007	2008
<i>Em US\$ mil</i>						<i>(até maio)</i>	<i>(até maio)</i>
Exportações	254,1	262,4	637,1	1.044,4	539,7	126,4	402,4
Importações	67	5,9	32,3	15.706,1	127,4	86,5	30,6
Superavit/Deficit do Brasil	187,1	256,5	604,8	-14.661,7	412,3	39,9	371,8
Comércio Total	321,1	268,3	669,4	16.750,5	667,1	212,9	433

Como se observa, os fluxos comerciais bilaterais são muito modestos. Alguns dos produtos brasileiros comercializados no Sultanato provêm de operações de triangulação via Cingapura, com a qual o Brunei mantém significativo comércio bilateral.

- Pauta de exportações brasileiras: carnes bovina e de frango, e papel.
- Pauta de importações brasileiras: componentes eletrônicos, especialmente dispositivos de cristal líquido (LCD) e circuitos integrados.

Cronologia das relações bilaterais entre o Brasil e o Brunei

1984 - Estabelecimento das relações bilaterais.

Fevereiro de 2005 - Embracer envia missão ao Brunei, para manter entendimentos com vistas à sua participação em concorrência para a compra de aviões de patrulha marítima.

Junho de 2005 - Embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro visita Brunei, como Enviado Especial do Presidente de República aos países da ASEAN, para tratar da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Janeiro de 2006 - Apresentação de credenciais do Embaixador Marcos Caramuru de Paiva ao Sultão de Brunei; O Sultão manifesta ao Embaixador do Brasil interesse em visitar o País.

Maio de 2007 - Apresentação de credenciais da atual Embaixadora do Brunei junto ao Brasil.

Julho de 2007 - No âmbito da programação oficial do 61º aniversário do Sultão Bolkiah, apresentação de grupo brasileiro de capoeira é organizado pelo Embaixador não-residente do Brasil junto ao Brunei, na capital daquele país.

Agosto de 2007 - Participação do Príncipe Mohamed Bolkiah, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, na III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília.

Aviso nº 344 - C. Civil.

Em 14 de maio de 2008.

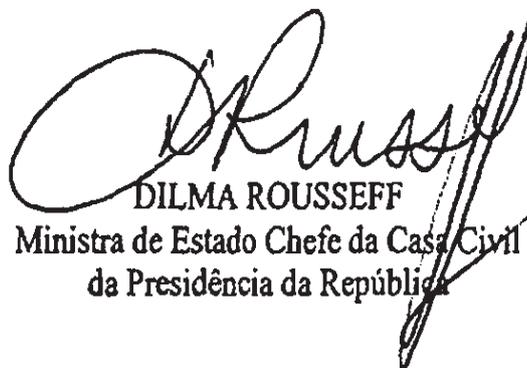
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM

Nº 95, DE 2008

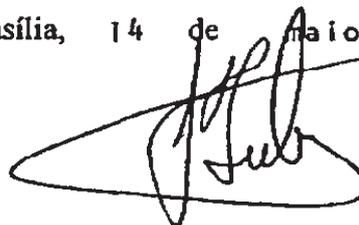
(nº 271/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORENCIO SOBRINHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Os méritos do Senhor Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de maio de 2008.



EM No 00160 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G- /APÊS

Brasília, 8 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORENCIO SOBRINHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORENCIO SOBRINHO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

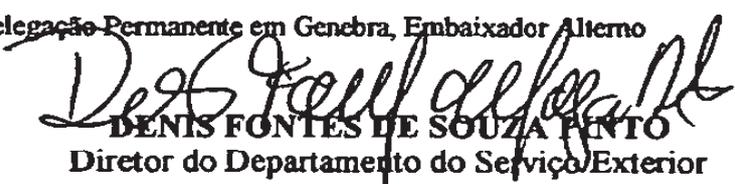
INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORENCIO SOBRINHO**

CPF.: 2803194791

ID.: 4241/MRE

- 13/08/1945 Filho de João Florêncio Sobrinho e Marina de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, nasceu em 13 de agosto, no Rio de Janeiro/RJ
- 04/04/1967 Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas/RJ
- 01/12/1968 Economia pela Universidade do Estado da Guanabara
- 03/03/1969 CPCD - IRBr
- 12/03/1971 Terceiro Secretário em 12 de março
- 13/03/1971 Divisão da América Setentrional, assistente
- 10/10/1973 Divisão de América Meridional-II, assistente
- 13/08/1974 Embaixada em Ottawa, Terceiro e Segundo Secretário
- 16/02/1976 Segundo Secretário, por antigüidade, em 16 de fevereiro
- 15/06/1977 Mestrado em Economia, pela University of Ottawa, Canadá
- 10/10/1977 Embaixada em Teerã, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios
- 10/10/1978 CAE - IRBr, Da Reforma à Revolução. O Caso Iraniano
- 21/06/1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 21 de junho
- 08/04/1981 Planejamento Político do Gabinete do Ministro de Estado, assessor
- 03/04/1982 Pensamento Geopolítico e Política Externa do Brasil, Edição Mimeo/RJ
- 04/04/1982 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
- 10/04/1983 Embaixada em São Salvador, Encarregado de Negócios em missão transitória
- 22/06/1983 Conselheiro, por merecimento, em 22 de junho
- 14/05/1984 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
- 15/06/1984 Missão junto à UNESCO, Paris, Conselheiro

- 10/09/1987 Divisão de Estudos e Pesquisas Econômicas, Chefe
- 07/04/1990 Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Diretor-Geral interino
- 08/04/1990 A Europa de 92 - Possíveis Consequências do Processo de Unificação, Cadernos do IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão
- 01/12/1990 XVI Reunião Ordinária do Conselho do SELA, Caracas, Chefe de delegação
- 18/06/1991 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de junho
- 10/10/1991 Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe
- 01/12/1991 O Modelo Brasileiro de Industrialização Diante das Novas Realidades da Integração no Hemisfério: Mercosul e NAFTA, Diplomacia para o Desenvolvimento-60 Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990), organizador: José Augusto Guilhon
- 04/10/1992 Departamento de Integração, Chefe
- 10/06/1994 Missão junto à ONU, Nova York, Ministro-Conselheiro
- 04/04/1996 Mercosul Hoje, Sérgio Florêncio e Ernesto Araújo (Editora Alfa-Ômega) 1996, traduzido para o espanhol "MERCOSUL Proyecto, Realidad y Perspectivas", Editora VESTCON, 1997
- 04/05/1997 Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Assessor Especial e Chefe de Gabinete
- 29/06/1999 Ministro de Primeira Classe, em 29 de junho
- 12/11/1999 Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Secretário de Avaliação, Promoção e Normas
- 12/12/2001 Mercosul em Tempos de Incerteza. Gênese, Evolução e Perspectivas, in História das Relações Internacionais do Brasil, CEBRI - Centro Brasileiro de Relações Internacionais
- 09/01/2002 Embaixada em Quito, Embaixador
- 17/09/2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 01/12/2003 Política Externa e Políticas Sociais, in Revista Política Externa, Volume 12, nº 2, setembro/outubro/novembro/2003
- 25/06/2005 Mercosul em Tempos de Incerteza: Gênese, Evolução e Perspectivas, no livro: História das Relações Internacionais do Brasil, editora Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI/RJ
- 27/10/2005 Nomeado para exercer o cargo de Delegado Permanente Alternativo do Brasil em Genebra.
- 12/02/2006 Delegação Permanente em Genebra, Embaixador Alternativo


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e Caribe (SGAS)
Departamento da América Central e Caribe (DACC)
Divisão do México e América Central (DMAC)

ÍNDICE

ÍNDICE	1
DADOS BÁSICOS	2
BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB):	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
FELIPE CALDERÓN – PRESIDENTE DA REPÚBLICA	3
PATRICIA ESPINOSA – CHANCELER	4
POLÍTICA INTERNA	5
POLÍTICA EXTERNA	7
ECONOMIA	10
RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO	11
ATOS BILATERAIS EM VIGOR	19
ANEXO: PERFIS ECONÔMICO-COMERCIAIS DO MÉXICO	22

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estados Unidos Mexicanos
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	República Presidencialista
ÁREA	1.964.375 Km ²
POPULAÇÃO (2007-estimativa)	108,7 milhões de habitantes
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	Eurameríndios (60%), ameríndios (30%), europeus ibéricos (9%) e outros (1%)
DATA NACIONAL	16 de setembro (independência)
PIB (2007 est.)	US\$ 1,149 trilhão
PIB/capita (2007 est.)	US\$ 10.700
UNIDADE MONETÁRIA	Peso Mexicano
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Felipe Calderón
CHANCELER	Patricia Espinosa
REPRESENTANTE DO MÉXICO NO BRASIL	Embaixador Andrés Valencia Benavides

REPRESENTANTE DO BRASIL NO MÉXICO	Embaixador Ivan Oliveira Cannabrava
MAIORES CIDADES	Cidade do México, Guadalajara, Netzahualcóyotl, Monterrey, Puebla, Juarez

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões / R\$B)

BRASIL ↔ MEXICO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (est.)
Exportações	1.868	2.342	2.741	3.947	4.063	4.440	4.260	946
Importações	695	580	533	703	843	1.309	1.979	592
Superávit/Déficit Brasil	+1.173	+1.762	+2.208	+3.244	+3.220	+3.130	+2.281	+353

PERFIS BIOGRÁFICOS

PELÍPE CALDERÓN - PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nasceu em 18 de agosto de 1962, em Morelia, Michoacán. Foi proclamado vencedor das eleições presidenciais em 5 de setembro de 2006. O período pelo qual foi eleito irá de 1º de dezembro de 2006 a 1º de dezembro de 2012. É membro do Partido da Ação Nacional (PAN).
- É advogado formado pela Escola Livre de Direito da Cidade do México (1987). Fez estudos de Mestrado em Economia no Instituto Tecnológico Autônomo de México (ITAM) e tem Mestrado em Administração Pública (MPA) pela Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard nos Estados Unidos.
- Foi membro, em duas ocasiões, da Câmara Federal de Deputados. Participou da disputa pelo governo de Michoacán em 1995 e serviu como presidente nacional do PAN de 1996 a 1999. Em seguida às últimas eleições gerais, seu partido manteve controle de 14 governos estaduais.
- Logo após a posse de Vicente Fox como Presidente, Calderón foi indicado como Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento – Banobras. Mais tarde, juntou-se ao Gabinete presidencial como Secretário de Energia. Deixou o cargo em maio de 2004, em protesto contra a crítica de Vicente Fox às suas ambições presidenciais.
- Durante a campanha, seu principal adversário foi o centro-esquerdista Andrés Manuel López Obrador, do Partido da Revolução Democrática (PRD). A

apuração concedeu vitória apertada de Calderón, mas López Obrador não aceitou o resultado e contestou-o judicialmente. O Tribunal Federal Eleitoral, por unanimidade, declarou as eleições válidas e Calderón foi empossado na presidência em 1º de dezembro de 2006.

PATRICIA ESPINOSA - CHANCELER

- Diplomata de carreira, assumiu o cargo de Secretária de Relações Exteriores do México em 1º de dezembro de 2006, no governo de Felipe Calderón.
- Nasceu na Cidade do México em 21 de outubro de 1958. É casada e tem dois filhos. Formada em Relações Internacionais pelo Colegio de México. É pós-graduada em Direito Internacional pelo Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em Genebra, Suíça.
- Ingressou no Serviço Exterior Mexicano em 16 de setembro de 1981. De 1982 a 1988 foi encarregada de questões econômicas na Missão Permanente do México junto às Nações Unidas em Genebra. De 1989 a 1991 foi Coordenadora de Assessores do Subsecretário de Relações Exteriores. De 1991 a 1993 foi Diretora de Organismos Internacionais.
- De fevereiro de 1993 a 1997, esteve na Missão Permanente do México junto às Nações Unidas em Nova York. Responsável pelos temas relativos à Terceira Comissão da Assembleia Geral da ONU: narcotráfico, direitos humanos, desenvolvimento social, adiamento da mulher e promoção e proteção dos direitos das crianças, entre outros temas sociais.
- Foi eleita Presidente da Terceira Comissão durante o LI Período de Seções da Assembleia Geral da ONU, cargo que desempenhou de setembro de 1996 a setembro de 1997. De 1997 a 1999 foi Diretora Geral de Organismos e Mecanismos Regionais Americanos, Coordenadora Nacional para o Grupo do Rio, a Cúpula Ibero-americana, a Cúpula das Américas e a Cúpula América Latina e Caribe – União Européia. Durante 1999, quando o México exerceu a Secretaria Pro-Tempore do Grupo do Rio, teve a responsabilidade direta de coordenar os trabalhos do mecanismo e das negociações com a União Européia para preparar a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe – União Européia (Rio de Janeiro, junho de 1999).
- Chegou ao cargo de Embaixadora em janeiro de 2000. Foi Embaixadora do México na Alemanha de janeiro de 2001 a junho de 2002. Embaixadora do México na Áustria e Representante Permanente junto aos Organismos Internacionais com sede em Viena desde junho de 2002.

POLÍTICA INTERNA

Após décadas de predomínio do Partido Revolucionário Institucional (PRI) no Governo federal -- durante 70 anos (1929-1999), o Partido de Ação Nacional (PAN), chegou ao poder com Vicente Fox (1999). Em 2006, o ex Secretário de Energia do Governo de Vicente Fox, Felipe Calderón (PAN) foi eleito Presidente dos Estados Unidos Mexicanos. O candidato do Partido Revolucionário democrático (PRD), de centro-esquerda, Andrés Manuel López-Obrador apresentou denúncias de fraude no pleito presidencial. A Justiça Eleitoral mexicana examinou todas as denúncias, determinou a recontagem dos votos e, esgotados todos os recursos, o Tribunal Federal Eleitoral mexicano, em decisão tomada por unanimidade, confirmou Felipe Calderón como vencedor do pleito.

Não obstante o trânsito em julgado da decisão da Justiça Eleitoral sobre o resultado das eleições, Andrés Manuel López-Obrador deu seguimento às denúncias de fraude no pleito presidencial, intitulado-se “vencedor moral” das eleições presidenciais de 2006. Não obstante, esses protestos deixaram de ter apoio mesmo dentro do PRD, consciente dos desgastes que o apoio a esse posicionamento de López-Obrador apresentaria não apenas para o partido, mas para a sociedade mexicana como um todo.

Felipe Calderón tomou posse como Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos em 2 de dezembro de 2006. Ao assumir o poder, o Presidente Calderón definiu que a criação de empregos, a superação da pobreza e o combate à delinquência organizada seriam as três principais metas de seu Governo. O atual presidente viu seu prestígio e popularidade crescerem por ter adotado algumas medidas muito bem recebidas, como o emprego do Exército no combate ao narcotráfico. Em contrapartida, o apoio a López Obrador se reduziu consideravelmente.

Mais do que as pesquisas de opinião, as evidências do declínio da liderança de López Obrador são diversas. O PRD perdeu todas as principais eleições estaduais e municipais realizadas desde o ano passado (recorde-se que o calendário eleitoral mexicano é altamente fragmentado). Governadores e lideranças do PRD, preocupados em manter sua autonomia e em cumprir as obrigações para as quais foram eleitos, têm demonstrado dificuldade em pautar sua atuação política pelas instruções de López Obrador, contrárias ao diálogo com o Governo Federal. O cargo de “Presidente Legítimo do México” – que lhe foi outorgado por aclamação em um comício – não tem qualquer fundamento legal e é visto com desconfiança e desdém pelos mexicanos. Os comícios de López Obrador e as reuniões da Convenção Nacional Democrática (criada para tentar manter viva a mobilização popular que atingiu seu auge na crise pós- eleitoral de 2006), ainda atraem grande número de pessoas, mas esse

número vem caindo gradual e significativamente.

Enfim, não tem surtido efeito a estratégia de López Obrador de firmar-se como um líder popular de massas, mantendo uma linha oposicionista nos limites do campo institucional, com vistas a desestabilizar o Governo Calderón. Muitos analistas mexicanos avaliam que caso tivesse aceito sua derrota e optado por liderar a oposição de um ponto de vista tradicional, isto é, de dentro das instituições políticas vigentes, López Obrador talvez fosse imbatível nas próximas eleições presidenciais. Tem-se a impressão, porém, de que, à semelhança do que ocorreu com o Subcomandante Insurgente Marcos, a influência de López Obrador tenda a declinar. Não obstante, López Obrador logrou eleger seu candidato à Presidência do PRD, apesar de grandes oposições internas.

O Presidente Calderón, por sua vez, tem-se mostrado hábil para superar as dificuldades impostas pela grave crise pós-eleitoral de 2006. A despeito do grave cenário que marcou sua posse, o Presidente Calderón tem realizado uma gestão que está fortalecendo a autoridade da Presidência da República, de acordo com as pesquisas de opinião. O Presidente mexicano atribui esta mudança de percepção ao fato de ter procurado demonstrar que sua gestão atuaria em apcgo à lei e com transparência na definição de rumos do país. Admite que a agenda do início de seu mandato está dominada pelo tema da segurança, mas tem prometido que aos poucos passará a dar mais ênfase a políticas sociais para combater a desigualdade no México.

O Congresso mexicano está dividido equilibradamente entre o PAN, governista, que tem maioria relativa dos assentos; o PRD, com a segunda maior bancada; e o PRI. Nos seus primeiros seis meses, o Governo Calderón logrou obter apoio do PRI para alguns projetos pontuais, como o da reforma da Lei do Instituto de Seguridade e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Estado – ISSSTE, que aumentou idades mínimas para aposentadorias e modificou a forma de financiamento das pensões (“a reforma mais relevante para o México nos últimos 10 anos”, segundo o Presidente Calderón). O PRI permanece uma força política importante no México, como evidencia seu apoio decisivo para a aprovação da reforma do Instituto de Seguridade e Serviço Social. Tal apoio marcou nítida mudança em relação ao Governo Fox, durante o qual o PRI se opunha sistematicamente aos projetos de reforma.

A Reforma Energética é vista como absolutamente necessária por muitos especialistas no setor, mas o tema é dos mais sensíveis politicamente no México. Mais de 1/3 dos ingressos do Governo Federal vêm das receitas obtidas com a exploração do petróleo, mas as reservas do país estão diminuindo e a estatal petroleira PEMEX não consegue investir no aumento de sua produtividade nem tampouco na exploração de novos campos. Quaisquer

propostas de flexibilização do monopólio petrolífero (como para permitir o investimento estrangeiro em projetos para os quais o Estado mexicano não possui recursos, como por exemplo na exploração de reservas submarinas de grande profundidade) são fortemente combatidas pela oposição e por setores nacionalistas, temerosos que esse seja um primeiro passo para a privatização do setor petrolífero.

O Presidente Calderón admite que a agenda do início de seu mandato está dominada pelo tema da segurança, mas tem prometido que, aos poucos, passará a dar mais ênfase a políticas sociais para combater a desigualdade no México. Considerando a questão da segurança como a mais urgente ao tomar posse, o Presidente Calderón determinou que a prioridade imediata seria recuperar a autoridade do Estado em áreas controladas pelo crime organizado e pelo o narcotráfico.

POLÍTICA EXTERNA

O México vem seguindo estratégia de diversificação nas relações externas, e busca estabelecer numerosos acordos com outros países e blocos para contrabalançar a dependência econômico-comercial em relação aos Estados Unidos e fortalecer seu papel nos organismos multilaterais e regionais. Os principais objetivos traçados pelo Presidente Felipe Calderón para a política externa de seu Governo referem-se à promoção de uma inserção competitiva do México no cenário internacional, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. O Presidente Calderón e a Secretária (Ministra) de Relações Exteriores, Patricia Espinosa, têm repetido que querem ver “mais México no mundo e mais mundo no México”.

Na avaliação dos próprios diplomatas mexicanos, as relações do México com a América Latina e o Caribe durante o Governo Fox se viram prejudicadas pela prioridade conferida ao relacionamento com a América do Norte, em particular com os Estados Unidos e com a OCDE – opção que não resultou em benefícios tangíveis.

Amparado na avaliação de que o México vinha perdendo espaço no cenário internacional, o Presidente Calderón determinou que o Tlatelolco deveria empenhar-se em divulgar uma imagem positiva e estável do México, como país comprometido com a promoção da paz mundial, dos direitos humanos, da democracia, da justiça e do desenvolvimento sustentável. Ao buscar influir crescentemente nas discussões internacionais sobre esses temas, o México estaria reforçando suas credenciais como um país seguro e atrativo para o investimento externo, o comércio e o turismo.

Na América do Sul, o México vem buscando obter relação especial de caráter estratégico com Argentina, Brasil e Chile, pois teme o

isolamento diante dos esforços de integração regional na América do Sul. Os desafios para os próximos anos seriam: diversificar as opções diplomáticas, econômicas e financeiras do México por meio de negociações bilaterais e multilaterais com diferentes países e regiões; promover iniciativas trilaterais com os parceiros do NAFTA para a construção de arquitetura regional comunitária; e tratar do problema migratório com os EUA, sendo consideradas de alta prioridade as questões migratórias e a assistência a mexicanos no exterior. O México procura equilibrar sua relação com os EUA estabelecendo vínculos mais profundos com outras regiões do mundo. Firmou acordo de livre comércio com a União Européia e negocia atualmente acordo comercial com o Japão. Sua presença, contudo, é limitada na Ásia e muito débil na África. Em termos de influência, esse perfil baixo foi reforçado pelo afastamento do México do Grupo dos 77, durante o último governo. Calderón parece estar buscando recuperar um pouco daquele espaço e, nesse sentido, são dignas de nota sua decisão de abrir Embaixada residente em Adis Abeba junto ao Governo etíope e à União Africana e as declarações de boa vontade sobre as relações com Cuba e Venezuela.

O México não contribui com tropas para a MINUSTAH, devido a práticas tradicionais de não-interferência, mas prestou colaboração no processo de elaboração de documentos para as eleições e se esforça por realizar projetos de cooperação técnica com o Haiti, além de dispor de Embaixada residente em Porto Príncipe.

Há no México uma avaliação de que nos últimos anos, especialmente na administração Vicente Fox, o país perdeu influência internacional, notadamente na América Latina. Muitos analistas locais atribuem esse afastamento à personalidade do ex-Presidente mexicano, que se envolveu em disputas públicas com outros mandatários da região, como os Presidentes de Cuba e Venezuela. A avaliação de que o México tenha abandonado suas raízes latino-americanas ao associar-se com os Estados Unidos é algo que ainda causa profundo incômodo aos mexicanos. No entanto, permanece na sociedade e no Governo mexicanos o discurso de que o país pode desempenhar o papel de “ponte” entre a América do Norte e o resto do continente.

A atual administração tem ressaltado a vocação latino-americana do México e seu interesse em aprofundar o relacionamento com todos os países da região, “sem exceções” (em alusões indiretas aos problemas com Cuba e Venezuela). O Tlatelolco tem reiterado a importância simbólica de que a América Latina – o Brasil inclusive – foi a primeira região a ser visitada por Felipe Calderón na qualidade de Presidente Eleito (e às vezes tem indicado que, em contraposição, Calderón ainda não havia visitado Washington, passado mais de um ano de sua posse).

Os principais objetivos da política externa traçada pelo Presidente Felipe Calderón referem-se à promoção de inserção competitiva do México no cenário internacional, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. O Presidente Calderón e a Secretária de Relações Exteriores, Patricia Espinosa, têm repetido que querem ver “mais México no mundo e mais mundo no México”. É nesse sentido que deve ser entendida também a candidatura mexicana a um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Essa divisa é interpretada, pelos próprios diplomatas mexicanos, como uma maneira de reconstituir as relações com a América Latina e o Caribe, bem como com o restante dos países em desenvolvimento, uma espécie de “antídoto” para os danos causados à política externa mexicana durante o Governo Fox.

No mundo em desenvolvimento, sua área de atuação mais importante é a América Central e o Caribe. Na América Central, o Plano Puebla Panamá (PPP), proposto em 2000 para promover a integração centro-americana, pouco avançou em termos concretos. Há a percepção, por parte do México, de que o PPP poderia ser articulado à IIRSA.

Geográfica e economicamente parte da América do Norte, o México tem feito esforços para adensar relações com os países da Comunidade Andina e do Mercosul, em especial o Brasil. O Chile é, depois do Brasil, o principal parceiro comercial do México na América Latina (o comércio bilateral foi de cerca de US\$ 3 bilhões, com superávit chileno). O significativo avanço nas relações bilaterais levou a Presidente Michelle Bachelet a realizar sua primeira Visita de Estado ao México -- durante a Presidência de Felipe Calderón.

Demonstrando pragmatismo e habilidade, com o objetivo de corrigir o rumo das relações com os países latino-americanos que mais se distanciaram do México na Gestão Fox, o Presidente Calderón indicou novos Embaixadores para Caracas, Havana e La Paz, e tem dado pouca atenção às diferenças ideológicas com seus respectivos Governos. Nesse sentido, a recente visita a Havana da Chanceler Patricia Espinosa foi altamente positiva para as relações entre os dois países.

Não obstante a ênfase no discurso latino-americanista, o principal relacionamento bilateral mexicano continua a ser com os Estados Unidos, país com o qual o México compartilha fronteira de 3.152 km. O comércio anual chega a US\$ 342 bilhões (2006), com forte superávit mexicano, de US\$ 82 bilhões. Os investimentos diretos foram na ordem de US\$ 10,37 bilhões, em 2006 – somando US\$ 114 bilhões desde 1999 (62% do total de investimentos externos). Os Estados Unidos constituem o destino de 85 % das exportações do México. O México também integra com os EUA e Canadá a

Aliança para a Segurança e a Prosperidade na América do Norte – ASPAN, que visa a integrar os esforços dos três países nesses temas. Ainda assim, o México tem tido dificuldades em estabelecer uma agenda de enfoque mais positivo com os Estados Unidos no que se refere ao tema migratório. Outros temas complexos que têm dominado a agenda com os Estados Unidos referem-se ao narcotráfico e aos problemas referentes à implementação do NAFTA, notadamente no setor agrícola. O Governo Bush tem elogiado as medidas adotadas pelo Presidente Calderón no combate ao crime organizado e ao narcotráfico no México.

ECONOMIA

Ao se completarem 18 meses do Governo do Presidente Calderón, a economia mexicana mantém o quadro de estabilidade e crescimento moderado que a tem caracterizado nos últimos anos. Tendo em conta o nível de integração com a economia norte-americana, as incertezas que pairam sobre o principal parceiro comercial do México - somadas às pressões inflacionárias provenientes, em boa medida, de fortes aumentos dos preços dos alimentos que recentemente levaram a uma elevação de 0,25% da taxa de juros - não permitem vislumbrar, no curto prazo, um cenário de aceleração mais significativo do crescimento da economia.

Segundo a Unidade de Inteligência de Negócios do México (Proméxico), o país é o que tem mais tratados de livre comércio com o mundo, 12 TLC's com 44 países (Chile conta com 10; e Costa Rica e El Salvador 5, cada um). As empresas mexicanas são líderes na região em atividades como transporte, armazenamento e telecomunicações, indústria de manufaturaria, mineração e serviços bancários, turísticos e de consultoria, entre outros.

Algumas informações sobre indicadores de conjuntura da economia mexicana:

- Segundo dados do EIU, o PIB do México em 2007 alcançou US\$ 891,8 bilhões. O PIB per capita é de US\$ 8.204,00.
- O crescimento real do PIB foi 3,1, em 2007. Os índices de preços têm-se mantido estáveis nos últimos anos: 4,1 (em 2006) e de 3,8 (em 2007).
- A atual conjuntura gera incertezas quanto à política monetária: um eventual ciclo de elevação da taxa de juros para neutralizar pressões inflacionárias tenderia a agravar os efeitos negativos de uma desaceleração mais acentuada da economia norte-americana.
- Os Investimentos Estrangeiros Diretos no México em 2007 foram da ordem de US\$ 23 bilhões.
- Os principais destinos dos investimentos mexicanos na América Latina e no Caribe nos últimos anos (2006-2007) têm sido o Brasil (com 38% do

- investimento total), seguido da República Dominicana (9.5%), Venezuela (9.0%), Peru (8.5%), Argentina (5.5%).
- O valor das remessas de dinheiro de familiares de mexicanos residentes nos EUA foi de US\$ 24 bilhões em 2007.
 - A dívida externa do México era de US\$ 171,1 bilhões em 2007.
 - As reservas internacionais mexicanas foram estimadas em US\$ 87,3 bilhões em 2007.
 - O país possui aproximadamente 109 milhões de habitantes, com uma média de idade 26 anos e com uma expectativa de vida de 75,8 anos.
 - De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2007/2008, o México, com IDH de 0,829, encontra-se na 52ª posição no ranking mundial.
 - Atualmente, há 28 milhões de mexicanos nos EUA (10 milhões nascidos no México; 18 descendentes de mexicanos).
 - As atuais preocupação socio-econômicas concentram-se nos baixos salários reais, no subemprego de larga parcela da população, na desigualdade de renda e nas reduzidas oportunidades de ascensão social para a população predominantemente indígena situada nos estados do sul.

RELACIONAMENTO BRASIL-MÉXICO

As relações Brasil-México têm-se desenvolvido, historicamente, dentro do marco da cordialidade e da cooperação, facilitadas pelo fato de os dois países não abrigarem qualquer tipo de ressentimento histórico entre si e de possuírem interesses convergentes em ampla gama de temas da agenda regional e internacional.

A similaridade da dimensão de suas economias e de seu grau de desenvolvimento, bem como de seus imensos problemas sociais, recomendam promover e intensificar a cooperação direta no que se refere a programas nacionais de combate à pobreza e às disparidades sociais, e de fomento da educação e da saúde. No que tange à economia, são crescentes os fluxos bilaterais de comércio e investimentos diretos, sendo promissoras as perspectivas de aumento do intercâmbio entre os dois países. Cabe aos dois governos impulsionar os processos de negociação comercial que permitam estimular essas tendências positivas do relacionamento econômico.

De maneira geral, o relacionamento Brasil-México tem refletido a circunstância de que, ao contrário do Brasil, assumidamente um país da América Latina e com crescente e importante atuação no entorno sul-americano, o México encontrar-se dividido entre, por um lado, sua tradicional expressão latino-americana e, por outro, a identidade norte-americana que

procurou assumir na década de noventa com o ingresso no NAFTA e na OCDE e com seu afastamento do Grupo dos 77.

As relações bilaterais passam atualmente por um momento muito positivo, caracterizado por uma vontade política compartilhada de intensificar a cooperação nas mais diversas áreas. As bases para a retomada do relacionamento bilateral foram relançadas com a posse do Presidente Felipe Calderón, em dezembro de 2006.

O Presidente Lula esteve cinco vezes no México desde sua eleição: em dezembro de 2002 na Cidade do México, como Presidente eleito; em setembro de 2003 novamente na Cidade do México, para visita de trabalho; em janeiro de 2004, em Monterrey, para participar da Cúpula Extraordinária das Américas; em maio de 2004 em Guadalajara, para a III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia e, em agosto de 2007, para sua primeira Visita de Estado àquele país, a convite do Presidente Felipe Calderón.

Em 6 de outubro de 2006, o Presidente-Eleito Felipe Calderón esteve em Brasília, em uma visita que objetivou estabelecer os primeiros contatos pessoais com o Presidente Lula e outras autoridades brasileiras, com a intenção de procurar aproximar e aprofundar o processo de diálogo e cooperação entre o Brasil e o México. Para o Presidente Calderón, a relação bilateral com o Brasil reveste-se de significação especial, por seu impacto positivo na política de renovação dos laços e vínculos do México com a América Latina. A visita ao Brasil de Felipe Calderón como Presidente-Eleito abriu a perspectiva de retomada das relacionamento bilateral, que permaneceu estanque durante mais de três anos, em razão da absoluta prioridade conferida pela política exterior do México ao relacionamento com os EUA e a OCDE. Essa aproximação aprofundou-se nos posteriores encontros bilaterais à margem do Foro Econômico Mundial, em Davos; da Cúpula do Grupo do Rio, na Guiana; e do Diálogo Ampliado G-5/ G-8, Alemanha; todos em 2007.

Em 21 de março de 2007, o Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe – SGAS, viajou ao México para definir os últimos detalhes da I Reunião da Comissão Binacional e da visita da Chanceler, que veio ao Brasil em 28 de março inaugurar a Comissão. Em fevereiro de 2007, realizou-se em Brasília, em ambiente marcado pela cordialidade, reunião do mecanismo de consultas políticas bilaterais – que não se reunia há muitos anos – da qual participaram o Subsecretário para a América Latina e Caribe do Tlatelolco e o Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e Caribe do Itamaraty. Na ocasião, foram acertados os preparativos da visita da Chanceler Patricia Espinosa ao Brasil e da instalação da I Reunião da Comissão Binacional Brasil-México.

A Comissão Binacional, com periodicidade bianual, foi instalada em 28 de março de 2007, em Brasília, com a presença da Chanceler

Patrícia Espinosa e dos Secretários (Ministros) de Economia e Energia do México. A Comissão se dividiu em diversas Subcomissões (Assuntos Políticos; Assuntos Econômicos e Comerciais; Energia; Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica, Cooperação Educacional e Cultural) e apresentou suas conclusões e uma proposta de trabalho -- que vem sendo implementada pelos dois Governos. A I Reunião da Comissão Binacional representou importante passo no estreitamento das relações entre o Brasil e o México. Nas palavras da Chanceler Patricia Espinosa, a Comissão Binacional representou “o relançamento” das relações do México com o Brasil. A II Reunião será realizada no México, no primeiro semestre de 2009, em data a ser definida.

Em maio de 2007 e em março de 2008, o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-I manteve encontros com seu homólogo mexicano, em reuniões de Consultas Políticas sobre Temas Multilaterais. Como resultado dessa reunião, acordou-se a intensificação da cooperação entre os dois países em temas multilaterais nas áreas de meio ambiente, direitos humanos e desarmamento – em que se registra particular convergência da atuação internacional dos dois países.

A Visita de Estado do Presidente Lula ao México representou a consolidação de um processo de aproximação impulsionado pelos Presidentes dos dois países, que se iniciou desde a visita de Felipe Calderón ao Brasil na qualidade de Presidente Eleito, em 2006, e se aprofundou nos posteriores encontros bilaterais referidos acima.

Nessa mesma ocasião, foi anunciada a criação do Grupo de Estudos de Alto Nível (GEAN) - que analisará formas de incrementar fluxos de comércio e de investimento entre os dois países – e da instalação do Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral — que permitirá o intercâmbio de informações sobre as políticas comerciais

A visita do Ministro Celso Amorim ao México (28-29/11/2007) deu seguimento à Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele país, aprofundou a tendência no relançamento das relações bilaterais, e abriu perspectivas de cooperação em diversas áreas. Dentre as principais decisões tomadas por ocasião da Visita do Chanceler Amorim estão a criação de uma Comissão Mista sobre C&T, a convocação da I Reunião de Monitoramento do Comércio, a criação de um GT sobre aquecimento global e mudança de clima na Comissão Binacional.

Em 6 de junho de 2008, o SGAS deverá participar da reunião de consultas políticas bilaterais com o Subsecretário para a América Latina e Caribe do Tlatelolco.

Durante a Visita do Presidente Lula ao México, o Presidente Calderón aceitou convite para realizar Visita de Estado ao Brasil em 2008. Foi

oferecida data de 23 de julho de 2008 para a realização da visita, mas a parte mexicana ainda não respondeu a esse oferecimento.

O México se opõe à criação de novos assentos permanentes nacionais no Conselho de Segurança. O México é membro do chamado “coffee club” ou “Uniting for Consensus” e tem sido ativo na oposição ao projeto de resolução do G-4. Em vista do desacordo em relação ao CSNU, as Chancelarias dos dois países têm focado a convergência de posições em relação a outros temas da agenda multilateral, como desarmamento, direitos humanos e meio ambiente. O Brasil e o México tencionam apoiar suas respectivas candidaturas a assentos não-permanentes nas próximas eleições para o CSNU.

RELAÇÕES COMERCIAIS – INVESTIMENTOS

O comércio Brasil-México cresceu mais de 100% no período de janeiro de 2003 – quando o fluxo de comércio bilateral registrava US\$2, 92 bilhões – a dezembro de 2007, com crescimento em ambas as direções, tendo a corrente de comércio entre os dois países alcançado o valor de US\$6,24 bilhões em 2007. Também os investimentos recíprocos em nossos países têm crescido exponencialmente, dando testemunho do dinamismo das duas economias mais sólidas da América Latina. Os investimentos mexicanos no Brasil são da ordem de US\$ 16 bilhões de dólares. Os investimentos brasileiros no México são da ordem de US\$ 1 bilhão.

O Brasil tem interesse em ampliar os ACE entre o Mercosul e o México (ACEs-54 e 55) e o ACE entre o Brasil e o México (ACE-53) e vê como promissoras na cooperação bilateral as áreas de ciência e tecnologia, energia, educação e cultura. Em julho de 2007, esteve no Brasil o Secretário de Economia, Eduardo Sojo, chefiando missão empresarial com 70 empresários, que participaram de *workshops* em São Paulo nas áreas química, automobilística, eletro-eletrônica, têxtil e de saúde.

Com relação às exportações brasileiras para o México, a grande maioria se faz ao abrigo dos acordos de preferência tarifária vigentes. Tomando como referência os dados disponíveis para 2007, apenas 14,5% das exportações brasileiras, em termos de valor de comércio, foram realizadas sem preferências tarifárias. Das exportações preferenciais (85,5% das exportações brasileiras para o México), 57% foram realizadas ao abrigo do ACE-55 (setor automotivo), 11% ao abrigo do ACE-53 (preferências fixas bilaterais) e 32% ao abrigo da PTR (preferência regional negociada na ALADI). Tomando como referência o resto do mundo, o Brasil aparece como origem de cerca de 2% das importações mexicanas (amplamente dominada pelos Estados Unidos, com participação na faixa de 50%). No caso das exportações mexicanas para o Brasil, o cenário é o inverso: a maioria das exportações é feita por fora dos acordos vigentes (54%). No âmbito da ALADI, o México responde por cerca de 8% das

importações brasileiras originárias dos países-membros, enquanto, no âmbito do comércio global, aparece como origem de 1% das importações brasileiras.

Em 2007, a balança comercial mexicana registrou um déficit global de US\$ 11.189 milhões (aumento de 82% em relação a 2006), e o déficit comercial com o Brasil situou-se em US\$ 3.571 milhões (redução de 19% em relação a 2006). Ao final do quarto trimestre de 2007, havia registro de 293 empresas com participação brasileira no seu capital. As empresas com capital brasileiro dedicavam-se principalmente às atividades comerciais (46,5%), à indústria (42,2%) e serviços (26,55%).

COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO COMÉRCIO BILATERAL

A Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-México é um foro informal que tem por objetivo o intercâmbio de informações sobre as políticas comerciais, a identificação e o encaminhamento de soluções para os obstáculos ao incremento do comércio bilateral. A Comissão foi criada por proposta brasileira, com base no formato e propósitos das Comissões bilaterais que o Brasil mantém com diversos de seus vizinhos na América do Sul. O Foro é coordenado, pelo Brasil, pelo Secretário-Executivo do MDIC e, pelo México, pelo Subsecretário de Negociações Comerciais Internacionais da Secretaria de Economia. Até o momento, a Comissão se reuniu por duas ocasiões: em 12/07/07 e em 07/08/07, na Cidade do México. Dentre os principais temas tratados nas reuniões se incluem:

- a necessidade de fomentar intercâmbio comercial bilateral;
- temas sanitários de interesse brasileiro: criação de “Comitê Consultivo Agrícola Brasil México”, interesse em viabilizar a exportação de carne de frango, carne suína e lácteos para o México;
- temas sanitários de interesse mexicano: exportação de carne suína, de aves, sêmen bovino e ovos livres de patógenos para o Brasil;
- interesse mexicano em negociar acordo sobre serviços com o Brasil;
- interesse mexicano em negociar acordo de promoção e proteção de investimentos com o Brasil;
- intercâmbio de pontos de vista sobre a integração no âmbito da ALADI e sobre a sucessão o processo de sucessão do Secretário-Geral da Associação;
- intercâmbio de informações sobre o andamento das negociações no âmbito do ACE-53 Brasil-México;
- temas afetos ao ACE-55 (interesse do México em acumular origem com autopeças do MERCOSUL, documentação necessária à exportação de veículos);
- cooperação na área de propriedade industrial;
- consultas de interesse mexicano (requisitos para importação, pelo Brasil de dióxido de titânio, pneus e veículos).
- solicitação mexicana de que o país seja incluído no programa brasileiro de Substituição Competitiva das Importações (PSCI)

ACE-55

O ACE-55 MERCOSUL-México, em vigor desde 01/01/03, é o único acordo exclusivo para o setor automotivo assinado pelo Brasil ou pelo MERCOSUL no âmbito da ALADI. O ACE-55 compreende o comércio de veículos leves e pesados, caminhões e demais veículos de carga, ônibus, carrocerias, e autopeças. O ACE-55 e o setor automotivo têm um peso significativo na pauta do comércio Brasil-México, amparando cerca de 50 % do comércio entre o Brasil e o México. O Apêndice II do ACE-55 dispõe sobre o comércio entre Brasil e México no setor automotivo, o qual estabeleceu o livre-comércio para veículos leves entre Brasil e México a partir de 2007.

O tratamento dado aos veículos pesados foi, por demanda mexicana, objeto de renegociação em 2006. O livre-comércio para estes veículos, inicialmente previsto para 2011, foi postergado para 2020, tendo sido preservado o prazo de 2007 para veículos leves, de maior interesse da indústria automotiva brasileira. Porém, foram acomodadas satisfatoriamente as reivindicações mexicanas, mediante a decisão de negociar um cronograma para se chegar ao livre-comércio para autopeças e caminhões. Ficou acordada a negociação, até 2009, das modalidades e prazos para a liberalização do comércio para os veículos pesados a partir de 2011, inclusive com a possibilidade de criação de quotas crescentes com 100% de margem. O acordo também inclui autopeças. No momento estão em processo de análise pelas entidades setoriais do Brasil (SINDIPEÇAS) e do México (INA – “Industria Nacional de Autopartes”) a incorporação de 139 novos itens à lista de autopeças que conta com 100% de margem de preferência para o comércio recíproco Brasil-México no ACE-55. Em reunião bilateral sobre o ACE-55 realizada em Julho/2007, o lado mexicano manifestou sua intenção de poder acumular origem com autopeças do MERCOSUL no âmbito do ACE-55. A proposta já foi rechaçada pelo SINDIPEÇAS.

ESTABELECIMENTO DO BANCO AZTECA NO BRASIL

O interesse do Grupo Salinas em estabelecer o Banco Azteca no Brasil originou-se em encontro mantido por seu Presidente, Ricardo Salinas Pliego, com o Presidente da República, em Davos, em 2005. Representantes do Banco Azteca deram entrada, em 19/08/2005, em solicitação de concessão de licença bancária para operação no país junto ao Banco Central. O Banco Azteca, o terceiro maior banco do México, inaugurou, em 27 de março de 2008, em Olinda, sua primeira filial no Brasil, em cerimônia que contou com a presença do Presidente Lula.

FÓRUM BRASIL-MÉXICO

Teve lugar, em Recife, no período de 26 a 28 de março de 2008, primeira edição do Fórum Brasil-México. Promovido pelo Fórum das

Américas e o Brasilinvest, o evento contou com a presença do Presidente da República e do Ministro Celso Amorim, juntamente com o Ministro da Economia do México. Na ocasião, o Presidente Lula exortou os empresários dos dois países a expandirem os investimentos e os negócios entre os dois países, de forma a que a corrente de comércio entre os dois países seja compatível com a expressividade e a complementariedade das economias do Brasil e do México.

COOPERAÇÃO BILATERAL NA ÁREA ENERGÉTICA

A Reforma Energética é vista como absolutamente necessária por muitos especialistas no setor, mas o tema é dos mais sensíveis politicamente no México. Mais de 1/3 das receitas do Governo mexicano provêm das recursos obtidos com a exploração do petróleo, mas as reservas do país estão diminuindo e a estatal petroleira Pemex não consegue investir no aumento de sua produtividade nem, tampouco, na exploração de novos campos, nem dispões de tecnologia para exploração de águas profundas. Quaisquer propostas de flexibilização do monopólio petroleiro são fortemente combatidas pela oposição e por setores nacionalistas, temerosos que esse seja um primeiro passo para a privatização do setor petroleiro.

O Governo mexicano e a Pemex têm indicado o desejo de contar com a cooperação da Petrobras nesse setor. Não obstante, a Constituição do México, proíbe que empresas estrangeiras explorem as riquezas do subsolo do território mexicano. Encontra-se na pauta do Congresso mexicano uma proposta de reforma do setor energético. Não obstante, o tema é extremamente polêmico, e não deve haver perspectiva de que chegue a resultados a curto prazo. Nos diversos contatos que manteve com o Presidente Calderón sobre a cooperação na área energética, o Presidente Lula tem reiterado que essa cooperação será prestada na medida das possibilidades e do desejo que o Governo do México manifestar em receber essa colaboração.

Durante a visita do Presidente Lula ao México foi assinado Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética, que cria Grupo de Trabalho de Cooperação no setor energético. Durante a visita do Ministro Celso Amorim ao México, em novembro de 2007, foi acordada a realização, no primeiro semestre de 2008, da I Reunião do Grupo de Trabalho sobre Energia. O objetivo da reunião será iniciar os trabalhos previstos no Memorando de Entendimento sobre Cooperação Energética assinado na visita do Presidente Lula. Ainda no marco de sua visita ao México, o Ministro Celso Amorim propôs que, além do Grupo de Trabalho, os dois países promovessem um grande seminário bilateral na área de energia.

Delegação mexicana realizou visita ao Brasil, entre os dias 23 e 26 de março, para tratar da cooperação bilateral em biocombustíveis e realizar a primeira reunião do Grupo de Trabalho estabelecido pelo Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética, assinado em agosto de 2007 entre os dois Ministérios. O GT decidiu desenvolver cooperação no seguintes temas: a) manejo de produtos; b) abastecimento de insumos de biocombustíveis; c) mecanismos para a determinação de preços e desenvolvimento de mercado; d) sustentabilidade ambiental e controle de emissões. Na área de biocombustíveis, também merece registro missão de parlamentares mexicanos ao Brasil, em março de 2008, para conhecer a experiência do Brasil no setor.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-México é regulado pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, firmado em 24 de julho de 1974 e atualizado em 1999. A I Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica realizou-se em 1999. Por sugestão da parte mexicana, acordou-se a reunião de um Grupo de Trabalho que se realizou-se durante a I Reunião da Comissão Binacional, em 28 de março de 2007. A reunião teve por objetivo discutir aspectos referentes à ampliação e revisão da pauta de cooperação internacional entre os dois países. Na ocasião foram discutidos os temas de interesse das instituições mexicanas, que emanavam principalmente das áreas de: agricultura, meio ambiente e recursos naturais; desenvolvimento social; saúde; energia; educação; estatística e geografia; economia; e ciência e tecnologia.

Em seguimento àquela reunião, o Governo mexicano enviou à SERE, por meio de sua Embaixada em Brasília, em junho de 2007, várias propostas de projetos conjuntos de cooperação técnica, em diversas áreas, para análise. Tais projetos estão sendo analisados pela SERE e pelas agências técnicas correspondentes, inclusive à luz do fato de que alguns deles parecem, em uma primeira leitura, não enquadrar-se como cooperação técnica. As demandas mexicanas foram atualizadas e contemplam as seguintes áreas: agricultura(2 propostas); desenvolvimento social (5 propostas); educação(1); energia(3); geografia e estatística (12); meio ambiente (16); e saúde(7). A II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica realizou-se em 13 e 14 de dezembro, na Cidade do México. A reunião permitiu elaborar e aprovar Programa de Trabalho para o período 2007-2009. Permitiu, igualmente, iniciar o delineamento de um programa de cooperação triangular em benefício do Haiti. Ambos objetivos encontram-se plasmados no Comunicado Conjunto da Visita do Ministro Celso Amorim ao México.

COOPERAÇÃO CONSULAR E JURÍDICA

A intensidade dos temas consulares no Brasil no México levou o Governo brasileiro a criar, recentemente, o Consulado-Geral na Cidade do México, que deverá ser instalado muito proximamente. Será criado, também, Consulado Honorário em Monterrey.

Além das reuniões bilaterais de coordenação consular, Brasil e México deverão valer-se de novo conjunto de instrumentos bilaterais que se encontram em negociação entre as Partes na área de cooperação consular e jurídica. Em matéria penal, foi assinado, durante a visita presidencial, o Tratado Bilateral de Cooperação Jurídica, cujo texto está em linha com a evolução mais recente no plano do Direito Internacional da assistência jurídica mútua. devolução de fundos públicos obtidos indevidamente quanto à divisão de ativos. Para o México, trata-se do primeiro acordo bilateral a conter disposições sobre divisão de ativos. Em matéria civil, os dois países estão dando início a negociações de um acordo bilateral de cooperação. Brasil e México negociam, ainda, acordo bilateral de transferência de presos. Entre os novos instrumentos que balizarão a cooperação jurídico-consular com o México, vale destacar Memorando de Entendimento para a Prevenção e a Repressão do Tráfico de Migrantes e do Tráfico de Pessoas. Por ocasião da II Reunião de Coordenação Consular, em maio de 2007, ambos os países lograram acordar um texto que ora se encontra sob o exame interno dos órgãos competentes de cada Parte. A celebração e implementação do Memorando poderão constituir passo relevante para uma eventual revisão da suspensão unilateral mexicana do Acordo de Isenção de Vistos de Turismo e Negócios entre os dois países.

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

Diversos parlamentares mexicanos têm manifestado interesse no agendamento da II Reunião Interparlamentar Brasil-México, que deverá ser realizada no Brasil. Não tem sido possível, no entanto, obter reação por parte do Congresso brasileiro sobre possíveis datas a serem agendadas, apesar de o tema haver sido mencionado no Comunicado Conjunto da Comissão Binacional, de março de 2007. Tanto no Brasil quanto no México as legislaturas se encontram na metade de seus respectivos mandatos, o que permitirá uma frutífera continuidade dos contatos, caso se logre realizar essa a Reunião Interparlamentar o quanto antes, idealmente em 2008.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto n°	Data
Convenção de Arbitramento.	26/12/1911	26/12/1911	9389	28/02/1912

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo Administrativo para a Permuta de Certas Publicações Oficiais.	10/04/1918	10/04/1918		
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência em Malas Especiais.	13/10/1918	13/10/1919		
Convênio para Revisão de Textos de Ensino de História e Geografia.	28/12/1933	03/12/1934	2245	04/01/1938
Tratado de Extradicação.	28/12/1933	23/03/1938	2535	22/03/1938
Protocolo Adicional ao Tratado de Extradicação.	18/09/1935	23/03/1938	2535	22/03/1938
Convênio para o Exercício Conjunto de Funções Diplomáticas e Consulares no Distrito Federal de Ambos os Países.	25/11/1950	25/11/1950		
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais por via Aérea.	21/05/1951	21/05/1951		
Declaração Conjunta sobre Matéria Comercial.	20/01/1960	22/01/1960		
Acordo que Estabelece um Grupo de Cooperação Industrial.	09/04/1962	09/04/1962		
Acordo sobre Transportes Aéreos.	17/10/1966	20/11/1970	67697	03/12/1970
Acordo pelo qual se cria a Comissão Mista Brasil-México.	22/08/1969	22/08/1969		
Declaração Conjunta sobre Relações Econômicas.	30/08/1969	30/08/1969		
Acordo de Isenção de Legalização Consular.	26/11/1970	11/07/1972		
Acordo Relativo à Criação dos Comitês Permanentes da Comissão Mista Brasil-México.	24/07/1974	24/07/1974		
Convênio de Cooperação Turística.	24/07/1974	06/10/1975	76987	06/01/1976
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.	24/07/1974	15/05/1975	75888	20/06/1975
Acordo para Estabelecer um Programa de Intercâmbio de Jovens Técnicos.	24/07/1974	03/06/1975	75889	20/06/1975
Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Brasil-México entre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México (CONACYT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq).	17/03/1976	02/07/1976		
Convênio Complementar ao Acordo pelo qual se criou a Comissão Mista Brasil-México (COMBRAMEX), entre o Consider, do Brasil, e a CCIS, do México, de 24/07/74.	17/01/1978	18/01/1978		
Acordo sobre Sanidade Animal.	17/01/1978	18/01/1978		
Convênio de Amizade e Cooperação.	17/01/1978	21/02/1979	83312	09/04/1979
Acordo Básico de Cooperação Industrial.	17/01/1978	28/02/1979	83308	03/04/1979
Comissão Mista de Coordenação Brasileiro-Mexicana.	29/07/1980	29/07/1980		
Acordo para o Intercâmbio de Correspondência Agrupada entre as Administrações Postais do Brasil e do México.	29/07/1980	29/10/1980		
Memorandum de Entendimento sobre Cooperação Econômica e Industrial.	29/07/1980	29/07/1980		
Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Turística.	29/07/1980	29/07/1980		
Convênio de Cooperação Cultural e Educacional.	29/07/1980	30/04/1982	87163	10/05/1982

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Convênio Geral de Cooperação entre a SIDERBRAS e a SIDERMEX.	26/04/1983	26/04/1983		
Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica e Comercial	29/04/1983	29/04/1983		
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta em Matéria de Interesse Mútuo.	29/04/1983	29/04/1983		
Declaração de Cancún.	29/04/1983	29/04/1983		
Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica Bilateral.	30/03/1984	30/03/1984		
Protocolo em Matéria de Apoio Financeiro ao Comércio Bilateral.	30/03/1984	30/03/1984		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Industrial.	30/03/1984	30/03/1984		
Declaração Conjunta e Programa de Ação.	20/08/1987	20/08/1987		
Convênio de Cooperação em Matéria de Promoção de Co-Investimentos.	10/10/1990	10/10/1990		
Acordo-Quadro de Cooperação Fazendário-Financeira.	10/10/1990	15/05/1992	595	07/07/1992
Memorandum de Entendimento para o Aproveitamento das Referências que se Outorgam nos Dois Países em Licitações Públicas Internacionais.	10/10/1990	10/10/1990		
Acordo de Cooperação na Área de Meio Ambiente.	10/10/1990	07/06/1995	1575	31/07/1995
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.	05/08/1992	04/09/1992		
Acordo sobre Serviços Aéreos	26/05/1995	18/07/1996	2007	16/09/1996
Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência.	18/11/1996	25/11/1997	2466	19/01/1998
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Sanidade Animal.	13/11/1997	13/11/1997		
Ajuste Complementar sobre Cooperação Técnica.	27/04/1999	27/04/1999		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica em Matéria de Censos e Pesquisas Estatísticas.	27/04/1999	27/04/1999		
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns.	23/11/2000	07/02/2004	4.952	14/01/2004
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Saúde.	02/05/2001	02/05/2001		
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	24/07/2002	24/07/2002		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a implementação do Projeto de "Demonstração e Divulgação do Sistema Eleitoral Brasileiro de Votação e Apuração Eletrônica na Cidade do México"	13/05/2003	13/05/2003		

Orçamento	Data de celebração	Entrada em vigor	Atualização	
			Decreto nº	Data
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir Evasão Fiscal em Relação aos Impostos Sobre a Renda	25/09/2003	30/11/2006	6.000	26/12/2006
Acordo para o Estabelecimento da Comissão Binacional Brasil-México	28/03/2007	28/03/2007		
Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética	06/08/2007	06/08/2007		
Tratado de Cooperação Internacional em Matéria Penal	06/08/2007	Ainda não em vigor		

ANEXO: PERFIS ECONÔMICO-COMERCIAIS DO MÉXICO

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Estados Unidos Mexicanos
Superfície	1.964.375 Km ²
Localização	Sul da América do Norte
Capital	Cidade do México
Principais cidades	Cidade do México, Guadalajara, Monterrey
Idioma oficial	Espanhol
PIB (2007: estimativa EIU)	US\$ 891,8 bilhões
PIB "per capita" (2007)	US\$ 8.204
Moeda	Peso mexicano

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de The Economist Intelligence Unit, Country Report January 2008

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽²⁾	103,7	105,0	108,2	107,4	108,7
Densidade demográfica (hab/Km ²)	52,8	53,5	54,1	54,7	55,3
PIB Nominal (US\$ bilhões)	639,7	683,5	787,7	840,0	891,9
Crescimento real do PIB (%)	1,4	4,2	2,8	4,8	3,1
Varição anual do índice de preços ao consumidor (%) ⁽³⁾	4,0	5,2	3,3	4,1	3,8
Reservas Internacionais (US\$ bilhões)	59,0	64,2	74,1	78,3	87,3
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽⁴⁾	170,0	170,4	187,2	164,8	171,1
Câmbio (Ps / US\$) ⁽⁴⁾	11,24	11,20	10,78	10,88	10,87

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de The Economist Intelligence Unit, Country Report January 2008

(1) Estimativa EIU.
 (2) 2007: Data real
 (3) 2006: Estimativa EIU

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)

	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	-7.587	-6.133	-5.034
Exportações	214.233	249.997	127.920
Importações	221.820	256.130	132.954
B. Serviços (líquido)	-5.303	-6.440	-2.999
Receita	16.137	16.393	8.894
Despesa	21.440	22.833	11.893
C. Renda (líquido)	-12.509	-13.286	-7.441
Receita	5.867	6.775	3.580
Despesa	18.376	20.061	11.021
D. Transferências unilaterais (líquido)	20.469	23.421	11.701
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-4.930	-2.438	-3.774
F. Conta de capitais (líquido)	0	0	0
G. Conta financeira (líquido)	12.930	-2.152	7.119
Investimentos diretos (líquido)	13.407	13.464	9.271
Portfólio (líquido)	8.366	1.298	5.985
Outros	-8.843	-16.911	-8.136
H. Erros e Omissões	-1.036	3.287	-978
I. Saldo (E+F+G+H)	6.984	-1.303	2.367

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, International Financial Statistics, CD January 2008.

(1) janeiro - junho.

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽²⁾
Exportações (fob)	161.235	164.892	187.812	214.233	249.997	120.510
Importações (fob)	191.239	191.223	221.271	244.001	281.743	127.753
Balança comercial	-30.004	-26.331	-33.459	-29.768	-31.746	-7.243
Intercâmbio comercial	352.474	356.116	400.083	458.234	531.740	248.262

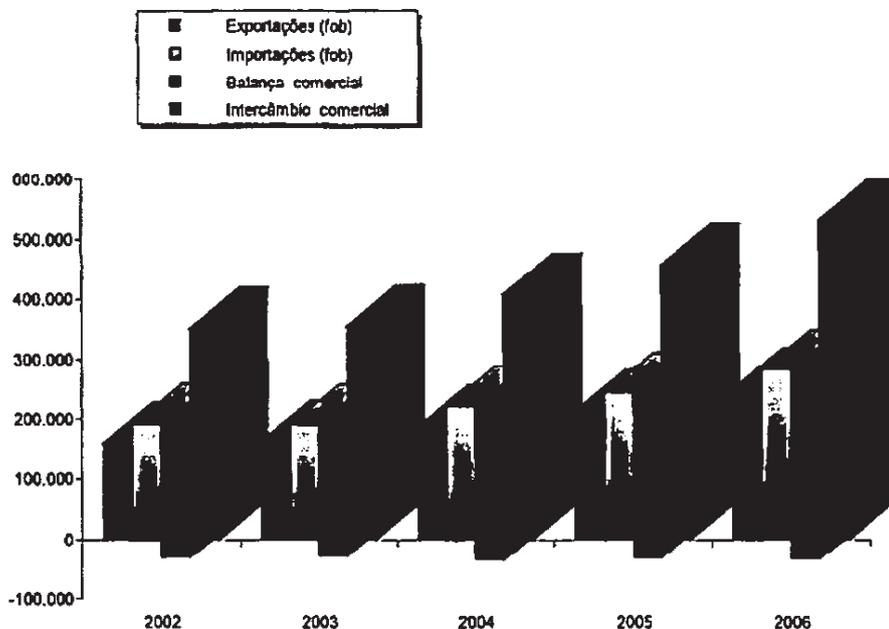
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Dirección of Trade Statistics, CD December 2007.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balança de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e dos diferentes metodologias de cálculo.

(2) Janeiro - Junho

COMÉRCIO EXTERIOR DO MÉXICO 2002-2006

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Dirección of Trade Statistics, CD December 2007.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milh)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	164.522	87,6%	183.563	85,7%	211.871	84,7%	92.728	76,9%
Canadá	3.292	1,0%	4.234	2,0%	5.176	2,1%	7.439	6,2%
Espanha	2.027	1,1%	2.854	1,4%	3.270	1,3%	1.434	1,2%
Alemanha	1.689	0,9%	2.289	1,1%	2.973	1,2%	1.777	1,5%
Colômbia	789	0,4%	1.548	0,7%	2.132	0,9%	1.249	1,0%
Venezuela	628	0,4%	1.209	0,6%	1.703	0,7%	1.139	0,9%
China	986	0,5%	1.136	0,5%	1.688	0,7%	1.318	1,1%
Japão	1.191	0,5%	1.470	0,7%	1.594	0,6%	1.297	1,1%
Países Baixos	246	0,1%	801	0,4%	1.326	0,5%	548	0,5%
Brazil	863	0,5%	890	0,4%	1.147	0,5%	598	0,5%
Argentina	569	0,3%	672	0,3%	952	0,4%	558	0,5%
SUBTOTAL	177.001	94,2%	200.847	93,8%	233.913	93,6%	110.080	91,3%
DEMAIS PAÍSES	10.811	5,8%	13.386	6,2%	16.084	6,4%	10.429	8,7%
TOTAL GERAL	187.812	100,0%	214.233	100,0%	249.997	100,0%	120.510	100,0%

IMPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	121.909	55,1%	130.402	53,4%	143.421	50,9%	73.739	57,7%
China	15.811	7,1%	19.466	8,0%	26.882	9,5%	5.904	4,6%
Japão	11.642	5,3%	14.388	5,9%	16.825	6,0%	5.128	4,0%
República da Coreia	5.751	2,6%	7.223	3,0%	11.743	4,2%	6.681	5,2%
Alemanha	7.858	3,6%	9.537	3,9%	10.381	3,7%	4.771	3,7%
Canadá	5.860	2,6%	6.786	2,8%	8.114	2,9%	2.425	1,9%
Brasil	4.775	2,2%	5.736	2,4%	6.114	2,2%	3.522	2,8%
Malásia	3.711	1,7%	4.024	1,6%	4.922	1,7%	514	0,4%
Itália	3.099	1,4%	3.848	1,6%	4.519	1,6%	2.780	2,2%
SUBTOTAL	180.416	81,5%	201.408	82,5%	232.920	82,7%	105.463	82,6%
DEMAIS PAÍSES	40.855	18,5%	42.593	17,5%	48.823	17,3%	22.290	17,4%
TOTAL GERAL	221.271	100,0%	244.001	100,0%	281.743	100,0%	127.753	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Division of Trade Statistics, UNCTAD/ITC/Comtrade.

Para as Itálias em ordem decrescente tendo como base os valores apresentados em 2008

(1) Janeiro - Junho

. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 0 6 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões - fob)			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		61.718	24,7%
Veículos, automóveis, tratores e ciclos		39.497	15,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais		38.743	15,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		32.665	13,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica, foto, precisão, médicos		8.664	3,5%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões		5.895	2,4%
Plásticos e suas obras		4.988	2,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço		3.834	1,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha		3.765	1,5%
Produtos hortícolas, plantas e raízes, comestíveis		3.543	1,4%
Ferro fundido, ferro e aço		3.044	1,2%
Subtotal		206.356	82,5%
Demais Produtos		43.900	17,5%
Total Geral		250.256	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões - cif)			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		56.521	22,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		39.861	15,6%
Veículos automóveis, tratores, ciclos		25.047	9,8%
Plásticos e suas obras		15.942	6,2%
Combustíveis, óleos e ceras minerais		14.476	5,7%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia		9.914	3,9%
Ferro fundido, ferro ou aço		6.972	2,7%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço		6.255	2,4%
Produtos químicos orgânicos		6.078	2,4%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica		4.513	1,8%
Alumínio e suas obras		3.886	1,5%
Borracha e suas obras		3.604	1,4%
Produtos farmacêuticos		3.024	1,2%
Cobre e suas obras		2.986	1,2%
Produtos diversos das indústrias químicas		2.714	1,1%
Carnes e miudezas, comestíveis		2.556	1,0%
Cereais		2.425	0,9%
Subtotal		206.773	80,7%
Demais Produtos		49.313	19,3%
Total Geral		256.086	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/Comtrade.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

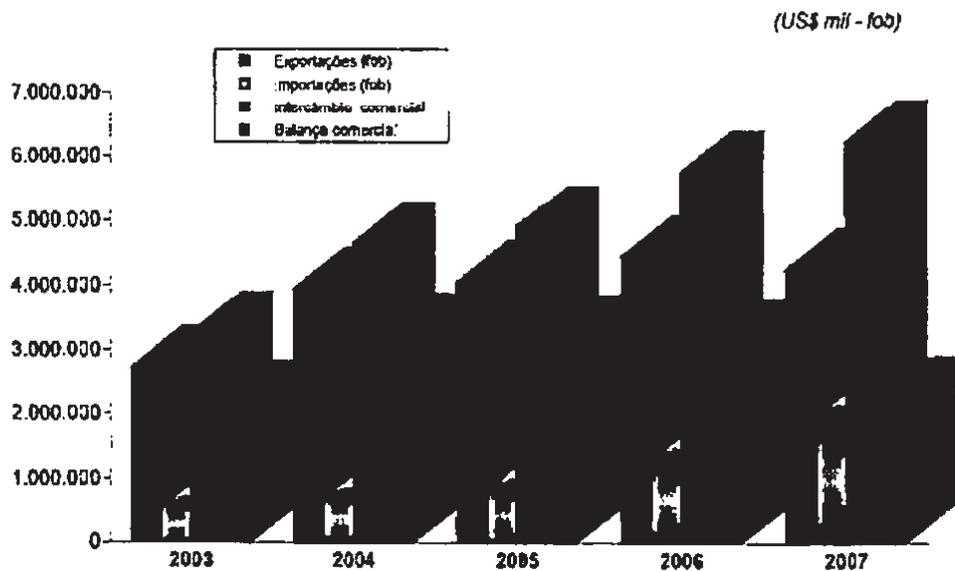
(1) Última posição disponível.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MÉXICO ⁽¹⁾ (US\$ mil - fob)	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações (fob)	2.747.080	3.957.953	4.073.738	4.458.202	4.260.441
Variação em relação ao ano anterior	17,1%	44,1%	2,9%	9,4%	-4,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o NAFTA	13,3%	15,5%	14,1%	14,1%	13,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	3,8%	4,1%	3,4%	3,2%	2,7%
Importações (fob)	533.048	703.837	843.568	1.310.320	1.979.134
Variação em relação ao ano anterior	-8,2%	32,0%	18,8%	55,3%	51,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras do NAFTA	4,8%	5,4%	5,7%	7,8%	8,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,1%	1,1%	1,1%	1,4%	1,6%
Intercâmbio comercial	3.280.128	4.661.790	4.917.306	5.768.522	6.239.575
Variação em relação ao ano anterior	12,1%	42,1%	5,5%	17,3%	8,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com o NAFTA	10,4%	12,1%	11,3%	11,8%	11,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	2,7%	2,8%	2,0%	2,6%	2,2%
Balança comercial	2.214.034	3.254.117	3.230.171	3.147.882	2.281.307

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Sistema Alce.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de regimes diferentes e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-MÉXICO 2003-2007



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Sistema Alce.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MÉXICO						
(US\$ mil - FOB)	2006	% no total	2006	% no total	2007	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos e principais produtos)						
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.936.348	47,5%	2.014.820	45,2%	1.697.005	37,6%
Automóveis com motor a explosão, 1500	1.279.750	31,4%	1.269.075	28,4%	807.862	19,0%
Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5T	127.923	3,1%	207.007	4,6%	205.978	4,8%
Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	79.693	2,0%	75.597	1,7%	100.296	2,4%
Caldreiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	632.252	15,9%	621.934	14,0%	739.234	17,4%
Outros motores diesel/semidiesel, para veículos automóveis	12.775	0,3%	17.718	0,4%	62.898	1,5%
Motocompressor hermético, capacidade <4700 frigories/hora	14.916	0,4%	37.887	0,8%	57.215	1,3%
Outros niveladores	22.353	0,5%	41.785	0,9%	42.662	1,0%
Outros "bulldozers" e "engulvzars", de legates	50.685	1,2%	53.458	1,2%	30.194	0,7%
Ferro fundido, ferro e aço	420.615	10,3%	646.402	12,3%	389.716	8,7%
Outros produtos semimanufaturados de ferro/aço, C<0,25%	86.865	2,1%	122.414	2,7%	122.840	2,9%
Ferro fundido bruto não ligado, peso <=0,5% de fósforo	62.895	1,5%	69.495	1,6%	40.697	1,0%
Ferro-níobio	10.123	0,2%	13.070	0,3%	27.975	0,7%
Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aço	63.592	1,6%	74.594	1,7%	29.368	0,6%
Borracha e suas obras	89.729	2,2%	142.472	3,2%	191.838	4,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	166.547	4,1%	162.506	3,6%	172.834	4,1%
Produtos químicos orgânicos	27.651	0,7%	46.761	1,0%	113.550	2,7%
Produtos farmacêuticos	48.527	1,2%	72.887	1,6%	86.328	2,1%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc. e suas partes	414	0,0%	488	0,0%	82.713	1,9%
Alumínio e suas obras	49.714	1,2%	9.630	0,2%	79.645	1,9%
Níquel, escórias e cinzas	79.944	2,0%	89.037	2,0%	75.594	1,8%
Subtotal	3.451.740	84,7%	3.706.807	83,1%	3.612.367	82,4%
Demais Produtos	621.998	15,3%	751.395	16,9%	748.084	17,6%
TOTAL GERAL	4.073.738	100,0%	4.458.202	100,0%	4.260.441	100,0%

Elaborado pelo IPECE/PRONIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MERC/SECEX/Sistema Alfa

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores agregados em 2007

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MÉXICO						
(US\$ mil - FOB)	2006	% no total	2006	% no total	2007	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Veículos automóveis, tratores, ciclos	75.650	9,0%	366.766	28,0%	599.777	30,3%
Automóveis com motor explosão, 1500	26.796	3,2%	316.997	24,2%	517.298	26,1%
Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	18.739	2,2%	15.571	1,2%	27.412	1,4%
Outros veículos automóveis, com motor diesel para carga <=5T	7.474	0,9%	19.573	1,5%	24.756	1,3%
Produtos químicos orgânicos	83.300	9,9%	64.367	4,9%	329.387	16,8%
Ácido tereftálico e seus sais	3	0,0%	0	0,0%	263.698	13,3%
Acetato de vinila	24.937	3,0%	19.781	1,5%	22.730	1,1%
Tereftalato de dimetila	23.475	2,8%	14.901	1,1%	11.174	0,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	224.029	26,6%	317.666	24,3%	328.264	16,6%
Outros roteadores digitais	611	0,1%	6.842	0,5%	26.228	1,3%
Tubos catódicos para receptores de televisão em cores, etc.	76.684	9,1%	62.685	4,8%	23.789	1,2%
Outros equipamentos terminais ou repetidores	3.014	0,4%	8.388	0,6%	22.522	1,1%
Outs.apars.recep.radiodif.clapara.com, para veículos automóveis	0.736	0,1%	7.257	0,6%	19.685	1,0%
Outras partes para aparelhos recept.radiodif.televisão, etc.	5.960	0,7%	5.554	0,4%	17.849	0,9%
Caldreiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	163.607	19,4%	187.372	14,3%	210.803	10,7%
Outros motores de explosão, p/veic cap. 87, sup. 1000 cm3	57.164	6,8%	52.491	4,0%	51.476	2,6%
Outras partes e acessórios de impressoras/traçadores gráficos	7.340	0,9%	17.941	1,4%	22.231	1,1%
Plásticos e suas obras	53.885	6,4%	71.103	5,4%	104.677	5,3%
Tereftalato de polietileno em forma primária	13.684	1,6%	19.783	1,5%	27.327	1,4%
Copolímeros de acrilonitrila-butadieno-estireno, sem carga	7.775	0,9%	5.331	0,4%	11.386	0,6%
Extratos tanantes e tintoriais	49.422	5,9%	46.671	3,6%	49.655	2,5%
Outros pigmentos tipo rutílio, com dióxido titânio >=80% seco	10.067	1,3%	19.277	1,5%	25.661	1,3%
Pigmento rutílio, partícula >=0,6 microns, com modificadores	23.848	2,8%	16.108	1,2%	10.068	0,5%
Produtos farmacêuticos	37.139	4,4%	39.289	3,0%	48.732	2,5%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	387	0,0%	667	0,0%	45.168	2,3%
Instrumentos e aparelhos de óptica, foto, precisão, médicos	26.534	3,1%	26.788	2,0%	35.798	1,8%
Vidro e suas obras	21.483	2,5%	17.717	1,4%	27.070	1,4%
Subtotal	735.414	87,2%	1.137.209	85,8%	1.779.331	89,9%
Demais Produtos	108.154	12,8%	173.111	13,2%	199.803	10,1%
TOTAL GERAL	843.568	100,0%	1.310.320	100,0%	1.978.134	100,0%

Elaborado pelo IPECE/PRONIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MERC/SECEX/Sistema Alfa

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores agregados em 2007

Aviso nº 345 - C. Civil.

Em 14 de maio de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORENCIO SOBRINHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 96, DE 2008

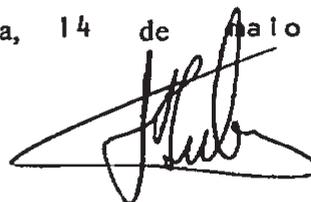
(nº 272/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.

Os méritos do Senhor Roberto Carvalho de Azevêdo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de maio de 2008.



EM No 00161 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 8 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre as Organizações e *curriculum vitae* do Senhor ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

**INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ROBERTO CARVALHO DE AZEVEDO**

CPF.: 18531911168

ID.: 8604/MRE

03/10/1957	Filho de Renato Muylaert de Azevêdo e Normisa de Souza Carvalho de Azevêdo, nasce em 3 de outubro, em Salvador/BA
01/12/1981	Engenharia Elétrica, Universidade de Brasília/DF
01/02/1983	CPCD - IRBr
11/12/1984	Terceiro Secretário em 11 de dezembro
21/05/1985	Divisão de Feiras e Turismo, assistente
01/07/1985	Feira "Hospitec", Genebra, Diretor-Geral do pavilhão
01/09/1985	Feira "Automotive China", Xangai, Diretor-Geral do pavilhão
29/10/1985	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais, assistente
01/01/1987	Embaixada em São Salvador, Encarregado de Negócios em missão transitória
03/03/1988	Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário
05/03/1988	Comitê sobre Cereais, Legumes e Leguminosas da Comissão do Codex Alimentarius da FAO, Chefe de delegação (1988 a 1991)
06/03/1988	Comitê sobre Resíduos de Medicamentos Veterinários nos Alimentos da Comissão do Codex Alimentarius da FAO, Chefe de delegação (1988 a 1991)
16/12/1988	Segundo Secretário em 16 de dezembro
03/09/1991	Embaixada em Montevidéu, Segundo e Primeiro Secretário
05/09/1991	Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Presidente
21/12/1994	Primeiro Secretário, por merecimento, em 21 de dezembro
01/01/1995	Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe para Assuntos Econômicos
01/05/1997	Missão Permanente em Genebra, Primeiro Secretário
20/12/1999	Contencioso na OMC: Direitos Anti-Dumping sobre Perfis de Ferro e Aço e Vigas H da Polônia - DS122, Membro do Painel
28/06/2000	Conselheiro, por merecimento, em 28 de junho
26/09/2000	Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil
22/01/2001	Contencioso na OMC: Salvaguardas sobre Tubos de Seção Circular da Coreia - DS202, Membro do Painel
12/03/2001	Contencioso na OMC: Créditos à Exportação e Garantias de Empréstimos para Aeronaves Regionais - DS222 (iniciado pelo Canadá contra o Brasil), Chefe de delegação
06/07/2001	CAE - IRBr, Financiamentos à Exportação: O Contencioso Embraer - Bombardier e as Disciplinas da OMC

- 24/07/2001 Contencioso na OMC: Direitos Anti-dumping sobre Tubos e Conexões de Ferro Fundido Maleável - DS219 (iniciado pelo Brasil contra as Comunidades Europeias), Chefe de delegação
- 23/08/2001 Contencioso na OMC: Lei de Compensação por dumping e subsídio continuado de 2000 (Emenda Byrd) - DS217 / DS234 (iniciado pelo Brasil contra os EUA), Chefe de delegação
- 11/10/2001 Coordenação-Geral de Contenciosos, Coordenador-Geral
- 02/11/2001 Grupo de Negociação sobre Solução de Controvérsias da ALCA, Coordenador Nacional
- 17/04/2002 Contencioso na OMC: Direitos Anti-dumping sobre Frangos - DS241 (iniciado pelo Brasil contra a Argentina), Chefe de delegação
- 29/07/2002 Contencioso na OMC: Salvaguardas sobre Importações de Produtos Siderúrgicos - DS259 (iniciado pelo Brasil contra os EUA), Chefe de delegação
- 18/03/2003 Contencioso na OMC: Subsídios ao Algodão - DS267 (iniciado pelo Brasil contra os EUA), Chefe de delegação
- 29/08/2003 Contencioso na OMC: - Subsídios à Exportação de Açúcar - DS266 (iniciado pelo Brasil contra as Comunidades Europeias), Chefe de delegação
- 07/11/2003 Comunidades Europeias - Classificação Aduaneira de Frango Desossado Congelado - DS269, Chefe de delegação
- 19/04/2004 Grupo Setorial da OCDE sobre Créditos à Exportação para Aeronaves (e reuniões seguintes), Chefe de delegação
- 30/06/2004 Ministro de Segunda Classe em 30 de junho
- 02/05/2005 Arbitragem na OMC: Regime Europeu de Importação de Bananas (iniciado pelo Brasil contra as Comunidades Europeias), Chefe de delegação
- 22/05/2005 Negociação na OCDE para Revisão do Entendimento Setorial sobre Créditos à Exportação de Aeronaves Civis (e reuniões seguintes), Chefe de delegação
- 20/07/2005 Contencioso na OMC: Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados - DS332 (consultas solicitadas ao Brasil pelas Comunidades Europeias), Chefe de delegação
- 07/12/2005 Departamento Econômico, Diretor
- 11/02/2006 Rodada de Negociações Multilaterais da Organização Mundial do Comércio (Rodada Doha), Reuniões de Altos Funcionários do G-6, Chefe de delegação
- 12/04/2006 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 16/10/2006 IV Mecanismo de Consultas Brasil - EUA, Chefe de Delegação
- 29/12/2006 Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, Subsecretário-Geral
- 19/02/2007 Rodada de Negociações Multilaterais da Organização Mundial do Comércio (Rodada Doha), Reuniões de Altos Funcionários do G-4, Chefe de delegação
- 24/04/2007 Reunião de Consultas Econômicas Brasil - Reino Unido, Chefe de delegação
- 27/12/2007 Ministro de Primeira Classe em 27 de dezembro


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

DADOS BÁSICOS

DELEGAÇÃO DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E A OUTRAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS MAIO, 2008

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	p. 02
2. OMC	p. 02
3. OMPI	p. 20
4. UNCTAD	p. 25
5. GRUPO DOS 15	p. 36
6. OUTRAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS.....	p. 37
7. ORGANOGRAMAS (OMC, OMPI, UNCTAD).....	p. 40

1. INTRODUÇÃO

A Delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas foi criada pelo Decreto nº 6.437, de 17 de abril de 2008. Além de acompanhar os temas da Organização Mundial de Comércio (OMC), a Delegação será responsável pela atuação de Brasil na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), na União Internacional de Telecomunicações (UIT), no Grupo dos 15 (G-15), entre outros. A seguir, serão detalhadas as principais características dessas instituições, assim como o perfil de atuação do Brasil em cada uma delas.

2. OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

2.1. Histórico

A OMC é o foro multilateral responsável pela regulamentação do comércio internacional. Suas atribuições incluem: (i) negociar regras para o comércio internacional de bens, serviços, propriedade intelectual e outras matérias que os Membros venham a acordar; (ii) zelar pela adequada implementação dos compromissos assumidos; (iii) servir de espaço para a negociação de novas disciplinas; e (iv) resolver controvérsias entre os Membros.

Os diversos órgãos da OMC se reúnem regularmente para monitorar a implementação dos acordos em vigor, bem como a execução da política comercial dos países membros, negociar a acessão de novos membros e acompanhar as atividades relacionadas ao processo de solução de controvérsia. Essas atividades envolvem toda a estrutura da organização, que compreende o Conselho Geral, Conselho para o Comércio de Bens, Conselho para o Comércio de Serviços, o Conselho para Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, o Órgão de Solução de Controvérsias, o Órgão de Exame de Políticas Comerciais, e os comitês de Comércio e Desenvolvimento, de

Restrições por Motivo de Balanço de Pagamentos e de Assuntos Orçamentários. Há ainda os diferentes comitês responsáveis por cada um dos acordos temáticos ou setoriais em vigor na área de bens, como o Comitê de Agricultura, Barreiras Técnicas ao Comércio, Regras de Origem, Subsídios e Medidas Compensatórias, Salvaguardas, Órgão de Vigilância de Têxteis, entre outros.

A OMC sucedeu o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que foi um instrumento estabelecido em bases jurídicas provisórias, mas que permaneceu em vigor de 1947 a 1995. Os países signatários reuniam-se, como Partes Contratantes do Acordo, para a condução dos trabalhos relacionados às rodadas de negociação, ao acompanhamento da implementação dos compromissos assumidos em matéria de política comercial e ao mecanismo de solução de controvérsias. Dedicava-se o GATT, sobretudo, ao tratamento de questões multilaterais, plurilaterais ou bilaterais referentes ao comércio de bens, e privilegiava a solução dos contenciosos e a eliminação das barreiras ao comércio por meio da negociação entre as partes contratantes.

Como resultado das rodadas de negociação na esfera do GATT, um grande número de países de maior expressão no comércio internacional reduziu e consolidou a ampla maioria de suas tarifas para produtos industrializados, o que contribuiu para dar maior previsibilidade, estabilidade, segurança e impulso ao crescimento do comércio desses produtos nos últimos cinquenta anos. A participação dos países em desenvolvimento orientou-se, via de regra, pelo princípio da reciprocidade relativa, sobretudo em matéria de concessões tarifárias. Se, por um lado, esse princípio permitiu aos países em desenvolvimento consolidar menos do que o universo total de tarifas de importação, a não-reciprocidade limitou, por outro, o poder de barganha daqueles para obter dos países desenvolvidos concessões expressivas em produtos de seu maior interesse exportador (têxteis, produtos tropicais, siderúrgicos, calçados, etc.).

Na área agrícola, igualmente, os resultados foram menos expressivos, na medida em que as principais potências comerciais do mundo desenvolvido (EUA, União Européia e

Japão) levantaram obstáculos à negociação de um processo mais significativo de redução da proteção e dos subsídios concedidos à agricultura.

O GATT 1947 estipulara disciplinas gerais para temas como subsídios e medidas compensatórias, antidumping e métodos de valoração aduaneira. Na Rodada Tóquio (1973-1979), essas disciplinas foram aprofundadas na forma de Códigos Plurilaterais.

Na Rodada Uruguai, lançada em 1986, as Partes Contratantes do GATT concordaram com a expansão da cobertura do esforço negociador, de modo a contemplar novos temas tais como o comércio de serviços, direitos de propriedade intelectual e medidas de investimentos, além de tornar multilaterais as disciplinas dos Códigos da Rodada Tóquio. A Rodada Uruguai, concluída em 1994, resultou na assinatura da Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT (Ata de Marraqueche) e do Tratado Constitutivo da OMC (Tratado de Marraqueche), aos quais foram incorporados, na forma de Anexos, acordos multilaterais referentes ao comércio de bens, ao comércio de serviços, a aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual, à solução de controvérsias e ao mecanismo de revisão de políticas comerciais.

Na área de bens, foram firmados acordos em matérias como: agricultura, antidumping, subsídios e medidas compensatórias, salvaguardas, barreiras técnicas, licenças de importação e regras de origem, entre outros, além da incorporação de amplas listas de concessões tarifárias e do próprio GATT, na forma atualizada do GATT 1994. Na área de serviços, o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) consagrou disciplinas gerais (como o princípio da nação mais favorecida, aplicável ao comércio de bens desde 1947) e compromissos específicos de acesso a mercados e tratamento nacional. No que tange ao tratamento da propriedade intelectual, o Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS) fixou padrões mínimos de proteção a serem conferidos pelos Membros da OMC a certas modalidades de propriedade intelectual, como direitos de autor, marcas, patentes e indicações geográficas. Além disso, o Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC) aperfeiçoou o mecanismo de solução

de controvérsias vigente à época do GATT, entre outros aspectos, ao constituir o Órgão de Apelação (OA) e ao determinar a adoção “quase automática” dos relatórios de painéis e do OA, por meio da regra do consenso negativo. Por fim, o Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais fornece o marco para importante exercício de transparência que permite o intercâmbio de visões dos Membros quanto às práticas dos seus parceiros comerciais.

Participação do Brasil na OMC:

O Brasil fez parte do primeiro grupo de vinte e três países signatários do GATT 1947 e também foi membro fundador da OMC. Apesar do peso ainda relativamente modesto do País no comércio internacional, sua atuação vem ganhando crescente destaque desde os anos do GATT, tendo muitas vezes o levado a assumir posições de liderança entre os países em desenvolvimento. Nesse contexto, é cada vez vista com maior naturalidade a participação do Brasil em processos de consulta e negociação conduzidos, em suas fases cruciais, por grupos reduzidos de membros.

A experiência brasileira tem sido reconhecida também pela escolha de seus representantes para o desempenho, ao longo da vigência do dois organismos, de funções como presidências de grupos negociadores e comitês, a presidência do Conselho de Representantes do GATT e do Conselho Geral da OMC, do Conselho de Serviços, do Comitê de Comércio e Desenvolvimento, do Órgão de Solução de Controvérsias.

Os principais objetivos do Brasil na OMC são: (i) assegurar crescente abertura dos mercados internacionais para bens e serviços brasileiros; (ii) propugnar pelo contínuo aprimoramento das regras do comércio internacional, inclusive para buscar dispositivos que atendam às necessidades próprias dos países em desenvolvimento (seja por meio de maior flexibilidade na aplicação de determinadas regras e na forma como se processa a abertura comercial, seja na eliminação de assimetrias prejudiciais a esses países); (iii) fortalecer o sistema multilateral de comércio, inclusive o Mecanismo de Solução de Controvérsias, a fim de coibir o uso de medidas unilaterais que possam atingir os interesses brasileiros.

Atuação do Brasil no Mecanismo de Solução de Controvérsias

Desde a entrada em vigor do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, o Brasil tomou parte, como demandante, demandado ou terceira parte, em 86 dos 373 contenciosos iniciados na OMC, atrás apenas de Estados Unidos, União Européia (UE) e Canadá. É o país em desenvolvimento presente no maior número de disputas na Organização.

Quando interesses comerciais brasileiros são afetados por medidas adotadas por outros Membros da OMC, o Brasil não tem hesitado em recorrer ao sistema se essas medidas desrespeitam as regras multilaterais de comércio. Esse esforço resultou em ganhos significativos em contenciosos que envolveram setores exportadores brasileiros dinâmicos, como o aeronáutico (Embraer X Bombardier); o siderúrgico (Emenda Byrd e salvaguardas americanas sobre certos produtos siderúrgicos); o de algodão (subsídios americanos à cotonicultura); o de açúcar (subsídios à exportação concedidos pela UE); o de frango (reclassificação tarifária feita pela UE); o de suco de laranja (taxa de equalização americana); e o de bananas (arbitragem sobre regime de tarifa única europeu), entre outros. A evidência mostra, portanto, que a política externa brasileira tem elegido o sistema de solução de controvérsias da OMC como um pilar importante de sua ação na área comercial, de forma coerente com sua tradição de privilegiar a solução pacífica de controvérsias e o multilateralismo.

No outro sentido, o sistema fornece uma via para que o País defenda, em bases técnicas, medidas contestadas por seus parceiros comerciais. Por fim, o Brasil tem-se valido amplamente da oportunidade de atuar na posição de terceira parte interessada em controvérsias envolvendo outros países. A participação como terceira parte pode decorrer tanto de um interesse comercial no tema em exame, quanto do interesse dito "sistêmico", ou seja, pela relevância do tema para o funcionamento do sistema multilateral de comércio. É uma participação que permite o acompanhamento da discussão legal e a manifestação de opinião sobre o caso em exame. Não é uma ação isenta de conseqüências políticas. Ao

contrário, ao envolver posicionamento sobre o tema e da interpretação e aplicação dos acordos da OMC pelos árbitros da controvérsia, implica em geral algum grau de apoio a uma das partes em disputa.

Conclui-se, portanto, que a ação do Brasil no mecanismo de solução de controvérsias da OMC pauta-se pela visão de que o sistema fornece um canal seguro para o equacionamento das disputas comerciais e ajuda a evitar, dessa forma, que desacordos transbordem as questões específicas e contaminem outros aspectos dos relacionamentos bilaterais. No entanto, o recurso ao sistema jamais deixa de ser um ato político. É, portanto, decisão que precisa ser tomada tendo em mente o contexto global do relacionamento bilateral, o tema de que se trata, e a conjuntura multilateral. É, portanto, mais do que um mero ato jurídico.

2.2. Estrutura

Conferência Ministerial e Conselho Geral

O órgão máximo da OMC é a Conferência Ministerial, que deve reunir-se, no mínimo, a cada dois anos. Entre essas reuniões, as funções da Conferência Ministerial são exercidas pelo Conselho Geral, que sob distintos termos de referência funciona também como Órgão de Revisão de Políticas Comerciais e Órgão de Solução de Controvérsias. Atualmente, o Conselho Geral é presidido pelo Embaixador Bruce Gosper, Representante Permanente da Austrália.

Ao Conselho Geral se reportam diretamente o Conselho de Bens, o Conselho de Serviços e o Conselho de Propriedade Intelectual, além de comitês temáticos voltados a temas como Comércio e Desenvolvimento, Comércio e Meio Ambiente, Acordos Regionais e Orçamento. Com o lançamento da Rodada Doha, foi instituído o Comitê de Negociações Comerciais (TNC), também sob o Conselho Geral. No âmbito do TNC, estão as Sessões

Especiais do Conselho de Serviços, do Conselho de Propriedade Intelectual, do Órgão de Solução de Controvérsias, do Comitê de Agricultura, do Subcomitê sobre Algodão, do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento e do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente, assim como os Grupos de Negociação sobre Acesso a Mercados, Regras e Facilitação de Comércio.

Conselho de Bens

O Conselho de Comércio de Bens da OMC visa a monitorar a implementação de compromissos comerciais pelos diversos membros. Entre suas instâncias subsidiárias, destacam-se o Comitê de Acesso a Mercados, o Comitê de Agricultura, o Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio e o Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. O Conselho de Bens é presidido atualmente pela Embaixadora Karen Tan, de Cingapura.

Conselho de Serviços

O Conselho do Comércio de Serviços da OMC se reúne, em média, cinco vezes ao ano, para avaliar o cumprimento pelos membros de seus compromissos de acesso a mercados assumidos no âmbito do GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços), bem como questões relativas à regulamentação doméstica e transparência de regras nacionais para as atividades financeiras, de transportes, energia, telecomunicações e serviços profissionais. O Conselho de Serviços é presidido atualmente pelo Embaixador Trevor Clarke, de Barbados.

Conselho de TRIPS

É o órgão que trata dos temas relacionados ao Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS). As discussões de maior

relevância para o Brasil no Conselho dizem respeito a TRIPS e saúde pública e TRIPS e Convenção da Diversidade Biológica, além das negociações relativas à ampliação da proteção às indicações geográficas. O Conselho de TRIPS é presidido atualmente pela Embaixadora Gail Marie Mathurin, da Jamaica.

Órgão de Revisão de Políticas Comerciais

O Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais da OMC permite o exame periódico do quadro jurídico e das práticas dos Estados membros em matéria de política comercial. A periodicidade das revisões é definida pela participação de cada membro nos fluxos internacionais de comércio. O exercício toma por base, de um lado, relatório preparado pelo Governo do membro sob exame, na forma de uma declaração política, e, de outro lado, relatório produzido pelo Secretariado, de teor analítico e crítico. A par dos elementos de informação disponíveis, representantes dos demais membros da OMC dirigem perguntas – seja por escrito, com antecedência de alguns dias, seja oralmente, no momento da reunião – ao membro examinado, para que este exponha seus pontos de vista sobre os temas levantados. Este ano, o Brasil é objeto do processo da revisão. A última oportunidade em que a política comercial do País havia sido analisada pelo Órgão foi em dezembro de 2004. O Órgão de Revisão de Políticas Comerciais é presidido atualmente pelo Embaixador Yonov Frederick Agah, da Nigéria.

Órgão de Solução de Controvérsias

Considerado por muitos especialistas como um dos resultados mais significativos da Rodada Uruguai de negociações comerciais (1986-1994), o sistema de solução de controvérsias da OMC diferencia-se do mecanismo vigente no âmbito do GATT em vários aspectos. Dentre esses, talvez o mais importante seja o modo de aprovação dos relatórios dos painéis, que contém recomendações para a solução dos contenciosos. O GATT exigia o consenso dos Membros para aprovar os relatórios, o que permitia à parte derrotada bloquear

a aprovação. Já na OMC, relatórios de painéis só não serão aprovados pelo Órgão de Solução de Controvérsias, no qual todos os Membros estão representados, caso ocorra o chamado “consenso negativo”: todos os Membros, inclusive o ganhador da disputa, decidem pela não adoção do relatório.

À diferença do mecanismo de solução de controvérsias do GATT, o sistema da OMC é dotado de um Órgão de Apelação, uma espécie de instância revisora, com a função de verificar, a pedido de qualquer parte em disputa, os fundamentos legais do relatório do painel e de suas conclusões.

O objetivo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC é reforçar a observância das normas comerciais multilaterais e a adoção de práticas compatíveis com os acordos negociados. Não há o propósito de punir membros pela adoção de práticas consideradas inconsistentes com as regras da OMC. O sistema permite, a qualquer momento, a solução do conflito por meio de um acordo entre as partes em contenda.

Caso um relatório de painel aprovado pelo OSC conclua pela inconformidade da prática de um Membro com as regras da OMC, a parte afetada deve modificar aquela prática, de modo a recompor o equilíbrio entre direitos e obrigações, um dos fundamentos do sistema multilateral de comércio. Apenas em caso de recusa por parte do Membro derrotado em recompor tal equilíbrio é que a OMC poderá autorizar retaliações.

O Brasil, como um dos Membros que mais atuam em contenciosos na OMC, considera que o Mecanismo de Solução de Controvérsias tem dado resposta satisfatória às necessidades do sistema multilateral de comércio e, portanto, que o seu fortalecimento corresponde ao interesse nacional do País. O Órgão de Solução de Controvérsias é presidido atualmente pelo Embaixador Mario Matus, do Chile.

2.3 Membros e Observadores

Membros

Albânia	Colômbia
Angola	Congo
Antígua e Barbuda	Costa Rica
Argentina	Costa do Marfim
Armênia	Croácia
Austrália	Cuba
Áustria	Chipre
Reino do Bareine	República Tcheca
Bangladesh	República Democrática do Congo
Barbados	Dinamarca
Bélgica	Djibouti
Belize	Dominica
Benin	República Dominicana
Bolívia	Equador
Botsuana	Egito
Brasil	El Salvador
Brunei Darussalam	Estônia
Bulgária	Comunidades Européias
Burkina Faso	Fiji
Burundi	Finlândia
Camboja	França
Camarões	Gabão
Canadá	Gâmbia
República Centro-Africana	Geórgia
Chade	Alemanha
Chile	Gana
China	Grécia

Granada	Mali
Guatemala	Malta
Guiné	Mauritânia
Guiné Bissau	Ilhas Maurício
Guiana	México
Haiti	Moldávia
Honduras	Mongólia
Hong Kong, China	Marrocos
Hungria	Moçambique
Islândia	Myanmar
Índia	Namíbia
Indonésia	Nepal
Irlanda	Holanda
Israel	Nova Zelândia
Itália	Nicarágua
Jamaica	Niger
Japão	Nigéria
Reino Hashemita da Jordânia	Noruega
Quênia	Omã
Kuaite	Paquistão
República Quirguiz	Panamá
Letônia	Papua Nova Guiné
Lesoto	Paraguai
Liechtenstein	Peru
Lituânia	Filipinas
Luxemburgo	Polônia
Macau, China	Portugal
Madagascar	Catar
Malawi	República da Coreia
Malásia	Romênia
Maldivas	Ruanda

São Kitts e Nevis	República Árabe da Síria
Santa Lúcia	Tailândia
São Vicente e Granadinas	Ex-República Iugoslava da Macedônia
Arábia Saudita	Togo
Senegal	Tonga
Serra Leoa	Trinidad e Tobago
Singapura	Tunísia
Eslováquia	Turquia
Eslovênia	Uganda
Ilhas Salomão	Emirados Árabes Unidos
África do Sul	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
Espanha	Estados Unidos da América
Sri Lanka	Uruguai
Suriname	Venezuela
Suazilândia	Vietnã
Suécia	Zâmbia
Suíça	Zimbábue
Taipé Chinês	

Observadores

Afeganistão	Guiné Equatorial
Argélia	Etiópia
Andorra	Santa Sé
Azerbaijão	Irã (República Islâmica do)
Bahamas	Iraque
Bielorússia	Cazaquistão
Butão	República Popular Democrática do Laos
Bósnia-Herzegovina	Líbano
Cabo Verde	Libéria
Comores	Líbia

Montenegro

Federação Russa

Samoa

São Tomé e Príncipe

Sérvia

Ilhas Seychelles

Sudão

República do Tajiquistão

Ucrânia

Uzbequistão

Vanuatu

Iêmen

2.4 Rodada Doha

Em novembro 2001, em Doha, Catar, por ocasião da IV Conferência Ministerial da OMC, foi lançada nova rodada de negociações multilaterais, a Rodada Doha. As negociações, iniciadas em janeiro de 2002, abrangem as seguintes áreas: comércio de produtos agrícolas; comércio de produtos não-agrícolas; regras de defesa comercial (*anti-dumping*, subsídios e outras); comércio de serviços; regras sobre tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento; dispositivos de propriedade intelectual (inclusive relação entre patentes de medicamentos e saúde pública, além da proteção de conhecimentos tradicionais e recursos genéticos); e facilitação de comércio (procedimentos de administração aduaneira).

As negociações da Rodada Doha são conduzidas em diferentes instâncias negociadoras, mediante reuniões formais e informais entre todos os países ou entre grupos de países, ao longo de todo o ano. O acompanhamento do conjunto das negociações fica a cargo de reuniões periódicas do Comitê de Negociações Comerciais, encarregado especificamente de supervisionar o processo negociador, com a participação, em alguns casos, de Altos Funcionários das capitais, bem como de reuniões informais entre Ministros dos países de maior peso (inclusive Brasil), além das Conferências Ministeriais, instância deliberativa maior da Organização.

Áreas de negociação da Rodada e interesses brasileiros

As negociações comerciais da Rodada Doha estão mandatadas nos seguintes termos:

1) **Agricultura:** As modalidades negociadoras devem respeitar as seguintes diretrizes: (i) redução dos programas de apoio doméstico, de forma que as políticas mais distorcivas de comércio tenham maior redução em seus recursos financeiros; (ii) a eliminação dos subsídios à exportação, definida na Conferência Ministerial de Hong Kong para o ano de 2013; (iii) adoção de fórmula de redução tarifária que resulte em cortes maiores sobre as tarifas mais altas. Ademais, devem ser definidos critérios para escolha de “produtos sensíveis”, que poderão ser tratados com maior flexibilidade nos compromissos de acesso a mercados, e “produtos especiais”, aplicados a países em desenvolvimento, que, com base em critérios de segurança alimentar e de desenvolvimento rural, seriam objeto de flexibilidades adicionais, inclusive recurso a Mecanismo de Salvaguardas Especiais (SSMs), a ser definido.

2) **Acesso a mercados para produtos não-agrícolas:** o Grupo Negociador trabalha na definição de fórmula para redução tarifária, no tratamento a ser dado às tarifas ainda não consolidadas e nas margens de flexibilidade para PEDs. O Brasil e outros PEDs (como Índia e Argentina) propugnam por uma fórmula que ataque escaladas e picos tarifários, sobretudo em produtos em que os PEDs são mais competitivos (em geral, produtos de mão-de-obra intensiva, como têxteis, calçados e bens semi-manufaturados), e buscam garantir margem de defesa para seus setores industriais mais sensíveis.

3) **Comércio de serviços:** A atuação brasileira tem-se dado em várias frentes: (i) apresentação de ofertas de compromissos específicos (oferta de consolidação do quadro normativo em setores de prestação de serviços); (ii) discussão sobre regras (regulamentação doméstica, subsídios em serviços, salvaguardas no comércio de serviços); e (iii)

apresentação de propostas específicas para encaminhamento de certos temas – muitas vezes em conjunto com outros países, como por exemplo no setor postal e de turismo. O Brasil considera que o conjunto das negociações de serviços não deve restringir o espaço dos países em desenvolvimento para definirem e implementarem políticas públicas. Assim, as ofertas brasileiras não incluem setores considerados de serviços públicos, como educação e saúde. Nos setores incluídos nas ofertas (serviços financeiros, telecomunicações, transportes, etc.), os compromissos assumidos apenas consolidam o quadro normativo vigente, não implicando perda de espaço regulatório nacional. O País busca benefícios nas negociações de serviços mediante compromissos dos países desenvolvidos de maior acesso a profissionais individuais em várias áreas (informática, engenharia, etc.), bem como em alguns setores específicos em que o país tem empresas competitivas no exterior, como, por exemplo, construção civil.

4) Regras de defesa comercial: o Grupo Negociador continua trabalhando no esclarecimento de aspectos dos acordos de anti-dumping e subsídios. O Brasil busca dar maior transparência e disciplinar melhor as regras de investigação e aplicação de compensações em casos de *dumping*, com vistas a coibir abusos. Em subsídios, o país advoga a obtenção de flexibilidades para implementação de medidas de política industrial.

5) Facilitação de Comércio: as negociações procuram identificar e propor medidas para modernizar a administração aduaneira e agilizar procedimentos alfandegários, com ênfase na cooperação e assistência técnica aos PEDs. O Brasil tem posição confortável nas discussões, face aos avanços na modernização de sua aduana.

Estado atual e perspectivas das negociações

O Brasil tem tido atuação destacada nas negociações da Rodada na defesa de seus interesses comerciais. Pouco antes da reunião ministerial da OMC em Cancún, em 2003, e como forma de melhor defender seus objetivos de liberalização e de eliminação das distorções do comércio agrícola internacional, o País protagonizou a criação do G-20,

grupo que reúne países em desenvolvimento, tanto exportadores agrícolas (Argentina, Chile, África do Sul) quanto outros que se caracterizam por possuírem grande população rural e manifestarem preocupações quanto a segurança alimentar (China, Índia, Egito). O G-20 tem, desde então, sido responsável por um melhor nível de articulação dos países em desenvolvimento e por imprimir ao processo negociador maior abrangência, com participação mais substantiva daqueles países.

Ao longo das próximas semanas, deverá ter início, em Genebra, processo de discussão conjunta dos temas relacionados a agricultura e a NAMA, no âmbito da Rodada Doha. Trata-se do chamado “processo horizontal”. Os Presidentes dos Grupos Negociadores de Agricultura e de NAMA deverão apresentar, em breve, a segunda revisão dos documentos de negociação nas respectivas áreas, os quais servirão como base para o processo horizontal.

Acesso a Mercados em Bens Não-Agrícolas (NAMA)

O foco das discussões, em NAMA, vem recaindo, nos últimos meses, sobre a parte relativa a flexibilidades para os países em desenvolvimento que aplicam a fórmula. Flexibilidades dizem respeito às linhas tarifárias que poderão sofrer cortes menores que o corte geral. Os membros estão analisando maneiras para se combinar flexibilidades e coeficientes, de modo a que se obtenham resultados que permitam um acordo sobre modalidades.

Posição do Brasil:

O Brasil está totalmente engajado no processo negociador em Genebra, com o propósito de acordar modalidades, em agricultura e NAMA, nas próximas semanas. O Mercosul necessita de maior flexibilidade para incluir um maior número de linhas tarifárias

como produtos sensíveis em NAMA, dada a necessidade de acomodar as preocupações dos quatro países do bloco e de preservar a Tarifa Externa Comum do Mercosul. O Brasil está trabalhando com diversos outros Membros no sentido de buscar combinações de números relativos a coeficientes e flexibilidades que permitam a conclusão das negociações.

Serviços

As negociações em serviços no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) vinham obedecendo ao cronograma previamente estabelecido até a suspensão da Rodada Doha, em julho de 2006, quando os Membros se preparavam para a entrega da segunda oferta revista, com o objetivo de ampliar e aprofundar os respectivos compromissos em serviços. Os esforços negociadores em curso apresentam indícios positivos de que as negociações da Rodada sejam desbloqueadas, nas próximas semanas, a partir de entendimento em torno das modalidades negociadoras para agricultura e bens industriais. Tal conjuntura permitiria objetivar a conclusão da Rodada ainda no corrente ano. A se confirmar tal cenário, deverá ser estabelecida data para a apresentação das segundas ofertas revistas de acesso a mercados em serviços.

Posição do Brasil:

O Brasil entende que as negociações de serviços podem desempenhar papel na consecução de resultado equilibrado da Rodada e tem sido construtivo, com indicações claras de possibilidades de melhorias na sua oferta. O grau de ambição desta está condicionado ao avanço em áreas de interesse brasileiro, particularmente a agricultura. O Brasil, contudo, não é grande demandante na área de serviços, tendo em conta o interesse exportador ainda relativamente modesto do setor privado nacional.

De forma mais específica, os principais demandantes têm aventado a possibilidade de realização de uma “conferência de sinalização” em serviços por ocasião da negociação ministerial de modalidades em agricultura e bens industriais, como forma de dar indicações que assegurem o equilíbrio geral da Rodada. O Brasil tem demonstrado abertura à consideração de evento dessa natureza.

Agricultura

O Brasil mantém-se altamente comprometido e empenhado com o sucesso das negociações agrícolas da Rodada. Em Genebra, as negociações continuam em ritmo intenso, embora não sem apresentar dificuldades substantivas. Os três pilares do processo negociador (subsídios à exportação, apoio interno e acesso a mercados) apresentam desafios, mas tem sido registrado avanço significativo nos últimos meses, resultante da aproximação de posições entre os atores-chave na negociação, inclusive o Brasil.

No pilar dos subsídios à exportação, conquanto tenha sido estipulado o ano de 2013 como prazo para a sua eliminação pelos países desenvolvidos, persistem diferenças de visão entre alguns delegação quanto a aspectos normativos e ao tratamento a ser dado aos subsídios à exportação praticados por países em desenvolvimento. No pilar de apoio interno, as discussões giram em torno da definição dos tetos para o volume total de apoio doméstico, assim como da própria caracterização dos várias modalidades de subsídio de apoio interno. Por fim, no pilar de acesso a mercados, verifica-se intenso debate sobre os termos dos cortes a serem feitos nas tarifas e quotas tarifárias, em especial no que se refere às disciplinas a serem aplicadas aos chamados “produtos sensíveis” e “produtos especiais”.

Posição do Brasil:

O Brasil e o G-20 buscam assegurar uma ampla liberalização do comércio agrícola, com significativa ampliação de acesso a mercados associada à manutenção de flexibilidades para os países em desenvolvimento poderem implementar políticas de desenvolvimento rural e segurança alimentar. Além de defender a redução de barreiras tarifárias e a eliminação dos subsídios à exportação praticados pelos países desenvolvidos, o Brasil pleiteia a definição de cortes efetivos no volume de subsídios de apoio interno concedidos pelos Governos desses países a seus agricultores.

3. OMPI - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

3.1 Histórico e Estrutura

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI tem origem nos Escritórios Internacionais Unidos para a Proteção da Propriedade Intelectual (BIRPI), estabelecidos em 1893 mediante fusão dos Escritórios Internacionais criados pela Convenção de Paris sobre Propriedade Industrial e a Convenção de Berna sobre Obras Artísticas e Literárias.

Em 1967 foi celebrada Convenção internacional pela qual foi estabelecida a OMPI, com sede em Genebra. Em 1974, a OMPI tornou-se agência especializada das Nações Unidas, com mandato para administrar acordos sobre propriedade intelectual. O Brasil aderiu à Convenção de estabelecimento da OMPI em 1975.

A OMPI conta com 182 países membros e administra 23 tratados internacionais sobre propriedade intelectual (15 sobre propriedade industrial e 7 sobre direitos autorais, além do próprio Convênio que estabelece a OMPI). Desses acordos, 11 estão em vigor no Brasil, com destaque para a Convenção de Paris sobre Propriedade Industrial, a Convenção

de Berna sobre Obras Artísticas e Literárias, a Convenção de Roma para a Proteção dos Artistas-Intérpretes, Produtores de Fonogramas e Organizações de Radiodifusão, a Convenção da União para a Proteção das Obtenções Vegetais e o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT).

Os principais órgãos decisórios da OMPI são a Assembléia-Geral e as conferências diplomáticas para adoção de novos tratados. Diferentes comitês técnicos trabalham regularmente matérias relacionadas à propriedade intelectual, tais como, o Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore; o Comitê Permanente de Patentes; o Comitê Permanente da OMPI de Cooperação para o Desenvolvimento; e o Comitê Permanente de Marcas, Desenho Industrial e Indicação Geográfica. A OMPI mantém uma academia internacional de propriedade intelectual e um sistema de arbitragem relativo aos nomes de domínio na internet.

Em 1996, foi firmado acordo de cooperação entre a OMPI e a Organização Mundial de Comércio, relativo à aplicação do Acordo sobre os Aspectos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio, da OMC. O acordo de cooperação prevê, entre outros, a assistência técnico-jurídica e a cooperação técnica em favor dos países em desenvolvimento.

Quanto às iniciativas brasileiras de maior relevância naquela Organização, cabe destacar o lançamento, na Assembléia-Geral da OMPI de 2004 (27/9 a 5/10/04), da chamada "Agenda para o Desenvolvimento", que tem por objetivo introduzir a dimensão do desenvolvimento em todos os trabalhos da Organização. A proposta brasileira tem o copatrocínio da Argentina e 12 outros países em desenvolvimento. Vale destacar, também, a candidatura do brasileiro José Graça Aranha ao cargo de Diretor-Geral da Organização, que conta com importantes apoios.

3.2 Agenda para o Desenvolvimento

Até pouco tempo, a agenda internacional da propriedade intelectual não refletia adequadamente as preocupações com o desenvolvimento. Na OMC, a Declaração Ministerial sobre TRIPS e Saúde Pública, adotada na IV Sessão da Conferência Ministerial, em Doha, em novembro de 2001, pode ser considerada um marco que significou tomada de consciência mundial sobre possíveis efeitos negativos da propriedade intelectual, caso não sejam preservados o equilíbrio de interesses e as flexibilidades existentes. Cabe recordar que a preocupação com o desenvolvimento está inscrita igualmente na agenda mais ampla da Organização Mundial do Comércio. As negociações abrangentes em curso ocorrem no contexto da chamada Rodada do Desenvolvimento, lançada igualmente em Doha, em 2001. Na OMPI, foi lançada em 2004, na XXXI Assembléia Geral daquela Organização, a “Agenda para o desenvolvimento na OMPI”, co-patrocinada por Brasil, Argentina, África do Sul, Bolívia, Cuba, Egito, Equador, Irã, Peru, Quênia, República Dominicana, Serra Leoa, Tanzânia, Venezuela e Uruguai – o chamado grupo de países “Amigos do desenvolvimento”.

Trata-se de iniciativa voltada a preservar e a explorar espaços para a elaboração de políticas de interesse público em matéria de propriedade intelectual que, entretanto, não exclui outras iniciativas de países em desenvolvimento nos foros internacionais pertinentes. Outros países que não co-patrocinam formalmente a iniciativa a têm apoiado, como é o caso da Índia. Cumpre lembrar que, no caso do Brasil, a “Agenda para o desenvolvimento” resulta não apenas da atuação conjunta com os demais quatorze países que a co-patrocinam, mas sobretudo da estreita coordenação dos diferentes órgãos do governo brasileiro, no âmbito do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual.

O propósito da “Agenda para o desenvolvimento” é discutir na OMPI as preocupações apontadas anteriormente quanto aos efeitos da propriedade intelectual sobre o desenvolvimento. Busca equilibrar a pauta de trabalhos da Organização, que após o Acordo TRIPS dedicava-se principalmente à discussão de propostas de ampliação dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI), particularmente nas agendas digital e de patentes. Não

havendo evidências de que o fortalecimento dos DPI contribua por si só para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social, parece legítimo que uma das principais organizações internacionais que se ocupa da matéria, a OMPI, também passasse a levar em conta a dimensão do desenvolvimento nos seus trabalhos. Ademais, a “Agenda para o desenvolvimento” busca preservar as flexibilidades de interesse público, importantes para diversas políticas públicas levadas a efeito em diferentes países.

A iniciativa reflete as preocupações quanto à necessidade de garantir que a propriedade intelectual seja um instrumento para o desenvolvimento e não uma finalidade em si mesma, que, se perseguida de maneira inadequada, poderia comprometer as alternativas de desenvolvimento. Conforme as propostas originais dos co-patrocinadores, a “Agenda para o desenvolvimento” deve ter caráter horizontal, isto é, envolver todos os órgãos subsidiários daquela Organização, e as proposições concretas podem ser agrupadas em quatro áreas temáticas:

Mandato e governança na OMPI: Considerando-se que a OMPI pertence ao sistema das Nações Unidas, as discussões em curso na Organização devem igualmente pautar-se pela implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio concernentes à propriedade intelectual. Ademais, a “Agenda para o desenvolvimento” propugna que seja possível ampliar a participação de organizações da sociedade civil nas discussões da OMPI, tradicionalmente acompanhadas, predominantemente, por associações especializadas em propriedade intelectual.

Atividades Normativas: Há preocupação quanto ao funcionamento do atual sistema de propriedade intelectual como indutor do desenvolvimento, bem como quanto aos efeitos que a proteção ampliada à propriedade intelectual poderia ter sobre políticas nacionais de desenvolvimento. Nesse contexto, a “Agenda para o desenvolvimento” propõe que a negociação de novos tratados na OMPI seja precedida de ampla discussão, além de ser fundamentada em dados objetivos que avaliem o impacto de novas normas de PI sobre o desenvolvimento. Futuras normas de propriedade intelectual deverão sempre assegurar

salvaguardas que permitam a adoção de políticas de desenvolvimento condizentes com as necessidades nacionais.

Cooperação técnica: A “Agenda para o desenvolvimento” propõe que a atividade de cooperação técnica da OMPI seja estruturada em planos plurianuais voltados para as demandas e interesses dos países membros (“member driven”).

Transferência de tecnologia e práticas anticompetitivas: A “Agenda para o desenvolvimento” contempla medidas voltadas a, por exemplo, (a) propiciar que os PED estejam capacitados a absorver tecnologias estrangeiras – o que passa, entre outros, pela capacitação para utilizar efetivamente a informação contida em pedidos de patentes; (b) considerar mecanismos com vistas a facilitar o acesso a conhecimento produzido com financiamento público; (c) fomentar a discussão sobre práticas anticompetitivas que criam dificuldades à transferência de tecnologia para países em desenvolvimento.

Após a apresentação da “Agenda”, na Assembléia Geral de 2004, as discussões prosseguiram em 2005 no âmbito das chamadas Reuniões Inter-sessionais da própria Assembléia Geral da OMPI. Foi criado Comitê Provisório para trabalhar o assunto ao longo de 2006, de onde resultou conjunto de 111 propostas apresentadas por diversos membros da Organização, não apenas os “Amigos do desenvolvimento”, mas também por países como Bareine, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Grupo Africano, México, Reino Unido, etc. Em 2007, o Comitê Provisório da “Agenda para o desenvolvimento” trabalhou sobre as 111 propostas citadas, com vistas a elevar à consideração da Assembléia Geral da OMPI recomendações sobre incorporação da “Agenda”. Entre as 111 propostas submetidas ao comitê provisório da “Agenda”, 45 foram aprovadas pela Assembléia Geral em 2007.

4. UNCTAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

4.1 Histórico e Estrutura

A UNCTAD foi instituída como organismo pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1964, após a conclusão da I Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD*), para institucionalizar o mecanismo de deliberação posto em marcha com aquela reunião. Trata-se do ponto focal das Nações Unidas para o tratamento integrado das questões de comércio e desenvolvimento econômico, além de temas conexos relativos a finanças, tecnologia, investimentos e promoção comercial. Com atuação voltada principalmente para os países em desenvolvimento, a UNCTAD desempenha três funções principais: (i) **atividades analíticas**, mediante elaboração de estudos, formação de base de dados, divulgação de estatísticas; (ii) **formação de consenso**, mediante realização de reuniões entre os membros, para emanar declarações e recomendações; e (iii) **capacitação técnica**, mediante o desenvolvimento de diversos programas de prestação de cooperação técnica e institucional. A Conferência tem como membros todos os países que integram o Sistema das Nações Unidas (192 países).

O mecanismo intergovernamental da UNCTAD, responsável pela deliberação política entre os membros, compreende, além das Sessões da Conferência, realizadas a cada quatro anos, as seguintes instâncias: (a) **Junta de Comércio e Desenvolvimento**: órgão permanente da Conferência para desempenhar suas funções no período entre as sessões; (b) **três Comissões temáticas** (órgãos subsidiários da Junta, cujo objetivo é desempenhar trabalho político integrado em suas respectivas áreas de competência): a Comissão sobre o Comércio de Bens, Serviços e *Commodities*; a Comissão sobre Investimento, Tecnologia e Assuntos Financeiros Correlatos; e a Comissão sobre Empresas, Facilitação de Negócios e Desenvolvimento; (c) **reuniões de peritos**, cuja finalidade é reforçar a base técnica dos trabalhos da UNCTAD.

A UNCTAD desenvolve suas atividades no âmbito de cinco programas principais: (a) **“Globalização e Estratégias de Desenvolvimento”**: responsável pela elaboração de trabalhos e estudos econômicos; (b) **“Comércio Internacional e *Commodities*”**: para treinamento e capacitação de funcionários governamentais que trabalham com negociações comerciais e promoção de exportações; (c) **“Investimento, Tecnologia e Desenvolvimento Empresarial”**: publicação de estudos e análises sobre tendências na área de investimentos, além de cooperação em programas governamentais de atração de investimentos; (d) **“Países de Menor Desenvolvimento Relativo”**: programa de análise, pesquisa, cooperação técnica e capacitação com os 50 países mais pobres de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU); (e) **“Infra-estrutura de Serviços”**: realização de seminários e estudos sobre facilitação de comércio, bem como programas de cooperação com aduanas e serviços de transporte.

4.2 Papel da UNCTAD

A UNCTAD é o órgão dos Sistema das Nações Unidas que recebeu mandato específico para tratar da questão do desenvolvimento. Sua legitimidade para tal tarefa é confirmada pelo ampla participação de países desenvolvidos e em desenvolvimento nos quadros e no funcionamento da UNCTAD. Em vista disso, a expectativa do Brasil é a de que não apenas sejam mantidas, mas também reforçadas e desenvolvidas, em caráter integrado e holístico, as atividades referentes aos três pilares da Conferência, a saber, formação de consenso na máquina intergovernamental, cooperação técnica e, sobretudo, pesquisa e análise no tocante à questão do desenvolvimento.

O Brasil apoia as iniciativas para aperfeiçoar as atividades dos três pilares citados, com vistas a habilitar a UNCTAD a responder positivamente aos novos desafios da presente conjuntura, assim como a contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em especial, a redução pela metade dos índices de pobreza no mundo até 2015.

Nesse contexto, apoia a iniciativa de formação de rede de “think tanks” voltados para a questão do desenvolvimento no âmbito da UNCTAD. A parte brasileira propõe, ainda, que a Conferência intensifique a elaboração de recomendações inovadoras para orientar as relações intergovernamentais e as políticas domésticas dos diferentes países, com relação a problemas tradicionais e em vista das novas questões, entre as quais, a nova economia de “commodities”, a relação entre comércio e mudanças climáticas, migrações, segurança energética, políticas de inovação, ajuda ao comércio, e a nova geração de cooperação Sul-Sul.

A esse propósito, foi reiterada por ocasião da XII UNCTAD, realizada em abril de 2008 em Gana, a proposta brasileira relativa à “Ajuda ao Comércio”, de que as áreas de cooperação técnica e de análise e pesquisa trabalhem em conjunto para criar padrões que permitam mensurar e avaliar, de forma apropriada, a cooperação Sul-Sul, fenômeno de importância crescente na atual conjuntura e que não é contemplado pelos estudos e instrumentos que regem a cooperação no eixo Norte-Sul.

O Brasil tem defendido que a UNCTAD aprimore seu programa de trabalho, de maneira fiel à sua vocação original de foro para discussão, reflexão e construção de consensos sobre temas de desenvolvimento nas relações econômicas internacionais. Atribui o Brasil especial importância aos vínculos entre desenvolvimento e questões de comércio e investimentos internacionais, bem como ao requisito de coerência na definição de políticas econômicas. Nesse sentido, o Brasil tem interesse em que a UNCTAD esteja voltada para a reflexão sobre as transformações em curso na economia internacional, com ênfase em suas implicações para os países em desenvolvimento, mediante a realização de estudos e prestação de assessoria técnica conforme requisitado por seus membros. Entre as várias áreas temáticas de interesse em que a contribuição da UNCTAD seria relevante para o Brasil podem-se destacar os temas de negociação comercial, investimentos, financiamento ao desenvolvimento, políticas de concorrência, ciência e tecnologia, transportes, meio ambiente e produtos de base. Nessa linha, o Brasil tem interesse em estreitar ainda mais seu relacionamento com a UNCTAD e incrementar sua participação nas atividades da organização.

4.3 A XII UNCTAD

A XII UNCTAD foi realizada no Centro Internacional de Conferências de Acra, em Gana, de 20 a 25 de Abril de 2008. Na qualidade de Chefe de Estado e de Governo do país-sede da última Conferência, o Presidente Lula fez o discurso de abertura da XII UNCTAD. A XI UNCTAD, realizada em São Paulo, em 2004, foi marcada por importantes avanços. Em primeiro lugar, houve a consolidação dos três pilares da UNCTAD: pesquisa e análise sobre o desenvolvimento, construção de consenso e cooperação e assistência técnica. Além disso, solidificou-se o conceito de espaço para políticas nacionais (“policy space”), que captura a essência dos desafios que a interação entre políticas domésticas e compromissos internacionais impõe ao desenvolvimento. Por último, houve o lançamento da Terceira Rodada do SGPC, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento através da facilitação do comércio Sul-Sul.

A preparação para a XII UNCTAD incluiu extensa lista de eventos preliminares, iniciados com a Iniciativa Global para Commodities, realizada em Brasília em maio de 2007. Além desse evento, destacaram-se a Conferência sobre Biocombustíveis, realizada em dezembro de 2007, no Rio de Janeiro, e a Conferência sobre Ajuda para o Comércio: Perspectivas Globais e Regionais, em Bangcoc, em janeiro último.

Os trabalhos da XII Conferência tiveram como tema principal “Oportunidades e Desafios da Globalização para o Desenvolvimento”, analisado sob cinco subtemas: Investimentos, Cooperação Internacional (ODA), Comércio, “Commodities” e Migrações. Também foi objeto de discussão substantiva o tema “Comércio e Desenvolvimento para a África”. Esses tópicos são analisados em maior detalhe nas subseções abaixo.

Globalização

O Brasil compartilha a idéia de que é importante o analisar os desafios do processo de globalização, em particular no que se refere às desigualdades dele resultantes entre países e nos planos domésticos, em especial nos países com menor desenvolvimento relativo (LDCs). Nesse quadro, caberia promover a concepção de que é imprescindível que cada país elabore sua estratégia de desenvolvimento de forma a alcançar o crescimento econômico e o combate à pobreza.

Sugere-se que se explore o surgimento de pólos de crescimento nos países em desenvolvimento, seus efeitos no comércio internacional e na área de investimentos. Além disso, no plano externo, os países exportadores de “commodities” também devem estudar formas de maximizar os benefícios auferidos na presente conjuntura, em prol do desenvolvimento sustentado.

No geral, a parceria para o desenvolvimento deve ser fundamentada no equilíbrio entre a abertura de mercados, soberania nacional e quadro regulatório que garanta desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Na XII UNCTAD, a delegação brasileira assinalou que se deveria trabalhar para que a ocasião configurasse oportunidade para explorar formas de maximizar os benefícios - existentes e potenciais - do comércio e da cooperação no eixo Sul-Sul. Em particular, a reunião ministerial do SGPC deveria definir os elementos chave da rodada São Paulo de negociações. Defendeu, ainda, que deveriam ser reafirmados os compromissos de ajuda no eixo Norte-Sul, assim como discutidas formas de incrementar esta ajuda, por meio de estratégias diversas, a exemplo da triangulação na cooperação técnica.

Investimentos

Os investimentos externos diretos (FDI) e os investimentos domésticos têm caráter complementar. Nesse contexto, é fundamental que se formulem programas nacionais de

desenvolvimento que contemplem a inversão de recursos em áreas prioritárias e o quadro institucional e regulatório apropriado. Desta forma, cria-se ambiente propício para o crescimento econômico e para a atração de novos investimentos externos.

A propósito, na XII UNCTAD, o Governo brasileiro confirmou sua disposição de abrigar o Seminário proposto pela UNCTAD sobre “O papel dos investimento públicos no desenvolvimento”, a ocorrer no Rio de Janeiro em setembro próximo, por ocasião do lançamento do “World Investment Report 2008”, da UNCTAD.

Cooperação internacional (ODA)

Na XII UNCTAD, a delegação brasileira expressou preocupação diante da queda em 5% dos valores destinados à ajuda em 2006 com relação a 2005. Encareceu os países desenvolvidos a cumprir com os compromissos assumidos no Consenso de Monterrey (México, março de 2002) de fazer a ODA corresponder a 0,7% de seu Produto Interno Bruto e, em especial, de dobrar as somas destinadas à África até 2010, conforme acordado na Cúpula do G8 em Gleneagles (Reino Unido, junho de 2007).

Com relação à Declaração de Paris, foi reiterada a sugestão de que o tema da eficácia da ajuda seja objeto de avaliação pela UNCTAD, dado que o referido instrumento diz respeito apenas à cooperação no eixo Norte-Sul, não refletindo e não sendo aplicado à cooperação no eixo Sul-Sul.

No mesmo contexto, foi proposto que se estimulem os projetos de cooperação técnica para habilitar os países em desenvolvimento a formular suas demandas de acordo com suas necessidades de crescimento econômico e desenvolvimento. O Brasil sublinhou a disposição de realizar – ao lado da cooperação bilateral - também operações triangulares de cooperação. O País está particularmente bem-dotado para prestar a cooperação internacional, em razão de também enfrentar, no plano interno, os desafios do crescimento econômico e combate à desigualdade social.

Além disso, foi mencionado que o Brasil participa do esforço global destinado a mensurar e reavaliar os projetos de Ajuda ao Comércio e que, nesse contexto, como já o fez em várias oportunidades em 2007, permanece disposto a compartilhar suas experiências bem-sucedidas, a exemplo dos programas Exporta Fácil, FOCEM (Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL) e Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI).

Por fim, a delegação brasileira à XII UNCTAD assinalou a disposição do País de cooperar também quanto aos programas brasileiros destinados à inserção social, a exemplo dos Programas Bolsa Família, Universidade para Todos - ProUni, Pró-Equidade de Gênero, Saúde da Família e Luz para Todos. O Governo Brasileiro considera que a agenda social é intrínseca e complementar à agenda econômica.

Comércio

Partindo do exemplo do Continente africano, onde houve queda da participação das exportações nas cifras globais de 6% em 1980 para 2,7% em 2006, a delegação destacou a urgência de que a comunidade internacional facilite a integração dos países em desenvolvimento no sistema global de comércio. Para tal é imprescindível que ocorra a conclusão bem-sucedida da Rodada Doha, ou seja, com plena efetivação da dimensão de desenvolvimento que é central em seu mandato, e da Rodada São Paulo (Terceira Rodada de negociações do Sistema Geral de Preferências Comerciais).

Ademais, o Brasil encorajou medidas inovadoras para promover o desenvolvimento empresarial, aprimorar os níveis de industrialização e de desenvolvimento tecnológico, com vistas a aumentar a competitividade nos países em desenvolvimento. Por fim, a delegação brasileira ressaltou que os programas de “ajuda ao comércio” serão inócuos se não se contar com um entendimento global mais amplo sobre a liberalização do comércio e seu impacto no mundo em desenvolvimento.

“Commodities”

As “commodities” constituem a base da economia da maior parte dos países em desenvolvimento, estando, contudo, sujeitas à volatilidade dos preços de mercado. Em vista disso, a delegação brasileira defendeu iniciativas que visem a diversificar a produção nos países em desenvolvimento, incorporando produtos de maior valor agregado. Ressaltou a importância de que os programas nacionais de desenvolvimento busquem identificar formas de maximizar os ganhos de mercado recentes, resultantes da alta de preços. Ademais, sugeriu que o Setor de Análise e Pesquisa da UNCTAD desempenhe papel fundamental nesse sentido, inclusive em coordenação com a área de cooperação técnica.

A delegação também destacou as possibilidades de cooperação entre o Brasil e os países africanos no tocante à produção de biocombustíveis, a exemplo do etanol, iniciativa esta que viabilizaria associar a criação de empregos com a preocupação com as mudanças climáticas. No Brasil, a produção do etanol possibilitou o ingresso de mais de um milhão de pessoas no mercado de trabalho, de forma regular. Além disso, o uso do etanol combustível no País evitou a emissão de 644 milhões de toneladas de CO₂ nos últimos 30 anos, cifra que corresponde a quase o dobro da meta de redução de emissões da União Européia, entre 2008 e 2012, pelo Protocolo de Quioto.

Migrações

A partir da década de 90, registrou-se a intensificação sem precedentes dos movimentos migratórios. O tema é altamente relevante, em razão de seus aspectos socioeconômicos e políticos. A delegação brasileira ressaltou a urgência de que se concebam formas de maximizar os reflexos positivos desse fenômeno e minorar aqueles negativos, tanto para os países desenvolvidos e como para aqueles em desenvolvimento.

Além disso, foi reiterada proposta de coordenação entre a UNCTAD e o “Global Migration Group”, no Sistema das Nações Unidas, com vistas a responder a esse desafio, tornando-o elemento em favor do desenvolvimento. Foi sugerido que, em conjunto, as

instituições promovam debates com a participação (a) dos países receptores, para discutir formas de facilitar as remessas e o ingresso dos imigrantes nos mercados de trabalho, assim como (b) dos países de emigração, para conceber estímulos para o retorno dos profissionais qualificados e esquemas de aplicação produtiva dos recursos recebidos do exterior em consequência da emigração.

Comércio e Desenvolvimento para a África

O compromisso do Brasil com a África ocorre em contexto mais amplo, no qual pesam os laços históricos, as identidades cultural e étnica, assim como as parcerias econômicas e políticas entre o País e Continente. Em vista disso, esse relacionamento tem caráter prioritário e estratégico no contexto da política externa brasileira. Há clara compreensão do Governo sobre a importância do diálogo com os países africanos no atual contexto internacional e sobre a existência de grande potencial de parcerias com vários países e em várias áreas. O Brasil tem reafirmado que o desenvolvimento de relações estreitas com os parceiros africanos contribui para enriquecer e diversificar a inserção brasileira no sistema internacional e fomentar, ao mesmo tempo, certas alianças diplomáticas inovadoras e flexíveis entre os países em desenvolvimento. Nessas condições, a cooperação Sul-Sul representa valioso instrumento de reforço da mobilidade externa do Brasil, agregando-lhe valor e massa crítica em diferentes contextos pluri ou multilaterais, tal como se verifica, por exemplo, no âmbito da Rodada Doha. Da mesma forma, a realização das Cúpulas África – América do Sul (AFRAS) e América do Sul – Países Árabes (ASPA) traduzem a valorização de novos formatos de concertação político-diplomática, em que se evidencia o surgimento de novas coalizões de interesses e de novas possibilidades de articulação de forças em plano global.

Preocupam ao Brasil a queda persistente da participação da África nas exportações globais e as dificuldades de alcance das metas de redução da pobreza no Continente. É justamente no quadro de busca da superação da pobreza e de promoção da inclusão social ampla onde melhor se reflete o aspecto qualitativo singular da cooperação prestada pelo Brasil aos países africanos, por basear-se em realidade sócio-econômica muito próxima à

deles e em experiências particularmente relevantes em matéria de políticas públicas e programas de governo. Deve-se urgentemente facilitar a integração do Continente no Sistema Global de Comércio, onde o acesso preferencial dos PMDR a mercados deve ser sem quotas, tarifas, barreiras não-tarifárias, critérios de origem rígidos e medidas fitossanitárias excessivas e de difícil observação. Para tal, é imprescindível o êxito das negociações da Rodada Doha e da Rodada São Paulo.

No plano bilateral, o Brasil coopera com os países africanos em diferentes áreas e setores, muito embora o faça em escala de recursos ainda modesta, por comparação a outros atores presentes na África. Há, contudo, marcado interesse em seguir ampliando essa colaboração, em razão do enorme potencial que há de mercado (800 milhões de pessoas) e de parcerias com o Continente. Nossas economias são complementares, mas o Brasil apenas destina 7% de sua produção industrial ao Continente. As vendas de aviões, veículos e tratores indicam que há potencial a ser desenvolvido de venda de produtos com maior valor agregado. Nos últimos três anos, as importações e exportações cresceram em média 16%; em cinco anos, o comércio do Brasil com o Continente quadruplicou para US\$ 20 bilhões. Permanecem, contudo, problemas logísticos que devem ser resolvidos para possibilitar o aumento continuado das trocas.

Para desenvolver o comércio na região, o Brasil colabora sobretudo por meio da cooperação técnica bilateral e triangular, no âmbito dos projetos de cooperação Sul-Sul. Entre 1996 e 2006, 52% do total da colaboração prestada pelo Brasil destinou-se à África, somando cerca US\$ 11 milhões. Em 2007, havia 80 projetos em curso em vários países e em áreas diversas, como construção de infraestrutura de transportes, governança, apoio a pequenas e médias empresas, turismo e hotelaria, produção agrícola, vigilância sanitária, formação profissional, saúde, meio ambiente e educação, entre outras. Em esforço mais recente, procurou-se desenvolver vínculos estruturados com as organizações econômicas sub-regionais africanas, mediante a assinatura de acordos-quadro de cooperação (a título ilustrativo, destacam-se a cooperação em matéria de biocombustíveis com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano – UEMOA –, as negociações em curso com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC – e a perspectiva de

aprofundamento do diálogo com a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO), iniciativa que visa a valorizar um efeito multiplicador de projetos que são hoje realizados com um caráter mais ocasional e isolado, mas que facilmente podem passar a ser concebidos em maior escala e com dimensão regional estendida.

Ainda há, contudo, muito por ser feito em caráter complementar às negociações internacionais para viabilizar a participação crescente dos países africanos no comércio internacional. Nesse sentido, há a disposição brasileira de compartilhar sua experiência com projetos de sucesso de “ajuda ao comércio”, como aqueles já mencionados acima.

O comércio promove o crescimento econômico, mas este, sozinho, não garante o desenvolvimento e a redução da pobreza. Nesse contexto, a delegação brasileira à XII UNCTAD destacou a disposição de o Brasil também cooperar com os países africanos no tocante a programas destinados à inclusão social, como o Bolsa Família. Há exemplos eloqüentes das possibilidades de uma relação mutuamente benéfica em setores-chave do desenvolvimento social, como é o caso da próxima instalação de representação da FIOCRUZ em Maputo, onde essa instituição brasileira já vem trabalhando com o projeto de instalação de fábrica de medicamentos genéricos e anti-retrovirais e no fortalecimento de programa de mestrado em saúde pública.

A delegação lembrou, por fim, que a cooperação com a África é projeto desafiador, seu potencial é enorme e há a firme decisão do Governo brasileiro de explorá-lo, com sentido prioritário, tal como se demonstra no grande empenho pessoal do Senhor Presidente da República e no número expressivo de visitas que realizou ao continente. O Brasil entende o relacionamento com a África como espaço de trocas recíprocas, onde há uma dinâmica própria de vantagens para os dois lados, que não é em absoluto excludente dos demais parceiros internacionais do País.

5. GRUPO DOS 15

Criado em setembro de 1989, o Grupo dos Quinze (G-15) reúne anualmente os Chefes de Estado e/ou de Governo de alguns dos mais expressivos países em desenvolvimento. Os membros do Grupo são Argentina, Argélia, Brasil, Chile, Egito, Índia, Indonésia, Jamaica, Malásia, México, Nigéria, Peru, Senegal, Sri Lanka, Venezuela, Zimbábue e Quênia, além do Irã e Colômbia, que ingressaram após a realização da X Cúpula, realizada no Cairo, em junho de 2000. A presidência do Grupo é atualmente ocupada pelo Irã, que foi, assim, encarregado de organizar a próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo.

O G-15 conta com um Comitê Diretivo, composto por uma “troika” formada pelos Ministros das Relações Exteriores dos países anfitriões das Cúpulas anterior, presente e futura, a qual supervisiona e coordena os trabalhos do Grupo. Entre 1990 e 2006, foram realizadas treze Cúpulas do G-15: Kuala Lumpur, 1990; Caracas, em 1991; Dacar, 1992; Nova Delhi, 1994; Buenos Aires, em 1995; Harare, 1996; Kuala Lumpur, 1997; Cario, 1998; Montego Bay, em 1999; Cairo, 2000; Jacarta, 2001; Caracas, 2004; e Havana, 2006.

O G-15 apresenta duas vertentes de ação: (i) concertação para temas da agenda econômica internacional, atuando tanto com grupos como o G-77, como com o G-8; e (ii) cooperação Sul-Sul, funcionando como mecanismo de fortalecimento de cooperação técnica entre seus membros.

O grupo possui variada gama de projetos de desenvolvimento e de cooperação técnica. Conta ainda com um Comitê de Investimento, Comércio e Tecnologia (CITT), voltado para a promoção da cooperação nessas áreas, e também com um escritório técnico (“Technical Support Facility”), sediado em Genebra, que presta apoio administrativo. Nos meses que antecedem cada Cúpula, os Representantes Pessoais dos Chefes de Estado e/ou Governo de cada país-membro – que são, via de regra, os Representantes Permanentes em Genebra - reúnem-se para trabalhar nos preparativos do evento.

6. OUTRAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS

6.1 Centro para o Comércio Internacional (ITC)

O ITC é uma agência de cooperação técnica conjunta da UNCTAD e da OMC. Ao passo que a UNCTAD e a OMC são foros intergovernamentais, o ITC concentra seus esforços na articulação dos setores empresariais dos países em desenvolvimento. Criado em 1964, o ITC busca habilitar pequenos empreendedores de países em desenvolvimento e em transição ao disponibilizar parcerias e soluções de desenvolvimento comercial inclusivas e sustentáveis ao setor privado, às instituições de promoção do comércio e aos formuladores de políticas públicas. O Centro tem como objetivos principais: (i) fortalecer a competitividade internacional das empresas; (ii) desenvolver a capacidade fornecedores de serviços promoção comercial para apoiar os empreendedores; (iii) ajudar os formuladores de políticas públicas a integrar as empresas de seus países à economia global.

6.2 União Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas (UPOV)

A UPOV é uma organização intergovernamental estabelecida pela Convenção Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas, adotada em 1961, em Paris, e revisada em 1972, 1978 e 1991. Seu objetivo é proteger as novas variedades de plantas por meio da constituição de direitos de propriedade intelectual. A Convenção estabelece uma modalidade *sui generis* de direito de propriedade intelectual, adaptada especificamente ao processo de desenvolvimento de novas variedades vegetais. A UPOV conta atualmente com 65 membros, tendo o Brasil se juntado à organização em 23 de maio de 1999.

A estrutura da UPOV tem em seu ápice o Conselho e o Comitê Consultivo, abaixo dos quais estão o Comitê Jurídico e Administrativo e o Comitê Técnico. Subordinados ao Comitê Técnico estão os Grupos de Trabalho Técnico sobre: (i) Culturas Agrícolas; (ii) Culturas Frutíferas; (iii) Plantas Ornamentais e Árvores Florestais; (iv) Vegetais; (v) Automação e Programas de Computador; (vi) Técnicas Bioquímicas e Moleculares.

6.3 Escritório Internacional para Têxteis e Vestuário (ITCB)

O ITCB é uma organização intergovernamental formada por países em desenvolvimento exportadores de têxteis e vestuário. Fundado em 1984, o ITCB foi uma resposta às restrições impostas pelos países desenvolvidos às importações de têxteis e vestuário provenientes de países em desenvolvimento. O objetivo do ITCB é assegurar a eliminação de restrições discriminatórias e do protecionismo dirigido contra as exportações de seus membros. Além de defender a aplicação regular e integral das regras multilaterais de comércio ao setor, o ITCB busca facilitar o compartilhamento de informações pelos seus membros, servir de fórum para a discussão de problemas comuns e promover a defesa conjunta de seus interesses. A estrutura do ITCB é composta pelo Conselho de Representantes (integrado por todos os membros) e por comitês e grupos de trabalho criados pelo Conselho sob termos de referência específicos.

Os membros atuais do ITCB são: Argentina; Bangladesh; Brasil; China; Colômbia; Costa Rica; Egito; El Salvador; Guatemala; Honduras; Hong Kong, China; Índia; Indonésia; República Democrática Popular da Coreia; República da Coreia; Macau, China; Maldivas; Paquistão; Paraguai; Peru; Sri Lanka; Tailândia; Uruguai e Vietnã. São observadores Cuba, Ilhas Maurício e Cingapura.

6.4 South Centre

O *South Centre* é uma organização intergovernamental formada por países em desenvolvimento em 31 de julho de 1995. O centro foi criado a partir da percepção da necessidade de se aprofundar a cooperação Sul-Sul, objeto do Relatório da “Comissão do Sul” que precedeu a criação do centro. O Relatório enfatizou que o Sul geopolítico não conta com organização adequada em âmbito global, razão pela qual não era capaz de mobilizar conjuntamente a considerável expertise e experiência acumulada por vários países individualmente. O *South Centre* destina-se, portanto, a suprir a carência de análises

sobre os desafios do desenvolvimento, assim como proporcionar apoio aos países em desenvolvimento em ações coletivas ou individuais na arena internacional.

A estrutura institucional do *South Centre* é composta pelo Conselho de Representantes (integrado por representantes de todos os Estados Membros), pelo *Board* (formado pelo presidente e por nove membros indicados pelo Conselho) e pelo Secretariado, chefiado pelo Diretor Executivo do centro. Atualmente, o *South Centre* conta com 51 membros, exclusivamente pertencentes ao mundo em desenvolvimento.

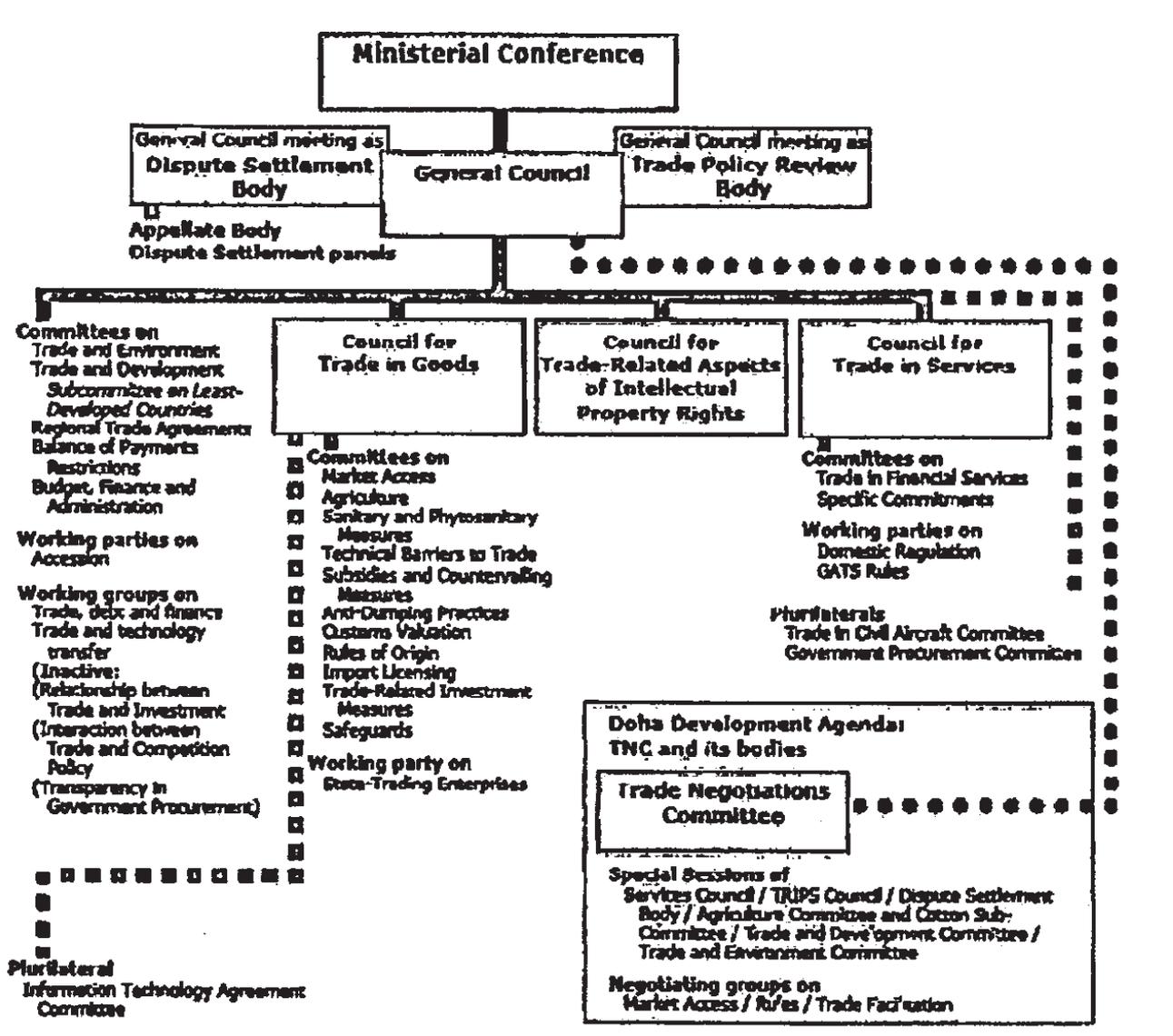
6.5 Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS)

A Resolução da Assembléia Geral da ONU n°56/183, de 21 de dezembro de 2001, determinou a realização da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, em duas fases. A primeira fase ocorreu em Genebra, de 10 a 12 de dezembro de 2003, e a segunda em Túnis, de 16 a 18 de novembro de 2005.

O objetivo da primeira fase foi desenvolver e promover uma declaração de vontade política no sentido de se estabelecer as fundações para uma sociedade da informação para todos, que reflita os interesses de todos. Ao cabo da reunião foi aprovada a Declaração de Princípios de Genebra e o Plano de Ação. O objetivo da segunda fase foi implementar o Plano de Ação, assim como encontrar solução acordada nas áreas da governança da Internet e mecanismos de financiamento. Representantes de mais de 170 países compareceram à Cúpula de Túnis, que culminou com o Compromisso de Túnis e a Agenda para a Sociedade da Informação. Participam da WSIS 194 países integrantes do sistema ONU.

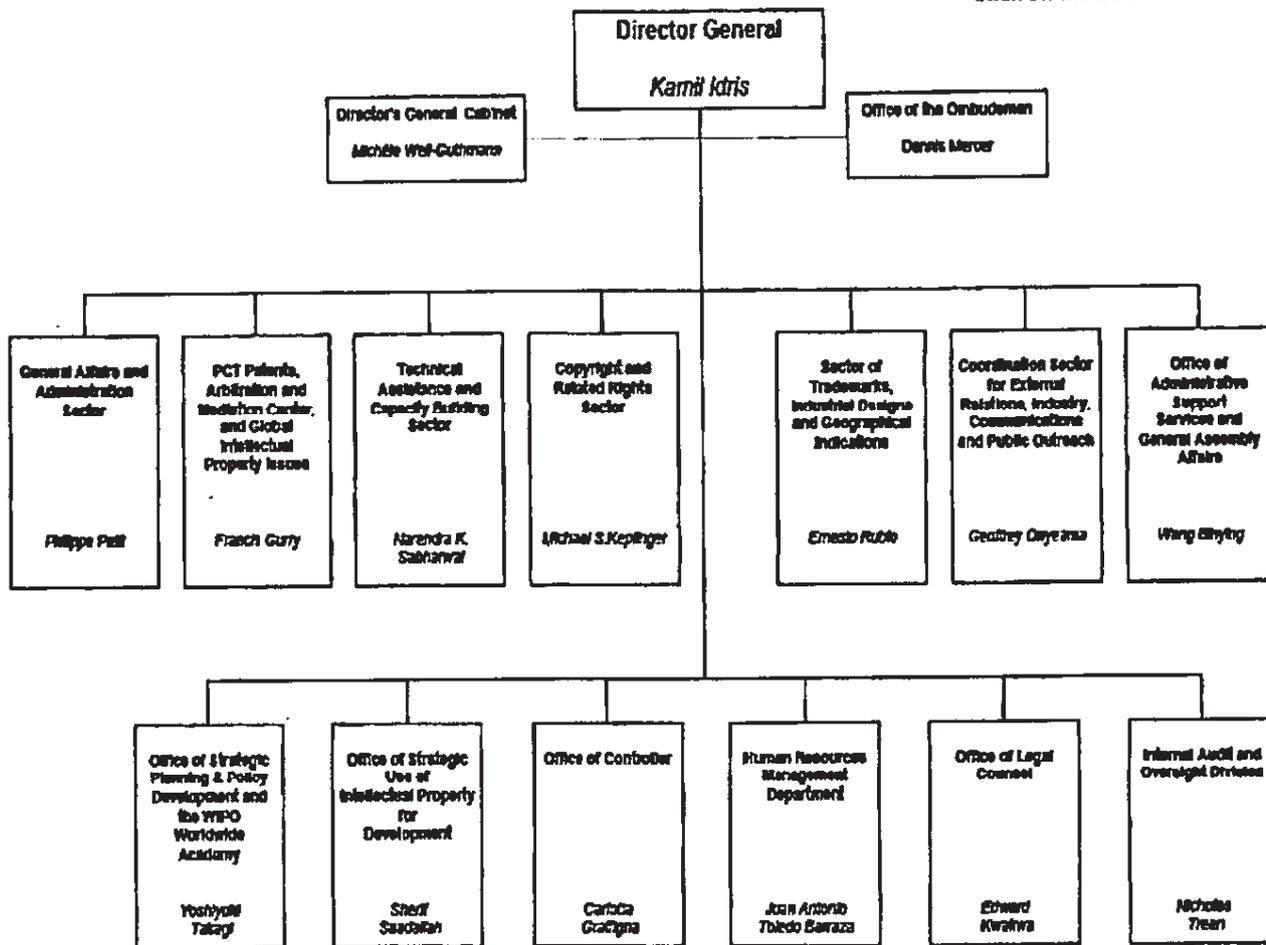
7. ORGANOGRAMAS (OMC, OMPI, UNCTAD)

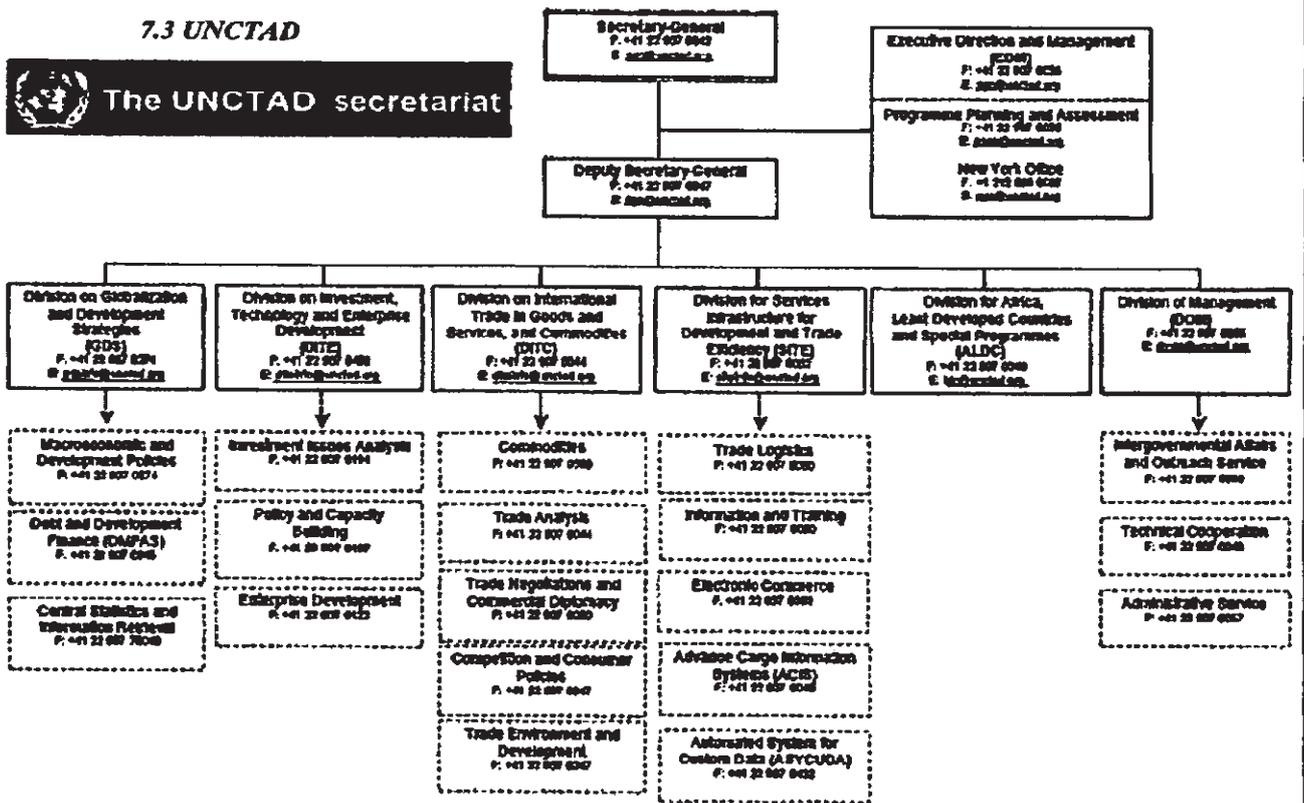
7.1 OMC



7.2 OMPI

Click on the boxes for further detail





Source: Executive Director and Management (EOPM), January 2007.

Aviso nº 346 - C. Civil.

Em 14 de maio de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador EFRAIM MORAIS
 Primeiro Secretário do Senado Federal
 Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.

Atenciosamente,

DÍLMA ROUSSEFF
 Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
 da Presidência da República

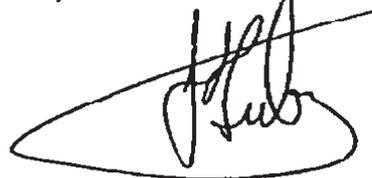
MENSAGEM
Nº 97, DE 2008
(nº 283/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **EDUARDO DOS SANTOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

Os méritos do Senhor Eduardo dos Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de maio de 2008.



EM No 00154 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 8 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **EDUARDO DOS SANTOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **EDUARDO DOS SANTOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

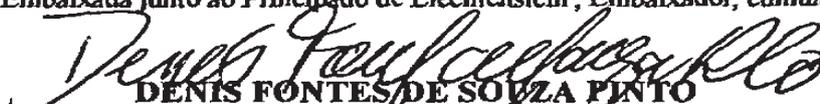
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDUARDO DOS SANTOS

CPF.: 37600630710

ID.: 5691/MRE

29/12/1952	Filho de Vitto Raphael dos Santos e Esther da Conceição dos Santos, nasce em 29 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
02/04/1974	CPCD - IRBr
11/09/1975	Terceiro Secretário em 11 de setembro
12/09/1975	Divisão da América Meridional-II, assistente
06/12/1975	Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
26/01/1976	Divisão da América Meridional-I, assistente
12/03/1977	Embaixada em Moscou, Terceiro e Segundo Secretário
12/12/1978	Segundo Secretário em 12 de dezembro
26/09/1979	Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro Secretário
25/04/1982	CAD-IRBr
16/06/1982	Primeiro Secretário, por merecimento, em 16 de junho
21/11/1984	Divisão da América Meridional-I, Subchefe
01/09/1986	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
30/06/1987	Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho
25/08/1987	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
12/01/1988	Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Comendador
01/06/1988	Medalha Santos Dumont, Brasil
01/02/1989	Embaixada em Londres, Conselheiro
13/12/1990	Ordem do Mérito Tamandaré, Brasil
26/02/1992	Instituto Rio Branco, Professor-Assistente de História Diplomática
29/06/1992	CAE - IRBr, Argentina: Conflitos de Soberania e Mudanças Políticas na Década de 1980 (A experiência dos casos Beagle e Malvinas e o impacto na atuação diplomática brasileira)
01/02/1993	Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador-Executivo
28/05/1993	Secretaria do Tesouro Nacional, Assessor
21/07/1993	Ministério da Fazenda, Gabinete do Ministro, Assessor Especial
20/12/1993	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de dezembro
16/04/1994	Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro

- 12/10/1996 II Reunião da Força Tarefa do G-7/8 ampliado sobre os testes nucleares de Índia e Paquistão, Chefe de delegação
- 02/12/1997 "Royal Victorian Order", Reino Unido, "Honorary Commander"
- 05/05/1999 Presidência da República, Assessor Diplomático
- 20/12/1999 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 20 de dezembro
- 11/05/2000 Ordem "El Sol", Peru, Grã-Cruz
- 21/05/2000 Ordem do Mérito, Portugal, Grã-Cruz
- 05/12/2000 Ordem Nacional do Mérito, Romênia, Grã-Cruz
- 28/05/2001 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
- 15/06/2001 Legião de Honra, França, Comendador
- 19/07/2001 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grã-Cruz
- 26/09/2001 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 13/02/2002 Ordem Nacional do Mérito, Equador, Grã-Cruz
- 12/05/2002 Ordem do Mérito da Polônia, Grã-Cruz
- 09/10/2002 Ordem da Águia Azteca, México, Grã Cruz
- 15/12/2002 Embaixada em Montevideú, Embaixador
- 30/06/2003 III Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguaí, Montevideú, Chefe de delegação
- 19/10/2004 Medalha do Mérito Farrroupilha, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil
- 05/11/2004 "Las relaciones Brasil-Uruguay: de la Laguna Merín a la Cuenca del Plata; del Atlántico Sur a la Antártida", in Revista da Liga Marítima Uruguaia, ano 14, nº 18
- 23/11/2004 IV Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguaí (Porto Alegre), Chefe de delegação
- 10/06/2005 As relações Brasil-Uruguaí no contexto da integração regional, in Revista da Universidade Federal de Caxias do Sul/RS
- 10/09/2005 Cooperação na fronteira Brasil-Uruguaí: um novo paradigma?, in revista Política Externa, nº 14, com Luis Claudio Villafañe G. Santos
- 24/07/2006 Medalha do Pacificador, Brasil
- 25/07/2006 Medalha da República Oriental do Uruguaí
- 05/09/2006 Embaixada em Berna, Embaixador
- 28/09/2006 Embaixada junto ao Principado de Liechtenstein, Embaixador, cumulativo


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

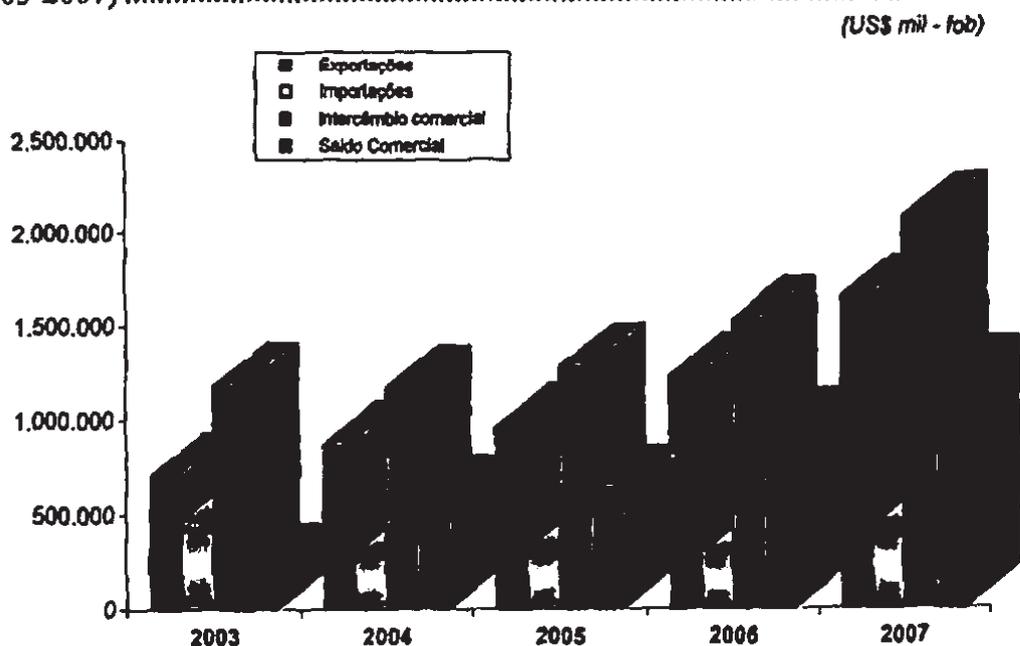
Ministério das Relações Exteriores

BRASIL - PARAGUAI

MAÇO DE APOIO

ÍNDICE	
BANDEIRA E MAPA	4
DADOS BÁSICOS	5
COMPOSIÇÃO DO GABINETE	6
PERFIS BIOGRÁFICOS	7
POLÍTICA INTERNA	10
POLÍTICA EXTERNA	11
ARGENTINA.....	12
BOLÍVIA	14
URUGUAI	14
VENEZUELA	14
ESPANHA	15
TAIWAN.....	15
ESTADOS UNIDOS.....	15
ECONOMIA.....	16
COMÉRCIO EXTERIOR	19
COMÉRCIO BILATERAL.....	20
RELACIONAMENTO COM O BRASIL.....	20
TEMAS DA AGENDA BILATERAL.....	22
ITAIPU.....	22
REGIME DE TRIBUTAÇÃO UNIFICADA (RTU).....	23
PONTE DA AMIZADE.....	24
FUNDO DE APOIO À ECONOMIA PARAGUAIA	24
GREVE DOS AUDITORES DA RECEITA FEDERAL	25
SEGUNDA PONTE SOBRE O RIO PARANÁ.....	25
LOGÍSTICA DE TRANSPORTES	26
PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA	27
MERCOSUL.....	27
BANCO DO SUL.....	Erro! Indicador não definido.
COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO COMÉRCIO BILATERAL.....	29
GT BILATERAL SOBRE INTEGRAÇÃO PRODUTIVA	30
PNEUS REMOLDADOS	Erro! Indicador não definido.
DEPÓSITOS FRANCOS NOS PORTOS DE CONCEPCIÓN E RIO GRANDE.....	30
IMPOSTO DE RENDA SOBRE FRETISTAS PARAGUAIOS.....	30
COMBATE À FEBRE AFTOSA	31
GESTÃO INTEGRADA DA BACIA DO RIO APA.....	31
PRESERVAÇÃO DA FAUNA AQUÁTICA NOS RIOS LÍMITROFES.....	32
ENERGIA	32
Biocombustíveis.....	32
Combustíveis fósseis e outras fontes de energia.....	33
Petrobras.....	33
DOAÇÃO DE VACINAS CONTRA A FEBRE AMARELA	34
COOPERAÇÃO TÉCNICA	34
COOPERAÇÃO EM DEFESA.....	35
COMBATE A ILÍCITOS.....	37
COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA.....	38

TRÍPLICE FRONTEIRA E MECANISMO 3+1	39
A COMUNIDADE BRASILEIRA NO PARAGUAI	40
TV DIGITAL	40
ANEXOS	42
DADOS BÁSICOS	42
INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS (2003-2007)	42
BALANÇO DE PAGAMENTOS (2004-2006)	42
COMÉRCIO EXTERIOR DO PARAGUAI (2002-2007)	43
DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (2004-2007)	44
COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (2006)	45
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-PARAGUAI (2003-2007)	46
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-PARAGUAI – TABELA (2003-2007)	46



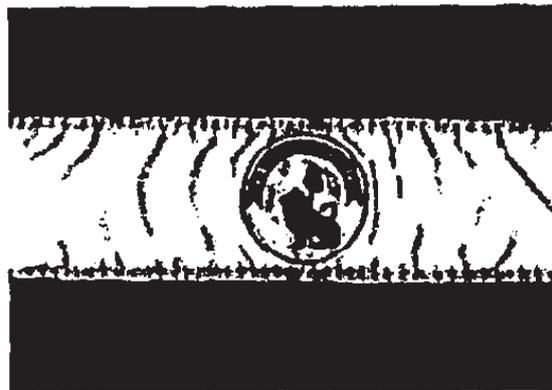
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Aícos.

.....	46
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-PARAGUAI (2004-2006)	47

BANDEIRA E MAPA



Nota: a Bandeira paraguaia tem duas faces diferentes.



DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Assunção
ÁREA:	406.752 km ²
POPULAÇÃO:	6,1 milhões de habitantes (2007)
IDIOMA:	Espanhol e guarani (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica. Significativa comunidade menonita.
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Nicanor Duarte Frutos
CHANCELER:	Rubén Ramírez Lezcano
PIB (2006):	US\$ 9,1 bilhões (nominal, estimativa)
PIB (2007):	US\$ 10,4 bilhões (nominal, estimativa)
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 1.444 (nominal, estimativa)
PIB PER CAPITA (2007):	US\$ 2.116 (nominal, estimativa)
UNIDADE MONETÁRIA:	Guarani
EMBAIXADOR DO PARAGUAI NO BRASIL:	Embaixador Luis González Arias
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PARAGUAI:	Embaixador Valter Peely Moreira

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (EM US\$ MIL):

BRASIL ⇒ PARAGUAI	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (até março)
Exportações	707.180	871.845	961.093	1.230.508	1.648.191	500.741
Importações	474.750	297.825	319.024	295.904	434.039	179.391
Saldo Comercial	232.430	574.020	642.069	934.604	1.214.152	321.350

Fonte: AliceWeb/MDIC

COMPOSIÇÃO DO GABINETE

Presidente da República	Nicanor Duarte Frutos
Vice-Presidente da República	Francisco Oviedo Britez (Senador)
Secretário Geral e Chefe do Gabinete Civil	Cirilo Alfonzo Romero Correa
Chefe do Gabinete Militar	Gral. Brig. Aer. Rigoberto Cabrera
Secretário Particular do PR	Armin Díez Pérez
Assessor Jurídico do PR	Angel Ramón Sosa
SECRETARIAS DE ESTADO	
Ministro do Interior	Líbio Wilfrido Florentín Bogado
Ministro das Relações Exteriores	Emb. Rubén Ramírez Lezcano
Ministro da Fazenda	César Barreto Otazú
Ministra da Educação e Cultura	María Ester Jiménez
Ministro da Agricultura e Pecuária	Alfredo Silvio Molinas Maldonado
Ministro de Obras Públicas e Comunicações	Roberto Eudez González Segovia
Ministro da Defesa Nacional	Nelson Alcides Mora Rodas
Ministro da Saúde Pública e Bem-estar Social	Dr. Oscar Martínez Doldán
Ministro da Justiça e Trabalho	Derlis Ariel Alejandro Osorio Nunes
Ministro da Indústria e Comércio	Juan Ramón Ibarra del Prado
SECRETARIAS EXECUTIVAS	
Secretário-Executivo da Secretaria Técnica de Planificação de Desenvolvimento Econômico e Social	Derlis Alcides Céspedes Aguilera
Secretária-Executiva da Secretaria da Mulher	María José Argañá de Mateu
Secretária-Executiva da Secretaria Nacional de Turismo	Liz Rossana Crámer Campos
Secretária-Executiva da Secretaria da Criança e Adolescência	Victorina Espínola de Ruiz Díaz
Secretário-Executivo da Secretaria da Ação Social	Judith Liduvina Andraschko Unzain
Secretário-Executivo da Secretaria do Ambiente	Carlos Antonio López Dose
Secretário-Executivo da Secretaria da Função Pública	Carlos Miguel Goiburu
Secretário-Executivo da Secretaria Nacional de Cultura	Bruno Francisco Barrios Sosa
Secretária-Executiva da Secretaria para Repatriados e Refugiados	Nicasia Maldonado Viuda de Solaeche

PERFIS BIOGRÁFICOS**PRESIDENTE NICANOR DUARTE FRUTOS**

- Nasceu em Coronel Oviedo, em 11/10/56.
- É advogado, graduado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Diplomáticas da Universidade Católica de Assunção. Graduou-se também em Filosofia.
- Pós-graduação em Ciências Políticas pela Universidade Nacional de Assunção.
- Foi Professor Assistente de Sociologia e Ética da Universidade Nacional de Assunção e exerceu a profissão de jornalista.
- Trabalhou na ONG “Centro de Assessoria para Eleições Livres” (CAPEL) e no Escritório das Nações Unidas no Paraguai. Embora afiliado do Partido Colorado desde 1971, só iniciou atividades políticas depois da queda do Presidente Stroessner, em 1989.
- Foi Ministro da Educação e Cultura do Governo Wasmosy (1993-1997) e Ministro da Educação e Cultura do Governo González Macchi (1999- 2001).
- Tomou posse como Presidente da República do Paraguai em 15/08/2003.

CHANCELER RUBÉN RAMÍREZ LEZCANO

- Nasceu em Assunção, em 11/01/ 1966.
- Formado em Economia, pela Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade de Buenos Aires, 1987.
- Mestrado em Política Econômica Internacional, na Universidade de Paris, Sorbonne, 1989.
- Mestrado em Administração de Empresas, na UCLA, 1998.
- Curso de Relações Internacionais, Academia Diplomática Antonio J. Quevedo, Quito, 1993.
- Assessoria de Assuntos Econômicos Internacionais da Presidência da República, 1989.
- Secretário, Embaixada em Buenos Aires, 1989-1992.
- Primeiro Secretário, Encarregado de Negócios, Quito, 1992-1994.
- Diretor de Comércio Exterior, Ministério de Relações Exteriores, Assunção, 1994-1996.
- Secretário-Executivo do Conselho Nacional do Comércio Exterior, Assunção, 1994-1996.
- Conselheiro, Embaixada em Paris, Representante Alternado junto à UNESCO, 1996-1998.
- Cônsul-Geral em Los Angeles, 1998-1999.
- Diretor-Geral de Promoção das Exportações e Investimentos do Ministério de Relações Exteriores, PROPARAGUAI, 1999-2000.
- Ministro, Representante Permanente Alternado junto à ALADI, Montevideu, 2000.
- Representante Permanente Alternado do Paraguai junto às Nações Unidas e Organismos Especializados com sede em Genebra, 2001.
- Embaixador, outubro de 2004.
- Vice-Ministro de Relações Econômicas e Integração do Ministério de Relações Exteriores, dezembro de 2004.
- Coordenador Nacional do Grupo do Mercado Comum (GMC).
- Tomou posse, como Ministro de Relações Exteriores, em agosto de 2006.

PRESIDENTE ELEITO FERNANDO ARMINDO LUGO MÉNDEZ

- Nasceu em San Pedro (Itapúa), em 31 de maio de 1951.
- Ingressa no noviciado dos Missionários do Verbo Divino em março de 1970.
- Licenciado em Ciência da Religião pela Universidade Católica Nuestra Señora de la Asunción.
- Ordenado sacerdote católico em agosto de 1977.
- Transferiu-se ao Equador a fim de trabalhar como missionário na diocese de Bolívar, com o Monsenhor Leonidas Proaño, um dos expoentes da Teologia da Libertação.
- Realizou estudos de Espiritualidade e Sociologia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma em 1983.
- Nomeado bispo da diocese de San Pedro em 1994.
- Foi membro da Comissão Doutrinal da Conferência Episcopal Paraguaia e da Equipe de Reflexão Teológica do Conselho Episcopal Latino-Americano.
- Em 2004, a Igreja o aposentou do cargo de bispo. Hoje seu título é o de “bispo emérito”.
- Em março de 2006, Lugo liderou o Movimento Resistência Cidadã, que reunia os principais partidos políticos da oposição, cinco centrais sindicais e mais de cem associações e movimentos civis.
- Renunciou às obras eclesiais em março de 2007 para concorrer à Presidência. A decisão gerou grande polêmica, uma vez que a Constituição paraguaia veda a postulação de “ministros de religião ou culto” a cargos públicos, e o Direito Canônico não admite “renúncia” à dignidade episcopal. Não houve, entretanto, pedido formal de impugnação da candidatura.
- Concorreu à Presidência paraguaia pela “Alianza Patriótica para el Cambio”, coalizão formada por partidos de esquerda e o Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), de corte liberal, centenária agremiação de oposição ao Partido Colorado.
- Venceu as eleições presidenciais de 20 de abril com mais de 40% dos votos.

POLÍTICA INTERNA

Fernando Lugo (Alianza Patriótica para el Cambio-APC) é o novo Presidente eleito paraguaio, destronando o Partido Colorado (Associação Nacional Republicana – ANR) do poder, no qual se mantinha há 61 anos. Lugo consagrou-se com cerca de 40,82% dos votos (92% das urnas apuradas), superando todas as pesquisas eleitorais e com expressiva margem em relação à segunda colocada, Blanca Ovelar (30,72%), do Partido Colorado. Lino Oviedo (UNACE) recebeu 21,8% dos votos e Pedro Fadul (Patria Querida), 2,4%. A votação e a apuração dos resultados foram conduzidas em ambiente de grande tranquilidade.

A reação dos derrotados na disputa presidencial também foi exemplar. Ovelar reconheceu a derrota ainda na noite do dia 20 de abril. Logo após o discurso da candidata colorada, o Presidente Nicanor Duarte Frutos assumiu a responsabilidade pela derrota histórica da ANR. Comprometeu-se a trabalhar ativamente para a “transferência de poder se dê conforme à Constituição Nacional, em um marco pacífico de entendimento e de espírito construtivo”. Oviedo, ao reconhecer a derrota, já anunciou o apoio de sua bancada ao novo governo “em todas as propostas que sejam convenientes a todos os paraguaios”.

Um dos primeiros desafios do novo Governo será a conformação de base parlamentar minimamente confiável. De acordo com as pesquisas de boca de urna (não há ainda resultados oficiais para o Congresso), mesmo o somatório de todos os representantes da APC no Senado, junto com os Senadores do Pátria Querida, não será suficiente para assegurar maioria. Lugo precisará costurar um acordo ou com o UNACE, ou com eventuais dissidentes colorados para aprovar suas leis e nomeações.

Além disso, apesar da grande importância e visibilidade dos movimentos e partidos de esquerda na campanha e vitória de Lugo, o fato é que este segmento estará claramente sub-representado no Parlamento. Num universo de 45 Senadores, estima-se que apenas 2 a 4 sejam identificados com a esquerda. Tal discrepância entre visibilidade política e representação parlamentar pode gerar tensões importantes no próprio seio da APC.

Quanto ao posicionamento de Fernando Lugo sobre temas de relevo de natureza interna e externa, a marca do Presidente eleito é a ambigüidade. Lugo diz-se de “centro-centro”, mas sua retórica parece oscilar ao sabor da platéia. Sua posição acerca dos temas de maior interesse para o Brasil são:

- **Itaipu:** foi o foco da campanha luguista. O ex-bispo não apenas capitalizou um sentimento popular reivindicatório com relação a Itaipu, como também baseou a quase totalidade de seu propostas sociais em função de concessões que gostaria de obter do Brasil em Itaipu. A defesa da chamada “soberania energética” engloba: (i) a renegociação do tratado de Itaipu (segundo Lugo, ilegítimo por ter sido firmado quando ditaduras governavam Brasil e Paraguai); (ii) o cálculo do “preço justo” pela energia cedida ao Brasil; (iii) aumento no valor da energia que o Paraguai cede ao Brasil (US\$ 250 milhões para US\$ 1,75 bilhões); (iv) efetiva co-gestão da binacional; (v) transparência na utilização dos recursos de Itaipu.

- **Brasileiros no Paraguai:** o discurso de Lugo no início de sua vida política apontava para uma reforma agrária às custas dos fazendeiros brasileiros. Recentemente seu discurso mudou de ênfase (“farei cumprir a lei, aqueles que estão legais não têm nada a temer”).

- **Mercosul:** Lugo defende o aprofundamento do Mercosul, com maior ênfase para aspectos políticos, sociais e culturais, bem como tratamento preferencial para os sócios menores. Em algumas ocasiões, porém, defendeu a "revisão" do Tratado de Assunção. Deixou claro que em seu governo o Paraguai não sairá do bloco, mas intensificará a luta pela redução das assimetrias. Lugo afirmou que o novo governo "tentará fortalecer os mecanismos de integração" continental e "lutará por um consenso entre os países-membros para eliminarmos assimetrias".
- **Bolívia:** embora reconheça que o Brasil e a Argentina são os sócios mais importantes, Lugo anuncia a disposição de priorizar a intensificação das relações com a Bolívia.
- **Taiwan-RPC:** analistas políticos formosinos e representantes diplomáticos paraguaios acreditam na possibilidade do rompimento das relações diplomáticas entre Taiwan e Paraguai em prol do reconhecimento da RPC por este último. Em entrevista coletiva, Lugo teria afirmado que "começará a trabalhar" para estabelecer relações com a China continental.
- **Economia:** Lugo vêm matizando uma retórica originalmente de esquerda ("o gênero humano passou por anos de anarquia e corrupção que têm por recurso o capitalismo e o neoliberalismo"). Hoje, especialmente perante empresários, promete que não fará nacionalizações ou expropriações, não aumentará os impostos e estudará, em "mesas de diálogo", opções para participação de capital privado nas empresas estatais.
- **Instituições e governabilidade:** defende uma reforma constitucional com foco na maior independência do Judiciário, voto para paraguaios no exterior e descentralização. Sabe que não terá maioria parlamentar e, como solução, defende uma composição com os demais partidos de oposição (o UNACE, de Lino Oviedo, e o Pátria Querida, de Pedro Fadul).
- **Gabinete ministerial:** os nomes cotados para as pastas de Fazenda e Relações Exteriores são, respectivamente, Dionisio Borda, ex-ministro de Duarte Frutos, e Carlos Mateo Balmelli, derrotado nas primárias presidenciais do Partido Liberal Radical Autêntico. Caso se confirmem, são escolhas que sinalizam a construção de uma base de apoio ampla.

POLÍTICA EXTERNA

Embora mantenha relações diplomáticas com um grande número de países, na prática o Paraguai cultiva relações efetivas apenas com alguns. Essa concentração decorre dos interesses limitados dos governos paraguaios e da falta de estrutura e de recursos humanos e/ou financeiros da Chancelaria.

A política externa paraguaia também reflete sua dependência com relação ao Mercosul, tendo sido esse o foco principal das relações externas do país. Os temas mais relevantes para o país dentro do bloco são: a questão das assimetrias, o FOCEM e o relacionamento do Mercosul com terceiros países. Nesse sentido, é bastante claro que o Paraguai tem-se beneficiado de iniciativas tomadas no âmbito do Mercosul de aproximação com regiões com as quais o país não mantém relações mais diretas. Essas iniciativas ampliam o leque de opções externas do Paraguai, em particular para mercados potenciais de seus produtos agrícolas.

O país não foi capaz de determinar um consenso mínimo em torno de sua inserção regional e internacional, o que apresenta aos parceiros o desafio de acomodar múltiplas demandas circunstanciais, muitas vezes conflitantes aos interesses de longo prazo na construção de uma agenda de cooperação bilateral e de integração regional.

A ênfase na credibilidade do país foi um *leitmotiv* recorrente da diplomacia presidencial de Nicanor Duarte. No entanto, a percepção do Paraguai aos olhos do investidor estrangeiro ainda em muito se ressentia da situação política interna e da falta de segurança jurídica aos investimentos externos. A seqüência de fechamentos de Embaixadas estrangeiras no país – como a do Reino Unido – e a existência de apenas quatro missões européias em Assunção ilustra o esvaziamento da relevância do Paraguai na cena internacional.

Na ONU, o Paraguai teve seu direito de voto suspenso em razão de dívida de US\$ 191.400,00. Só recuperará aquele direito mediante realização do pagamento mínimo necessário ou de nova decisão da AGNU.

Ao assumir a pasta de Relações Exteriores, em agosto de 2006, o Chanceler Rubén Ramírez indicou que daria ênfase à integração mais dinâmica do Paraguai na economia regional. Trata-se de definição importante, num contexto de fortes questionamentos internos sobre as vantagens auferidas pelo país com o MERCOSUL, muitos dos quais propalados por setores do próprio Governo.

Sobre o movimento migratório paraguaio, as informações divulgadas pela Associação Paraguaia de Estudos da População (ADEPO) colocam o país como um dos que detém maiores índices de emigração. De 2001 a 2006, pelo menos um membro de cada 85.000 lares paraguaios emigrou para o exterior. O principal destino é a Argentina, com 46%; a Espanha vem em segundo com 23% dos emigrados. Dados do Banco Mundial indicariam que os emigrados são responsáveis pelo envio ao Paraguai de cerca de 600 milhões de dólares anuais. A Chancelaria paraguaia estima que vivam atualmente no exterior 776 mil paraguaios (630.000 na Argentina, 90.000 na Espanha, 50.000 nos EUA e 6.000 no resto da Europa).

Teve destaque em 2007 a realização do primeiro concurso nacional para ingresso na carreira diplomática. Na ocasião, foram selecionadas 10 candidatas entre os 360 inscritos.

ARGENTINA

A grande vizinha do sul ocupa espaço similar àquele ocupado pelo Brasil: ambos são vistos como os parceiros maiores do MERCOSUL e no imaginário paraguaio estariam habituados a espoliar os recursos dos países menores. Pesa, na relação bilateral, a significativa comunidade paraguaia que reside na Argentina.

Paraguai e Argentina vêm logrando avanços importantes em matéria de regulamentação migratória, ao contrário do que se observa com o Brasil. Não há estimativa oficial sobre a população de nacionais paraguaios que residem atualmente na Argentina, de forma regular ou irregular, muitos dos quais trabalhando em regime de semi-escravidão. Entidades da sociedade civil estimam entre 1,5 e 2 milhões o número de paraguaios que vivem atualmente na Argentina.

O programa “Pátria Grande” argentino e o Decreto 9032 paraguaio apontam para a regularização definitiva de 400 mil paraguaios vivendo na Argentina, bem como dos cerca de 60 mil argentinos que vivem no Paraguai. Na visita do Chanceler argentino Jorge Taiana a Assunção, em março de 2007, foram assinados convênios em matéria de cooperação fronteiriça, defesa e combate ao crime organizado. No ano de 2007 foi dado impulso ao Programa Binacional de Desenvolvimento Regional Fronteiriço.

A finalização da hidrelétrica de Yacyretá, recentemente acordada para 2008, é elemento central na agenda da relação bilateral. No momento, encontra-se em vias de conclusão acordo para a negociação da dívida da Binacional Yacyretá, alvo de denúncias da imprensa e de setores da oposição paraguaia sobre a alegada “usurpação”, pela Argentina, da Direção Executiva da binacional. Em visita ao Paraguai (em 29/11), a Presidente-eleita da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, além de inaugurar, com o Presidente Duarte Frutos, obras relativas ao *Plano de Terminación de Yacyretá*, afirmou que dará continuidade às discussões sobre o pré-projeto da represa, que prevê a cessão de energia à Argentina, pelo Paraguai, por 42 anos, em troca de cancelamento parcial da dívida da binacional com o Tesouro argentino. Prometeu ainda dar novo fôlego ao projeto de construção da represa de Corpus. A idéia seria retomar o projeto a partir de 2009, logo após a conclusão das obras de Yacyretá, previstas par ao final de 2008.

O Chanceler paraguaio declarou que o pré-acordo está praticamente concluído e deverá ser remetido em breve a ambos os Congressos. Acrescentou ainda estar sob análise a possibilidade de construção de linha de transmissão entre Yacyretá e Assunção. Assinalou, por fim, que estariam sendo concluídos estudos para a determinação da localização ideal da hidrelétrica de Corpus.

Na oportunidade, a Presidente argentina fez declarações enaltecendo o Marechal Solano López, referindo-se a ele como um grande patriota, “*humillado por lo que yo llamo la Alianza de la triple traición a Latinoamérica*”. Afirmou que uma unidade militar do Argentina levará o nome do Marechal.

Ao que tudo indica, o Governo de Cristina Kirchner parece engajado numa estratégia de “sedução” do Paraguai como forma de impulsionar projetos de seu interesse, como Yaciretá e Corpus.

No campo comercial, destaca-se dificuldade das distribuidoras no Paraguai de gás liquefeito de petróleo (GLP) de importar o produto da Argentina, que é o único fornecedor de gás do mercado paraguaio. Há também entraves na importação de derivados de petróleo provenientes da Argentina, sobre os quais tem sido aplicado imposto de exportação de até 45%. Atualmente o Paraguai sofre com a escassez daqueles produtos, que afeta as atividades de certos setores da indústria local. Em função das negociações inconclusivas com as autoridades argentinas, o governo paraguaio pretende discutir no GMC a questão das restrições à exportação de derivados de petróleo argentinos. O Paraguai cogita ainda a hipótese, caso continue sem avanças as tratativas com a Argentina, de se recorrer ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul. Cabe também mencionar a controvérsia em torno do trânsito, em território argentino, de produtos e subprodutos paraguaios de origem animal e a alegação paraguaia de que as fábricas de celulose argentinas estariam poluindo o Rio Paraná.

BOLÍVIA

Deterioraram-se as relações bilaterais com a decisão do Governo Morales, em meados de 2006, de conceder "status" de refugiados políticos a dois militantes do Partido paraguaio Pátria Libre (PPL), acusados no Paraguai do seqüestro e assassinato da filha do ex-Presidente paraguaio Raúl Cubas.

Em setembro de 2006, o Governo do Paraguai reagiu com forte preocupação ante o Acordo Militar Bolívia-Venezuela. Desde então, os Governos da Bolívia e do Paraguai buscaram elevar o nível das relações bilaterais.

Em 20 de março de 2007, o Chanceler e o Ministro da Defesa paraguaios visitaram La Paz, ocasião em se firmaram acordos de cooperação, incluindo um mecanismo permanente de diálogo na área de defesa. Trata-se do primeiro acordo de defesa bilateral desde a Guerra do Chaco (1932-35). Decidiu-se também impulsionar a navegação na hidrovia Paraguai-Paraná, com vistas a escoar bens exportáveis bolivianos e paraguaios pelos portos do sul peruano (Ilo e Matarani).

Em 18/3/08, o Ministro da Defesa da Bolívia, Walker San Miguel, realizou visita oficial ao Paraguai. Foi sua terceira visita ao país em pouco mais de um ano. Embora a visita tenha sido um tanto inesperada, a agenda de cooperação em matéria de defesa existente entre os dois países justificaria esse contato mais regular. Vale recordar que as autoridades militares paraguaias e bolivianas estão examinando a implantação de acordo de reciprocidade que daria livre trânsito às tropas militares de ambos os países na zona de fronteira para o combate a ilícitos internacionais. Os dois países trabalham também na elaboração de um Plano Bilateral de Prevenção, Cooperação e Auxílio em Casos de Desastres Naturais, como os incêndios e as inundações que afetam a região. A imprensa paraguaia tentou associar a visita à recente denúncia de que o marco fronteiriço entre os dois países no ponto denominado Chovoreca, entre o Alto Paraguay e Santa Cruz, teria sido trasladado unilateralmente pelo Governo paraguaio. O Ministro boliviano tratou de minimizar a notícia divulgada pela imprensa de seu país.

URUGUAI

Foi realizada em Assunção, em outubro de 2007, a IX Reunião da Comissão Mista Paraguai-Uruguai de Cooperação e Coordenação. Dos temas tratados no encontro, ressaltou-se a "Ata de Compromisso", pela qual as autoridades de migração de ambos países se comprometem a regularizar, ao longo do ano de 2008, os trâmites de radicação pendentes para os nacionais de ambos países que estejam no território do outro.

VENEZUELA

Em 2006, a divulgação da assinatura de acordo militar entre Bolívia e Venezuela gerou suspicácias no Paraguai sobre os reais objetivos de Caracas. O fato gerou uma crise que só foi superada após conversas, no mais alto nível, entre Duarte Frutos e Evo Morales.

Também repercutiu negativamente junto à opinião pública paraguaia a declaração em que o Presidente Chávez procurou impor prazo para aprovação do Protocolo de Adesão da

Venezuela ao Mercosul, que, por sinal, dificilmente será aprovado no Congresso paraguaio a curto prazo.

Em abril de 2008, Delegação paraguaia chefiada pelo Chanceler Rubén Ramírez e integrada, entre outros, pelo Presidente da estatal Petropar, Alejandro Takahasi, visitou Caracas, ocasião em que foram assinados acordos nas áreas de segurança alimentar e de fornecimento de combustíveis ao Paraguai.

ESPAÑA

Em 15/2/08, o Chanceler Rubén Ramírez Lezcano efetuou visita oficial à Espanha. O ponto alto da agenda foi o encontro com seu homólogo Miguel Angel Moratinos, para aprofundar a troca de idéias sobre o tema migratório e a assinatura do "Acordo Projeto Piloto de Seleção e Contratação na origem de Trabalhadores Paraguaio". O acordo contempla que a Direção Geral de Imigração espanhola comunique ao lado paraguaio as ofertas de trabalho estável disponíveis, mediante processo seletivo, a cidadãos paraguaio. Com vistas a tratar o sensível tema migratório de forma integral, ambos chanceleres acordaram, igualmente, no estabelecimento de um Grupo de Trabalho bilateral. Atualmente, haveria cerca de 50.000 paraguaio na Espanha, dos quais somente um sexto estaria em situação regular. Recentemente, cidadãos paraguaio foram vítimas de episódios xenofóbos em território espanhol.

TAIWAN

O Paraguai mantém intensas relações com Taiwan, cujo governo reconhece desde 1959. Único país sul-americano a manter relações diplomáticas com Taiwan, o Paraguai faz jus a inúmeros créditos financeiros a taxas de juros reduzidas, programas de cooperação técnica e capacitação profissional, além de doações de todo o tipo. Os símbolos mais concretos dessa relação são as sedes do Parlamento e da Chancelaria paraguaias, frutos de doações formosinas.

No Governo de Nicanor, intensificaram-se as visitas bilaterais de alto nível, além de se registrar o aumento das visitas de parlamentares tanto a Taipé quanto a Pequim.

Recentemente, o Presidente eleito de Taiwan, Ma Ying-jeou, teria declarado rechaçar a utilização de ajuda financeira nos laços políticos da ilha, o que gerou preocupação em certos setores paraguaio com relação ao futuro das benesses formosinas.

Fernando Lugo teria anunciado publicamente que deseja buscar uma aproximação oficial com a RPC.

ESTADOS UNIDOS

Nos últimos anos, a agenda está concentrada em questões essencialmente negativas, como o combate ao terrorismo, narcotráfico, pirataria comercial, lavagem de dinheiro, tráfico de armas e outros ilícitos conexos, que passaram a ter maior realce após os acontecimentos terroristas de 11 de setembro de 2001.

O Governo paraguaio tem dado amplo destaque aos créditos norte-americanos oferecidos ao abrigo do chamado "Programa Umbral", pelo qual o país receberá US\$ 34,6 milhões. Os recursos desse primeiro eixo do programa deverão ser utilizados para modernizar o Ministério Público, a Aduana, o Ministério do Interior, a Direção de Identificações e o Departamento Geral de Migrações. O segundo eixo do programa será dedicado à formalização da economia e prevê fundos, ainda não aprovados, para o fomento às "maquiladoras", redução dos procedimentos burocráticos para a abertura de empresas e redes de controle recíproco entre Aduanas e os Serviços de Tributação.

A visita a Assunção, em agosto de 2005, do então Secretário da Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, a primeira de uma alta autoridade dos EUA ao Paraguai, gerou suspeitas sobre suas motivações. Paralelamente à visita, Paraguai e Estados Unidos firmaram acordo que permitiu a realização de 13 missões militares norte-americanas ao Paraguai, com a participação de cerca de 400 efetivos norte-americanos.

Na área de defesa, inexistente acordo-quadro bilateral entre o Paraguai e os Estados Unidos, sendo que acordos pontuais têm sido firmados entre os dois países para viabilizar a realização daqueles exercícios militares conjuntos.

Na visita do ex-Ministro da Defesa Waldir Pires a Assunção, em agosto de 2006, o Presidente Duarte Frutos referiu-se à possibilidade de que o Brasil ocupe o lugar dos Estados Unidos como principal parceiro na condução de exercícios de treinamento conjunto, em decorrência da possibilidade de que os acordos com os Estados Unidos sobre exercícios militares não fossem renovados pela recusa paraguaia de continuar a conceder imunidades às tropas, conforme efetivamente veio a ocorrer.

Ficou claro, nesse processo, que prevaleceu no Governo paraguaio a decisão de reintegrar-se ao plano regional. Prova disso foi a assinatura de Acordo em Matéria de Defesa firmado durante visita do Presidente Lula a Assunção, em maio de 2007.

Em junho de 2007, o Chanceler Ramírez visitou os EUA. Em seu encontro com Rice, voltou a pedir uma abertura unilateral do mercado dos EUA ao Paraguai, com vantagens similares às já concedidas à Bolívia e Peru no âmbito da ATPDEA (*Andean Trade Program and Drug Erradication Program*). Ao que consta, Rice teria saído pela tangente, acenando com a possibilidade de o Paraguai passar a usufruir, no curto prazo, dos fundos do *Millenium Challenge Account*.

ECONOMIA

A economia paraguaia apresenta bases frágeis, com o predomínio de atividades primárias e de relações de natureza "rentista". Segundo classificação divulgada pelo "Foro Económico Mundial" no ano passado, o Paraguai foi considerado a segunda economia menos competitiva da América Latina, depois da Guiana. Embora o Governo e segmentos do setor privado ressaltem a necessidade de modernização das estruturas produtivas – principalmente por meio do estímulo à agroindústria -, as atividades de intermediação comercial (ou comércio de reexportação) continuam a ser importantes para a economia nacional.

No ano de 2007, a economia paraguaia apresentou desempenho favorável no tocante a uma série de indicadores, sobretudo em matéria de crescimento econômico, geração de superávits fiscais (por quatro anos seguidos), queda da dívida pública consolidada, melhoria na saúde do sistema financeiro, elevado crescimento das reservas internacionais, controle da inflação e situação sólida das contas externas. São menos consistentes os indícios de desdobramentos similares na esfera microeconômica — com a persistência de dificuldades, no ambiente de negócios e na infra-estrutura, a prejudicarem elevações sustentáveis na taxa de investimento —, e no plano social — com a ausência de reflexos mais imediatos do crescimento econômico e do maior dispêndio social sobre os indicadores de pobreza e de pobreza extrema.

O desemprego aberto apresentou queda em 2007 (situando-se em 5,6%), em comparação com a taxa observada em 2006 (6,7%). No entanto, a economia paraguaia continua a apresentar problemas significativos em relação à qualidade dos postos de trabalho, conforme demonstra o crescimento na taxa de subemprego, de 24% para 26,5% entre 2006 e 2007.

No setor primário, a produção concentra-se em número relativamente pequeno de “commodities” (soja, carne bovina, couro, algodão e açúcar); o setor industrial é pouco significativo, ao passo que o setor de serviços apresenta elevado grau de informalidade. Em 2007, o setor primário apresentou crescimento de 14,7% (taxa mais alta dos últimos quatro anos), embora registrando contraste significativo entre agricultura (crescimento de 25% - responsável por dois terços do crescimento da economia paraguaia) e pecuária (retração de 7%, após três anos de crescimento anual superior a 7,5%).

Estudo da UNIDO avaliou que o setor industrial seria o menos competitivo da América Latina. As exportações paraguayas de manufaturados são diminutas, representando 0,003% no comércio mundial dos vinte produtos manufaturados com maior dinamismo. Além disso, o Paraguai apresentaria a mais alta concentração no setor industrial na América Latina, na medida em que cinco produtos seriam responsáveis por 58,6% do total de exportações paraguayas de manufaturados.

As bases jurídico-institucionais para a condução de negócios no país continuam a apresentar dificuldades, o que prejudica a atração de investimentos externos. A participação do Paraguai nos fluxos de investimento direto externo direcionados à América Latina é de apenas 0,34%. No Relatório de Competitividade Global 2007-2008, divulgado pelo Foro Econômico Mundial, o Paraguai obteve a 121ª colocação, em universo de 131 países (na edição anterior do relatório, o país ocupara a 106ª posição), e a penúltima posição entre os países latino-americanos.

As principais dificuldades do Paraguai no plano econômico têm sido, por um lado, lograr diversificação e sofisticação de suas estruturas produtivas e, por outro, apresentar taxas de crescimento do PIB compatíveis com suas necessidades de desenvolvimento — o que decorreria, sobretudo, de baixas taxas de investimento, não obstante a existência de atrativos como terras férteis e elevada oferta potencial de energia.

Para enfrentar tal situação, o Governo Duarte Frutos procurou impulsionar reformas nos sistemas tributário e financeiro, com êxito parcial, e fortalecer a condução da política macroeconômica. Outras reformas desenrolaram-se vagarosamente ou se encontram

suspensas, como a privatização de empresas estatais que enfrentam dificuldades financeiras e problemas operacionais crônicos. O combate à informalidade, especialmente na fronteira, tampouco gerou resultados significativos.

Em 2007, a economia paraguaia apresentou taxa de crescimento de 6,4% - crescimento que supera a média registrada ao longo dos últimos vinte anos -, o que levou o PIB a alcançar aproximadamente US\$ 10,4 bilhões (ou US\$ 34 bilhões, sob o critério PPP). Autoridades econômicas prevêem crescimento de 6% em 2008.

A taxa de inflação foi de 6%, o que representa não somente uma redução significativa com relação aos números registrados em 2006 (12,5%), como o pleno cumprimento da meta de inflação definida no Acordo *Stand-by* do país com o FMI.

A moeda paraguaia tem apresentado tendência de apreciação cambial, sobretudo com referência ao dólar norte-americano e ao peso argentino. Com relação ao dólar, a significativa apreciação é resultado de forte influxo de divisas, associado ao incremento das exportações - impulsionado por alta nos preços da *commodities* (soja, trigo e milho) - e às remessas internacionais de emigrantes. Em 2007, o guarani apreciou-se 12%, aproximadamente. Em 2008, o câmbio já registra apreciação adicional de 11%, situando-se em cotação próxima a 4.370 guaranis/US\$. A tendência tem gerado preocupação entre exportadores e produtores, além de motivar intervenções do Banco Central no mercado cambial (só em 2008, o BCP já foi forçado a comprar mais de US\$ 60 milhões, no intuito de segurar a desvalorização da moeda norte-americana).

O Governo encerrou o exercício fiscal de 2007 com *superávit* estimado em 1% do PIB - representando o quarto ano consecutivo de *superávits* fiscais no país. Em 2007, houve elevação significativa da arrecadação tributária - 14,5% de crescimento com relação a 2006 -, com o combate à evasão fiscal e a expansão lograda no universo de contribuintes.

As autoridades tributárias e alfandegárias do Paraguai têm realizado esforços para assegurar maior "formalização" das atividades comerciais na fronteira com o Brasil, particularmente em Ciudad del Este, com o sentido de aumentar a arrecadação fiscal do Estado e auxiliar no controle do fluxo de mercadorias que entram e saem do Paraguai.

Foi anunciado Plano Financeiro para a execução do Orçamento 2008. O Plano procura combinar redução nos gastos públicos, manutenção do dispêndio social e elevação dos investimentos públicos. O Ministro da Fazenda paraguaio tenciona destinar ao menos US\$ 400 milhões para investimentos públicos - para os quais serão importantes os recursos disponibilizados pelo FOCEM. Tal desdobramento - que corresponderia a elevação de 30% com relação ao montante investido pelo Estado em 2007 - é considerado fundamental para viabilizar a taxa de crescimento estimada pelo governo para 2008 (de 6%) e para aprimorar a infra-estrutura do país. O Ministro da Fazenda também teria alinhavado com o BID um programa de empréstimos que poderia chegar a US\$ 1 bilhão.

Os gastos sociais do Governo paraguaio, em áreas como educação e saúde, estariam entre os mais baixos da América Latina. A população paraguaia em condições de pobreza ou pobreza extrema estaria avaliada entre 33% e 42%, de acordo com diferentes estudos.

Os números referentes ao balanço de pagamentos indicam a persistência de equilíbrio nas contas externas do Paraguai desde 2003 – à exceção de 2006 –, o que se traduz em acúmulo crescente de reservas internacionais.

Dados do BCP indicam o ingresso líquido, no Paraguai, de aproximadamente US\$ 236 milhões em investimento estrangeiro direto (IED) em 2007. Os países com os maiores estoques de investimentos no Paraguai continuariam a ser, por ordem de importância, os Estados Unidos, Brasil, Holanda, Argentina e Luxemburgo. As quantidades de IED ainda são consideradas decepcionantes e insuficientes para estimular o desenvolvimento econômico do país.

A evolução observada no balanço de pagamentos implica melhoria acentuada nos indicadores de solvência externa da economia paraguaia: i) ao atingirem o valor de US\$ 2,645 bilhões, as reservas internacionais superaram o nível da dívida pública externa (US\$ 2,35 bilhões); ii) o saldo da dívida externa como porcentagem do PIB caiu para 23%, exibindo tendência de diminuição pelo quinto ano consecutivo. Em quatro anos do governo Duarte Frutos, a dívida externa paraguaia foi reduzida em aproximadamente 10%, e as reservas cresceram cerca de 120%.

COMÉRCIO EXTERIOR

Em 2007, a balança comercial paraguaia apresentou *déficit* de US\$ 3,12 bilhões, o que representou redução de 6% com relação ao *déficit* observado em 2006 (US\$ 3,34 bilhões). As exportações cresceram 77% em 2007, enquanto as importações avançaram 23,7%.

No período, o comércio exterior paraguaio apresentou três tendências: i) redução do *déficit* comercial do Paraguai com o Mercosul, associada a aumento das exportações para a Argentina, sobretudo de soja; ii) afirmação do Brasil como a principal origem das importações paraguaias; e iii) importância do mercado brasileiro para as exportações não tradicionais do Paraguai.

No ano de 2007, o *déficit* comercial do Paraguai com o Mercosul situou-se em US\$ 688 milhões, em contraste com o *déficit* de US\$ 911 milhões registrado em 2006. Dos sócios do bloco, somente o Brasil logrou *superávit* com o Paraguai – de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão, superior ao *superávit* de US\$ 720 milhões observado em 2006, de acordo com dados do Banco Central paraguaio.

As exportações não tradicionais do Paraguai – compreendendo principalmente produtos semimanufaturados e manufaturados - cresceram significativamente em 2007, atingindo participação de 36% no total das exportações do país para o mercado mundial. O Brasil apresenta-se como o principal mercado para aquele segmento - com participação de 32% no total de exportações não tradicionais do Paraguai.

O comércio entre o Paraguai e a RPC registrou novo crescimento em 2007, tendo atingido a marca de US\$ 1,77 bilhão. O país asiático é o segundo maior parceiro comercial do Paraguai (só é superado, por pouco, pelo Brasil) e o que detém o maior saldo no fluxo de

comércio bilateral. Enquanto o Paraguai exportou apenas US\$ 26 milhões para a China continental em 2007, importou mais de US\$ 1,74 bilhão no mesmo período.

Em 2008, mantém-se tendência de forte dinamismo nas exportações do Paraguai. Deve-se ressaltar o crescimento de 104% no valor total das exportações no primeiro bimestre de 2008 (US\$ 581 milhões), em comparação com 2007 (US\$ 284 milhões), o que estaria associado à elevação do preço internacional da soja.

COMÉRCIO BILATERAL

O Brasil continua a ser, individualmente, o principal parceiro comercial do Paraguai. Em 2007, Brasil e Paraguai tiveram a maior corrente de comércio dos últimos dez anos - US\$ 2,1 bilhões, uma expansão de 36,1% sobre 2006 (US\$ 1,5 bilhão). Em 2007, as vendas do Paraguai ao Brasil aumentaram 46,7% em relação a 2006. Por outro lado, observou-se elevação no *déficit* comercial do Paraguai com o Brasil em 2007, a refletir taxa de aumento nas importações (49%) ligeiramente superior à taxa de crescimento das exportações paraguaias para o mercado brasileiro (47%). Neste contexto, o *déficit* comercial do Paraguai com o Brasil ascendeu a US\$ 1,09 bilhão no período, em contraste com o valor de US\$ 670 milhões observado em 2006. O desempenho das exportações brasileiras no mercado paraguaio implica o retorno do país à posição de principal origem das importações paraguaias - posição ocupada pela China em 2006.

Nos dois primeiros meses de 2008, o crescimento da corrente de comércio foi de 175,7% - comparado ao mesmo período do ano passado.

RELACIONAMENTO COM O BRASIL

As relações bilaterais Brasil-Paraguai são profundas e abarcam, de forma abrangente, todos os campos.

No âmbito político, superadas as crises institucionais dos anos 1990, que exigiram envolvimento do Brasil e de seus parceiros no MERCOSUL, o relacionamento bilateral carece de uma integração maior entre partidos e outros atores políticos das duas sociedades. A ausência de organizações de maior peso na sociedade civil paraguaia também se reflete na carência de um diálogo mais estruturado com esse setor da vida política brasileira.

No campo econômico, o Brasil tem buscado marcar claramente nossa posição em favor do fortalecimento da economia formal para adequar o país aos requisitos dos processos de integração mercosulina, sul-americana e global, que supere a desgastada tradição rentista dos principais agentes econômicos paraguaios.

O cenário interno paraguaio ainda não permitiu aos dois países amadurecer integralmente uma agenda integrada de cooperação que aponte para o futuro e reflita cabalmente a importância estratégica do relacionamento bilateral.

Dois fatores centrais permeiam todo o relacionamento bilateral: (i) o significado de Itaipu para a economia dos dois países; e (ii) a presença de brasileiros e descendentes que vivem no Paraguai.

A percepção de que o Tratado de Itaipu deve ser revisto por conter cláusulas supostamente lesivas ao interesse do Paraguai tem sido amplamente difundida e ainda não desapareceu do imaginário paraguaio, alimentado por recorrentes campanhas de órgãos da imprensa. A assinatura do Memorando de Entendimento que eliminou o fator de ajuste ligado à inflação norte-americana tirou um argumento dos críticos mais acerbos, mas o assunto da “iniquidade” do tratado segue em evidência.

De modo análogo, as dificuldades políticas e econômicas para o Paraguai decorrentes do esgotamento definitivo do modelo de triangulação comercial em Ciudad del Este repercutem no relacionamento com o Brasil e com o MERCOSUL, de que é expressão visível o ambiente freqüentemente conturbado na Ponte da Amizade. Esse quadro agrava, por sua vez, a animosidade contra a numerosa comunidade de brasileiros que reside no Paraguai. Os imigrantes brasileiros enfrentam permanentes dificuldades para regularizar sua situação migratória e seus títulos de propriedade no Paraguai.

No plano comercial, o importante déficit comercial do Paraguai com o Brasil contribui para acentuar um sentimento de frustração com a expectativa inicial daquele país de que o MERCOSUL assegurasse diversificação de sua economia e acesso ampliado ao mercado brasileiro.

Em 2005, como parte de esforços para dinamizar as relações bilaterais, o Governo brasileiro promoveu reuniões de coordenação que resultaram em iniciativas na área energética (atualização do fator de ajuste sobre a energia cedida de Itaipu), de transportes (assinatura do novo acordo para a construção da Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná) e comercial (criação da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral). Esses encontros foram igualmente úteis para estimular, no seio do próprio Governo brasileiro, a consciência da importância estratégica das relações com o Paraguai.

O Brasil também se dispôs a examinar medidas voltadas para a flexibilização setorial de regras de origem, normas técnicas e reconhecimento mútuo de controles fitossanitários, que ampliem as possibilidades de acesso ao mercado brasileiro para produtos de exportação do Paraguai (e também do Uruguai).

Na mesma linha, o Brasil doou ao Paraguai R\$ 6.600.000,00 para a reforma da cabeceira paraguaia da Ponte da Amizade e aprovou Fundo de Apoio à Economia Paraguaia no valor de R\$ 20 milhões.

No contexto da prioridade política conferida ao Paraguai, estão em curso ou em fase de negociação projetos de cooperação nas seguintes áreas: meio ambiente, educação, cultura, formação profissional, agropecuária, agricultura familiar, setor postal e saúde.

TEMAS DA AGENDA BILATERAL**ITAIPU**

Itaipu Binacional é responsável pelo fornecimento de cerca de 20% da energia elétrica consumida no Brasil e de praticamente toda a energia elétrica consumida no Paraguai. Repassou ao Tesouro paraguaio recursos da ordem de US\$ 307 milhões em 2007, dos quais US\$ 206,7 milhões a título de royalties e US\$ 100,3 milhões como compensação pela energia cedida ao Brasil.

Apesar da importância desses recursos para o financiamento do Estado paraguaio, verifica-se percepção generalizada, por parte de autoridades, imprensa e setores empresariais, de que o Tratado de Itaipu seria injusto e espoliativo. Os principais pontos criticados por comentaristas especializados são:

- a) a obrigatoriedade de que o Paraguai venda ao Brasil a energia que não consome, o que impediria o país de comercializar livremente o excedente energético de que dispõe;
- b) o preço pago ao Paraguai pela energia cedida ao Brasil, que seria “irrisório”. Essa reclamação parte do princípio de que o preço da energia de Itaipu seria muito inferior aos praticados no mercado brasileiro. Compara-se o custo médio da energia que a binacional vende à Eletrobras (cerca de US\$ 37,8/MWh (megawatts-hora) em 2007), com preços alcançados em leilões recentes para entrega de energia futura (até US\$ 70/MWh) ou mesmo com os preços de termelétricas, que ultrapassam US\$ 100/MWh, sem levar em conta que essas centrais só operam sazonalmente, quando os reservatórios das represas estão baixos, e não respondem pelo grosso da geração elétrica, mantido por usinas de “base”, como Itaipu. Igualmente improcedente é a argumentação de que o “preço de mercado” da hidroeletricidade paraguaia deveria ser avaliado com base no custo da aquisição de petróleo para geração de energia termelétrica equivalente. Não há qualquer sentido em se comparar a modalidade mais barata de geração de energia elétrica – a hidroeletricidade – com uma das mais caras;
- c) a localmente chamada “dívida espúria”, fruto de anos de inadimplência da estatal paraguaia de eletricidade (ANDE) e de tarifas subsidiadas, que foi incluída no débito total de Itaipu por ocasião do refinanciamento de 1997.

O Governo brasileiro tem sido firme ao defender que considera equilibrado o Tratado de Itaipu. No entanto, o Brasil mostrou-se receptivo à reivindicação do Governo paraguaio de obter maior receita com Itaipu e, nesse sentido, foi acordada, à margem da XXIX Cúpula do MERCOSUL, em dezembro de 2005, a revisão do fator de multiplicação para cálculo do pagamento pela energia cedida. A medida representou um rendimento adicional de US\$ 21 milhões anuais ao Paraguai. No mesmo sentido, o Presidente Duarte Frutos e o Presidente Lula assinaram, à margem da XXXI Cúpula do Mercosul, em janeiro de 2007, no Rio de Janeiro, Memorando de entendimento para eliminar o fator de correção pela inflação estadunidense dos contratos assinados entre a Eletrobras, a ANDE e Itaipu, antiga reivindicação dos críticos de Itaipu.

Simultaneamente, a Eletrobras, a ANDE e Itaipu assinaram documento que uniformiza parâmetros técnicos de operação da hidrelétrica, o que permitirá a contratação de toda a energia disponível, correspondente à geração de 18 turbinas.

Ressalte-se que as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da binacional, reguladas pelo Anexo C do Tratado, são passíveis de revisão somente em 2023, consoante o Artigo VI daquele Anexo. Na atualidade, Itaipu tem um faturamento ajustado para cobrir suas despesas anuais, compostas por pagamentos referentes ao principal e juros da dívida (hoje cerca de US\$ 18 bilhões), aos encargos/benefícios devidos aos dois países e às despesas de operação e manutenção.

ELIMINAÇÃO DO FATOR DE AJUSTE DA DÍVIDA (Lei 11.480/2007)

A Lei 11.480/2007 autorizou a renegociação da dívida de Itaipu com a Eletrobras e o Tesouro brasileiro. A Eletrobras ficou autorizada a recuperar contabilmente, na tarifa de repasse às distribuidoras, até 94% do valor equivalente ao fator de ajuste. A aplicação da tarifa interna de repasse (compensação interna para substituir o fator de ajuste) vigora desde 1º de janeiro de 2008.

FINANCIAMENTO DE LINHA DE TRANSMISSÃO

O Paraguai tem enfrentado dificuldades para garantir a segurança do fornecimento de energia elétrica ao mercado interno, em razão da saturação do sistema doméstico. Obra crucial para reverter o atual quadro de insegurança no fornecimento de energia elétrica no país é a construção de linha de transmissão de 500 Kv da Subestação Margem Direita de Itaipu até a Subestação Límpio, nos arredores de Assunção.

Em junho de 2007, foi assinado Protocolo de Intenções entre os governos do Brasil e do Paraguai sobre cooperação técnica para a elaboração do projeto básico da linha de transmissão entre a subestação Itaipu - Margem Direita e a subestação de Límpio, em Assunção, com tensão de 500kV. No instrumento, a coordenação do convênio de cooperação foi delegada à Eletrobrás e à Ande.

Firmou-se, em janeiro de 2008, Protocolo de Intenções entre Itaipu, Eletrobrás e Ande. Como parceira responsável pela execução do estudo, Itaipu contratou a LEME Engenharia para elaborar o projeto básico.

REGIME DE TRIBUTAÇÃO UNIFICADA (RTU)

Atendendo a compromisso assumido pelo próprio Presidente Lula no Paraguai, foi elaborado projeto de lei (PL 2105/2007) que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, mediante pagamento unificado de impostos e contribuições federais, observado limite máximo anual de valor das mercadorias importadas, a ser fixado pelo Poder Executivo. A proposta visa a racionalizar e simplificar o comércio por via terrestre com o Paraguai, estabelecendo as condições para que essas operações possam ser feitas com transparência e com critérios objetivos para a fiscalização aduaneira. Busca, ademais, favorecer a redução dos históricos

superávits brasileiros com o Paraguai. É matéria de grande interesse da sociedade paraguaia, que aposta na capacidade de a iniciativa contribuir para a formalização da economia de Ciudad del Este (CDE). O governo paraguaio tem buscado, igualmente, favorecer essa formalização através de recentes medidas como a inclusão dos eletrônicos na lista de exceções da TEC e a criação de um regime de incentivo à produção de bens de alta tecnologia. Objetiva-se, assim, substituir o comércio de triangulação em CDE pela montagem/produção de bens localmente.

Em 13/3/08, o PL 2105 foi aprovado na Câmara e seguiu para análise do Senado, onde recebeu a identificação PLC 027/2008. Atualmente, encontra-se sob análise de 3 Comissões (Constituição, Justiça e Cidadania; Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Assuntos Econômicos), além da Representação Brasileira no Parlasul.

PONTE DA AMIZADE

Brasil e Paraguai estão comprometidos com a revitalização da área de fronteira, com a facilitação do comércio legítimo e do fluxo turístico, e com o combate aos ilícitos. Tais compromissos constam da agenda bilateral dos dois países e têm sido reafirmados continuamente.

O Brasil já concluiu as duas fases de melhorias nas instalações da cabeceira brasileira da Ponte da Amizade. Toda a área de circulação de pessoas e mercadorias na fronteira (zona primária) foi melhor organizada.

Como o lado paraguaio não dispunha de recursos para implementar as reformas em sua cabeceira, o Governo brasileiro doou, para tal fim, R\$ 6,6 milhões. A Embaixada do Brasil já repassou a integralidade das verbas ao Governo paraguaio e vem acompanhando o cumprimento do acordado no Memorando Operativo, firmado em novembro de 2006. A Etapa I do projeto foi cumprida satisfatoriamente, como atestado por relatório emitido, em janeiro de 2008, pela empresa de consultoria BDO Rubinsztein & Guillén. As obras deverão ser concluídas apenas no início de 2009.

FUNDO DE APOIO À ECONOMIA PARAGUAIA

A Lei 11.444, de janeiro de 2007, autorizou a doação de R\$ 20 milhões para projetos de cooperação com o Paraguai nas áreas aduaneira, de pequenas empresas (incubadoras de projetos) e agricultura familiar.

O fundo é um gesto adicional do Governo brasileiro em favor do Paraguai, não se confundindo com os Fundos Estruturais do Mercosul. Em 3/12/07, os recursos foram transferidos pela Receita Federal ao Banco Central do Paraguai. Desde então, vêm sendo administrados pelos Ministérios paraguaios da Indústria & Comércio e Agricultura & Pecuária, e pela Direção Nacional de Aduanas.

GREVE DOS AUDITORES DA RECEITA FEDERAL

Desde que teve início, pouco antes da Semana Santa, a greve de auditores da Receita Federal (RFB) tem criado sérios inconvenientes para a exportação de produtos paraguaios, em especial a soja.

A supersafra paraguaia de soja em 2008, embora não tenha ainda alcançado período de pico, tem sido responsável por aumento considerável no número de caminhões que cruzam entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Em tempos normais, cerca de 200 caminhões com produtos agrícolas atravessam a Ponte da Amizade, à noite, e são vistoriados por equipe de 40 fiscais. Por conta da paralisação, o número de auditores foi reduzido a um máximo de 5, o que tem levado a que mais de 800 caminhões estejam parados no porto seco da EADI-Foz do Iguaçu. As exportações brasileiras para o Paraguai também se ressentem com o movimento grevista, tendo a Petrobras Paraguay sido prejudicada pela falta de combustível de aviação procedente do Brasil.

A situação da oleaginosa ainda é mais complicada, pois, ao ser transportada de forma fracionada (cada declaração de importação-DI pode corresponder à carga de mais de 50 caminhões), o produto é obrigatoriamente direcionado ao canal amarelo. Assim, toda a documentação deve ser checada e um auditor precisa autorizar a liberação das cargas, o que atrasa consideravelmente o processo.

O quadro torna-se ainda mais grave por conta dos bloqueios nas estradas argentinas e das manifestações de ruralistas na Bolívia, que contribuem para isolar de forma mais completa o Paraguai. No momento, a única alternativa para o escoamento desimpedido da produção paraguaia reside no transporte das mercadorias pela Hidrovia Paraguai-Paraná.

SEGUNDA PONTE SOBRE O RIO PARANÁ

A decisão de construir uma segunda ponte sobre o Rio Paraná data de 1992. No entanto, tal disposição somente seria definitivamente instrumentalizada em dezembro de 2005, com a assinatura de novo acordo bilateral, que previa a construção, com recursos brasileiros, de uma ligação entre as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Franco. O custo da ponte está avaliado em US\$ 56,4 milhões e a duração da obra deve ser de 4 anos.

Os investimentos justificam-se pela prioridade atribuída à integração física sul-americana e às relações com o Paraguai. A obra, que visa a atender o notável incremento do fluxo de cargas e passageiros hoje realizado através da Ponte da Amizade (Foz do Iguaçu/Ciudad del Este), está entre os 31 projetos da "Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010" da IIRSA.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) Nº 32/2007, que avalia o texto do acordo de construção, já recebeu parecer favorável das três Comissões da Câmara a que foi submetido. A proposição deverá ser apreciada pelo Plenário, em regime de urgência.

O processo de licitação para a elaboração do projeto executivo da ponte, que havia sido iniciado pelo DNIT, teve de ser reiniciado, por vício de forma. Em 7/3/08, o DNIT publicou o novo edital no DOU. Estima-se que as obras tenham início no final de 2008 ou começo de 2009.

O BID financiará o projeto e as obras de acesso à Segunda Ponte, no lado paraguaio.

LOGÍSTICA DE TRANSPORTES

Em maio de 2007, foi criado o Grupo de Trabalho Brasil-Paraguai sobre Logística de Transportes, que já realizou três reuniões. Entre os temas tratados, destaca-se o aprofundamento dos estudos de factibilidade econômico-financeira de eventual conexão ferroviária entre os dois países, iniciativa tida como fundamental pelos paraguaios. A ferrovia deverá estabelecer ligação entre as cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu, em território brasileiro, e daí a Encarnación, no sul do Paraguai, o que facilitaria futuras conexões com o Pacífico (Antofagasta) e o Norte argentino (Resistencia). À luz das dificuldades paraguaias, o BNDES avalia a possibilidade de custear os estudos de viabilidade. O Governo brasileiro analisa, ademais, as condições para o financiamento integral do projeto.

O Paraguai teria interesse também na construção de uma ponte entre Carmelo Peralta e Porto Murtinho, assim como de uma ferrovia na região, de modo a articular logisticamente o Estado do Mato Grosso do Sul com o Chaco, tendo presente as prioridades identificadas por cada um dos países no âmbito dos trabalhos da IIRSA, relativos ao estabelecimento de corredores bioceânicos. Deverão ser realizados estudos de viabilidade, de forma modulada, para o corredor ferroviário entre Paranaguá e Antofagasta.

Em 22/08/07, realizou-se seminário, em Assunção, sobre a Hidrovia Tietê-Paraná, com o objetivo de divulgar as vantagens que esta alternativa de transporte poderia proporcionar aos exportadores paraguaios.

Da mesma forma, o Brasil dispôs-se a ajudar o Paraguai na preparação e execução de estudos de impacto ambiental nas intervenções que deverão ser feitas no trecho da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) sob jurisdição paraguaia, bem como no planejamento e execução de obras. A cooperação entre o MMA e o DNIT, do lado brasileiro, e os Ministérios paraguaios do Meio Ambiente e de Obras Públicas prevê, inclusive, o envio de missões técnicas nas próximas visitas. O Paraguai e a Argentina assinaram acordo de cooperação que permite a dragas argentinas operarem no trecho da hidrovia sob jurisdição paraguaia. O Paraguai sinalizou ter interesse em receber ajuda do Brasil tanto na dragagem do segmento entre Assunção e o Rio Apa quanto na implantação de sinalização em todo o trecho paraguaio.

Como se sabe, o transporte fluvial tem importância fundamental para a economia do Paraguai. Só no trecho paraguaio da HPP, transitam, anualmente, 18 milhões de toneladas de produtos, com a predominância de minério de ferro, soja, óleos, clínquer e combustíveis. Esse volume de carga corresponde ao triplo do volume transportado há quinze anos atrás e deverá elevar-se a cerca de 30 milhões de toneladas anuais, o que requererá soluções para os problemas atualmente observados, normalmente associados às condições cíclicas de estiagem do rio Paraguai. O coordenador paraguaio da IIRSA, Roberto Salinas, ressaltou que a Hidrovia congrega o maior número de projetos previstos no âmbito da Iniciativa (97), embora com dispêndio limitado a 4,1% do gasto total previsto naquela Iniciativa. Sugere-se também a utilização de recursos do FOCEM no financiamento de projetos relacionados à HPP.

PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA

O último projeto de infra-estrutura no Paraguai a contar com financiamento do BNDES (US\$ 77 milhões) foi a expansão da Ruta 10, entre os municípios de San Estanislao e Tacuará/Katueté. Até recentemente, no entanto, o lado paraguaio não parecia interessado em retomar discussões para o financiamento, por parte do Brasil, de novos projetos de infra-estrutura, em virtude das condições apresentadas no passado (juros, garantias, prazo, período de carência). Os termos oferecidos pelo Brasil seriam considerados *pouco atraentes, em relação aos obtidos junto a organismos financeiros internacionais*.

Em princípio, o Paraguai precisaria de financiamento externo para as seguintes obras viárias, consideradas prioritárias pelo Governo: conexão entre Loma Plata e Carmelo Peralta (incluindo a construção de ponte sobre o Rio Paraguai, na altura de Porto Murtinho); e a pavimentação da estrada entre Pindoty Porã e Cruce Guarani, na região oriental do país. Por outro lado, O Paraguai já teria solicitado ao BID empréstimos para a execução de outros trechos rodoviários, alguns dos quais haviam sido originalmente apresentados ao Brasil. Em dezembro de 2006, o então *Ministro de Obras Públicas do Paraguai, Pánfilo Benítez, viajou a Washington em busca de um empréstimo de US\$ 132 milhões, a ser usado no asfaltamento de 223 km de estradas.*

No que se refere à IIRSA, há aproximadamente sessenta projetos relativos ao Paraguai, com necessidade de investimentos da ordem de US\$ 7 bilhões.

Em setembro passado, o Congresso paraguaio aprovou empréstimo do “Japan Bank for International Cooperation (JBIC)”, no valor de US\$ 187 milhões, para a motorização da represa de Yguazú. Trata-se de crédito com prazo de quarenta anos para pagamento, dez anos de carência e juros de 0,75% ao ano. A usina terá potência instalada de 200 MW e permitirá à “Administración Nacional de Electricidad (ANDE)” aumentar sua capacidade de geração própria de energia.

MERCOSUL

Ainda que o Mercosul seja considerado vital pelo Governo paraguaio, setores da sociedade civil discutem a conveniência da permanência do Paraguai no Mercosul. As razões desse descontentamento, em síntese, são as seguintes:

- Falta de penetração nos mercados dos países maiores, Brasil e Argentina, atribuída à *existência de barreiras comerciais*;
- *Necessidade de ater-se à disciplina da Tarifa Externa Comum, o que, para o Paraguai, representou aumento de tarifas em diversos setores e a impossibilidade de negociar acordos em separado. É considerado lento o progresso no MERCOSUL de acordos comerciais que assegurem maior acesso aos mercados da Europa e dos Estados Unidos*;
- *Suposta ausência de um maior comprometimento brasileiro e argentino com o efetivo aprofundamento do bloco e a redução das assimetrias, na forma de planos de atração de investimentos externos, integração produtiva e concessão de linhas de crédito; e*

- **Suposto bilateralismo excessivo entre Brasil e Argentina, que colocaria o Paraguai (e o Uruguai) na posição de mero coadjuvante no processo de integração.**

O Brasil tem consciência de suas responsabilidades como maior economia da região e tem demonstrado empenho na superação das dificuldades enfrentadas pelos parceiros menores, por intermédio do estímulo a iniciativas como a do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Na XXXI Cúpula do MERCOSUL (Rio, jan/07), o Brasil propôs a antecipação da eliminação da dupla cobrança da TEC para os sócios menores, assim como a flexibilização das regras de origem. A proposta encontra resistências da Argentina e, por vezes, até mesmo no Paraguai e Uruguai.

Na mesma linha, o Governo brasileiro atribui a mais alta prioridade ao apoio de investimentos que reforcem a competitividade dos sócios menores do Mercosul, dentro e fora do bloco. O BNDES poderia cumprir papel positivo financiando investimentos e empreendimentos no Paraguai. O Banco tem se mostrado disposto a aumentar seus financiamentos para o Mercosul. Em 2005, criou modalidade de crédito específica para a internacionalização de empresas brasileiras. No Paraguai, a Cooperativa Industrial LAR utilizou-se dessa modalidade para investir US\$ 2,5 milhões em unidade de recepção de grãos em Iguazú, Departamento do Alto Paraná. Em 2006, o BNDES flexibilizou os critérios do índice de nacionalização exigido para a obtenção de financiamento do FINAME. Dos 60% de peças e partes brasileiras necessários no produto final, até um terço (20% do total) pode ser produzido nos demais países membros do Mercosul.

No entanto, a participação do BNDES em financiamentos produtivos e de infraestrutura nos sócios menores do Mercosul continua muito aquém do potencial do Banco como instrumento de integração, levando-se em conta o volume dos recursos disponíveis e a dimensão da demanda regional de apoio financeiro. Seria importante, por exemplo, estender a empresas dos sócios do Mercosul a possibilidade de acesso aos recursos do BNDES para investimentos locais, ainda que em "joint ventures" com empresas brasileiras. Também é fundamental seguir identificando projetos no Paraguai que possam ser financiados pelo Banco.

Outra demanda paraguaia relativa ao processo de integração regional refere-se à superação de assimetrias intrabloco. O Governo brasileiro tem insistido que o tratamento das assimetrias e a busca da integração produtiva entre nossos países são duas faces da mesma moeda. O estabelecimento do FOCEM constitui importante ponto de inflexão do processo de integração e fortalece a lógica de se tratarem as preocupações dos sócios menores por meio de medidas que contribuam para sua integração produtiva aos demais Estados Partes. No primeiro ano de existência do Fundo foram aprovados 18 projetos, no montante de US\$ 130 milhões. Até o momento, oito projetos paraguaios contam com financiamento do FOCEM, no valor de mais de US\$ 60 milhões, e doze outros estão sob análise, dois dos quais deverão ser aprovados na próxima reunião do GAHE-FOCEM, a realizar-se em Montevideu, em 8/4/08. Recentemente, o projeto "Mercosur Róga" enfrentou resistências no âmbito da UTF, por conta de deficiências técnicas, mas negociações entre as partes já permitem prever um entendimento positivo no curto prazo.

O Brasil também propôs a criação de um Fundo MERCOSUL de Apoio a Pequenas e Médias Empresas para complementar as atividades do FOCEM, mediante financiamento

direto, a taxas competitivas, às pequenas e médias empresas dos países do MERCOSUL envolvidas em projetos de interesse para a integração regional.

Atualmente, está sendo elaborado, no âmbito do Mercosul, “Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias no Mercosul (PESAM)”. O texto do documento indica objetivos de curto, médio e longo prazos em quatro pilares: ações para o desenvolvimento e integração das economias de países sem litoral marítimo; ações de apoio à competitividade; acesso a mercados e ações no marco institucional.

Outra crítica paraguaia ao Mercosul diz respeito à falta de coordenação de políticas macroeconômicas dos países-membros, como a ausência ou a escassez de incentivos fiscais e financeiros ao investimento industrial no Paraguai, em contraste com os incentivos que seriam concedidos nos países vizinhos.

A XXXIV Cúpula do MERCOSUL (Montevideu, 12/07) teve resultados muito positivos para o Paraguai. Além da aprovação de dois projetos financiados pelo FOCEM, foi aceita a prorrogação, até o final de 2015, da lista de exceções paraguaias à TEC. Na mesma linha, a firma do acordo com Israel ensejou expectativas de maiores exportações.

Cabe registrar que, em seminário organizado, em março passado, pelo Ministério da Fazenda do Paraguai e a JICA, foram apresentadas quatro simulações envolvendo a participação paraguaia no MERCOSUL (assimetrias; TLC com os EUA; negociações externas; e dupla cobrança da TFC). Das conclusões dos estudos, destacam-se: (a) negociar um TLC com os EUA, bilateralmente ou no formato 4+1, produziria resultados idênticos; e (b) em face das assimetrias existentes, seria negativa para o Paraguai a eventual eliminação da dupla cobrança da TEC, em um cenário onde não existissem listas de exceções nem regimes especiais.

COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO COMÉRCIO BILATERAL

Como parte dos esforços para dinamizar as relações comerciais bilaterais, foi criada, em outubro de 2005, a Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-Paraguai, que já se reuniu 12 vezes. O tratamento de casos pontuais, com o envolvimento das autoridades competentes e do setor privado, tem facilitado a solução a curto prazo de grande parte dos problemas apresentados, o que muito contribui para a superação dos irritantes bilaterais. Paralelamente aos encontros, realizam-se reuniões do Grupo de Trabalho de Integração Produtiva (vide item específico). Na última reunião da Comissão, ocorrida em 11/3/08, foram tratados diversos pontos de interesse do Paraguai, entre os quais destacam-se a questão dos pneus remoldados (analisada em tópico à parte), a simplificação nos trâmites de importação do Brasil e a implantação das áreas de controle integrado nas aduanas, *inter alia*.

No âmbito das ações voltadas para a intensificação do comércio bilateral, deve ser ainda destacada a organização, em 12/11/07, do Segundo Seminário “Como exportar para o Brasil”, no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI). Uma terceira edição está programada para maio de 2008, em Ciudad del Este.

GT BILATERAL SOBRE INTEGRAÇÃO PRODUTIVA

As negociações bilaterais em curso nos últimos meses resultaram na identificação de dois setores para a concentração de esforços com vistas à integração de cadeias produtivas: informática e duas rodas.

Para tal finalidade, conforme acertos feitos no último encontro do Grupo de Trabalho, em 11/3/08, realizou-se a missão de empresários e representantes do Governo paraguaio à Zona Franca de Manaus, nos dias 26 e 27 de março. As partes fizeram avaliação positiva da visita, não só pelos esclarecimentos proporcionados acerca dos modelos da Zona Franca de Manaus e da Lei de Maquila do Paraguai, mas também pelo exercício preliminar de prospecção de negócios. No que se refere a “informática”, acordou-se, como próximo passo, a visita de missão brasileira a Ciudad del Este, na primeira quinzena de maio, no dia seguinte ao da reunião do Comitê de Monitoramento do Comércio. Relativamente a “duas rodas”, reiterou-se a disposição do Brasil de organizar seminário sobre homologação de motos (legislação, requerimentos e procedimentos brasileiros), com a participação de representante do IBAMA, também em maio próximo, em data a ser proposta.

O Brasil e o Paraguai, adicionalmente, examinam possibilidades de integração produtiva nos setores seguintes: autopeças, biocombustíveis, combustíveis, madeira e móveis.

DEPÓSITOS FRANCOS NOS PORTOS DE CONCEPCIÓN E RIO GRANDE

Concepción: Empresários sul-matogrossenses desejam impulsionar a instalação de depósito franco em Concepción, como forma de escoar bens produzidos no Estado, especialmente grãos. O entreposto já estava previsto no convênio firmado por Brasil e Paraguai (promulgado pelo Dec. 42.920, de 30/12/1957), que concedia aos paraguaios o direito de manter depósito franco em Paranaguá. O estabelecimento do entreposto conta com o apoio do Governo do Mato Grosso do Sul e é bem visto pelas autoridades paraguaias.

Rio Grande: em 1987, foi assinado Convênio bilateral para a criação de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande, para cargas transportadas por ferrovia. Em face do grande interesse em servir-se daquele porto para a exportação de cereais a granel, o Governo do Paraguai solicitou a celebração de novo Acordo por Troca de Notas, que viria complementar o Convênio original, ao prever também a utilização por cargas transportadas por rodovia. O novo instrumento foi firmado em setembro de 2006. O Projeto de Decreto Legislativo 372/2007, que trata do tema, encontra-se sob análise de três Comissões da Câmara dos Deputados.

IMPOSTO DE RENDA SOBRE FRETISTAS PARAGUAIOS

Sobre os pagamentos feitos a freteiros paraguaios incide imposto de renda de 25% sobre o valor total do serviço prestado, enquanto os brasileiros pagam a mesma taxa, mas com incidência apenas sobre a renda presumida (que corresponde a cerca de 40% do valor total). Durante visita ao Paraguai, em maio de 2007, o Presidente Lula prometeu dar tratamento equânime aos transportistas paraguaios.

Em julho de 2007, o Executivo encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei 1650/2007, que propõe a isonomia tributária, tanto no que se refere à base de cálculo quanto à alíquota

aplicável. Desde então, o PL tramita na Câmara sob regime de urgência, tendo sido submetido à análise das Comissões de Viação e Transportes, Finanças e Tributação, e Constituição, Justiça e Cidadania.

COMBATE À FEBRE AFTOSA

Por conta dos focos de aftosa verificados no Brasil, na Argentina e na Bolívia em 2006, os três países, juntamente com o Paraguai, instituíram um programa conjunto de erradicação da aftosa, que incluiu a criação de Zonas de Alta Vigilância (faixas de 15 km em cada lado das respectivas fronteiras). As primeiras ações desse plano regional ocorreram justamente na fronteira Brasil-Paraguai.

Ademais dos entendimentos havidos no âmbito da OIE e do Mercosul, os dois países negociaram acordo bilateral sobre cooperação para o combate à febre aftosa, de natureza estritamente operacional, que prevê o trabalho conjunto e o compartilhamento de responsabilidades entre fiscais nas regiões de fronteira seca comum. Os Ministros da Agricultura de ambos os países mantiveram dois encontros em 2007, nos quais foi acertada a sincronização dos calendários de vacinação antiaftosa e apresentado o software “Sanidade Net”, que servirá para georreferenciamento e cadastro das propriedades rurais e dos rebanhos na área fronteiriça. Essa colaboração foi facilitada pelo Convênio de Cooperação sobre Saúde Animal em área de Fronteira, assinado durante visita bilateral do Presidente Lula, em maio de 2007.

Com base em simulações, como a ocorrida em fevereiro passado na cidade de Coronel Oviedo, as autoridades paraguaias têm checado as estratégias locais de combate à doença. De acordo com o titular do Serviço Nacional de Qualidade e Saúde Animal (Senacsa), Hugo Corrales, todo o rebanho paraguaio na zona de alta vigilância já foi cadastrado. Estima-se que a cobertura de imunização do rebanho bovino do Paraguai seja de 96%.

GESTÃO INTEGRADA DA BACIA DO RIO APA

Foi assinado, em setembro de 2006, o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa. O Acordo dá cumprimento ao Artigo 1º do Tratado da Bacia do Prata, de 23 de abril de 1969, no qual as Partes se comprometem a promover a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, assim como a formular entendimentos operativos ou instrumentos jurídicos que estimem necessários à utilização racional dos recursos hídricos, à preservação e ao fomento da vida animal e vegetal. O Acordo possibilita a ambos os países coordenarem uma gestão integrada, sustentável e integral, visando à melhoria do aproveitamento dos recursos da região e das condições de vida de seus habitantes. Encontra-se no Congresso Nacional para aprovação (Projeto de Decreto Legislativo 320/2007).

Está previsto a realização do Encontro Brasil-Paraguai para a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa no final do mês de junho de 2008. Pretende-se discutir formas de intercâmbio entre as instituições de ambos os países para a implementação do Acordo.

PRESERVAÇÃO DA FAUNA AQUÁTICA NOS RIOS LIMÍTROFES

O Acordo foi assinado em setembro de 1994. Em maio de 1999, foi assinado Protocolo Adicional ao referido Acordo, com o objetivo de estabelecer normas reguladoras para a exploração dos recursos aquáticos e o exercício das atividades pesqueiras. Foram realizadas três reuniões do Grupo de Trabalho para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes. A cooperação bilateral, entretanto, não logrou avançar em função da falta de harmonização legislativa interna no Brasil, a qual impede que se proponha ao lado paraguaio critérios uniformes, relativos, por exemplo, ao comprimento mínimo dos peixes para que sua captura seja autorizada. Seria importante obter do MMA/IBAMA informação precisa sobre o processo de harmonização da legislação pesqueira federal e estadual (Paraná e Mato Grosso do Sul) e dar seguimento a conversações com o Paraguai para definir um conjunto de medidas concretas de harmonização de normas de pesca, fiscalização conjunta e cooperação. Está pendente uma nova reunião do GT, que permita obviar a dificuldade encontrada para fazer avançar esse mecanismo bilateral, especialmente no que se refere às diferenças de legislação em matéria de veda pesqueira.

ENERGIA

Biocombustíveis

A legislação paraguaia determina a obrigatoriedade da mescla de etanol à gasolina na proporção de 18% a 24%.

O Paraguai tem experimentado um *boom* de investimentos na produção de biocombustíveis, sobretudo de etanol. Os investimentos na produção de etanol poderão atingir US\$ 1 bilhão até 2015, com geração de 140 mil empregos e exportações de US\$ 400 milhões. Espera-se que o país possa gerar excedente exportável já em 2008.

O Paraguai também tem interesse na instalação de micro-destilarias de etanol. Em reunião realizada na sede de Itaipu, no dia 20/4/07, o Ministro Reinold Stephanes assegurou ao seu contraparte paraguaio que o Brasil deseja transferir, também em benefício do Paraguai, a tecnologia que detém na produção de etanol.

A cooperação para o desenvolvimento da produção de biodiesel no Paraguai também tem sido objeto de reiteradas demandas por parte do Governo paraguaio. O Ministério da Indústria e Comércio (MIC) do Paraguai solicitou informações sobre o programa de biodiesel brasileiro e manifestou interesse em obter cooperação tecnológica e investimentos nessa área, particularmente em sua vertente de potencial instrumento de apoio à agricultura familiar. O Paraguai apresenta vantagens comparativas, como abundância de terras e mão-de-obra barata. Espera-se que a produção de biodiesel movimente investimentos de US\$ 400 milhões, gerando exportações de até US\$ 250 milhões e 120 mil empregos. A cooperação para a produção de biodiesel foi objeto de Memorando de Entendimento entre o MDIC e o MIC, firmado em 16/12/2004. O documento prevê cooperação para o desenvolvimento de projetos para a produção de etanol e biodiesel.

Durante a visita do Senhor Presidente da República em maio de 2007, foi assinado Memorando de Entendimento entre os dois Governos, que prevê a criação de Grupo de Trabalho Bilateral e Plano de Ação para o desenvolvimento de biocombustíveis no Paraguai.

que teriam como propósito identificar as atividades necessárias para fomentar o desenvolvimento da indústria de biocombustíveis no Paraguai.

O Governo paraguaio examina a concessão de incentivos à importação de veículos *flex-fuel*. O projeto tem por objetivo estimular o consumo de biocombustíveis no país, e reduzir a dependência da importação de derivados do petróleo.

Combustíveis fósseis e outras fontes de energia

O Paraguai não dispõe de reservas comprovadas de petróleo ou gás natural. Embora tenha havido prospecção na região do Chaco desde 1947, até o momento só foram registrados vestígios de combustíveis fósseis, sem condições de exploração econômica. O país conta com apenas uma refinaria - em *Villa Elisa*, nos arredores de Assunção - que se encontra desativada, em função de sua obsolescência. Desse modo, todos os derivados de petróleo consumidos no Paraguai são importados. No mercado local de combustíveis líquidos, o óleo diesel, a preços subsidiados, participa com 80% e a gasolina pura ou com adição de etanol com os restantes 20%.

O gás natural não faz parte da matriz energética paraguaia, sobretudo em função da ausência de conexão com a rede regional de gasodutos, a despeito da assinatura, em 1996, de um protocolo de intenções para compra de gás boliviano, e de vários projetos para a construção de gasodutos, idealizados na década de 90, mas que não chegaram a se materializar.

Petrobras

A empresa está presente no Paraguai desde abril de 2006, em virtude da aquisição dos ativos da *Shell*. Atua somente na comercialização de combustíveis e lubrificantes, ocupando a liderança do mercado, com participação de 20%. A empresa já investiu US\$ 5 milhões e anuncia planos de investir mais. Nesse período, a Petrobras Paraguay atingiu, igualmente, a condição de 4º maior contribuinte do país. Para o segundo ano de operação, estão previstos investimentos de até US\$ 1,5 milhão no parque de armazenamento da empresa, mediante a construção de dois tanques para etanol e diesel, de 2500 m³ cada um, bem como com a instalação de planta fracionada de gás liquefeito de petróleo (GLP).

Apesar de estimulada pelas autoridades locais a envolver-se na prospecção de petróleo e gás no país, a Petrobras Paraguay afirmou não ter interesse na atividade, em razão de a análise de dados sísmicos e geológicos não haver indicado viabilidade de exploração econômica. Na mesma linha, a empresa tem descartado investimentos na produção de biocombustíveis.

A Petrobras Paraguay tem planos de construir estruturas (tanques e esferas) para armazenamento de etanol e GLP, o que representaria investimentos de até US\$ 7 milhões no curto prazo, ensejando oportunidades para a indústria da construção civil e metal-mecânica. A empresa promoveria licitação internacional que exigiria associação com empresas paraguayas, de forma a contemplar a geração de empregos no país.

DOAÇÃO DE VACINAS CONTRA A FEBRE AMARELA

Repercutiu amplamente na imprensa paraguaia a remessa, em fevereiro último, de 850 mil doses de vacinas contra febre amarela, fornecidas pelo Ministério da Saúde do Brasil. A iniciativa brasileira foi decisiva para conter a escalada da doença que, em meados do mês, alarmava população, meios de comunicação e parte das autoridades paraguayas. A imprensa paraguaia tratou empréstimos e doações de modo diferenciado, embora reconhecendo o caráter solidário de ambos.

Na esteira dos entendimentos mantidos entre os dois países, ficou acordado, ainda, que o Governo brasileiro doaria 20 mil unidades de medicamentos contra tuberculose ao Ministério da Saúde paraguaio.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Governo brasileiro considera prioritária a cooperação técnica com o Paraguai, cujo programa contempla a implementação de projetos e a execução de ações pontuais. As iniciativas concorrem para superar as assimetrias existentes entre os dois países, tendo sempre como referência a elaboração de uma agenda orientada pela demanda paraguaia.

Oito projetos de cooperação técnica bilateral encontram-se atualmente em implementação no Paraguai. Compreendem as áreas de saúde (banco de leite humano), agronegócio (cadeias produtivas), agricultura familiar (políticas públicas), formação profissional (centro de formação profissional de Hernandarias), cultura (patrimônio histórico, diversidade cultural e museologia) e comunicações (serviços postais).

Seis projetos encontram-se em exame pela parte brasileira: agricultura familiar (produção leiteira), educação (técnica e indígena), energia elétrica (linha de transmissão), análise sócio-demográfica e segurança rodoviária (Sistema BR-Brasil).

Aguardam o início da implementação projetos já assinados nas áreas de energia (biocombustíveis) e saúde (combate à dengue). Projetos na área de estatística (cadastramento de cidadãos brasileiros e paraguayos na fronteira) e de segurança alimentar (Cozinha Brasil) encontram-se em fase de negociação. Missão da ABC deverá ser enviada ao Paraguai em abril, para avaliar o estágio de implementação dos projetos assinados, finalizar as negociações em andamento e identificar novas ações de cooperação.

No contexto da revitalização do processo de cooperação fronteiriça bilateral, tem-se reunido regularmente o Foro de Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. O mecanismo tem por objetivo estimular a redução de assimetrias nas regiões de fronteira e promover o desenvolvimento sustentável da Bacia de Itaipu. Os compromissos assumidos visam ao aprofundamento da integração nas áreas de saúde, turismo, educação, artesanato, infraestrutura viária, cadeias produtivas, sanidade animal, entre outros.

COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL

Em novembro de 2006, por ocasião do encontro do Chanceler Celso Amorim com seu homólogo paraguaio, decidiu-se estabelecer ampla agenda de cooperação estratégica com vistas a estreitar os laços culturais e educacionais entre os dois países. Como consequência do

encontro, foi realizada, em março de 2007, em Brasília, a I Reunião da Comissão Mista Cultural e Educacional Brasil-Paraguai. Na ocasião, foram discutidos os Programas de Trabalho nas áreas cultural e educacional para implementação imediata e assinado o Programa Executivo Cultural, para o período 2007-2009.

Em seguimento às decisões tomadas pela Comista, uma Missão Cultural e Educacional brasileira deslocou-se a Assunção em abril de 2007, onde foi assinado o Programa Executivo Educacional para o triênio 2007-2009, fortalecendo a cooperação nas áreas de Pós-Graduação, concessão de bolsas de estudo, assistência técnica, ensino da língua portuguesa, intercâmbio de professores e estudantes de graduação, educação profissional e tecnológica.

Como consequência da Reunião da Comissão Mista Cultural e Educacional, foram assinados em 2007, com o apoio da ABC, dois projetos de cooperação técnica nas áreas de capacitação em museologia e desenvolvimento do setor do patrimônio cultural, visando o compartilhamento de experiências e a formação de recursos humanos nessas áreas. A ABC apoiou também o intercâmbio de experiências nas áreas de políticas públicas de cultura e da diversidade cultural, ao possibilitar a vinda a Assunção de importantes quadros do Ministério da Cultura ao longo 2007.

Prosseguem, ademais, os entendimentos entre autoridades de ambos os países para o fortalecimento do ensino da língua portuguesa no Paraguai, mediante a criação de uma licenciatura plena em língua portuguesa na Universidade Nacional de Assunção e de uma licenciatura curta em língua portuguesa com o apoio do MEC paraguaio, destinada à formação de professores de português para o ensino no nível médio. Ambas as iniciativas dependem, fundamentalmente, do apoio da CAPES.

Registre-se, por fim, a abertura, em fevereiro de 2008, de um leitorado de língua e cultura brasileira junto à Universidade Católica de Assunção, com o apoio da DPLP/DC/MRE e da CAPES.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

O Acordo entre os Governos do Brasil e do Paraguai regulando as atividades da Missão Militar Brasileira de Instrução neste país foi assinado em 3 de agosto de 1948, a fim de sistematizar a cooperação que já vinha sendo prestada ao Exército paraguaio desde maio de 1942. Com o fim do regime Stroessner, em 1989, o Paraguai passou a rever todos os acordos militares bilaterais, havendo denunciado, em 1994, o acordo de cooperação que tinha com o Brasil. A cooperação foi retomada a partir de 1996, mediante a assinatura do "Acordo de Cooperação Militar Brasil-Paraguai", que prevê, além da realização de operações conjuntas, o intercâmbio com fins científicos, tecnológicos, culturais e de aperfeiçoamento na área militar. Esse instrumento foi renovado em 2001 e 2006, por mais cinco anos.

A visita em agosto de 2006 do então-Ministro da Defesa Waldir Pires - a primeira de um Ministro da Defesa brasileiro - foi percebida em Assunção como gesto de grande relevância. Na oportunidade, firmou-se Memorando de Entendimento que estabelece o Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (GTBD) Brasil-Paraguai, que possibilita o tratamento, em nível ministerial, de questões no plano político-estratégico.

Durante a visita do Presidente da República ao Paraguai em junho de 2007, acompanhado do então Ministro Waldir Pires, foi assinado o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa (pendente de aprovação no Congresso) e estabelecido Mecanismo 2+2 de Consulta e Avaliação Estratégica.

Pode-se, assim, afirmar que a cooperação bilateral em matéria de defesa passa por momento particularmente auspicioso. Contribuiu para o adensamento dessas relações uma seqüência de gestos concretos do Governo brasileiro, entre as quais se destacam:

- (i) o treinamento e a integração de militares paraguaios aos contingentes brasileiros na MINUSTAH. O Paraguai já enviou três pelotões ao Haiti graças à cooperação brasileira. Há a solicitação, ainda pendente de resposta, de envio de um quarto escalão.
- (ii) a repotencialização de 40 veículos blindados de fabricação brasileira em serviço no Paraguai.
- (iii) a doação, em dezembro de 2005, de 6 aeronaves de treinamento básico e avançado EMBRAER T-25, revisadas e com peças de reposição.
- (iv) O oferecimento de vários cursos de capacitação profissional no Brasil para militares paraguaios.

Em síntese, em todos os níveis, a cooperação militar bilateral, em função de sua longa história, se reflete em respeito e camaradagem dos militares paraguaios em relação a suas contrapartes brasileiras. E muito contribui para essa aproximação o fato de que vários oficiais e integrantes do alto comando paraguaio realizaram cursos de formação no Brasil. Recentemente, oficiais paraguaios realizaram no Brasil cursos de especialização em 12 diferentes áreas de cooperação militar.

Tais aspectos viabilizaram a consolidação da doutrina militar brasileira como a doutrina básica seguida atualmente pelas forças armadas paraguaias e fazem com que o momento atual constitua oportunidade inédita para consolidar nossa posição de parceiro privilegiado do Paraguai no campo militar.

Dentre as oportunidades adicionais para o adensamento dessa cooperação cabe mencionar as seguintes ações:

- (i) a continuidade da incorporação de contingente paraguaio na MINUSTAH.
- (ii) a possibilidade de permutar um Boeing 707 e três EMB-326 Xavante, do Paraguai, por aviões T-27 Tucano utilizados pela FAB;
- (iii) a possibilidade de atender ao pedido paraguaio de reparação de tanques de combustível e adaptação de tanques Xavantes para uso em Tucanos da Força Aérea paraguaia, com o objetivo de realizar vôos treinamento de longa distância e patrulhamento da fronteira. Seria de todo interesse contribuir para que a Força Aérea Paraguaia padronize o mais possível seus meios aéreos com material brasileiro.
- (iv) o empreendimento de ações conjuntas de balizamento dos rios Paraguai e Paraná.

- (v) o pedido da Prefeitura Naval do Paraguai de fornecimento de 60 motores de popa para lanchas para patrulha dos rios Paraguai e Paraná, e a reforma do Navio de Patrulha Fluvial *Itaipu*, adquirido do Arsenal de Marinha em 1985.
- (vi) intensificação do programa de treinamento e formação, com o aumento da oferta de cursos de longa duração, com financiamento pelo Itamaraty e pelo Exército brasileiro. Cabe considerar o reforço do programa em vista de oferecimento similar que vem sendo feito por Argentina, Chile e EUA;
- (vii) promover a realização da primeira reunião do Mecanismo 2+2 de Concertação e Análise Estratégica, estabelecido durante a última visita do Sr. Presidente da República ao Paraguai, com a participação dos Ministérios de Defesa e Chancelarias dos dois países.

COMBATE A ILÍCITOS

O Brasil atribui importância aos temas relacionados à segurança fronteiriça e ao proveito mútuo que poderia advir da intensificação da cooperação com o Paraguai nessa área, de forma a possibilitar aos dois lados combater os ilícitos transnacionais de maneira mais efetiva e sistemática.

Desde o estabelecimento da Adidância da Polícia Federal junto à Embaixada em Assunção, tem-se intensificado a cooperação bilateral na área de tráfico de drogas e outros ilícitos. *Tal cooperação, que engloba intercâmbio de informações estratégicas, resultou em apreensões importantes de drogas, de armas e de narcotraficantes no Paraguai, bem como na resolução de seqüestros na zona fronteiriça. Somente em março de 2008, foram capturados pela SENAD, no Paraguai, em duas operações distintas, com intensa troca de informações com a Polícia Federal do Brasil, seis importantes narcotraficantes brasileiros, todos ligados ou ao Comando Vermelho ou ao Primeiro Comando da Capital.*

A cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a SENAD em matéria de drogas tem sido especialmente bem-sucedida no combate à maconha. A área plantada no Paraguai tem aumentando nos últimos anos, tornando necessário o início de esforço sustentado de erradicação de plantações à semelhança do que foi feito no Nordeste do Brasil. O Secretário Nacional Antidrogas paraguaio tem enfatizado a importância de ambos os países buscarem soluções conjuntas para reforçar as operações de repressão contra o narcotráfico no país. Pediu a doação de cinco veículos especializados a serem utilizados em operações da SENAD de combate ao narcotráfico no interior do país.

Vale ressaltar que, durante a III Reunião dos GTs sobre Temas Migratórios e Fundiários, realizada em Assunção, nos dias 13 e 14 de março de 2008, representante da SENAD pediu a cooperação do Brasil para a introdução no Paraguai de plantios alternativos aos cultivos ilícitos.

Ainda no que diz respeito ao narcotráfico, a Polícia Federal do Brasil, a SENAD do Paraguai e o Ministério Público paraguaio decidiram retomar, em março do corrente, a "Operação Aliança", agora intitulada "Nova Aliança". Voltadas precipuamente à erradicação de plantios de maconha, a Operação foi suspensa há cerca de quatro anos, após a queda acidental de um helicóptero da Polícia Federal do Brasil no Paraguai, que resultou na morte

de um policial. Os exercícios deverão ser reiniciados gradualmente no primeiro semestre de 2008, com concentração, em um primeiro momento, em Pedro Juan Caballero. Acordou-se que a Polícia Federal fornecerá 16.000 litros de combustível para os helicópteros paraguaios e um caminhão-tanque para o transporte desse combustível em território paraguaio.

Nota-se grande interesse da Polícia Federal em aprofundar a cooperação com o Paraguai. Em janeiro de 2007, 46 agentes especiais da SENAD realizaram cursos técnicos de aperfeiçoamento coordenados pelo DPF, em Brasília. O Secretário Nacional Antidrogas do Paraguai manifestou interesse em dar seguimento a essa cooperação. O DPF ultima providências para a realização de novo curso.

Também foi examinada possibilidade de cooperação com o Paraguai na área de inteligência e de documentos de viagem, com vistas ao estabelecimento, ou fortalecimento, de mecanismos de controle da região de fronteira.

Em 2005, foi criado o Grupo de Trabalho bilateral sobre Tráfico de Armas, que se reuniu pela primeira vez em maio de 2005, em Assunção. No âmbito desse mecanismo, foi firmado Memorando de Entendimento Bilateral para a Cooperação em Matéria de Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios Explosivos e Outros Materiais Correlatos, que prevê ações de cooperação e intercâmbio de informação para o combate ao tráfico ilícito de armas. Ainda encontra-se pendente de aprovação por ambos os países. Em 2008, deverá haver nova reunião desse mecanismo no Brasil, assim como da Comissão Mista Antidrogas Brasil-Paraguai. As datas para ambas as reuniões ainda não foram acordadas.

No que diz respeito à lavagem de dinheiro, o Diretor da Secretaria de Prevenção de Lavagem de Dinheiro ou Bens do Paraguai (SEPRELAD), preocupado com a movimentação ilícita de recursos financeiros na região da Tríplice Fronteira, propôs o reforço da cooperação com o Brasil nessa área. Em dezembro de 2007, o Diretor da SEPRELAD foi recebido, em Brasília, pelo Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), ocasião em que se decidiu estreitar a cooperação entre os dois países, por meio de programa que preveria, inicialmente, visita técnica de equipe do COAF à SEPRELAD, com estabelecimento de estudo e de plano de trabalho conjuntos.

COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

Em 2007, a Embaixada em Assunção foi instruída a propor à parte paraguaia Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, nos moldes do acordo recentemente assinado com a Argentina. O instrumento prevê autorização para estudo, trabalho, residência e compras para bens de consumo pessoal dos cidadãos fronteiriços no território da outra parte, dentro de limites pré-estabelecidos. As reservas paraguaias aos dispositivos sobre normas trabalhistas nas comunidades fronteiriças, antecipadas nas negociações do Grupo *Ad Hoc* sobre Integração Fronteira do Mercosul (GAHIFI), às quais se somam os problemas decorrentes dos conflitos em Ciudad del Este, apontam dificuldades em negociar acordo que abranja esta cidade. Estuda-se, portanto, a possibilidade de se implementar acordo dessa natureza somente para as cidades lindeiras da fronteira norte (fronteiras seca e nos rios Apa e Paraguai). Após ter apresentado uma série de objeções à negociação de instrumento de cooperação fronteiriça de escopo geográfico mais limitado, a Chancelaria paraguaia mostrou-se favorável a reexaminar o assunto.

No que tange aos Comitês de Fronteira, tal mecanismo já foi estabelecido em três fronteiras: Ciudad del Este–Foz de Iguazu, Salto del Guairá–Guairá(PR) e Pedro Juan Caballero–Ponta Porã. Desde 2004, foi estimulado o funcionamento e aperfeiçoamento desses comitês, que se reuniram diversas vezes. Houve registro de avanços concretos, em benefício das respectivas comunidades lindeiras. Os dois lados têm interesse em instituir novos comitês de fronteira na região limítrofe do Estado do Mato Grosso do Sul com o Departamento do Alto Paraguai, de forma a atender às necessidades daquela comunidade fronteiriça. Tal compromisso foi registrado na Declaração Conjunta da última visita do Senhor Presidente da República ao Paraguai.

No contexto da revitalização do processo de cooperação fronteiriça bilateral, realizou-se, em fevereiro de 2006, em São Miguel do Iguazu (PR), a III Reunião dos Prefeitos dos Municípios Lindeiros brasileiros e paraguaios ao Lago de Itaipu. Os compromissos adotados foram de aprofundar a integração fronteiriça nas áreas de turismo, educação e saúde, entre outras. Os trabalhos do foro não têm avançado desde então.

A Zona de Segurança Fronteiriça constitui assunto de grande interesse da comunidade fronteiriça brasileira. Em dezembro de 2004, foi aprovada no Congresso paraguaio lei que estabelece uma zona de segurança fronteiriça de 50 km de extensão, em que nacionais brasileiros, argentinos e bolivianos não mais poderão adquirir propriedades. Gestões do Presidente da República junto ao Presidente Duarte Frutos, em 2005, levaram a modificações dessa legislação: os atuais proprietários tiveram seus direitos preservados, mas ficaram proibidos de vender suas terras a qualquer de seus compatriotas. Empresas com capital majoritário dos três países fronteiriços também ficaram proibidas de adquirir terras naquela área.

Foi assinado por ocasião da visita do Senhor Secretário-Geral a Assunção Acordo que estabelece faixa *non-aedificandi* em zonas urbanas da fronteira Brasil-Paraguai. O Acordo, efetuado por troca de notas em 8 de abril, vem a substituir Acordo já firmado, em 8/8/07, em que erro de tradução na versão em português desvirtuava seu teor. Já existe instrumento bilateral relativo à zona *non-aedificandi* nas zonas rurais. Uma vez em vigor, o instrumento permitirá um monitoramento mais com vistas a evitar a edificação de imóveis próximos à linha internacional que dificultam os trabalhos da Comissão bilateral, bem como uma avaliação dos imóveis já existentes, em particular entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã.

TRÍPLICE FRONTEIRA E MECANISMO 3+1

Em 2002, Brasil, Argentina, Paraguai e EUA criaram o Grupo 3+1 sobre a Segurança da TF, que tem mantido reuniões anuais. Brasil, Argentina e Paraguai têm logrado incluir no Comunicado Conjunto, que encerra os encontros, menção ao fato de que não foram detectadas atividades operativas de terrorismo na área da tríplice fronteira.

Em termos da contribuição brasileira à segurança na tríplice fronteira, foram mencionados, na última reunião do Grupo, os seguintes pontos: apreensões de drogas e de armas na região; lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); resultados da cooperação entre o DPF e a SENAD paraguaia em operações pontuais; apresentação pela Secretaria de Receita Federal do estado atual das estruturas de controle na região de fronteira, em especial o desempenho das novas instalações de controle na Ponte da Amizade.

No que tange à cooperação, a delegação brasileira ofereceu vagas para funcionários da Argentina e do Paraguai em curso de formação de peritos criminais e agentes de polícia, a serem ministrados na Academia de Polícia, em Brasília. Da mesma maneira, foi oferecido, pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), curso especial para formação de 8 a 12 de agentes paraguaios na área de inteligência.

A COMUNIDADE BRASILEIRA NO PARAGUAI

O Paraguai conta com uma expressiva comunidade de brasileiros. No entanto, não há dados confiáveis sobre o tamanho dessa população, porquanto os dois países carecem de estudos e censos abrangentes e recentes sobre o assunto. Atualmente, o número estimado de brasileiros se situa entre 80 mil a 150 mil pessoas, cifra distante dos 350/400 mil constantemente mencionados.

Os brasileiros radicados no Paraguai dedicam-se principalmente à agricultura. Acostumados a uma produção agrícola eficiente, mecanizada e voltada para a exportação, ajudaram a elevar o Paraguai à quarta posição no *ranking* dos maiores produtores de soja mundiais, entre outros produtos agrícolas. São responsáveis por mais de 80% da soja produzida no país.

Não obstante, os imigrantes brasileiros são vítimas de pressões e de animosidade de certos setores no Paraguai. A grande maioria não conta com documento de regularização migratória.

Foram considerados muito satisfatórios os resultados das três reuniões dos Grupos de Trabalho Brasil-Paraguai sobre Assuntos Migratórios e Fundiários, realizadas em agosto e outubro de 2007, e em março de 2008. A própria celebração dos encontros já constitui importante avanço do Governo paraguaio ao buscar soluções para resolver os problemas nesse âmbito. Na 3ª reunião dos GTs, foram alcançadas uma série de resultados significativos na cooperação com o Instituto Nacional do Desenvolvimento Rural e da Terra (INDERT), com a Direção Geral de Migrações (DGM) e com a Direção Geral de Estatísticas, Pesquisas e Censos (DGEEC), os três órgãos técnicos que, juntamente com a Chancelaria, têm incidência direta no tratamento do tema da comunidade de brasileiros e seus descendentes no Paraguai. Mais significativa ainda é a clara indicação de que Executivo e Legislativo paraguaios compartilham o objetivo de ver prontamente aprovados os acordos do MERCOSUL que permitirão dar um quadro normativo definitivo para a questão da regularização migratória da comunidade de brasileiros no Paraguai.

TV DIGITAL

O processo decisório de escolha do sistema de TV digital paraguaio, conduzido pela agência de telecomunicações CONATEL, encontra-se em fase de elaboração de relatório técnico. O Brasil foi convidado a participar das transmissões experimentais dos sistemas disponíveis, previstas para o início de abril. Dos três sistemas concorrentes, apenas os europeus confirmaram, até o momento, sua disponibilidade para realizar provas técnicas no Paraguai.

O Presidente da CONATEL manifestou expectativa de que a escolha paraguaia "resulte em vantagens econômicas para o país", particularmente no que se refere ao

desenvolvimento industrial. Nesse sentido, afirmou que o Paraguai teria condições de "abrigar a base da indústria de montagem (ensamblaje) de equipamentos como os set top boxes", que poderiam ser exportados aos países sul-americanos com os quais o Paraguai compartilhasse padrão de TV digital. Acrescentou, ainda, haver interesse do Governo em "estimular a formação de joint-ventures e a integração de cadeias produtivas" em setores relacionados à TV digital. Reconheceu a preferência do setor privado paraguaio pelo padrão europeu de TV digital. Embora tenha afirmado que a CONATEL estaria "mais próxima do Brasil", a decisão paraguaia será pautada pela eventual garantia de contrapartidas concretas, particularmente no que se refere a modalidades de cooperação econômica.

ANEXOS

DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República do Paraguai
Superfície	406.752 Km ²
Localização	América do Sul
Capital	Assunção
Principais cidades	Assunção, Ciudad del Este, San Lorenzo, Luque, Capiatá, Lambaré
Idiomas	Espanhol e Guaraní
PIB (2007 - Estimativa EIU)	US\$ 11,6 bilhões
PIB "per capita" (2007)	US\$ 1.896
Moeda	Guaraní

Elaborado pelo MRE/DP/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados de EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report December 2007.

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS (2003-2007)

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2003	2004	2005	2006	2007
População (em milhões de habitantes)	5,7	5,8	5,9	6,0	6,1
Densidade demográfica (hab/Km ²)	14,0	14,3	14,5	14,8	15,0
PIB Nominal (US\$ bilhões) ⁽¹⁾	5,6	6,9	7,5	9,2	11,6
Crescimento real do PIB (%)	3,8	4,1	2,9	4,3	4,5
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	14,2	4,3	6,8	9,8	8,8
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ milhões)	908,9	1.168,1	1.287,1	1.701,7	2.407,0
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽²⁾	3,2	3,4	3,1	3,4	3,6
Câmbio (G / US\$)	6.424,3	5.974,6	6.178,0	5.835,5	5.094,2

Elaborado pelo MRE/DP/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados de EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report November 2007.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2006: Estimativa EIU.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (2004-2006)

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2004	2005	2006
A. Balança comercial (líquido - fob)	-245,5	-492,3	-201,3
Exportações	2.862,9	3.265,6	1.013,9
Importações	3.108,4	3.757,9	1.215,2
B. Serviços (líquido)	328,4	321,7	81,7
Receita	629,4	681,3	187,3
Despesa	301,0	339,6	105,6
C. Renda (líquido)	-138,9	-74,3	2,8
Receita	164,7	193,3	54,9
Despesa	303,6	267,6	52,1
D. Transferências unilaterais (líquido)	194,2	222,5	58,6
E. Transações correntes (A+B+C+D)	138,2	-22,4	-58,2
F. Conta de capitais (líquido)	16,0	20,0	5,0
G. Conta financeira (líquido)	47,2	59,8	-26,0
Investimentos diretos (líquido)	37,7	57,5	-58,1
Portfolio (líquido)	-0,1	0,0	0,0
Outros	9,6	2,3	28,1
H. Erros e Omissões	68,6	-109,9	118,3
I. Saldo (E+F+G+H)	270,0	-52,5	37,1

Fonte: Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, December 2006.

(1) Janeiro - março.

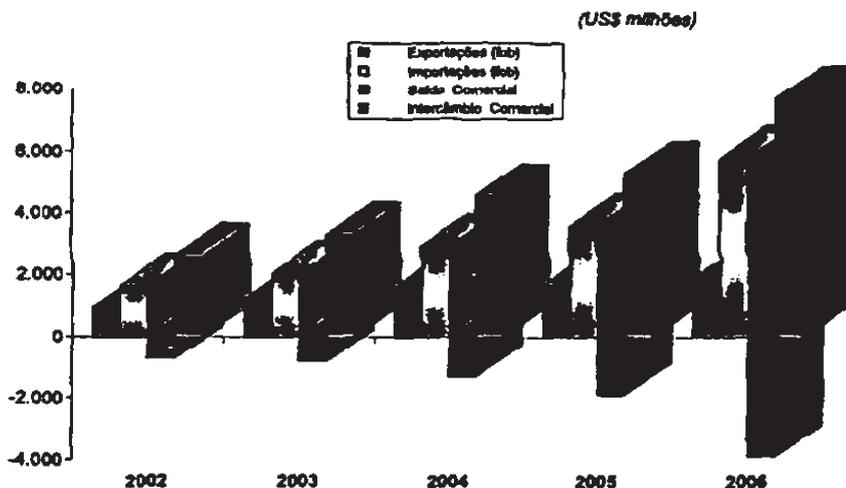
COMÉRCIO EXTERIOR DO PARAGUAI (2002-2007)

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽²⁾
Exportações (fob)	951	1.242	1.627	1.688	1.808	510
Importações (fob)	1.661	2.052	2.923	3.577	5.775	1.211
Saldo Comercial	-711	-810	-1.297	-1.889	-3.869	-701
Intercâmbio Comercial	2.812	3.293	4.550	5.284	7.681	1.721

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, 02 September 2007.

(1) Não gravada diretamente em dólares em comércio exterior Paraguai. As estatísticas são elaboradas bilateralmente pelo "último comércio", que inclui países em que importa em moeda local e depois converte para o comércio registrado. O "último comércio" inclui também bens importados pelo Paraguai para reexportação para os países membros, sendo difícil quantificar a importância realitariamente em valores transacionados. No quadro "Balanço de Pagamentos", os dados referem-se ao comércio exterior total (gráficos reexportação e "último comércio") e no quadro "Comércio Exterior", os dados são os "registrados".

(2) Janeiro - março.

COMÉRCIO EXTERIOR DO PARAGUAI
2002 - 2006

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, 02 September 2007.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (2004-2007)

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Uruguai	451	27,7%	478	28,4%	420	22,0%	288	23,7%
Brasil	313	19,2%	326	19,3%	328	17,2%	142	11,7%
Rússia	41	2,5%	101	6,0%	228	12,0%	123	10,1%
Argentina	102	6,3%	107	6,4%	169	8,8%	76	6,2%
Chile	30	1,8%	85	3,8%	131	6,9%	78	6,4%
Estados Unidos	55	3,4%	55	3,3%	67	3,5%	26	2,1%
Países Baixos	33	2,0%	47	2,8%	42	2,2%	44	3,7%
Suíça	67	4,1%	15	0,9%	34	1,8%	16	1,3%
Bolívia	22	1,4%	26	1,5%	29	1,5%	15	1,3%
Peru	20	1,2%	23	1,3%	28	1,5%	42	3,4%
Japão	18	1,1%	18	1,1%	25	1,3%	7	0,6%
Itália	25	1,5%	16	1,0%	21	1,1%	59	4,9%
Angola	7	0,4%	7	0,4%	21	1,1%	8	0,7%
China	44	2,7%	70	4,1%	20	1,0%	8	0,7%
Alemanha	14	0,9%	14	0,8%	19	1,0%	57	4,7%
Israel	15	0,9%	13	0,8%	16	0,9%	13	1,1%
Taiilândia	9	0,6%	12	0,7%	13	0,7%	7	0,6%
Espanha	9	0,6%	10	0,6%	12	0,6%	18	1,3%
Venezuela	9	0,6%	7	0,4%	10	0,5%	1	0,1%
França	11	0,6%	8	0,5%	9	0,5%	9	0,8%
Subtotal	1.295	79,6%	1.418	84,0%	1.641	86,1%	1.034	85,2%
Demais países	332	20,4%	270	16,0%	265	13,9%	179	14,8%
Total	1.627	100,0%	1.688	100,0%	1.906	100,0%	1.213	100,0%
IMPORTAÇÕES:								
China	483	16,6%	734	20,6%	1.568	27,0%	179	6,9%
Brasil	903	30,9%	972	27,2%	1.158	20,1%	500	22,4%
Argentina	681	23,3%	703	19,7%	787	13,6%	472	18,2%
Japão	95	3,3%	103	2,9%	478	8,3%	33	1,3%
Estados Unidos	119	4,1%	190	5,3%	372	6,4%	696	28,0%
Suíça	71	2,4%	151	4,2%	194	3,4%	142	5,5%
Venezuela	7	0,2%	6	0,2%	154	2,7%	1	0,1%
Alemanha	49	1,7%	56	1,6%	138	2,4%	53	2,1%
República da Coreia	30	1,0%	39	1,1%	85	1,6%	53	2,0%
Chile	39	1,3%	42	1,2%	80	1,4%	44	1,7%
Subtotal	2.478	84,8%	2.996	83,8%	5.015	86,8%	2.152	83,2%
Demais países	445	15,2%	580	16,2%	760	13,2%	436	16,8%
Total	2.923	100,0%	3.577	100,0%	5.775	100,0%	2.587	100,0%

Elaborado pelo MRE/PROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FIM - Direction of Trade Statistics, 02 November 2007.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

10 Junho - Junho

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (2006)

. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2006 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Sementes frutos oleaginosos, grãos	487	25,5%
Carnes e miudezas, comestíveis	422	22,1%
Cereais	216	11,3%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	142	7,4%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	118	6,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	99	5,2%
Pele, exceto a peleteria, e couros	71	3,7%
Algodão	51	2,7%
Ferro fundido, ferro e aço	31	1,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	28	1,5%
Subtotal	1.665	87,4%
Demais Produtos	241	12,6%
Total Geral	1.906	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.296	22,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	821	14,0%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	752	12,8%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	726	12,3%
Plásticos e suas obras	196	3,3%
Ferramentas, artefatos de cutelaria	163	2,8%
Adubos ou fertilizantes	156	2,6%
Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou esporte	137	2,3%
Produtos diversos das indústrias químicas	128	2,2%
Borracha e suas obras	125	2,1%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	117	2,0%
Ferro fundido, ferro e aço	82	1,4%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	71	1,2%
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria	71	1,2%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	68	1,1%
Produtos farmacêuticos	66	1,1%
Produtos químicos orgânicos	62	1,0%
Preparações alimentícias diversas	62	1,0%
Subtotal	5.099	86,7%
Demais Grupos de Produtos	780	13,3%
Total Geral	5.879	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPRDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Comtrade.

O Paraguai não informou dados comerciais ao banco de dados COMTRADE. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível.

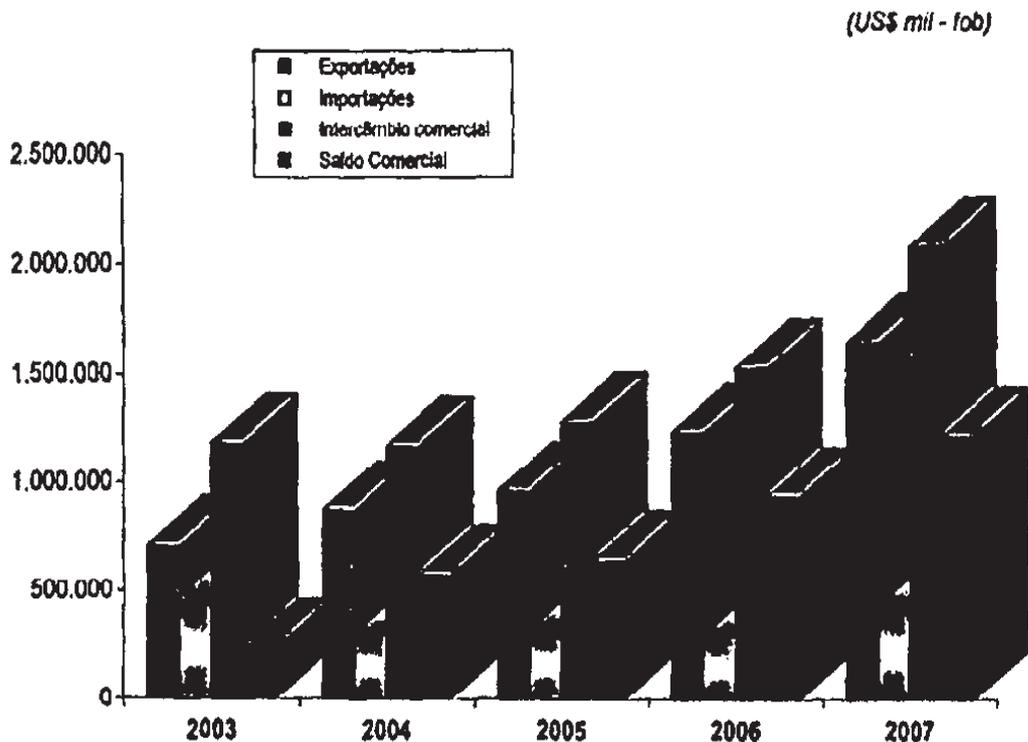
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-PARAGUAI (2003-2007)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL / PARAGUAI ⁽¹⁾ (US\$ mil - fob)	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações	708.760	873.353	962.721	1.233.639	1.648.191
Varição em relação ao ano anterior	26,6%	23,2%	10,2%	28,1%	33,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Mercosul	12,5%	9,8%	8,2%	8,8%	9,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,0%	0,9%	0,8%	0,9%	1,0%
Importações	474.760	297.826	318.936	295.899	434.039
Varição em relação ao ano anterior	23,9%	-37,3%	7,1%	-7,2%	46,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Mercosul	8,4%	4,7%	4,5%	3,3%	3,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,0%	0,5%	0,4%	0,3%	0,4%
Intercâmbio comercial	1.183.500	1.171.178	1.281.667	1.629.638	2.082.230
Varição em relação ao ano anterior	25,5%	-1,0%	9,4%	19,3%	36,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com o Mercosul	10,4%	7,8%	8,8%	6,7%	7,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,0%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
Saldo Comercial	234.000	675.628	643.785	937.740	1.214.162

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-PARAGUAI - TABELA (2003-2007)



Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-PARAGUAI (2004-2006)

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PARAGUAI	2005	%	2006	%	2007	%
(US\$ mil - feb)	no total	no total	no total	no total	no total	no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos e principais produtos)						
Adubos ou fertilizantes	198.169	12,1%	158.799	16,4%	229.378	13,4%
Adubos ou fertilizantes com nitrogênio, fósforo e potássio	84.830	5,7%	81.528	5,0%	114.754	7,0%
Adubos ou fertilizantes com fósforo e potássio	11.181	0,7%	46.281	3,7%	71.887	4,3%
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	188.348	12,3%	123.484	18,8%	218.888	13,3%
Outros aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas	5.330	0,8%	3.525	0,3%	18.838	1,1%
Cadeiras-desbuidadoras	252	0,0%	1.575	0,1%	17.508	1,0%
Outras máquinas e aparelhos para caheite	18.144	1,0%	9.628	0,7%	15.088	0,9%
Barramentos-robóticos	5.880	0,7%	7.225	0,5%	14.323	0,8%
Partes de out.máquinas e apara.pilhaeja, debulha, etc.	3.231	0,3%	3.473	0,3%	7.989	0,5%
Resfriadores de compressão, de uso doméstico	8.905	0,7%	7.527	0,8%	7.783	0,5%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	83.784	5,7%	998.282	18,1%	579.378	36,7%
"Gasóleo" (Óleo diesel)	48.038	4,8%	179.887	14,8%	153.417	9,3%
Óleos lubrificantes com aditivos	8.189	1,0%	10.727	0,8%	15.380	0,9%
Veículos automóveis, trinitros, ciclotos	83.394	5,8%	74.291	6,8%	128.888	7,8%
Outros trinitros	15.282	1,0%	10.738	0,8%	30.783	1,9%
Outros veículos automóveis com motor a diesel para carga até 5ton	11.135	1,2%	14.135	1,1%	21.188	1,3%
Automóveis c/ motor explosão, 1500	2.277	0,2%	8.820	0,8%	12.188	0,7%
Outras partes e peças, p/retros e veículos automóveis	4.888	0,5%	5.820	0,5%	7.988	0,5%
Anteparas, aparafusos e ressaltos esféricos	88.472	5,7%	87.873	6,4%	88.818	5,7%
Acumuladores eletr.de chumbo, p/arranque de motor p/veículo	3.888	0,4%	3.887	0,3%	7.888	0,5%
Apara. transm.de telefonia celular, para estação base	8	0,0%	0	0,0%	7.872	0,5%
Outros computadores eletr.p/uso em DV	828	0,1%	1.488	0,1%	6.882	0,4%
Borracha e suas obras	84.817	5,7%	72.828	6,8%	84.818	5,7%
Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	37.814	2,4%	31.888	2,8%	38.853	2,4%
Pneus novos para automóveis de passageiros	21.135	2,2%	24.987	2,9%	21.134	1,3%
Pneus usados e suas obras	81.883	5,3%	88.291	4,8%	74.892	4,7%
Outros pneus usados para ônibus ou caminhões	8.558	0,6%	10.818	0,8%	18.888	1,1%
Polipropileno sem carga, em forma primária	8.287	0,7%	7.283	0,8%	7.436	0,5%
Poliéster sem carga, densidade <0,94 em forma primária	8.884	0,8%	8.884	0,5%	5.728	0,3%
Produtos diversos das indústrias químicas	28.884	2,8%	27.338	2,3%	57.873	3,5%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	41.178	4,3%	48.881	3,8%	33.888	2,1%
Ferro fundido, ferro e aço	23.829	2,4%	38.284	2,8%	38.982	2,4%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	22.183	2,3%	23.771	2,1%	31.884	1,9%
Calçados, peles e artigos semelhantes e suas partes	18.888	1,9%	21.889	1,8%	37.878	2,3%
Produtos cerâmicos	14.887	1,5%	18.788	1,8%	34.878	2,1%
Preparações alimentícias diversas	14.888	1,5%	17.817	1,6%	23.781	1,4%
Fumo (tabaco) e seus subprodutos manufaturados	1.873	0,1%	8.881	0,7%	21.888	1,3%
Carneles	8.834	0,7%	18.788	0,8%	28.983	1,8%
Extratos, tinturas e similares	14.828	1,5%	18.847	1,5%	18.813	1,2%
Bebidas, líquidos alcohólicos e vinagres	11.888	1,2%	18.334	1,3%	18.784	1,1%
Sabões, agentes orgânicos de superfície	11.941	1,2%	14.328	1,3%	17.138	1,0%
Aplicares e produtos de condutora	8.888	1,0%	12.827	1,1%	14.881	0,9%
Subtotal	748.284	77,8%	891.888	88,4%	1.384.888	82,9%
Demais Produtos	213.457	22,2%	281.788	18,6%	281.531	17,1%
TOTAL GERAL	961.741	100,0%	1.223.676	100,0%	1.666.419	100,0%

Elaborado pelo IBRD/PROCE - Divisão de Informação Comercial, em base de dados de MERCOSUL/Estadística Aduaneira
 Base de produtos listados em ordem decrescente, sendo que zero ou valores aproximados em 2007.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PARAGUAI	2005	%	2006	%	2007	%
(US\$ mil - feb)	no total	no total	no total	no total	no total	no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Cereais	88.838	38,8%	128.788	42,8%	178.733	41,4%
Milho em grão, amarelo para sementeira	47.838	13,4%	78.777	23,9%	124.888	28,7%
Trigo (exceto tipo duro ou para sementeira) e Mgo com casca	45.122	14,1%	44.881	15,1%	38.215	8,1%
Algodão	11.277	3,8%	22.747	7,7%	38.888	8,8%
Algodão simplesmente desbuidado, não cardado nem penteado	1.881	0,2%	12.123	4,1%	28.873	6,8%
Fio algodão=83%, cru, simpl.fibra pent.182,3D=1<232,380	1.888	0,6%	2.218	0,7%	2.883	0,7%
Fio algodão=83%, cru, simpl.fibra pent.122,380=1<714,280	388	0,1%	848	0,2%	1.238	0,3%
Outros tipos de algodão não cardado nem penteado	8.881	2,2%	8.848	2,9%	1.815	0,2%
Sementes e frutos oleaginosos; grãos	74.418	23,3%	18.435	5,8%	28.881	6,3%
Outros grãos de soja, mesmo triturados	88.883	21,8%	8.557	2,8%	28.412	6,8%
Sementes de milho silvestre, luz tor, exc.para sementeira	2.288	1,0%	4.838	1,0%	4.287	1,0%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentícias, alimentes para animais	34.885	11,8%	27.888	8,8%	23.888	5,4%
Fibras e "pêlos", de extração de casca de casca	21.873	10,7%	25.383	8,8%	21.138	4,9%
Peles, exceto a peles de (incluindo com pelo) e couros	8.874	1,8%	18.888	6,8%	18.231	4,4%
Outros couros bovinos, incl.bêbidos, não div.unid.para fôr	182	0,0%	7.888	2,7%	11.888	2,8%
Outros couros bovinos, incl.bêbidos, div. unid.para fôr	3.188	1,8%	7.378	2,3%	8.745	1,8%
Couros int.bovinos, div. "wet blue", S=2,6m2	2.738	0,9%	1.174	0,4%	818	0,2%
Carneles, óleos e carnes animais ou vegetais	4.837	1,8%	8.188	1,9%	18.848	4,3%
Madeiras, carvão vegetal e obras de madeira	8.882	2,1%	18.318	3,8%	17.871	3,9%
Carnes e miúdos comestíveis	38.913	8,7%	8.443	2,8%	13.842	3,2%
Carnes desossadas de bovino, trechos ou refrigeradas	38.277	9,8%	8.524	2,8%	13.248	3,1%
Ferro fundido, ferro e aço	13.389	4,2%	11.283	3,8%	12.721	2,8%
Produtos ("ourles"), fibras e falsos tecidos	7.828	2,2%	7.177	2,4%	11.888	2,7%
Subtotal	285.488	88,8%	252.488	88,3%	388.878	88,8%
Demais Produtos	33.888	10,8%	43.888	14,7%	88.888	18,8%
TOTAL GERAL	318.838	100,0%	288.888	100,0%	438.888	100,0%

Elaborado pelo IBRD/PROCE - Divisão de Informação Comercial, em base de dados de MERCOSUL/Estadística Aduaneira
 Base de produtos listados em ordem decrescente, sendo que zero ou valores aproximados em 2007.

Aviso nº 357 - C. Civil.

Em 14 de maio de 2008.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal**

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 98, DE 2008

(nº 284 /2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

Os méritos do Senhor Flávio Helmold Macieira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de maio de 2008.



EM No 00155 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 8 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

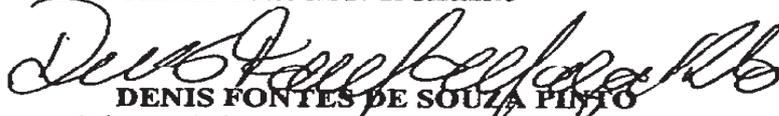
INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA

CPF.: 28487524753

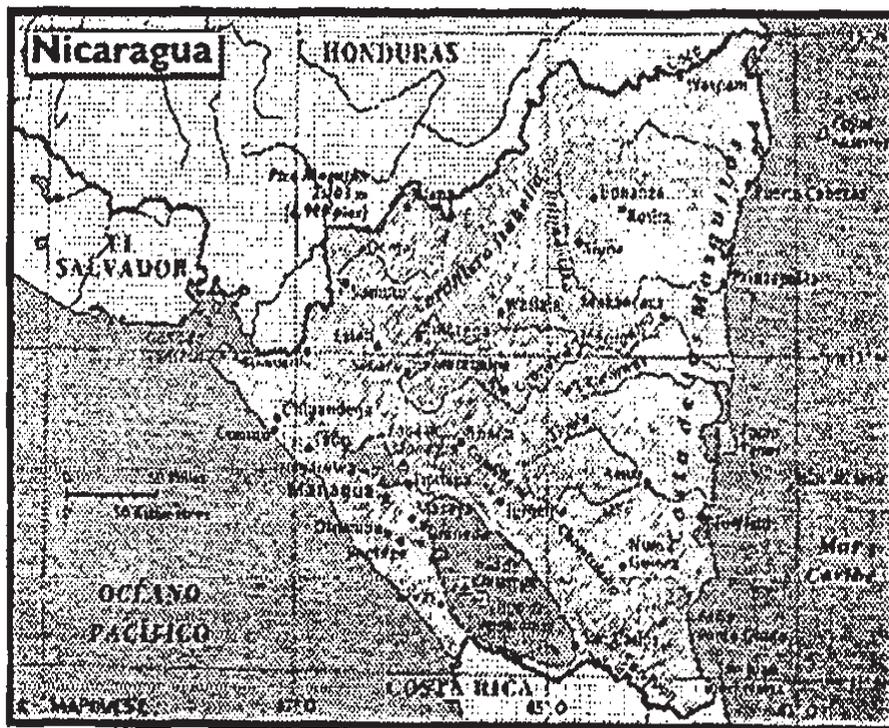
ID.: 6526/MRE

- 17/06/1952 Filho de Anselmo Nogueira Macieira e Yeda Helmold Macieira, nasce em 17 de junho, em Niterói/RJ
- 14/01/1975 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense/RJ
- 05/04/1976 CPCD - IRBr
- 17/10/1977 Terceiro Secretário em 17 de outubro
- 24/10/1977 Divisão da África II, assistente
- 02/03/1979 Embaixada em Sófia, Terceiro e Segundo Secretário
- 12/12/1979 Segundo Secretário em 12 de dezembro
- 29/12/1982 Consulado-Geral em Barcelona, Segundo Secretário e Cônsul-Adjunto
- 01/07/1986 Embaixada em Bagdá, Segundo e Primeiro Secretário
- 30/06/1987 Primeiro Secretário em 30 de junho
- 15/01/1989 Divisão de Comércio Internacional, Subchefe e Chefe, substituto
- 10/10/1989 Reunião Brasil-CEE para acompanhamento e avaliação do Acordo Siderúrgico bilateral, Chefe da delegação
- 25/01/1991 Divisão de Política Comercial, assessor e Chefe, substituto
- 08/04/1991 IV Reunião da Comissão Mista Brasil-UNIDO, Brasília, Chefe de delegação
- 20/09/1991 Governo do Distrito Federal, Coordenadoria do Metrô de Brasília, Consultor
- 30/03/1992 Divisão das Nações Unidas, assessor
- 20/12/1993 Conselheiro, por merecimento, em 20 de dezembro
- 08/03/1994 O Brasil e as Nações Unidas em 1994: uma Abordagem Política, in Revista brasileira de Política internacional, número 1, ano 37
- 31/10/1994 Embaixada em Paris, Conselheiro
- 15/05/1996 GT para Revisão dos Anexos Técnicos do MTCR, Berlim, Chefe de delegação
- 23/02/1998 Embaixada em Dublin, Conselheiro e Ministro Conselheiro
- 13/11/1998 CAE - IRBR, O Brasil e o MTCR. Outubro de 1995 a Janeiro de 1998: a Fase inicial da Participação brasileira no Regime. Observações e Perspectivas.
- 15/12/1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de dezembro
- 01/11/2002 Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade da Cidade de Dublin, Irlanda
- 10/03/2003 Embaixada em Berna, Ministro-Conselheiro
- 24/08/2006 Secretaria-Geral, assessor e Chefe de Gabinete
- 24/04/2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 27/12/2007 Ministro de Primeira Classe em 27 de dezembro


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA DO SUL, CENTRAL E DO CARIBE (SGAS)
DEPARTAMENTO DA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE (DACC)
DIVISÃO DO MÉXICO E AMÉRICA CENTRAL (DMAC)

NICARÁGUA
ABRIL DE 2008



ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	4
Presidente Daniel Ortega Saavedra.....	4
Chanceler Samuel Santos Lopéz.....	5
POLÍTICA INTERNA.....	6
POLÍTICA EXTERNA.....	8
ECONOMIA.....	12
RELAÇÕES BRASIL - NICARÁGUA.....	14
BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões):.....	17
ATOS BILATERAIS EM VIGOR.....	17
ANEXO – INDICADORES ECONÔMICO COMERCIAIS.....	19

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Manágua
ÁREA:	129.494 Km ²
POPULAÇÃO (2007):	5.585.846 habitantes
IDIOMA:	Espanhol
PRINCIPAL RELIGIÃO:	Católica Romana (72,9%)
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Daniel Ortega Saavedra
PIB (est.2007):	US\$ 18,7 bilhões
PIB PER CAPITA (est.2007):	US\$ 3,200
UNIDADE MONETÁRIA:	Córdoba
Embaixadora do Brasil em Manágua	Vitória Alice Cleaver
Embaixadora da Nicarágua em Brasília	Sara María Tórriz Ruiz

PERFIS BIOGRÁFICOS**Presidente Daniel Ortega Saavedra**

- Em 1962, Ortega tornou-se membro da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).
- Em 1965, passou a fazer parte da direção daquele movimento e sua participação na organização das operações de guerrilha contra o regime de Anastasio Somoza Debayle foi determinante.
- Na Junta do Governo de Reconstrução Nacional, assumiu os cargos de coordenador, de Chefe do Governo e de Ministro da Defesa.
- Em 1984, foi eleito Presidente da República.
- No ano seguinte, foi também nomeado Presidente da FSLN. Durante seu Governo, procurou modernizar a infra-estrutura do país baseado em idéias socialistas de modelo cubano. As reformas, porém, foram limitadas pelo boicote econômico decretado pelos Estados Unidos e pela oposição anti-sandinista.
- Nas eleições gerais, que se realizaram depois da aprovação do Plano de Paz apoiado pelo Presidente da Costa Rica, Óscar Arias Sánchez, Ortega foi derrotado por Violeta Chamorro.
- Passou então a liderar a oposição. Concorreu às eleições presidenciais de 1996, quando o candidato da direita conservadora, Arnoldo Alemán Lacayo, foi eleito Presidente.
- Em suas primeiras declarações depois da confirmação do resultado das eleições de 5 de novembro de 2006, Ortega se comprometeu a manter a estabilidade e a trabalhar para tirar a Nicarágua da pobreza promovendo a reconciliação nacional.

Chanceler Samuel Santos Lopéz

- Nasceu em Manágua, em 13 de dezembro de 1938.
 - Formado em Administração de Empresas, foi diretor da Bolsa de Valores da Nicarágua, além de ter sido Presidente do Hotel Best Western "Las Mercedes" e de várias empresas ligadas ao mercado imobiliário.
 - Foi Prefeito de Manágua de 1984 a 1985, Vice-Presidente do Banco Nacional de Desarrollo de Nicaragua, de 1979 a 1980 e Ministro da Junta de Reconstrucción de Managua, de 1980-1984.
 - Desempenhou função de Catedrático da Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua.
- É militante da Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN).

POLÍTICA INTERNA

Os principais partidos da Nicarágua são a FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), a ALN (Aliança Liberal Nicaragüense), o PLC (Partido Liberal Constitucionalista), o MRS (Movimento Renovador Sandinista) e a AC (Alternativa para a Mudança). Há outros pequenos partidos que participam da política interna em coligação com as principais legendas.

Daniel Ortega Saavedra foi eleito em primeiro turno, nas eleições de 5 de novembro de 2006, com cerca de 38% por cento dos votos. Nas eleições parlamentares, a FSLN, de Ortega, elegeu 38 deputados, o PLC 26, a ALN 22 e o MRS 5, deixando patente a divisão do eleitorado também no Parlamento e demonstrando que a oposição ao sandinismo (PLC+ALN) ainda representa a maioria do eleitorado do país, o que não deverá facilitar o Governo de Ortega. O Presidente cessante, Enrique Bolaños, assumiu também, por disposição constitucional, cadeira no Parlamento. Nas eleições que se realizaram, paralelamente, para o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN), a FSLN obteve 8 cadeiras, o PLC obteve 6, a ALN obteve 5 e o MRS obteve 1.

Analistas estimam que, na história recente da Nicarágua, nenhum Presidente, no início de mandato, teria tido melhores condições do que Daniel Ortega para poder promover o crescimento econômico, combater a pobreza e introduzir melhorias democráticas no sistema político e institucional do país.

No plano econômico, o novo Governo herdou um panorama de relativa estabilidade macroeconômica e equilíbrio fiscal e um nível de reservas monetárias que se encontrava entre os mais altos já registrados. A perspectiva de obter novas reduções da dívida externa, lograr a continuidade dos fluxos tradicionais de cooperação e dispor de recursos oriundos de novas fontes de cooperação, particularmente da Venezuela, ampliavam as possibilidades de captar investimentos produtivos e de aumentar a disponibilidade de recursos para atender as demandas sociais, sobretudo nas áreas de saúde e educação. No plano político, o programa de reconciliação apresentado durante a campanha eleitoral oferecia possibilidades de diálogo democrático. No âmbito externo, havia ânimo de colaboração e condições para a construção de um programa coordenado de cooperação não só com os doadores tradicionais como os Estados Unidos, a União Européia, os países nórdicos, Taiwan e Japão, mas com novos países cooperantes, como a Venezuela e Cuba, entre outros. Ademais, a Nicarágua poderia aproveitar simultaneamente as potencialidades do Tratado de Livre Comércio entre os Estados Unidos e os países da América Central e República Dominicana (DR-CAFTA) e da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Por outro lado, a possibilidade

de empreender mudanças drásticas na área social encontrava eco entre os doadores, o que poderia favorecer a negociação de esquemas mais flexíveis para a oferta de recursos da cooperação internacional.

Entretanto, em pesquisas de opinião realizadas ao final dos seis primeiros meses de sua gestão, Daniel Ortega não contou com elevados índices de aprovação popular. O Presidente afirmou que desejava manter boas relações com os EUA, mas costuma fazer uso das tribunas nos países que visita para criticar o “imperialismo” de Washington. Pregou durante a campanha reconciliação e estabilidade, mas afastou do Governo as vozes críticas e colocou em disponibilidade os funcionários de instituições públicas não filiados à FSLN.

Têm-se multiplicado os protestos populares pelo aumento dos cortes de energia. A grande crítica é que o Governo Ortega se apoiou demais na Venezuela para resolver a crise de energia que ora enfrenta o país. As 32 usinas doadas por Hugo Chávez têm alto custo de operação e estão trabalhando em seu limite máximo. Embora o Governo de Taiwan tenha prometido atender o pedido do Presidente Ortega no sentido de fornecer uma nova usina de geração de energia até o final do ano, há necessidade de construir pequenas hidrelétricas e de desenvolver fontes alternativas de energia.

Para muitos analistas, o Presidente Ortega teria feito promessas em sua campanha eleitoral que não teria condições de cumprir, dado que o Estado nicaragüense carece de recursos suficientes. Entretanto, o Governo tem demonstrado interesse em beneficiar os mais pobres, como é o caso do desenvolvimento de programas sociais, tais como o “Hambre Cero” e a gratuidade dos serviços de saúde e educação públicos, os programas de alfabetização e de cirurgias oftalmológicas, os dois últimos implementados com cooperação venezuelana e cubana.

Ainda é cedo para se fazer uma avaliação contundente acerca do Governo Ortega, de modo que se poderiam qualificar os resultados de pesquisa de opinião de meados de junho, como uma “luz amarela”. Na Assembléia Nacional, Parlamento unicameral do país, houve um recorde de aprovação de 17 leis e 21 decretos no primeiro semestre do ano – trabalho que as diferentes bancadas qualificaram de produtivo em comparação a anos anteriores. A nova representação parlamentar produziu uma dinâmica legislativa em que em alguns casos os sandinistas aprovaram leis com a ALN, como foi o caso da prorrogação de vigência da Lei Quadro e, em outros, foi mantida a aliança com os liberais. Para o chefe da bancada da FSLN, o ano de 2007 foi um período de “reacomodação”, no qual o partido do Governo buscou consenso e equilíbrio, já que não detinha uma maioria esmagadora. Os avanços no Código Penal, a aprovação do Orçamento Geral da República, os convênios firmados

com o Governo venezuelano e a discussão de leis na área da energia foram temas chave na agenda sandinista.

Quanto ao ex-mandatário Arnoldo Alemán, depois do desconforto inicial provocado pelo convite que lhe fez Daniel Ortega para que estivesse presente à sua posse, e da presença, na Assembléia Nacional, de sua esposa, Maria Fernanda Flores, como convidada especial para a cerimônia do Dia Internacional da Mulher, o regime de prisão especial, que atribuía a Alemán toda a cidade de Manágua por cárcere, logo foi ampliado para todo o território nacional. Já no dia seguinte a esta decisão judicial, Arnoldo Alemán retomou uma intensa campanha política em todo o país, com vistas às eleições municipais, cuja realização já foi confirmada por Ortega para 2008. Na Assembléia Nacional, foi retomada também a proposta de concessão de anistia para Alemán, sem resultados até agora. A política interna nicaragüense foi dominada, por diversas tentativas de unir o liberalismo através de um entendimento entre a ALN e o PLC, igualmente sem resultados até o momento. A continuada presença de Alemán na liderança da facção majoritária do PLC tem impedido a almejada união dos liberais.

POLÍTICA EXTERNA

As prioridades da diplomacia da Nicarágua no Governo Bolaños foram os Estados Unidos e a América Central, especialmente no quadro dos acordos de livre comércio e de mecanismos como o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). A União Européia e países que representam fontes importantes de investimentos ou doações bilaterais, como o Japão e Taiwan, também contaram com as atenções do Governo nicaragüense. O México tentou assumir papel protagônico no país, no contexto do Plano Puebla-Panamá. As relações com a América do Sul foram pouco expressivas e, com a África, praticamente inexistentes.

Foram dadas novas direções à política externa nicaragüense com a eleição do Presidente Ortega, em especial em suas relações com a América Latina e com os Estados Unidos. De um modo geral, é possível afirmar que a subida de Ortega ao poder também significou uma mudança na inserção do país nas relações internacionais.

No que se refere às relações com os Estados Unidos, as declarações de Ortega, após eleito e do Secretário de Estado Shannon, vão no sentido de estabelecer um diálogo bilateral produtivo. Shannon esteve com Ortega na Nicarágua e chefiou a delegação norte-americana à posse em Janeiro. Especula-se que o Panamá e o México teriam sido usados como propiciadores do diálogo Ortega x EUA; o Chanceler

panamenho declarou que aceitaria servir de ponte, embora não confirmasse que houvesse sido contactado.

Ainda como candidato, Ortega visitou Cuba, Venezuela, Líbia, Espanha, Grécia e Itália. Em sua primeira viagem após eleito, esteve no Panamá, Guatemala, El Salvador e Honduras. O Presidente da Costa Rica convidou Ortega a participar, ainda como presidente-eleito, da reunião de Chefes de Governo do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), em São José, em dezembro de 2006. Mais recentemente, Ortega esteve na Venezuela e participou, posteriormente, como convidado, da reunião da CASA, em Cochabamba e da Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, em Georgetown.

Enquanto os Governos liberais pós-sandinistas estabeleceram as prioridades da política externa nicaragüense no quadro das relações com os EUA, México, e com seus vizinhos centro-americanos – esta no âmbito do Sistema de Integração Centro-americano (SICA) – e com os países grandes doadores tais como o Japão, Taiwan, União Européia e os nórdicos, parece haver uma aposta estratégica do novo Governo numa aliança política com a Venezuela de Hugo Chávez, mirando no programa multimilionário de ajuda econômica venezuelana. Existe também uma opção política clara pelos países amigos da Venezuela, tais como Cuba, país com o qual o Governo Ortega restabeleceu relações diplomáticas no nível de embaixador e de quem a Nicarágua recebe ajuda humanitária através do envio de brigadas médicas para as regiões mais pobres do país e apoio para o programa de alfabetização “Yo Sí Puedo”, desenvolvido com fundos da Venezuela, e Irã, de que espera, ademais de programas de cooperação em diferentes áreas, o perdão da dívida externa contraída com este país nos anos oitenta.

Embora Ortega tenha visitado seus colegas centro-americanos como Presidente eleito, preferiu que – ademais das diversas visitas que havia realizado à Venezuela (quatro viagens) e a Cuba (duas) – sua primeira grande viagem internacional fosse à Venezuela, como primeira escala, Argélia, Líbia e Irã, em seguida, finalizando em Cuba (a visita de Estado ao Brasil foi adiada por problemas no avião no qual o Presidente Ortega viajaria). Tal viagem deu o tom das prioridades de seu Governo em matéria de política exterior ao tentar intensificar as relações com países de diferentes continentes. A viagem foi criticada por analistas locais que consideraram que seria importante buscar a consolidação dos vínculos históricos com o México, com os países da América Central e com os Estados Unidos – principal sócio comercial da Nicarágua e com o qual existe um tratado de livre comércio, o CAFTA-DR, já ratificado pelos países da América Central e República Dominicana (à exceção da Costa Rica).

Tais críticas parecem ter surtido efeito, pois rapidamente foi programada uma viagem ao México, a primeira fora da esfera de influência da “militância anti-imperialista”, como caracterizou um crítico local o primeiro tour internacional do Presidente Ortega. Do México, o Presidente Ortega decidiu viajar para Belize para a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países do SICA e para a reunião do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla, a que esteve presente o Presidente mexicano Felipe Calderón. O Plano Puebla Panamá (PPP) com o conexo mecanismo de Tuxtla, foi iniciativa mexicana e contempla grandes investimentos em suas oito vertentes, entre elas o desenvolvimento sustentável, a integração rodoferroviária e a conexão de redes elétricas e telecomunicações.

Entre os países centro-americanos, a relação com a Costa Rica é a mais delicada, dada a questão da crescente migração nicaragüense não-autorizada, o que levou São José a impor restrições e maior grau de controle sobre os fluxos migratórios. Pôde ser observada repercussão negativa na imprensa nicaragüense acerca do fenômeno, apesar dos esforços de ambas as partes para dar atendimento a esse contingente, como a abertura, em junho deste ano, de um consulado costarriquenho na cidade nicaragüense de Rivas e de uma representação única da Diretoria de Migração e Estrangeiros e do Ministério do Trabalho naquela cidade. Ademais, existe uma disputa submetida pela Costa Rica à Corte Internacional de Justiça na Haia (CIJ) sobre a questão da navegação armada, demandada pelo vizinho país, no rio San Juan. Permanece pendente a fixação de datas para a visita do Presidente Ortega a São José, em atendimento ao convite que lhe fez o Presidente Oscar Arias. Recentemente, o Presidente Ortega se encontrou com o Chanceler da Costa Rica, Bruno Stagno, no âmbito da Consulta Regional de Alto Nível sobre a Coerência das Nações Unidas, e lhe transmitiu a disposição de seu Governo de encontrar mecanismos para resolver as pendências bilaterais. A delimitação marítima com Honduras no Mar do Caribe já foi resolvida, com base em sentença da Corte Internacional de Justiça, acatada pelos Presidentes Ortega e Zelaya. A disputa territorial marítima com a Colômbia no mesmo mar, que envolve a posse das ilhas de San Andrés e Providência, ainda está sendo examinada pela Corte Internacional de Justiça.

Apesar da retórica pública do Mandatário nicaragüense, que tem insistentemente pronunciado sobre o “imperialismo norte-americano”, a cooperação com EUA tem crescido desde a eleição de Ortega, referendada pelos numerosos contatos políticos bilaterais. O Chanceler nicaragüense Samuel Santos entrevistou-se, em abril de 2007, com a Secretária de Estado, Condolcczza Rice, tendo o encontro sido classificado de “muito bom”. À primeira visita de Samuel Santos a Washington se seguiram várias visitas de emissários dos EUA a Manágua. Em março, esteve em Manágua o Secretário de Saúde, Mike Leavitt, para anunciar a criação de um centro

regional de capacitação de trabalhadores da saúde, que terá sede no Panamá, e preparar a chegada do barco-hospital “Comfort”, com numerosos médicos e enfermeiras, que atenderão 85 mil pacientes e realizarão cerca de quinhentas cirurgias, por ocasião da visita que realizará a diversos portos nicaragüenses.

Em março de 2007, estive em Manágua o Chefe do Comando Sul dos EUA, James Stavridis, no âmbito da Oitava Conferência de Segurança Centro-Americana. Foi recebido por Ortega e nas conversações mantidas foi abordado o tema do narcotráfico e a necessidade de que os países da região, trabalhassem conjuntamente com a Colômbia e os EUA para combatê-lo.

Em fevereiro já havia visitado a Nicarágua o Senador William Nelson (Democrata-Flórida), a quem o Chanceler nicaragüense pediu uma ampliação do estatuto de proteção temporária para cerca de quatro mil nacionais deste país, cujos documentos estavam por expirar. A ajuda humanitária militar, somada à assistência às Forças Armadas nicaragüenses alcançou US\$ 6,8 milhões em 2006 e deverá subir no ano em curso. A ajuda total dos EUA à Nicarágua, já anunciada para 2007, monta a US\$ 50 milhões, dos quais US\$ 10,7 milhões serão dirigidos a programas humanitários de caráter militar.

Ademais, a “Corporação do Desafio do Milênio” (MCC), aprovou no âmbito da “Conta do Desafio do Milênio” (MCA) um programa de cooperação para a Nicarágua no valor de US\$ 175 milhões ao longo de cinco anos. O programa nicaragüense está destinado aos trabalhadores rurais, sobretudo da indústria de laticínios nas províncias de León e Chinandega. O Governo local seria favorável à renovação do contrato com a MCA por cinco anos adicionais, segundo relatou recentemente John Danilovich, diretor da MCO e ex-Embaixador dos EUA no Brasil, ao Embaixador do Brasil em Washington.

Os investimentos taiwaneses na Nicarágua montam a cerca de US\$ 240 milhões e as importações a cerca de US\$ 16 milhões, contra exportações chinesas de cerca de US\$ 5 milhões. Logo após a eleição de Ortega, o Embaixador de Taiwan informou que delegação integrada pelo Vice-Chanceler, o Vice-Ministro da Agricultura e empresários taiwaneses visitaria Manágua após a posse, com a intenção de investir mais US\$ 40 milhões no país, especialmente na área de pequenas hidrelétricas. Lideranças sandinistas têm declarado que é mais fácil decidir temas relacionados com os Estados Unidos que definir posições quanto a Taiwan e a China continental. Já como Presidente-eleito, Ortega acompanhou a visita do Chefe do Exército de Taiwan, em seu encontro com o Chefe do Exército da Nicarágua. Apesar das especulações de que o recente rompimento da Costa Rica com Taiwan geraria um efeito em cadeia, o Presidente Ortega confirmou, por ocasião da apresentação de

credenciais do novo Embaixador de Taiwan em Manágua, que a Nicarágua manterá as relações diplomáticas com aquele país, apesar dos vínculos ideológicos que a unem ao Governo da China continental. Espera-se para outubro a chegada de uma usina geradora de energia com capacidade para 30 MW, a ser doada pelo Governo da Taiwan. Ademais, estaria sendo considerado o cancelamento da dívida externa da Nicarágua com Taiwan, no valor de US\$ 16,5 milhões. O cancelamento da dívida constituiria condição *sine qua non* para a manutenção das relações diplomáticas bilaterais.

Com a Colômbia a relação da Nicarágua é extremamente tensa e delicada em virtude da disputa territorial marítima, que envolve a posse das ilhas de San Andrés e Providência. Em 7 de março de 2008, o Presidente Daniel Ortega decidiu romper relações diplomáticas com a Colômbia, durante a visita de algumas horas que o primeiro mandatário equatoriano, Rafael Correa, realizou à Manágua, logo após o assassinato de Raul Reyes das FARC, em território equatoriano, por tropas do exército colombiano. Esta decisão fechou o ciclo de violência verbal contra a Colômbia, provocada por incidentes com barcos pesqueiros na zona em litígio do meridiano 82, no Mar do Caribe. A contaminação do diferendo territorial com a Colômbia pela disputa entre aqueles dois países andinos foi fortemente criticada na Nicarágua. Embora restabelecidas formalmente as relações diplomáticas entre a Nicarágua e a Colômbia, a questão dos limites marítimos na zona do meridiano 82 continua azedando o relacionamento bilateral. Decreto presidencial de 11 de março de 2008, declarou "zona especial de pesca industrial até 200 milhas náuticas, abrangendo área além do meridiano 82, o que de certa forma revelou a fragilidade do compromisso alcançado na reunião do Grupo do Rio, em São Domingos, República Dominicana.

ECONOMIA

As cifras divulgadas pelo Banco Central da Nicarágua (BCN) relativas à atividade econômica nicaraguense no penúltimo trimestre de 2007 mostram que houve um bom desempenho econômico. O IMEA (Índice Mensual de Actividad Económica) indicou um crescimento médio de 5,7%, contra 4,7 no trimestre anterior. As reservas internacionais líquidas alcançaram o recorde histórico de US\$ 995 milhões em 2007. A entrada de recursos oriundos da cooperação internacional contribuiu em muito para o incremento das reservas. Os países nórdicos, o Reino Unido e o Banco Mundial têm sido os principais colaboradores.

Um fator que vem contribuindo com a economia foi o crescimento das remessas familiares, que atingiram mais de US\$ 900 milhões em 2007. Essas remessas

são provenientes de países como Costa Rica e EUA. O Banco Central da Nicarágua vem registrando aumento considerável das remessas nos últimos anos. Segundo a CEPAL, a Nicarágua se converteu em um país receptor de remessas familiares de porte médio na região, representando este fluxo de divisas 11% do PIB nicaraguense.

Em 2006, a Nicarágua obteve o perdão da dívida que tinha com o Banco Mundial no montante de US\$ 765 milhões, no âmbito da Iniciativa Multilateral de Alívio da Carga da Dívida (MDRI), valor a que se somaram US\$ 383 milhões relativos à redução da dívida com a Associação Internacional de Fomento (AIF), como parte do compromisso sob a Iniciativa para a Redução da Dívida dos Países Pobres Muito Endividados (PPME ou HIPC, em inglês). Desde 1º de julho de 2006 a Nicarágua está em condições de canalizar recursos para programas de redução à pobreza, com vistas a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Segundo dados do EIU, a estimativa de crescimento real do PIB em 2007 foi de 2,8%. As exportações mantendo-se estáveis em US\$2,2 bilhões e as importações atingindo US\$3,7 bilhões.

O Banco Central da Nicarágua (BCN) divulgou, em maio de 2007, o Programa Econômico e Financeiro do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional para o período 2007-2009 (PEF), definido pelo Presidente do BCN, Antenor Rosales, como o conjunto de políticas e medidas dirigidas a promover o desenvolvimento econômico e social e manter a estabilidade macroeconômica.

As metas sociais previstas no PEF contemplavam 85,1% de cobertura escolar primária; uma taxa de 18,5% de analfabetismo; 65% de cobertura efetiva de água potável; 36,5% de cobertura de esgoto sanitário; taxa de mortalidade infantil de 35 por cem mil; e mortalidade materna de 96% por cem mil. Para tanto foram realizados em 2007 gastos em redução da pobreza de 15,4% do PIB; a alfabetização de 150 mil pessoas; a matrícula de 805.218 alunos; imunizações para 578.275; o atendimento de 100.060 partos institucionais; e quatro mil famílias atendidas pelo bônus. As reservas líquidas em moeda estrangeira alcançaram o montante de US\$ 896,2 milhões no mês de março de 2007, o que evidencia certa estabilidade no setor empresarial e das medidas que está tomando o Governo. Por outro lado, a dívida pública externa representava, em 2007, cerca de 85,4 % do PIB – cerca de 18,7 bilhões em 2007.

RELAÇÕES BRASIL - NICARÁGUA

Em 2006, foram celebrados cem anos do estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com os países do istmo centro-americano e, a partir dessa data, a que se seguiu a eleição do sandinista Daniel Ortega para a Presidência da República na Nicarágua, tais relações, que sempre foram corretas e cordiais, mas de pouca intensidade, começaram a dinamizar-se. Não se pode, entretanto, deixar de registrar alguns gestos anteriores importantes do governo brasileiro, como o perdão de 95% da dívida nicaragüense para com o Brasil, em 2002, no valor de 180 milhões de dólares, incluindo juros, e a continuada contribuição para a Missão de Assistência à Remoção das Minas na América Central (MARMINCA), desde 1994, iniciativa implementada sob a égide da Junta Interamericana de Defesa da OEA até os dias atuais. Recentemente, o governo nicaragüense reiterou interesse na implementação de programa de troca de parte da dívida externa remanescente com o governo brasileiro no valor total de cinco milhões seiscentos e vinte e três mil novecentos e sessenta e dois dólares e sessenta e três centavos, por projetos na área social e de desenvolvimento.

Em fevereiro de 2006, durante visita do Diretor da ABC a Manágua, assinou-se um novo Acordo de Cooperação Técnica, que deverá substituir o de 1987, no âmbito do qual deverá desenvolver-se as numerosas solicitações de cooperação técnica de que tanto necessita a Nicarágua. O referido Acordo, embora ratificado, em dezembro de 2006, pela Assembléia Nacional da Nicarágua, ainda não o foi pelo Congresso brasileiro, o que tem dificultado o desenvolvimento de projetos de interesse nicaragüense. Caberia um esforço junto ao Congresso Nacional para que o referido Acordo seja ratificado, pois desde 2002, as ações de cooperação desenvolvidas neste País se têm limitado a ações isoladas, sem maior visibilidade nas relações bilaterais e sem impacto para o desenvolvimento do País. Naquela ocasião foram assinados um Protocolo de Intenções no setor de cultivo de manga e mamão, no âmbito do qual foram treinados alguns técnicos nicaragüenses e um Protocolo de Intenções para Cooperação no Setor de Recursos Hídricos, que ainda não foi implementado.

No período de 11 a 12 de setembro de 2006, visitou a Nicarágua missão na área da saúde, chefiada pela Chefe da Divisão de Projetos da Assessoria Internacional do Ministério da Saúde, em que foram identificados alguns projetos de cooperação. Logo em seguida, nos dias 16 e 17 de outubro de 2006, o MEC realizou missão técnica à Nicarágua, liderada pelo Chefe da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, ocasião em que foi assinado Memorando de Entendimento na área da Educação entre os Ministérios da Educação dos dois países. Infelizmente as oportunidades identificadas para cooperação por estas duas missões ainda não foram executadas pelo lado brasileiro.

Com a chegada do Presidente Daniel Ortega Saavedra ao poder, em 10 de janeiro de 2007, o Presidente Lula da Silva enviou, para representá-lo nas cerimônias de posse, uma delegação chefiada pelo Ministro Luiz Soares Dulci, Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, e integrada pelo Professor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial do Presidente da República para Assuntos Internacionais, e pelo Deputado João Hermann (PDT/SP), que representou a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

À margem da XIX Cúpula do Grupo do Rio, em Georgetown, nos dias 2 e 3 de março de 2007, o Presidente Lula formulou convite para que o primeiro mandatário nicaragüense realizasse visita de trabalho ao Brasil, a fim de aprofundar e diversificar o relacionamento bilateral.

Entre os dias 13 e 14 de março de 2007, os Ministros dos Transportes e Infra-estrutura, do Turismo, da Agricultura, Pecuária e Florestas, das Minas e Energia, o Vice-Ministro, hoje Ministro da Indústria e Comércio, e o Secretário privado do Presidente Daniel Ortega para Relações Internacionais, realizaram visita ao Brasil, em preparação à visita presidencial, que não se realizou, por problemas técnicos no avião venezuelano que transportaria o Presidente Daniel Ortega ao Brasil. Está pendente a indicação de novas datas para a visita presidencial, reiterada algumas vezes à Chancelaria local e ao próprio Presidente Ortega. A visita ministerial nicaragüense foi proveitosa e, na ocasião, foi assinado um Comunicado de Imprensa. Está pendente também a indicação de novas datas para a visita do Chanceler Samuel Santos ao Brasil, em preparação da futura visita do Presidente Ortega.

A esta visita ministerial nicaragüense se seguiram duas missões brasileiras a Manágua, chefiadas pelo Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores, em 22 e 23 de março e 23 e 24 de abril de 2007. Para a eventual cooperação brasileira nos setores de interesse da Nicarágua passíveis de cooperação, identificados por estas duas missões brasileiras, serão necessários assistência técnica e tecnológica, formação e estágios de treinamento, ademais de colaboração financeira. As duas missões prepararam o caminho para a Visita de Estado Presidente Lula da Silva, realizada em 7 e 8 de agosto de 2007. Foi a primeira visita de um Presidente do Brasil à Nicarágua em cem anos de relações diplomáticas.

Para dar seguimento à visita presidencial brasileira estão pendentes de realização uma visita da Ministra do Turismo e uma visita do Ministro dos Esportes, ademais de uma visita do Ministro da Agricultura, recentemente adiada, para tratar da cooperação na área agrícola, especialmente no âmbito do Programa "Hambre Cero" e na área de

apoio aos projetos geridos pela Comissão de Verificação, Reconciliação, Paz e Justiça, presidida pelo Cardeal Miguel Obando e Bravo. Além disso, como a missão convidada pela ABC para visitar o Brasil, a fim de negociar ações isoladas nas áreas de transporte, agricultura e saúde, não pôde ser realizada, dados problemas do lado nicaragüense, foi retirada da pauta da visita do presidente Lula a possibilidade de assinatura de quaisquer atos jurídicos naquelas três áreas. Assim sendo, a ABC propôs enviar uma missão multidisciplinar à Nicarágua, depois da visita do Presidente Lula, o que ainda não ocorreu.

A cooperação brasileira na área da energia, sobretudo para a construção de uma hidroelétrica com financiamento do BNDES, ocupou lugar importante nos encontros acima mencionados e durante as conversações aqui mantidas pelo Presidente Lula com o Presidente Ortega. De 27 a 29 de agosto de 2007, uma missão interministerial nicaragüense visitou Brasília e o Rio de Janeiro para tratar dos projetos hidroelétricos de Bobokê e Tumarín e de programas de intercâmbio técnico no setor de energia. Foram mantidas conversações no MME, na Petrobrás e no BNDES. Inesperadamente, o Ministro da Energia da Nicarágua confirmou, em declarações à imprensa, que o empréstimo de 231 milhões de dólares, aprovado pelo governo iraniano, em março do corrente ano, se destinava à construção do projeto hidroelétrico de Bobokê, no qual vinha trabalhando o consórcio empresarial brasileiro Queiroz Galvão-Engevix, o que levou, inclusive, aquele consórcio de empresas brasileiras a cancelar uma visita técnica nicaragüense ao Brasil. O Ministro da Energia e Minas da Nicarágua, entretanto, pediu que a visita fosse mantida e, sobretudo, que fossem mantidas abertas as negociações com o Brasil, porque o empréstimo do Irã não satisfazia plenamente o governo local e certamente haveria dificuldades em obter sua aprovação pela Assembléia Nacional. Em 31 de março último, o Ministro da Energia e Minas da Nicarágua, ao tomar conhecimento de que o Congresso Nacional no Brasil aprovara uma lei que permite a Eletrobrás e a outras empresas investir em projetos de geração elétrica fora do Brasil, enviou carta a seu homólogo brasileiro, reiterando o interesse nicaragüense em receber financiamento brasileiro para as hidroelétricas de Bobokê e Tumarín, o que permitirá, segundo o Ministro, consolidar a cooperação brasileira na Nicarágua e por em relevo a presença do Brasil na América Central.

Registre-se que o Brasil é o maior doador de anti-retrovirais para o combate do VIH-SIDA na Nicarágua, no âmbito de programa que conta com o apoio da OPS. Em agosto do ano passado, dada a falta de estoques públicos de medicamentos emergenciais, o governo brasileiro enviou um avião da FAB com 14 tons de medicamentos (60 mil frascos de Benzoato de Benzila e 10 milhões de comprimidos de Gilbenclamida), no valor de R\$186.100,00. Por ocasião dos danos causados à costa atlântica pelo furacão Félix, em agosto/setembro de 2007, outro avião da FAB trouxe

mais 14 tons de medicamentos básicos emergenciais e soro antiofídico, no valor de R\$201.285,75. Ademais, foram doadas 4.346 cestas básicas de alimentos, adquiridos localmente pela Embaixada, no valor de US\$ 49.991,97; 3 mil folhas de zinco e 27 mil parafusos para reconstrução de telhados, adquiridos localmente por US\$ 46.845,90, e enviado o diretor estadual de defesa civil de Santa Catarina, Dr. Marcio Luis Alves, para prestar apoio às populações afetadas. Em outubro/novembro do ano passado, nova aeronave da FAB transportou 1,8 tons de medicamentos emergenciais destinados aos municípios afetados pela tempestade tropical Noel, no valor de R\$ 52.710,40.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ MILHÕES):

BRASIL ⇒ NICARÁGUA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 jan-mar
Exportações	12,99	20,49	25,45	44,53	48,99	60,4	55,04	16,66
Importações	0,008	0	0,002	0	0	0,01	0,42	0,13
Superávit/Déficit do Brasil	+12,982	+20,49	+25,449	+44,537	+48,99	+60,3	+54,62	16,5

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo Cultural.	12/01/1953	28/12/1955	38907	19/03/1956
Declaração de Amizade e Confraternização	24/09/1953	24/09/1953		
Acordo Constitutivos de uma Comissão Mista de Comércio.	20/07/1971	20/07/1971		
Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Nicaraguenses.	20/07/1971	20/07/1971		
Acordo Básico de Cooperação Técnica	01/04/1987	03/09/1990	99560	05/11/1990
Protocolo de Intenções (Saúde).	02/02/1988	02/02/1988		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Chancelaria Nicaraguense.	23/03/1992	23/03/1992		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação par Institucionalização do Serviço Exterior da Nicarágua.	23/03/1992	23/03/1992		
Ajuste Complementar sobre Cooperação Técnica no Campo de Telecomunicações, relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica	23/03/1992	21/04/1992		
Ajuste Complementar sobre Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica em Assuntos Agropecuário, Relativo ao Acordo de Cooperação Técnica, de 01 de abril de 1987.	23/03/1992	21/04/1992		
Protocolo de Intenções na Área de Gestão de Recursos Hídricos	2/02/2006	2/02/2006		

Protocolo de Intenções na Área de Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga e Mamão	2/02/2006	2/02/2006		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional	17/10/2006	17/10/2006		
Protocolo de Intenções na Área Florestal	08/08/2007	08/08/2007		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Chancelaria Nicaraguense	08/08/2007	08/08/2007		
Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo	08/08/2007	08/08/2007		
Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica em Desenvolvimento Agrário	08/08/2007	08/08/2007		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração	08/08/2007	08/08/2007		
Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	08/08/2007	08/08/2007		
Programa de Trabalho em Matéria de Educação	08/08/2007	08/08/2007		
Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica em Políticas e Programas do Setor Postal	08/08/2007	08/08/2007		
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e o Ministério de Fomento, Indústria e Comércio da Nicarágua na Área de Cooperação Tecnológica Empresarial, Comércio e Investimentos	8/8/2007	8/8/2007		
Protocolo de Intenções na Área de Saúde	8/8/2007	8/8/2007		

ANEXO – INDICADORES ECONÔMICO COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República da Nicarágua
Superfície	121.428 Km ²
Localização	América Central
Capital	Manágua
Principais cidades	Manágua, Matagalpa, Chinandega, León, Masaya, Estelí, Granada
Idioma oficial	Espanhol
PIB (2007 - Estimativa EIU)	US\$ 5,7 bilhões
PIB "per capita" (2007)	US\$ 934
Moeda	Córdoba

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economic Intelligence Unit, Country Report January 2008.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽²⁾	5,5	5,6	5,8	5,9	6,1
Densidade demográfica (hab/km ²)	46,3	46,1	47,8	48,6	50,2
PIB (US\$ bilhões)	4,1	4,5	4,9	5,3	5,7
Crescimento real do PIB (%)	2,5	6,6	3,1	3,7	2,8
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	6,5	9,3	9,6	9,5	14,0
Reservas Internacionais (US\$ milhões)	503	638	728	922	1.075
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽³⁾	6,9	5,1	5,1	3,9	3,4
Câmbio (C / US\$)	15,6	16,3	17,2	18,0	18,9

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economic Intelligence Unit, Country Report January 2008.

(1) Estimativa EIU

(2) 2008: Estimativa EIU

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	-1.088,4	-1.302,0	-1.444,3
Exportações	1.369,0	1.654,1	1.977,5
Importações	2.457,4	2.956,1	3.421,8
B. Serviços (líquido)	-123,2	-139,7	-141,4
Receita	285,8	308,5	341,7
Despesa	409,0	448,2	483,1
C. Renda (líquido)	-200,5	-127,0	-124,4
Receita	9,3	22,6	41,2
Despesa	209,8	149,6	165,6
D. Transferências unilaterais (líquido)	755,0	823,8	855,5
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-657,1	-744,9	-854,6
F. Conta de capitais (líquido)	307,4	288,6	282,3
G. Conta financeira (líquido)	361,5	281,6	424,0
Investimentos diretos (líquido)	250,0	241,1	282,3
Portfolio (líquido)	-1,0	-7,8	-9,6
Outros	112,5	18,2	151,3
H. Erros e Omissões	-415,7	-36,5	127,2
I. Saldo (E+F+G+H)	-403,9	-241,3	-21,1

Elaborado pelo MRE/OPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, CD January 2008.

(1) Última posição disponível

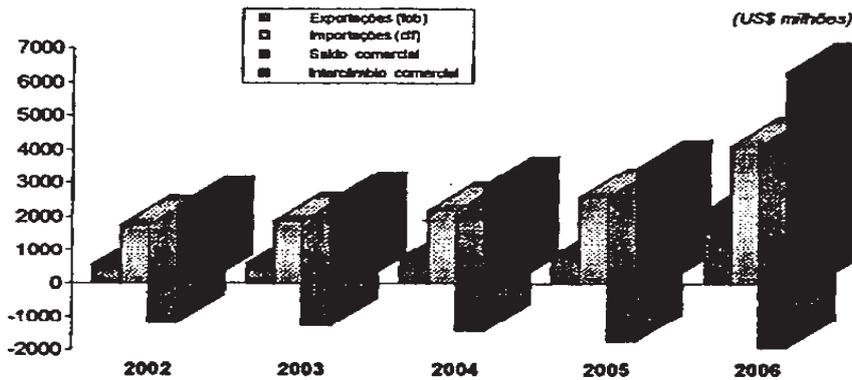
COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽²⁾
Exportações (fob)	863	906	756	856	9204	1179
Importações (cif)	1754	1880	2182	2585	4131	2298
Saldo comercial	-1193	-1274	-1437	-1737	-1926	-1119
Intercâmbio comercial	2315	2484	2948	3453	6330	3478

Elaborado pelo MRE/OPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD January 2008.

(1) Comércio não estruturado, não estruturado, com o saldo apresentado de Balança de Pagamentos com saldo dos diferentes subgrupos de export (fob e cif) e dos diferentes subgrupos de import.

(2) Junho - junho.

COMÉRCIO EXTERIOR DA NICARÁGUA 2002-2006



Elaborado pelo MRE/OPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD January 2008.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	282,8	37,4%	292,5	34,1%	1.436,6	65,2%	692,6	58,7%
El Salvador	109,3	14,5%	122,8	14,3%	151,7	6,9%	92,2	7,8%
Honduras	56,6	7,5%	67,9	7,9%	83,9	3,8%	51,0	4,3%
México	38,9	5,3%	44,0	5,1%	78,1	3,5%	44,4	3,8%
Costa Rica	50,6	6,7%	52,6	6,1%	65,0	3,0%	38,5	3,4%
Canadá	34,8	4,6%	32,3	3,8%	80,9	2,8%	44,8	3,8%
Guatemala	32,3	4,3%	44,2	5,2%	64,7	2,8%	33,2	2,8%
Espanha	23,6	3,1%	36,1	4,2%	34,9	1,6%	18,4	1,6%
Alemanha	14,1	1,9%	15,4	1,8%	30,5	1,4%	11,5	1,0%
Reino Unido	3,8	0,5%	6,0	0,7%	19,3	0,9%	6,7	0,6%
Rússia		0,0%		0,0%	13,2	0,6%	14,1	1,2%
Bélgica	11,7	1,5%	9,1	1,1%	10,5	0,5%	4,3	0,4%
Brasil		0,0%		0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
SUBTOTAL	659,6	87,3%	722,9	84,3%	2.039,3	92,6%	1.062,9	89,3%
DEMÁS PAÍSES	96,0	12,7%	135,0	15,7%	164,8	7,6%	126,6	10,7%
TOTAL GERAL	755,6	100,0%	857,9	100,0%	2.204,1	100,0%	1.179,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD January 2008.

Países não estruturados, não estruturados, com o saldo apresentado de Balança de Pagamentos com saldo dos diferentes subgrupos de export (fob e cif) e dos diferentes subgrupos de import.

(1) Junho - junho.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	480,5	22,4%	522,5	20,1%	830,7	20,1%	437,3	19,0%
México	175,9	8,0%	215,5	8,0%	574,6	13,8%	300,5	14,0%
Venezuela	283,5	12,9%	308,2	11,9%	388,8	9,4%	219,3	9,5%
Costa Rica	189,1	8,6%	231,0	8,9%	265,5	6,9%	168,9	7,3%
Guatemala	157,9	7,2%	181,9	7,0%	224,8	5,4%	132,9	5,8%
China	-	0,0%	-	0,0%	178,9	4,3%	105,1	4,8%
El Salvador	108,4	5,0%	131,2	5,1%	162,2	3,9%	85,9	4,2%
República da Coreia	-	0,0%	-	0,0%	142,8	3,5%	81,4	3,5%
Hong Kong	-	0,0%	-	0,0%	83,1	2,0%	34,4	1,5%
Japão	95,5	4,4%	117,9	4,5%	71,4	1,7%	44,9	2,0%
Honduras	51,5	2,3%	54,5	2,1%	67,3	1,6%	39,8	1,7%
Brazil	-	0,0%	-	0,0%	65,6	1,6%	37,6	1,6%
Argentina	20,2	0,9%	46,9	1,8%	62,0	1,5%	34,7	1,5%
África do Sul	-	0,0%	-	0,0%	58,1	1,4%	10,1	0,4%
Equador	51,5	2,4%	110,0	4,2%	53,7	1,3%	32,0	1,4%
Alemanha	41,7	1,9%	37,0	1,4%	36,4	0,9%	16,5	0,7%
Espanha	29,2	1,3%	43,6	1,7%	29,0	0,7%	12,1	0,5%
Chile	13,0	0,6%	12,0	0,5%	27,7	0,7%	18,8	0,7%
Nova Zelândia	-	0,0%	-	0,0%	20,3	0,5%	10,4	0,5%
Paraná	16,2	0,7%	17,1	0,7%	19,3	0,5%	11,5	0,5%
Países Baixos	9,5	0,4%	4,7	0,2%	18,4	0,4%	4,5	0,2%
Canadá	21,4	1,0%	21,7	0,8%	17,8	0,4%	9,0	0,4%
SUBTOTAL	1.756,0	80,1%	2.056,6	79,2%	3.419,5	82,8%	1.891,5	82,3%
DEMÁS PAÍSES	436,3	19,9%	538,6	20,8%	711,1	17,2%	406,9	17,7%
TOTAL GERAL	2.192,3	100,0%	2.595,1	100,0%	4.130,6	100,0%	2.298,4	100,0%

Elaborado pelo IPECE/PRC - Diário de Informação Comercial, em base em dados do IPI, Direção de Reg. Seletivo, CD, January 2008

Para obter mais informações, consulte o site do IPECE em www.ipece.gov.br

19 Junho 2008

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2006⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Vestuário e seus acessórios, de malha	475	22,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	448	21,2%
Café, chá, mate e especiarias	189	8,9%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	151	7,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	146	6,9%
Peixes e crustáceos, moluscos	108	5,1%
Carnes e miudezas, comestíveis	76	3,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	69	3,3%
Pérolas naturais ou cultivadas	59	2,8%
Sementes e frutos oleaginosos	45	2,1%
Subtotal	1.767	83,6%
Demais Produtos	346	16,4%
Total Geral	2.114	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	398	16,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	217	8,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	173	7,1%
Tecidos de malha	171	7,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	143	5,8%
Algodão	102	4,2%
Ferro fundido, ferro e aço	83	3,4%
Cereais	83	3,4%
Plásticos e suas obras	79	3,2%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	64	2,6%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	43	1,8%
Preparações alimentícias diversas	42	1,7%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	39	1,6%
Produtos farmacêuticos	38	1,6%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	32	1,3%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	30	1,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	28	1,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	28	1,1%
Subtotal	1.795	73,3%
Demais Produtos	653	26,7%
Total Geral	2.448	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPVDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Comtrade.

A Nicarágua não informa dados comerciais ao banco de dados COMTRADE. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NICARÁGUA ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações	25.573	44.791	49.370	60.409	55.043
Varição em relação ao ano anterior	24,5%	75,1%	10,2%	22,4%	-8,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o SICA	3,4%	4,1%	3,4%	4,1%	3,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	2	0,2	1,8	12	421
Varição em relação ao ano anterior	nc.	-89,7%	750,0%	587,9%	3421,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras do SICA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	25.575	44.791	49.372	60.421	55.464
Varição em relação ao ano anterior	24,5%	75,1%	10,2%	22,4%	-8,2%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-SICA	3,2%	3,7%	3,1%	3,7%	3,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo comercial	25.571	44.791	48.368	60.307	54.622

Elaborado pelo MRE/DP/DOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Atlas.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações correspondentes e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de bases distintas elaboradas por diferentes metodologias de apuração. nc. - não calculado.

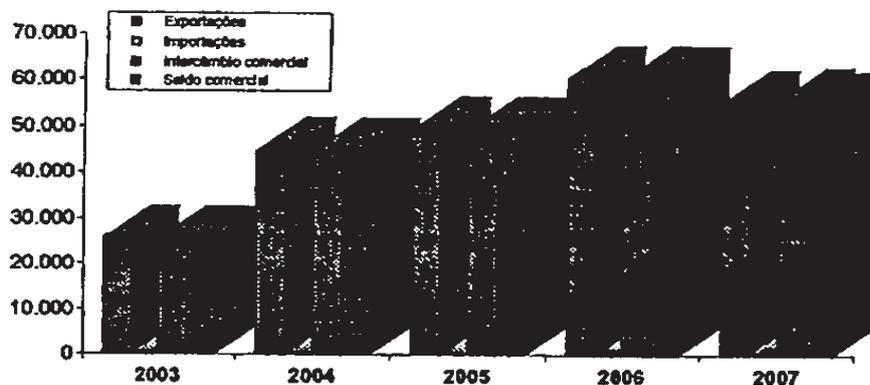
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NICARÁGUA ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)	2007 (jan)	2008 (jan)
Exportações	2.992	3.931
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	2,4%	31,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o SICA	2,9%	4,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	0	67
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	nc.	nc.
Part. (%) no total das importações brasileiras do SICA	0,0%	0,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	2.992	3.998
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	2,4%	33,5%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-SICA	2,6%	3,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	2.992	3.864

Elaborado pelo MRE/DP/DOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Atlas.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações correspondentes e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de bases distintas elaboradas por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NICARÁGUA 2003-2007

(US\$ mil)



Elaborado pelo MRE/DP/DOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Atlas.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NICARÁGUA (US\$ mil - fob)	2005	% no total	2006	% no total	2007	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	11.364	23,0%	13.308	22,0%	13.188	24,0%
Outras máquinas e aparelhos para colheita	1.267	2,0%	849	1,4%	2.113	3,8%
Caixas de transmissão, redutores, etc.	22	0,0%	100	0,2%	1.315	2,4%
Outros niveladores	817	1,7%	2.369	3,9%	1.201	2,2%
Serras de corrente, de uso manual	849	1,7%	880	1,6%	897	1,6%
Veículos automóveis, tratores, etc.	9.898	20,1%	15.833	26,2%	10.941	19,9%
Automóveis a motor explosão, 1500	3.637	7,4%	4.362	7,2%	4.103	7,5%
Outros tratores	1.079	2,2%	1.294	2,1%	1.863	3,4%
Motocicletas com motor pisão alternativo	879	1,8%	2.160	3,6%	1.098	2,0%
Preparações alimentícias diversas	721	1,5%	1.479	2,4%	6.061	11,0%
Café solúvel, mesmo descafeinado	688	1,4%	1.431	2,4%	6.020	10,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8.126	12,4%	8.913	11,4%	4.897	8,4%
Terminais portáteis de telefonia celular	3.173	6,4%	4.590	7,6%	963	1,7%
Ap. transm. telefonia celular para estação base	0	0,0%	0	0,0%	898	1,6%
Grupo eletrog. para motor diesel, 75	82	0,2%	263	0,4%	396	0,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	1.561	3,1%	3.301	5,0%	3.869	7,0%
Móveis de madeira para quartos de dormir	506	1,0%	1.436	2,4%	2.276	4,1%
Outros móveis de madeira	630	1,3%	1.114	1,8%	1.211	2,2%
Alumínio e suas obras	574	1,2%	372	0,6%	1.642	3,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.485	3,0%	1.274	2,1%	1.513	2,7%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	549	1,1%	1.173	1,9%	1.463	2,7%
Produtos diversos das indústrias químicas	1.161	2,4%	899	1,2%	1.348	2,4%
Plásticos e suas obras	349	0,7%	561	0,9%	1.049	1,9%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	1.259	2,5%	1.844	3,2%	890	1,6%
Ferro fundido, ferro e aço	7.082	14,9%	4.178	6,9%	915	1,7%
Barra de ferro/aço, lamin. quente, dentada, etc.	4.723	9,6%	898	1,7%	913	1,7%
Outros fio-máquinas de ferro/aço, rifado, sec. circ. D<14mm	1.750	3,5%	2.173	3,6%	0	0,0%
Subtotal	42.106	85,9%	61.034	84,6%	47.576	86,4%
Demais Produtos	7.264	14,7%	9.378	15,5%	7.467	13,6%
TOTAL GERAL	49.370	100,0%	60.403	100,0%	55.043	100,0%

Elaborado pelo IPECE/PRIC - (Divisão de Informação Comercial) com base em dados do MERCOSUL/Gitana Atlas

Opções de produtos: Bônus e não-bônus, mercadorias, produtos e serviços em trânsito, exportação em DDIC

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NICARÁGUA (US\$ mil - fob)		2005	% no total	2006	% no total	2007	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)							
Alumínio e suas obras		0,0	0,0%	0,0	0,0%	399,2	84,9%
Desperdícios e resíduos, de alumínio		0,0	0,0%	0,0	0,0%	399,2	84,9%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia		1,1	61,7%	0,0	0,0%	12,1	2,9%
Partes e acessórios de instrumentos e aparelhos de geodésia, etc.		0,0	0,0%	0,0	0,0%	12,1	2,9%
Outros instrumentos, aparelhos e máq.de medida/controla		1,1	61,7%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		0,0	0,0%	0,0	0,0%	7,1	1,7%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados		0,3	17,8%	0,1	0,7%	2,0	0,6%
Cigarros e cigarrilhas, de fumo		0,3	17,8%	0,1	0,7%	2,0	0,5%
Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc		0,0	0,0%	11,6	86,4%	0,0	0,0%
Tapas, cordões, etc. de matérias têxteis, esolhidos		0,0	0,0%	11,6	86,4%	0,0	0,0%
Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc		0,4	20,5%	0,3	2,9%	0,0	0,0%
Dinamos e alternadores p/ motor explosão/diesel		0,0	0,0%	0,3	2,9%	0,0	0,0%
Outr.condutores eletr.munidos peças conexão, 80		0,3	16,6%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Outros condensadores fixos elétricos		0,1	3,7%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal		1,8	100,0%	12,0	100,0%	420,4	100,0%
Demais Produtos		0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	0,0%
TOTAL GERAL		1,8	100,0%	12,0	100,0%	420,6	100,0%

Elaborado pelo INFOPROIC - Diário de Informação Comercial, com base nos dados do MDIC/SECEX/Sistema Alfa.

Grupo de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2007.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NICARÁGUA (US\$ mil - fob)		2007 (jan)	% no total	2008 (jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Veículos automóveis, tratores e ciclos		418	14,0%	856	21,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		481	16,1%	639	16,3%
Preparações alimentícias diversas		136	4,5%	613	15,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões		434	14,5%	303	7,7%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.		116	3,9%	290	7,4%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados		0	0,0%	209	5,3%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.		258	8,6%	191	4,9%
Calçados, solas e artefatos semelhantes		38	1,3%	166	4,2%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica		197	6,6%	83	2,4%
Alumínio e suas obras		0	0,0%	81	2,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço		103	3,4%	72	1,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		488	16,2%	71	1,8%
Subtotal		2.668	88,2%	3.585	91,2%
Demais Produtos		324	10,8%	346	8,8%
TOTAL GERAL		2.992	100,0%	3.931	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Alumínio e suas obras		0	0,0%	67	100,0%
Subtotal		0	0,0%	67	100,0%
Demais Produtos		0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL		0	100,0%	67	100,0%

Elaborado pelo INFOPROIC - Diário de Informação Comercial, com base nos dados do MDIC/SECEX/Sistema Alfa.

Grupo de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em Jan/2008.

Aviso nº 358 - C. Civil.

Em 14 de maio de 2008.

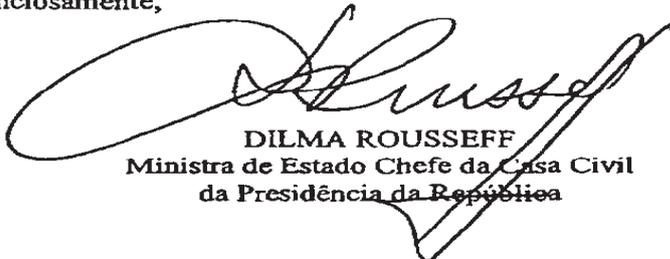
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB
– RN) – As matérias vão à Comissão de Relações
Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI
Nº 4, DE 2008-CN
MENSAGEM Nº 33, DE 2008-CN
(nº 285/2008, na Casa de origem)**

Amplia os limites de despesa no exercício de 2008 e anualizada a que se refere o item II.4.1 do Anexo V da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os limites de despesa no exercício de 2008 e anualizada a que se refere o item II.4.1 do Anexo V da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, ficam ampliados em R\$ 7.560.000.000,00 (sete bilhões, quinhentos e sessenta milhões de reais) e R\$ 12.320.000.000,00 (doze bilhões, trezentos e vinte milhões de reais), respectivamente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

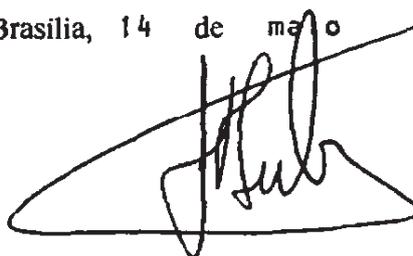
Brasília,

Mensagem nº 285

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Amplia os limites de despesa no exercício de 2008 e anualizada a que se refere o item II.4.1 do Anexo V da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008”.

Brasília, 14 de maio de 2008.



EM nº 00065/2008-MP

~~Brasília, 8~~ de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que “Amplia os limites de despesa no exercício de 2008 e anualizada a que se refere o item II.4.1 do Anexo V da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008.”, em R\$ 7.560.000.000,00 (sete bilhões, quinhentos e sessenta milhões de reais) e R\$ 12.320.000.000,00 (doze bilhões, trezentos e vinte milhões de reais), respectivamente, relativo à alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração, no âmbito do Poder Executivo.

2. Essa ampliação elevará o limite da despesa no exercício de 2008 do valor atual de R\$ 3.559.767.490,00 (três bilhões, quinhentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa reais) para R\$ 11.119.767.490,00 (onze bilhões, cento e dezenove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa reais) e o limite da despesa anualizada de R\$ 7.408.734.980,00 (sete bilhões, quatrocentos e oito milhões, setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta reais) para R\$ 19.728.734.980,00 (dezenove bilhões, setecentos e vinte e oito milhões, setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta reais).

3. A medida em proposição visa dar cumprimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, combinado com o art. 89, § 1º, inciso II, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008 (Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007), uma vez que esse dispositivo determina que o referido Anexo discriminará os limites orçamentários autorizados por Poder e Ministério Público da União e, quando for o caso, por órgão, “com as respectivas especificações, relativos a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira”.

4. A elevação desse limite possibilitará dar efetividade ao conjunto de medidas que vem sendo implementado pelo Governo Federal, em continuidade à política de melhoria salarial com vistas à redução das distorções atualmente existentes no que se refere ao equilíbrio interno e externo das tabelas remuneratórias do Poder Executivo Federal e com o objetivo de atrair e reter profissionais de alto nível e qualificação, compatível com a natureza e o grau de complexidade das atribuições dos cargos e carreiras.

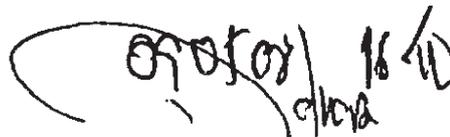
5. Nesse contexto, vale registrar que o atual limite de 2008, constante do item II.4.1 do Anexo V da Lei nº 11.647, de 2008, no valor de R\$ R\$ 3.559.767.490,00 (três bilhões, quinhentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa reais), está sendo utilizado para o atendimento das reestruturações das tabelas remuneratórias das carreiras do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, do Plano Especial de Cargos da Cultura, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de Magistério Superior, do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de Policial Rodoviário Federal, do Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal, do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do aumento dos valores dos salários dos empregos públicos de Agente de Combate às Endemias e Instituição da Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN, do Plano de Carreiras e Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e reestruturação da Carreira de Perito Federal Agrário, do Plano de Cargos da Previdência, da Saúde e do Trabalho - PST, de Fiscal Federal Agropecuário e de Agente de Inspeção Sanitária, de Agente de Atividades Agropecuárias e de Técnico de Laboratório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, de Magistério do Ensino de 1º e 2º graus, do Ensino Básico Federal, do reajuste das aposentadorias, conforme art. 40 da Constituição e art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e de Agente Penitenciário Federal.

6. O acréscimo proposto será utilizado para o atendimento da alteração da tabela de soldos dos militares das Forças Armadas ativos e da reserva, bem como dos pensionistas e das reestruturações das tabelas remuneratórias do pessoal civil do Poder Executivo, das carreiras de Auditoria, da Área Jurídica, do Banco Central do Brasil, do Ciclo de Gestão, do Seguro Social, da Seguridade Social e do Trabalho, de Perícia Médica, do Plano de Carreiras e dos Cargos da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, de Ciência e Tecnologia, do Plano Fazendário de Cargos, da Carreira Previdenciária, do Plano de Classificação e Cargos, entre outras.

7. Cumpre destacar que está sendo encaminhada, concomitantemente, proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário para viabilizar o necessário acréscimo de dotação orçamentária, de modo a adequá-la a essa ampliação de limite financeiro.

8. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que “Amplia os limites de despesa no exercício de 2008 e anualizada a que se refere o item II.4.1 do Anexo V da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008.”

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.647, DE 24 MARÇO DE 2008

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

**ANEXO V
AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO,
RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

R\$ 1,00

II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA	
	NO EXERCÍCIO DE 2008	ANUALIZADA
4. Poder Executivo:	3.461.367.490	7.408.734.980
4.1. Reestruturação da remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo, inclusive servidores integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 2006, e militares das Forças Armadas	3.461.367.490	7.408.734.980

LEI Nº 11.514, DE 13 DE AGOSTO DE 2007

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências.

.....

Art. 89. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2008, cujos valores serão compatíveis com os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000.

.....

§ 1º O Anexo a que se refere o caput especificará o fundamento legal e discriminará os limites orçamentários autorizados, por Poder e Ministério Público da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

.....

II - com as respectivas especificações, relativos a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar;

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II - no Poder Legislativo:

a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;

c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do *caput* serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º **(VETADO)**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº1, de 2006–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

até 24/5 publicação e distribuição de avulsos;

até 1º/6 prazo final para apresentação de emendas;

até 6/6 publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

até 21/6 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 2008 (nº 1.300/2003, na Casa de origem)

Institui o Dia Nacional do Desafio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Desafio, a ser comemorado na última quarta-feira do mês de maio de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.300, DE 2003

Institui o Dia Nacional do Desafio:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º Fica instituído o Dia Nacional do Desafio, a ser comemorado na última quarta-feira do mês de maio de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com satisfação apresentamos a proposta para a instituição do Dia Nacional do Desafio a ser comemorado em data móvel, sempre na última quarta-feira do mês de maio de cada ano, na qual, em muitos países, se realizam atividades que visam propagar a idéia que todos devem e podem praticar pelo menos 15 minutos diários de quaisquer atividades físicas ou esportivas.

Os princípios básicos que orientam a realização do Dia do Desafio estão voltados para o aprimoramento e desenvolvimento de saúde mental e desportiva dos trabalhadores, como pode ser observado no quadro a seguir:

PRINCÍPIOS BÁSICOS	CARACTERÍSTICAS
Acessibilidade	Todos têm a oportunidade de participar, de acordo com seu potencial individual, sem qualquer restrição à idade, condição social, habilidade ou local onde vive.
Envolvimento	As idéias nascem nas comunidades e todos participam e colaboram com o desenvolvimento da programação. Um desafio à criatividade!
Diversão	O Dia do Desafio não busca índices esportivos. Fazer da atividade física um momento de diversão é um dos principais objetivos.
Diversidade	Ações individuais ou programas coletivos são opções para quem quer participar. Sempre existe uma atividade adequada à condição e interesse de cada indivíduo.
Segurança	O Dia do Desafio privilegia a segurança dos participantes, selecionando atividades adequadas ao locais onde se realizam, em especial as que envolvem grandes multidões.
Benefícios para a comunidade	Uma comunidade saudável se forma com indivíduos saudáveis onde prevalece a integração e a cooperação. O Dia do Desafio estimula a formação do espírito de coletividade.
Benefícios para a saúde	A prática da atividade física diária promove grandes melhorias na condição de saúde. O Dia do Desafio alerta as populações para esta necessidade.

Fonte: Manual de Orientações – 2003/SESC São Paulo

O Dia do Desafio foi idealizado há aproximadamente uma década, pela Particip Action, entidade canadense e difundido mundialmente pela

Trim & Fitness International Sport for All Association (TAFISA), sediada na Alemanha.

No Brasil é realizado desde 1995 e é coordenado em todo o continente americano pelo SESC - Serviço Social do Comércio, por sua Administração Regional no Estado de São Paulo, como pode ser verificado nas estatísticas divulgadas pelo SESC/SP:

ANOS	CRESCIMENTO DA ATIVIDADE NO CONTINENTE AMERICANO
1995	35 cidades inscritas, 1.968.150 participantes.
1996	52 cidades inscritas, 2.910.158 participantes.
1997	9 países envolvidos, 109 cidades inscritas e 4.693.333 participantes.
1998	12 países envolvidos, 149 cidades inscritas e 5.948.926 participantes.
1999	16 países envolvidos, 253 cidades inscritas e 10.380.994 participantes.
2000	22 países envolvidos, 915 cidades inscritas e 18.895.704 participantes.
2002	25 países envolvidos, 1096 cidades inscritas e 24.661.479 participantes.

O Dia do Desafio consiste na competição de simbólica entre várias cidades do mundo, sendo que, em 2003 registrou-se a participação de 24 países, com 1.548 cidades inscritas, das quais 655 foram cidades brasileiras.

Entre os princípios que orientam esse evento, destacam-se a acessibilidade universal, a interação social, o caráter de entretenimento e prazer e o privilégio à diversidade.

A motivação deste projeto é instituir uma data que permita e incentive a reflexão sobre a qualidade de vida e a importância, para isso, da atividade física e esportiva, para todos os cidadãos independente das atividades em que estejam envolvidos.

Sala das Sessões, em 24 de Junho de 2003

Deputado LOBBE NETO

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 74, DE 2008
 (nº 2.956/2008, na Casa de origem)

Altera o inciso VI do caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre especificidades dos veículos de duas rodas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso VI do caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 105.

.....

VI - para as bicicletas, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais.

..... ”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.956, DE 2004

Altera o inciso VI do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre especificidades dos veículos de duas rodas!

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º. O inciso VI do art. 105 da Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 105.
.....”

VI – para as bicicletas, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais:

Art.2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de Lei pretende suprimir, da relação dos dispositivos de uso obrigatório nas bicicletas, a campainha e o espelho retrovisor.

Os equipamentos citados encontram-se atualmente em completo desuso em todo o mundo. Tanto assim que não existem referências a esse respeito na legislação de trânsito vigente em países considerados de primeiro mundo. Além de onerar bastante o custo do veículo, avaliamos que tais exigências em nada contribuiriam para aumentar sua segurança no trânsito, pois por exemplo: a imagem do ombro do ciclista seria a única possível a partir do espelho retrovisor em sua bicicleta. Sem falar na baixa velocidade alcançada pelo veículo.

Considerando a baixa renda do nosso povo, principalmente nas pequenas cidades do interior do nosso País, onde este veículo poderia servir de um excelente meio de transporte para a população, notadamente se baixássemos o custo do mesmo.

Na expectativa de que a presente alteração venha somar-se aos elevados propósitos da nova legislação de trânsito brasileira, na tentativa de adequá-la às necessidades do nosso povo, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2004.

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.**

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....
Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo CONTRAN:

.....
VI - para as bicicletas, a campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 75, DE 2008**

(nº 5.909/2005, na Casa de origem)

Denomina Aeroporto de Marabá/Pará - João Correa da Rocha - o Aeroporto de Marabá/Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Aeroporto de Marabá passa a ser denominado Aeroporto de Marabá/Pará - João Correa da Rocha, localizado na cidade de mesmo nome, no Estado do Pará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.909, DE 2005

Denomina "Aeroporto de Marabá/Pará - João Correa da Rocha" - o Aeroporto de Marabá/Pará;

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O Aeroporto de Marabá passa a ser denominado "Aeroporto de Marabá/Pará - "João Correa da Rocha", localizado na cidade de mesmo nome, Estado do Pará.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa denominar o Aeroporto de Marabá, no Estado do Pará, de "Aeroporto de Marabá/Pará – João Correa da Rocha".

João Correa da Rocha nasceu em São João dos Patos, no Estado do Maranhão, em 16 de maio de 1903. Ainda na adolescência foi para Recife e na oficina do "Jornal do Comércio" deu início profissão que exerceria por toda sua vida com competência e irrefutável sucesso.

Chegou em Marabá, aos 38 anos, em 1941, com esposa e cinco filhos. Dedicou 53 anos de talento e luta à consolidação e ao desenvolvimento de Marabá, vindo a falecer, aos 91 anos, em 5 de junho de 1994, ainda com muita lucidez e forte atuação.

Foi fundador do "Notícias de Marabá", periódico redigido, editado, composto, impresso e distribuído gratuitamente por ele mesmo, que se tornou um veículo rapidamente conhecido pela comunidade local, o que lhe rendeu inúmeras homenagens.

Foi fundador da Associação Comercial de Marabá. Recebeu condecorações da Assembléia Legislativa do Pará, Casa de Cultura de Marabá, Câmara de Municipal de Marabá, Associação Comercial e Industrial de Marabá, emprestando seu nome para a comenda maior dessa entidade, como prova de sua respeitabilidade junto a sociedade marabaense.

O empresário e jornalista João Correa da Rocha, através do seu periódico "Notícias de Marabá", empreendeu, nos idos de 1975, campanha na qual defendia a ampliação do aeroporto de Marabá, para que este viesse a fazer frente às necessidades da população e do empresariado de transporte aéreo regular.

Naquele momento o município de Marabá se destacava na produção de castanha do Pará e gado de corte e leiteiro; e o Projeto Carajás estava em adiantado processo de implantação.

A ampliação foi concretizada. A população ganhou, graças aos esforços de João Correa da Rocha, um aeroporto moderno com capacidade para

receber as modernas aeronaves a jato, que despontavam em substituição aos desconfortáveis aviões à turboélice.

No entanto, logo após os primeiros vôos de aeronaves a jato, por força de uma plano integrado de transporte e contrato de concessão de linha aérea, implantado pelo governo militar, o aeroporto de Marabá passou a ter em suas pistas somente aeronaves de pequeno porte. Em oposição a essa situação, o homenageado desenvolve nova empreitada.

A iniciativa, desta vez, era para concretizar a lógica de que um aeroporto moderno numa região próspera não podia ficar alijada da atuação de grandes companhias aéreas no transporte de passageiros e cargas.

As reiteradas reivindicações de João Correa da Rocha encontraram, finalmente, ressonância no governo federal, que tomou a decisão de quebrar o monopólio, permitindo a livre concorrência no transporte aéreo.

Na atualidade, o aeroporto de Marabá, destaca-se pelo intenso movimento de passageiros e cargas, impulsionando o progresso da região sul do Estado do Pará. Portanto, justifica-se esta distinção a esse visionário que dedicou suas vida e inteligência ao progresso do município de Marabá.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2005.

Nilson Pinto
Deputado Federal (PSDB-PA)

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2008

(nº 5.949/2005, na Casa de origem)

Denomina *Campus* *Universitário*
Professor Celso Muller do Amaral o
Campus *Universitário* da Universidade
Federal da Grande Dourados,
localizado em Dourados, no Estado de
Mato Grosso do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *Campus* *Universitário* da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, passa a denominar-se *Campus* *Universitário* Professor Celso Muller do Amaral.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.949, DE 2005

Denomina *Campus* *Universitário* Professor Celso Muller do Amaral, o *Campus* *Universitário* da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Campus Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, passa a denominar-se *Campus Universitário Professor Celso Muller do Amaral*.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei denomina o Campus Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados em Campus Universitário Professor Celso Muller do Amaral, em reconhecimento ao pioneirismo e extraordinários serviços prestados à população de Dourados/MS, como um dos primeiros educadores a exercer suas atividades naquele município.

Nascido em 31 de agosto de 1920, o gaúcho de Passo Fundo mudou-se com sua família para Dourados em 1932, aos doze anos de idade.

Celso Muller formou-se em química, pelo Instituto Mackenzie, na capital do Estado de São Paulo, em 1947, iniciando sua brilhante carreira docente.

De volta a Dourados, Celso Muller passou a desempenhar sua nobre missão de educar, ministrando aulas em diversas escolas da cidade, buscando sempre, o avanço das instituições.

Em 1950, realizou dois de seus maiores sonhos, o primeiro, a constituição de sua família, ao casar-se com a Sra. Neuza Carvalho. O segundo, eleger-se Vereador, cumprindo o desejo de defender arduamente a educação e a saúde como alicerces do crescimento e aperfeiçoamento do cidadão. Função desempenhada com amor e dedicação até 1954.

Após o término de seu mandato eletivo, não se afastou das lutas em prol da educação, sendo um dos responsáveis pela implantação do Ginásio Oswaldo Cruz de Dourados, passando a ser o seu primeiro Diretor - 1954 a 1956.

Entre 1957 e 1958 liderou com sucesso o movimento político para a implantação de escolas estaduais em Dourados e para a implantação do primeiro ginásio estadual do município, o "Presidente Vargas", construído

justamente em uma área de 10 mil metros quadrados, por ele doada, tendo sido o seu primeiro diretor, de 1958 a 1960.

Ávido por conquistas na área da educação, em 1961, organizou o primeiro curso colegial da cidade.

Em 1966, em reconhecimento a seus préstimos na educação, recebeu uma bolsa de estudos da UNESCO para aperfeiçoamento em Química, na Universidade Federal do Paraná.

Já em 1967 foi fundamental na criação da ADES – Associação Douradense de Estudantes Secundários, doando área de 1.580 m², para a construção da “Casa do Estudante”.

Sua incansável busca por melhorias escolares e aperfeiçoamento educacional, o levou a candidatar-se a Deputado Estadual em 1966. Sua proposta era a implantação de uma Universidade em Dourados, por meio do curso de Agronomia, pois, segundo ele, “a vocação das terras de Dourados é a agropecuária”.

Como Deputado Estadual – 1967 a 1970, foi membro da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, apresentando mais de trinta projetos para a instalação de estabelecimentos de ensino médio em diversas cidades do estado, incentivando a criação de bolsas de estudos para alunos carentes e participando de centenas de reuniões e debates na região da Grande Dourados, incentivando e discorrendo sobre o ensino.

Sua atuação parlamentar como Deputado Estadual, teve como principais conquistas:

- Autor da emenda constitucional criando a Universidade Estadual de Mato Grosso, com um *campus* em Dourados: o Centro Pedagógico;
- Inclusão da Escola de Agronomia, no Centro Pedagógico de Dourados, no projeto da Universidade Estadual de Mato Grosso;
- Autor do Decreto Legislativo nº 1184/67, determinando ao Poder Executivo a criação da Faculdade de Agronomia em Dourados;
- Autor de emenda constitucional criando definitivamente o Curso de Agronomia em Dourados (Lei nº 2.972/70).

Em 1969, buscando viabilizar o funcionamento do Curso de Agronomia, consegue de seu pai a doação da área para a construção das instalações do curso.

Atualmente localizado à Rua João Rosa Goes, essa área abnga parte das instalações da futura UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados – atualmente é a sede urbana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Dourados.

Em 1977, elegeu-se novamente Vereador à Câmara Municipal de Dourados, reativando sua atuação política na área de ensino.

Durante o seu mandato, em outubro de 1978, vendo sua grande aspiração sendo concretizada – a implantação do Curso de Agronomia em Dourados – doou à Universidade de Mato Grosso do Sul, hoje UFDG, uma área de 40 hectares para a instalação do que viria a ser o Núcleo Experimental do Curso de Agronomia – NECA.

Exerceu mandato de Vereador em Dourados até 1983, afastando-se da política quando a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul formava a primeira turma de agrônomos do Estado.

Em 30 de junho de 1986 recebeu da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a “Comenda do Mérito Universitário”, sendo o primeiro a recebê-la, em total reconhecimento a sua atuação como pioneiro na busca de melhorias na área da educação e na brilhante luta pela implantação do Curso de Agronomia em Dourados.

Esse ilustre personagem da história de Dourados e de Mato Grosso do Sul, nobre guerreiro, nos deixou em 16 de abril de 2000, após cumprir sua missão em busca de uma sociedade livre e democrática, conquistada através da educação.

O presente projeto de lei visa homenagear a quem mais beneficiou a sociedade douradense com conquistas na área educacional, desde a implantação do primeiro ginásio esportivo até a Universidade Estadual.

Sua luta na seara educacional nunca encontrou limites, lançando-se com hombridade e destreza no mundo da política, movendo céus e terras para ver concretizado suas aspirações de transformar Dourados em um grande centro acadêmico.

Seus sonhos sempre acompanhados de atos, doando áreas nobres da cidade para a construção de escolas, e uma grande parte rural para enfim, ver implantado o tão sonhado curso de agronomia, por meio da

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, hoje, desmembrada para tornar-se a UFGD – Universidade federal da Grande Dourados.

Os grandes feitos deste homem íntegro não podem simplesmente permanecer no esquecimento, especialmente nova geração douradense, a quem tanto beneficiou com suas lições e conquistas educacionais, merecendo o reconhecimento *post mortem* de toda a sociedade, em uma homenagem à sua altura, pois foi um dos homens mais brilhantes de nossa bela Dourados e grande expoente na educação e política deste Município e do Estado, merecendo ter sua história definitivamente gravada nos anais deste país.

Por sua vocação educacional, a nobre e justa homenagem deverá ser realizada por meio deste projeto de lei, com o *campus* Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados a UFGD, recebendo o nome desta e memorável figura humana, Celso Muller do Amaral.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 2005.

GERALDO RESENDE
Deputado Federal - PPS/MS

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 77, DE 2008
(nº 7.606/2006, na Casa de origem)

Estabelece o dia 3 de maio como o
Dia Nacional das Televisões e Rádios
Comunitárias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional das
Televisões e Rádios Comunitárias, a ser celebrado anualmente,
em todo o território brasileiro, no dia 3 de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.606, DE 2006

Estabelece o dia 3 de maio como o Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias, a ser celebrado anualmente em todo o território brasileiro, no dia 3 de maio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O dia 3 de maio é dedicado internacionalmente à comemoração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Trata-se de uma data ímpar no calendário, idealizada pela UNESCO, e que sinaliza para o mundo a necessidade de reflexão sobre os direitos de liberdade de expressão e de liberdade de imprensa constantes do artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Na celebração deste dia no corrente ano de 2006, o Diretor-Geral da Unesco, Sr. Koichiro Matsuura, destacou, entre outras questões, que "liberdade de expressão e liberdade de imprensa são elementos centrais para a construção de democracias sólidas, promoção da cidadania e do estado de direito e um estímulo ao desenvolvimento e segurança individuais". E, com bastante ênfase, afirmou que "a mídia livre e independente deve ser reconhecida como dimensão-chave para erradicar a pobreza", por dois motivos fundamentais. Primeiro, porque "a mídia livre e independente serve como um veículo de compartilhamento de informação para facilitar a boa governança, gerar oportunidades de acesso a serviços essenciais, promover a responsabilidade pública dos governantes com as políticas estabelecidas, combater a corrupção e desenvolver um relacionamento saudável entre cidadãos informados, críticos e participativos e

governantes/representantes eleitos”. E, como segunda razão, afirmou que “a mídia livre e independente está associada a um conjunto de “bens” ou benefícios altamente relevantes para o desafio da erradicação da pobreza – incluindo o reconhecimento e o fortalecimento dos direitos humanos fundamentais, uma sociedade civil mais forte, mudança institucional, transparência política, apoio à educação, conscientização da saúde pública (como campanhas educativas sobre HIV e Aids) e meio de vida sustentáveis”.

É exatamente neste contexto que se insere a nossa proposta. É de conhecimento público a importância que as TVs e Rádios Comunitárias cumprem no processo de democratização dos meios de comunicação no Brasil. Muito mais próximas da população, contribuem sobremaneira para a consolidação do pensamento democrático e estão mais voltadas para as necessidades e realidades das comunidades.

A criação do Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias, a ser celebrado a cada dia 3 de maio, reforçará ainda mais as raízes de nossa radiodifusão comunitária e servirá de elo de congregação e de luta dos pequenos radiodifusores em busca de uma imprensa cada vez mais livre e comprometida com a população.

Na certeza de que contaremos com o apoio dos ilustres parlamentares, que incessantemente buscam aprimorar os instrumentos de cidadania e de democracia em nosso País, apresento o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 05 de Dezembro de 2006.

Deputado CHICO ALENCAR

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2008

(nº 708/2007, na Casa de origem)

Estende os incentivos especiais de que trata o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O caput do art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 103.

.....

IV - adotar, em sua propriedade, sistemas integrados agroflorestais, agropastoris ou agrossilvopastoris voltados para a recuperação de áreas degradadas ou em fase de degradação.

..... ”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 708, DE 2007

Estende os incentivos especiais de que trata o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração lavoura e pecuária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, fica acrescido do seguinte inciso:

"Art. 103

.....

IV – adotar, em sua propriedade, sistemas integrados agroflorestais, agropastoris, ou agrossilvopastoris, voltados para a recuperação de áreas degradadas ou em fase de degradação."
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os preços decrescentes dos produtos oriundos do campo fazem com que a busca por maiores índices de eficiência econômica seja uma constante na atividade agropecuária. Em razão disso, pesquisadores e produtores rurais dedicam-se, incansavelmente, ao aprimoramento e ao desenvolvimento de técnicas voltadas para a elevação da produtividade das lavouras.

A integração entre a agricultura, a pecuária e a silvicultura constitui um avanço tecnológico que visa simultaneamente à eficiência econômica e à proteção ambiental. Trata-se de técnicas que promovem a criação de animais, o cultivo de lavouras e/ou a silvicultura em uma mesma área, promovendo o uso racional dos recursos disponíveis. Existem diversas variantes, mas em geral baseiam-se no uso de métodos científicos, tecnologia e insumos modernos, tais

como: plantio direto, rotação e consórcio de culturas, melhoramento genético, conservação do solo e alternativas oferecidas pela biotecnologia. Duas dessas variantes são: 1 - a exploração sucessiva, em uma mesma área, de lavoura, na época das chuvas, e pecuária, na época da seca; e 2 - o sombreamento de lavouras, método visto por alguns pesquisadores como forma de atenuar os efeitos nocivos do aquecimento global.

As vantagens decorrentes dos sistemas integrados agroflorestais, agropastoris, ou agrossilvopastoris são significativas para os sistemas produtivos e para a natureza. Entre outros, os benefícios para os sistemas produtivos são: a palhada e as raízes deixadas pela pastagem contribuem para o aumento do nível de matéria orgânica e, conseqüentemente, para a melhoria da estrutura física e biológica do solo; a correção química e a adubação exigidas pelas lavouras elevam a qualidade e a produtividade das pastagens, com reflexos positivos para o ganho de peso dos animais; e a exploração mais intensa de uma mesma área reduz a ociosidade de recursos como o trabalho e o capital, característica de explorações tradicionais.

O benefício para a natureza reside no fato de os sistemas integrados de exploração constituírem-se instrumentos pelos quais se pode promover a recuperação de áreas degradadas, que em nosso País são inúmeras. A recuperação dessas glebas as reincorpora ao sistema produtivo, o que arrefece a demanda por novos avanços sobre terras onde o ambiente natural permanece intocado.

Por essas razões, o presente projeto de lei pretende garantir ao agricultor que adotar, em sua propriedade, sistemas integrados agroflorestais, agropastoris, ou agrossilvopastoris, os mesmos incentivos especiais de que trata o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, entre os quais se destacam: prioridade na obtenção de apoio financeiro oficial e preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e de fomento.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2007.

Deputado RODRIGO ROLLEMBERG

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991.**

Dispõe sobre a política agrícola.

.....
Art. 103. O Poder Público, através dos órgãos competentes, concederá incentivos especiais ao proprietário rural que:

I - preservar e conservar a cobertura florestal nativa existente na propriedade;

II - recuperar com espécies nativas ou ecologicamente adaptadas as áreas já devastadas de sua propriedade;

III - sofrer limitação ou restrição no uso de recursos naturais existentes na sua propriedade, para fins de proteção dos ecossistemas, mediante ato do órgão competente, federal ou estadual.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, consideram-se incentivos:

I - a prioridade na obtenção de apoio financeiro oficial, através da concessão de crédito rural e outros tipos de

financiamentos, bem como a cobertura do seguro agrícola concedidos pelo Poder Público.

II - a prioridade na concessão de benefícios associados a programas de infra-estrutura rural, notadamente de energização, irrigação, armazenagem, telefonia e habitação;

III - a preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e de fomento, através dos órgãos competentes;

IV - o fornecimento de mudas de espécies nativas e/ou ecologicamente adaptadas produzidas com a finalidade de recompor a cobertura florestal; e

V - o apoio técnico-educativo no desenvolvimento de projetos de preservação, conservação e recuperação ambiental.

.....
(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 79, DE 2008**

(nº 1.003/2007, na Casa de origem)

**Institui o Dia Nacional da Cultura
Hip-hop.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Cultura
Hip-hop, a ser comemorado anualmente no dia 13 de maio.**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.**

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.003, DE 2007

Institui o Dia Nacional da Cultura Hip-hop;

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Cultura Hip-hop, a ser comemorado anualmente no dia 13 de maio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O hip-hop surgiu em meados dos anos 1970, nos Estados Unidos, como um movimento da juventude afro-americana e hispânica contra a violência das gangues que atormentavam os moradores das classes mais pobres do bairro do Bronx, em Nova York.

Em vez de lutarem entre si por meio das violentas disputas entre as gangues, esses jovens preferiram abraçar alguma atividade artística e cultural, se engajando num movimento cuja idéia básica é competir com criatividade e não com violência.

Quando o DJ Afrika Bambaataa batizou o hip-hop, o fez com a esperança de disseminar, em suas palavras, "paz, amor, diversão e união" naquela comunidade. A tradução literal do termo em inglês significa "saltar movimentando os quadris", mas na prática vai muito além disso. Hip-hop significa cultura, mas também significa movimento, arte, expressão, paz, amor, soluções, lutas e igualdade de direitos.

O hip-hop é uma cultura que consiste em quatro formas artísticas distintas, denominadas elementos, subgrupos ou subculturas, todas baseadas na criatividade, representadas pelos DJ's (ou músicos "sem instrumentos", criadores de sons para o rap), pelos MC's (ou Mestres de Cerimônias, que cantam utilizando técnicas de improviso e rima), pelos BBoys e BGirls (ou dançarinos de breaking, rocking, popping e outras danças de rua) e pelos Writers (ou grafiteiros). Daí ser o hip-hop uma cultura híbrida, sempre em movimento, em constante evolução.

Assim é o hip-hop, uma cultura marginal que, por meio de expressões artísticas intensas, ajuda o povo da periferia a encontrar uma identidade, vontade de viver, motivação e consciência de cidadania em todos os lugares alcançados pelo movimento.

O hip-hop chegou ao Brasil no final da década de 1980, por meio da indústria fonográfica. É um movimento organizado, com várias tendências internas que o diferenciam do movimento norte-americano, e que vem ganhando cada vez mais militantes e mais espaço no Brasil, informando as pessoas e incentivando a luta pela cidadania.

Pautando-se pela denúncia da exclusão social e pela discussão de questões relativas à história e à identidade dos negros, o hip-hop brasileiro retrata as experiências de jovens e pessoas que vivem na periferia e lutam contra o preconceito e a desigualdade social, simbolizando uma forma de resistência e mudança da realidade.

Para comemorar o Dia Nacional da Cultura Hip-hop, sugerimos o dia 13 de maio, Dia Nacional da Luta contra o Racismo no Brasil e da Abolição da Escravatura, data que acende sobremaneira a polêmica sobre exclusão racial e social no Brasil, e tradicionalmente utilizada para grandes eventos da cultura hip-hop em todo o País.

Movimentos como o hip-hop mostram que as formas de expressão cultural no Brasil podem ser usadas na luta contra a discriminação racial e desigualdade social. Assim, pedimos o apoio dos nobres colegas ao presente Projeto de Lei, que institui o Dia Nacional da Cultura Hip-hop, em reconhecimento à importância deste movimento popular que tem um forte lado político e de conscientização, criando, ao mesmo tempo, alternativas para que os jovens da periferia não caiam na criminalidade e nas drogas.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2007.

Deputado Jovair Arantes

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 80, DE 2008
(nº 1.080/2007, na Casa de origem)

Institui a Semana Nacional da Família.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional da Família, a ser comemorada anualmente, em todo o território nacional, na semana que antecede o Dia das Mães.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.080, DE 2007

Institui a "Semana Nacional da Família"



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Fica instituída a "Semana Nacional da Família" a ser comemorada anualmente, em todo território nacional, na semana que antecede o Dia das Mães.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

A família é a principal instituição da sociedade e apesar das variadas formas que assume e das transformações que passa ao longo da história, ela permanece como condição primeira para a socialização e perpetuação da espécie humana.

No último século poderosas forças ideológicas e sociais se levantaram contra a família visando colocá-la na condição de instituição falida e como obstáculo para o progresso, porém nunca a família foi tão agredida e subjulgada como nos dias atuais.

Assim, urge a necessidade de campanhas, projetos e programas intensivos que visem o fortalecimento e a valorização da família buscando os resgate de seus valores e de sua importância por se saber que que família forte é sociedade forte.

Ao escolher a semana que antecede o Dia das Mães para as comemorações da Semana Nacional da Família foi o de fazer com que aquele seja o dia culminante do evento.

O presente Projeto pretende incentivar a realização de diversos eventos durante a Semana da Família como campanhas educativas, palestras, seminários, concursos, cerimônias e solenidades diversas, promovidas por entidades públicas, privadas e religiosas com atividades em todas as áreas enfocando sempre o valor e a importância da família.

Assim, dada a importância do tema contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões 16 maio de 2007.

RODOVALHO
Deputado Federal

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência convoca sessão especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, em homenagem aos 200 anos da criação dos Dragões da Independência, nos termos do **Requerimento nº 329, de 2008, de autoria do Senador Gim Argello e outros Senhores Senadores.**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Romero Jucá e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo “A miopia do verde” de autoria do

jornalista André Petry, da revista *Veja*, em sua edição nº 2061, do dia 21 de maio de 2008.

No artigo, o jornalista analisa a importância das questões relacionadas ao meio ambiente na geopolítica do mundo globalizado e critica a miopia ambiental brasileira diante do potencial do país.

Segundo André Petry “no mundo, hoje, ser uma potência ambiental é muito relevante. Amanhã será mais do que isso. Será decisivo. Será como ter o maior estoque de ogivas nucleares nos tempos da Guerra Fria”.

Unger: escolhido à revelia de Marina para coordenar plano amazônico

país, como a construção de estradas, a mineração, a geração de energia elétrica, a agricultura e a pecuária.

O desafio brasileiro decorre num cenário único. A impressionante expansão econômica dos Estados Unidos, por exemplo, ocorreu em um período em que não havia Greenpeace nem preocupações ambientais. Até meados dos anos 80, o governo brasileiro tentou repetir a receita do passado. Para povoar a Amazônia e integrá-la ao resto do país, distribuiu terras e estimulou o desmatamento como forma de consolidar a presença na região. Até recentemente, quando demarcava lotes para os sem-terra na Amazônia, o Inera exigia a derrubada da mata para que o assentado justificasse a posse. O Brasil já não pode seguir esse caminho. A destruição da floresta é inaceitável dentro e fora do país. Mais de 15% dos 5 milhões de espécies de seres vivos existentes habitam a Floresta Amazônica. Ao contrário do que ocorre nas florestas temperadas do Japão e da Alemanha, com poucas espécies de árvore, uma vez destruída, a biodiversidade tropical não pode ser recriada pelo reflorestamento. Existem hoje legislação, recursos tecnológicos e vigilância remota suficientes para permitir a ocupação econômica da Amazônia sem alterar de forma destrutiva seu metabolismo. O dilema brasileiro é usar todo esse mecanismo de maneira eficiente, de forma a criar uma economia próspera e, a exemplo de seus ministros do Meio Ambiente, com direito a “selo verde”. ■

Com reportagem de Alexandre Salvador e Thomaz Favaro

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANDRÉ PETRY

A miopia do verde

A ministra Marina Silva saiu do Ministério do Meio Ambiente — e isso não quer dizer nada. Ou melhor: quer dizer apenas que continuamos sem ver o essencial.

A miopia ambiental brasileira é chocante. O país abençoado por Deus e bonito por natureza pode não ser tudo isso que a música celebra, mas tem tudo para ser uma potência ambiental. Afinal, o Brasil tem 60% da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, com 30 000 espécies vegetais. O Brasil tem a maior planície inundável do mundo, o Pantanal, com mais espécies de aves do que a América do Norte e mais espécies de peixes do que a Europa. O Brasil tem o maior volume de água doce superficial do mundo. Quase 14% do estoque do planeta. São números estonteantes, bonitos por natureza.

E não é só. O brasileiro também acrescentou seu trabalho à natureza. Hoje, 45% da energia consumida no país vem de fontes renováveis, como as hidrelétricas e os biocombustíveis, atualmente tão em moda. A terra brasileira alimenta boa parte do mundo, da laranja à carne bovina. Agricultura e pecuária são meio ambiente. A indústria automobilística colocou na rua uma enorme frota de veículos movidos a álcool ou movidos a dois combustíveis. É meio ambiente.

A miopia oficial é o que impede o país de ser uma potência ambiental — coisa que só pode ser confundida com ataque ao crescimento econômico quando se pensa que crescimento econômico é só ataque ao meio ambiente. Hoje, aos olhos míopes, ser uma potência ambiental é uma bandeira de gente chata que quer deixar 1 milhão de pessoas sem luz para salvar um bagre. No mundo de hoje, no mundo visto além da miopia go-

vernamental, ser uma potência ambiental é muito relevante. Amanhã, será mais do que isso. Será decisivo. Será como ter o maior estoque de ogivas nucleares nos tempos da Guerra Fria.

Exagero? Todas as crises mundiais escondem uma natureza ambiental — no início, no meio ou no fim. Um dos temas mais discutidos hoje é a mudança climática. É tema ambiental. Um dos grandes temores da humanidade é que, no futuro, venha a faltar água no planeta. É outra questão ambiental. A atual crise mundial de alimentos está revivendo a ameaça da fome. Outra questão ambiental. Terremoto, queimadas, tsunamis, pandemias, pobreza, é tudo ambiental. O drama energético é ambiental. Discutem-se o petróleo, o preço do barril, por quanto tempo as atuais reservas serão capazes de manter a petrocivilização do século XX. É tudo meio ambiente, no início, no meio ou no fim.

O economista Jeffrey Sachs atualmente comanda o Instituto da Terra, na Universidade Colúmbia, em Nova York. Em seu último livro, ele diz que a sociedade global tem três

desafios para o século XXI, que comprometem a sobrevivência da humanidade no planeta: eliminar a pobreza extrema, conter o crescimento populacional e trabalhar bem com o meio ambiente. Não é protegê-lo numa redoma como relíquia intocável. É lidar com ele, avançar sem matá-lo. É ser verde.

Marina Silva sempre foi festejada como símbolo da defesa da Amazônia. Em cinco anos no ministério, não reduziu um grau que fosse a miopia ambiental do governo. Era só símbolo. Agora, com Carlos Minc, sob esse aspecto, não muda nada. Só não teremos nem símbolo mais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos na Era da Informação. Digo isso apenas para lembrar a grande importância de que o povo seja informado das ações, projetos e programas que estão sendo desenvolvidos por aqueles que escolheu como mandatários.

Dessa forma, é com deleite que recebo e divulgo cada publicação que me chega às mãos com dados sobre as ações de governo.

Recentemente, recebi em meu Gabinete uma publicação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) denominada *Revista Ibama – Uma Janela para a Informação Ambiental*. E ainda como chamada de capa, a publicação estampa os seguintes dizeres: “Aumenta o foco em fiscalização, licenciamento e autorizações”.

Na época que estamos atravessando, em que a ecologia serve como um dos mais importantes balizamentos para as ações do ser humano, o Governo tem grande responsabilidade na preservação do meio ambiente. Daí, ter-me resolvido a trazer a este Plenário algumas das informações dadas a público na revista.

De início, o Diretor de Licenciamento do Ibama, Roberto Messias, assina, juntamente com Janete Porto, uma matéria em que comentam a idéia de “Licenciamento Ambiental para o Desenvolvimento”, principalmente levando-se em consideração o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Sabendo-se que ao Ibama compete licenciar os empreendimentos que impactam diretamente mais de uma unidade da Federação, aqueles que estão nas áreas de fronteira do País, as atividades nucleares e as atividades marítimas e oceânicas, pode-se ter uma idéia das dificuldades de avaliação quanto ao impacto ambiental das obras com tal abrangência. Geralmente, são linhas de transmissão de energia, ferrovias, hidrovias e rodovias, e outras obras de grande porte.

Côncio das dificuldades para a realização dessa tarefa ingente, o Ibama vem estabelecendo parcerias com as melhores universidades brasileiras, visando a aumentar os subsídios técnicos e a garantir a qualidade das análises dos processos de licenciamento. Outras medidas para aumentar a eficiência do órgão são a reestruturação da Diretoria de Licenciamento, a ampliação do quadro funcional, o aprimoramento das audiências públicas e a aproximação com os pesquisadores brasileiros.

Outra medida de fundamental importância é o chamado Raio X do setor florestal. Trata-se de um sistema de controle eletrônico de fluxo de produtos florestais. Colocado em funcionamento em setembro de 2006, esse sistema permite avaliar o que aconte-

ce com os produtos madeireiros no País. Esse sistema teve o grande mérito de obrigar a legalização do setor madeireiro. Dessa forma, já foi possível a comprovação das principais espécies que movimentam o mercado. Permito-me citar apenas alguns nomes mais conhecidos: maçaranduba, araucária, jatobá, cedrinho, pinho cuiabano, ipê-amarelo, jequitibá-rosa, cambará e cedro.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Uma área que vem ganhando uma dinâmica mais intensa no órgão é a de fiscalização – fundamental para que sejam atingidos os objetivos com que o Ibama foi criado. A Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) é a responsável pelo monitoramento e pelo controle do crime ambiental no País. É ela que cuida do combate ao desmatamento, à pesca predatória e a queimadas, além de responder a emergências ambientais. Em busca da eficiência, são de grande valia as parcerias com governos estaduais e a fiscalização integrada com entidades como o Instituto Chico Mendes e o Serviço Florestal Brasileiro.

A Dipro/Ibama passou a contar com um instrumento que lhe permite maior eficiência em sua área de atuação. Tal se deu no final do ano passado, quando o Presidente Lula assinou o Decreto nº 6.321, de 2007. Esse Decreto traz um conjunto de medidas legais que permite punir com maior rigor o crime ambiental, por meio de mecanismos que resultam na responsabilização dos culpados. Os Municípios campeões de desmatamento, por exemplo, passam a ser monitorados por satélite, com o conseqüente direcionamento dos fiscais em campo.

As operações de responsabilidade do Ibama cobrem o País em todo o território, de norte a sul e de leste a oeste. Pode-se dizer que alguns setores receberam uma atenção especial, podendo-se mencionar: a atividade siderúrgica, o resgate da biodiversidade, a preservação do que ainda resta de Mata Atlântica, e o combate aos ilícitos na Caatinga, como a queima desenfreada de madeira nativa.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Nosso maior patrimônio ambiental é a Amazônia, e um patrimônio merece ser vigiado proporcionalmente ao seu valor. Por isso, como forma de restringir as ações predatórias sobre esse patrimônio tão cobiçado, o Ibama criou a chamada Operação Guardiões da Amazônia, que tem como meta a realização de mais de 200 grandes operações de fiscalização ao longo de 2008. Para que possamos ter uma idéia da importância de tal atuação estratégica, vale a pena informar que, apenas em fevereiro de 2008, foram apreendidos, em Tailândia, no

Pará, mais de 13 mil metros cúbicos de madeira ilegal – o suficiente para encher 650 caminhões.

Outra atividade que merece uma atenção especial é a pesca predatória da lagosta. Nesse setor, com a execução do Plano Emergencial de Fiscalização da Pesca da Lagosta, o Ibama evitou a captura ilegal de mais de mil toneladas de lagosta no ano de 2007, conforme estimativa da Divisão de Fiscalização de Aquicultura e Pesca da Dipro.

A atuação do Ibama no contexto nacional se fez sentir de forma tão positiva, Senhoras e Senhores Senadores, que, quando se fala em meio ambiente, tornou-se uma das marcas mais lembradas. Devido à reconhecida importância do órgão perante a opinião pública, o Ibama recebeu o prêmio *Top of Mind* do jornal *Folha de S. Paulo* no ano de 2007. E a pesquisa para a premiação se baseia em manifestação espontânea a respeito de cada tema.

Também no que diz respeito aos agrotóxicos, o Ibama se mostra de fundamental importância, pois a Lei nº 7.802, de 1989, tornou obrigatória, para a emissão dos respectivos registros no País, a aprovação do órgão federal responsável pelo meio ambiente, depois de avaliados os riscos que podem causar à natureza.

Na realidade, a denominação genérica de agrotóxicos abrange uma gama de produtos, como remédios de plantas, venenos, defensivos agrícolas ou pesticidas. Permito-me citar um trecho do artigo de Adriana Maximiano, denominado “Agrotóxico e Saúde Ambiental – Uma Realidade Possível”, para a publicação do Ibama, que é bastante esclarecedor sobre o assunto:

Somente a contínua e sistemática ampliação do conhecimento das interações dos agrotóxicos com o solo, os ambientes hídricos, as plantas e os animais, e a educação da população poderá combinar a convivência harmônica do uso desses produtos, principalmente na produção agrícola, com a conservação dos ecossistemas remanescentes, sem ameaçar as áreas de preservação permanente, as unidades de conservação e os recursos naturais do país.

Trata-se de uma clara demonstração, Senhoras e Senhores Senadores, de que também em relação ao meio ambiente deve prevalecer o bom senso.

Finalmente, gostaria de destacar a importância dos Centros de Triagem de Animais (Cetas). O responsável pelos Cetas no Brasil todo, Antonio Hummel, afirma que “lugar de animal silvestre não é na casa de ninguém; lugar de animal silvestre é na natureza”. E vale lembrar que, ao adquirir uma espécie silvestre sem origem (sem anilha ou *microchip*, nota fiscal de compra do animal e registro do Ibama), as pessoas estão contribuindo para o tráfico de animais. A lei permite a criação de animal silvestre, desde que seja comprado

de um criadouro autorizado. Mas todo animal sofre com estresse quando vive fora de seu ambiente natural.

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores,

Alguns aspectos da publicação do Ibama que aproveitei para esta fala dão uma idéia da importância do órgão e como ele vem envidando os maiores esforços no sentido de modernizar-se e ganhar em eficiência.

O Brasil é, provavelmente, o País mais privilegiado do planeta em termos de biodiversidade. Essa herança riquíssima que recebemos da natureza deve ser preservada e, para isso, o Ibama está procurando estruturar-se e aparelhar-se, dando o melhor de si para cumprir os objetivos com que foi criado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta noite, no Rio, a Câmara de Vereadores promove Sessão Especial para registrar o 15º aniversário do Plano Real, a grande realidade histórica que permitiu o avanço econômico e Social do Brasil.

A iniciativa da Sessão é da Vereadora Andréa Gouvêa Vieira e nela o Legislativo municipal carioca homenageia, com a Medalha do Mérito Pedro Ernesto, os economistas André Lara Resende, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Pedro Malan e Pérsio Arida. Eles compunham a equipe econômica do então Presidente Itamar Franco, do qual Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda.

Felicitos a nobre Vereadora Andréa pela iniciativa, a que, não fosse o período de forte demanda política em Brasília, eu estaria presente. Sem dúvida iria ao Rio para participar da solenidade.

Trata-se de justa homenagem a esse notável elenco de economistas que, não sem dificuldades, venceram todos os obstáculos, e o Plano Real se tornou realidade. Uma grata realidade. Realidade histórica, que, neste Plenário, também iremos homenagear.

A implantação do Plano Real enfrentou obstáculos principalmente do grupo que à época era oposição. Não entenderam!

Tanto não entenderam que, ao longo do primeiro mandato de Lula, eles adotaram medidas que culminaram com dificuldades para a área de custeio para o País. Mas já era tarde para qualquer absurda ação puramente política. Chegaram a proclamar que o Governo Lula se implantava com uma *herança maldita*. Raciocínio de quem não tem visão para olhar o futuro.

Aí está o Brasil de hoje, colhendo os frutos de uma ação de Estado levada a bom termo pela equipe de Fernando Henrique Cardoso.

O êxito de hoje reflete-se hoje na estabilidade econômica brasileira. Repito: o País passou, graças ao Plano Real, a respirar o ar da estabilidade. E deve ser-

vir de alerta ao Governo atual, principalmente quando parecem rondar nuvens negras no horizonte.

Que fique, pois, esse alerta para que se evite o desleixo fiscal, que começa a mostrar pequenas amostras.

Encerro, aplaudindo a iniciativa da ilustre Vereadora Andréa Gouveia Vieira e à própria Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 410, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008, que acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991; 7.102, de 20 de junho de 1993; 9.017, de 30 de março de 1995, 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991 (proveniente da Medida Provisória nº 410, de 2007).

Relator revisor: Senador Flávio Arns
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 411, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei nº

11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998; 10.748, de 22 de outubro de 2003; 10.940, de 27 de agosto de 2004; 11.129, de 30 de junho de 2005; e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 411, de 2007).

Relatora revisora: Senadora Lúcia Vânia

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 412, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2008, que dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (proveniente da Medida Provisória nº 412, de 2007).

Relatora revisora: Senadora Kátia Abreu

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 416, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2008, que altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci (proveniente da Medida Provisória nº 416, de 2008).

Relator revisor: Senador Valter Pereira
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2008*(Proveniente da Medida Provisória nº 417, de 2008)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2008, que *altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes (proveniente da Medida Provisória nº 417, de 2008)*

Relator revisor: Senador Raimundo Colombo

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2008*(Proveniente da Medida Provisória nº 415, de 2008)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008, que *proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens de trecho rural de rodovia federal; modifica as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para proibir que a pessoa que possua qualquer concentração de álcool no sangue conduza veículo automotor; e 9.294, de 15 de junho de 1996; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 415, de 2008)*.

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2008*(Proveniente da Medida Provisória nº 413, de 2008)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008, que *dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor*

de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins na produção e comercialização de álcool; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004; 11.488, de 15 de junho de 2007; 9.718, de 27 de novembro de 1998; 11.196, de 21 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; 7.689, de 15 de dezembro de 1988; 7.070, de 20 de dezembro de 1982; 9.250, de 26 de dezembro de 1995; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 9.249, de 26 de dezembro de 1995; 11.051, de 29 de dezembro de 2004; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; 8.213, de 24 de julho de 1991; 7.856, de 24 de outubro de 1989; e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 413, de 2008)

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 414, DE 2008*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 414, de 2008, que *constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES*.

Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

9

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2008*(Proveniente da Medida Provisória nº 418, de 2008)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2008, que *altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento*

de Exportação; e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 418, de 2008).

Relator revisor: Senador José Sarney
(Sobrestando a pauta a partir de:
31.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 13.06.2008

10

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 419, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 419, de 2008, que altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003; e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
05.04.2008)

Prazo final (prorrogado): 18.06.2008

11

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
11.04.2008)

Prazo final (prorrogado): 24.06.2008

12

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 421, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
14.04.2008)

Prazo final (prorrogado): 27.06.2008

13

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
19.05.2008)

Prazo final: 02.06.2008

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).

(Sobrestando a pauta a partir de:
09.05.2008)

(Dependendo de pareceres da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CRE e de Assuntos Econômicos-CAE)

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 5, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

20

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

22

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

23

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

24

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

25

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

26

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

27

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

28

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.*

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

29

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre*

a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e
– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

30

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

31

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

32

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária*

trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da*

tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação*

aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

48

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços*

a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

54

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.*

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e
– Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência*

da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscientos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

57

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

58

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

59

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

60

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

61

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

62

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora

Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

63

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

64

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

65

REQUERIMENTO Nº 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

66

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

67

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

68

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

69

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com*

o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

70

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

71

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

72

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

73

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto*

de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

74

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

75

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)*

76

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

77

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos*

de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

78

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

79

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

80

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

81

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões*

constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)

82

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

83

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

84

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

85

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

86

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*

87

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

88

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária)*

89

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 41 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1017 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 016865/97-9,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária concedida a ERIKA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA LOBO, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para DOMINICA DE OLIVEIRA SILVA LOBO, na condição de cônjuge, alterando a cota de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento) da pensão vitalícia concedida pelo Ato n.º 440/2001, dos proventos que percebia o ex-servidor VICTOR LOBO, matrícula 1119055, a partir da data da maioridade, 15/05/2008.

Senado Federal, 19 de maio de 2008.

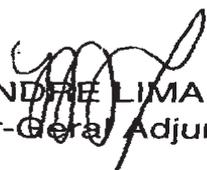

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL ADJUNTO

N.º 1014 , de 2008

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pelo Ato n.º 821/2008 do Diretor Geral do Senado Federal, tendo em vista o que consta do Processo n.º 01845/06-2, RESOLVE ALTERAR a partir de 19 de março de 2007, o Ato n.º 4833, de 2007, do Diretor-Geral do Senado Federal, para manter aposentado, com proventos integrais, o servidor AMÉRICO PINHEIRO, Matrícula 39850, com fundamento no Art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47, de 2005, com as vantagens das Resoluções-SF n.ºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 19 de maio de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Sihessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,13)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicação do Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Maioria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. VAGO ⁽⁸⁾
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlíni (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Shessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. VAGO ^(9,13)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,12)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marcos Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloisio Mercadante (Of. 44/2008).
10. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
12. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
VAGO (8)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) (6)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (3)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) (4)	5. Papaléo Paes (PSDB) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello (7)	1.
PDT	
Jefferson Peres	1.

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. VAGO ⁽¹³⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) (1)	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Silhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Idelei Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO (6)
Geovani Borges (PMDB) (6)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) (5)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (4)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (10)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (9)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) (8)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (7)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (6,9)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (8)	
Carlos Dunga (7)	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ^(3,4)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarfíni (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007.
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: (vago) ⁴

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG) ²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)₂

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. ILDERLEI CORDEIRO ⁵ (PPS/AC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

⁴ Vago, em virtude da renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada pelo OF.P/034/2008, de 14.4.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008

⁵ Indicado pela Liderança do PPS tendo em vista a renúncia do Deputado Fernando Coruja (OF/LID/Nº115/2008, de 16-4-2008, lido na Sessão do SF de 17-4-2008)

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA</u> <u>MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
 Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 342 PÁGINAS